

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

Dimas Brasileiro Veras

SOCIABILIDADES LETRADAS NO RECIFE: A REVISTA ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS (1962-1964)

RECIFE
2010

Dimas Brasileiro Veras

SOCIABILIDADES LETRADAS NO RECIFE: A REVISTA ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS (1962-1964)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco na Linha de Pesquisa Cultura e Memória do Norte e Nordeste como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Flávio Weinstein Teixeira
Co-orientador: Roberto Mauro Cortez Motta

RECIFE
2010

Veras, Dimas Brasileiro

**Sociabilidades letradas no Recife : A Revista Estudos
Universitários (1962-1964) / Dimas Brasileiro Veras. --
Recife: O Autor, 2010.**

232 folhas,

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CFCH. História, 2010.**

Inclui: bibliografia.

**1. História. 2. Sociologia. 2. Universidade do Recife. 3.
Aspectos sociais. 4. Revista Estudos universitários (1962-
1964). I. Título.**

**981.34
981**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2010/102**

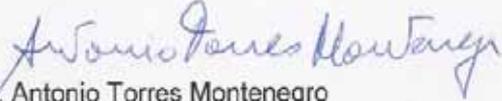
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO DIMAS BRASILEIRO VERAS

Às 15h do dia 27 (vinte e sete) de agosto de 2010 (dois mil e dez), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Dimas Brasileiro Veras** intitulada "**SOCIABILIDADES LETRADAS NO RECIFE: A REVISTA ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS (1962-1964)**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Flávio Weinstein Teixeira (orientador), Antonio Torres Montenegro e Roberto Mauro Cortez Motta. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

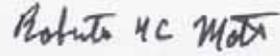
Recife, 27 de agosto de 2010



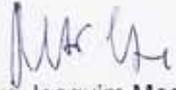
Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira



Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro



Prof. Dr. Roberto Mauro Cortez Motta



Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho



Sandra Regina Albuquerque

*À minha família, a uma flor chamada Rebeca
e à equipe do SEC/UR*

Agradecimentos

Gostaria de dar primeiramente minhas graças a Deus por toda sorte, saúde, força e perseverança concedidos por toda vida. Agradeço, em segundo lugar a minha mãe Dionésia cujos desafios da vida, sobretudo os terríveis anos de governo FHC soube vigorosamente enfrentar sem deixar que estes problemas demolissem seu modesto lar. Gratifico, também, os não poucos rapazes de nossa família: meu pai Jehovah e meus irmãos Dimitri, Demétrius, Daniel e Diógenes. Bem como nossas saudosas matriarcas: minhas avós Cícera e Zélia. Agradeço, sobretudo, todo amor, carinho e compreensão de minha adorada Rebeca.

No âmbito da pós-graduação, os bons momentos vividos ao lado dos colegas da linha de pesquisa e da graduação, bem como o compartilhar das angústias e das satisfações foram muito importante para andamento da pesquisa. Agradecimentos especiais ao Prof^o. Flávio Weinstein Teixeira que, como orientador, ensinou esta pesquisa e num âmbito maior minha definitiva formação como historiador. Bem como ao Prof^o. Roberto Motta, na qualidade de co-orientador, e do Prof^o. Jomard Muniz de Britto, que se afirmava meu des-orientador. Não poderia deixar de aqui mencionar a muitíssimo atenciosa equipe da secretaria da PPGH/UFPE e o Prof.^o Antonio Torres Montenegro, pelas recomendações por ocasião da banca de qualificação.

Agradeço às minhas amigas da Divisão de Apoio Institucional da Pró-Reitoria de Extensão Miriam Vila Nova e Djanyse Mendonça que comigo lutaram pela retomada da revista Estudos Universitários, possibilitando a reunião de seus criadores após quase cinquenta anos. Agradeço ao Prof. Denis Bernardes cuja confiança depositada e as pesquisas realizadas sobre UFPE foram indispensáveis. Agradeço da mesma forma aos colegas da Cátedra Paulo Freire, sobretudo, a Prof^a. Eliete Santiago por toda alegria e generosidade em me integrar à Cátedra. Bem como, aos companheiros e companheiras do Espaço Cultural o Casarão, onde aprendíamos ensinando com a militância social.

Entretanto, cabe aqui destacar que minha empreitada teria sido impossível sem a colaboração daquelas pessoas que aceitaram ser entrevistadas ou simplesmente comigo conversar sobre temas que de alguma formam se atrelam a esta pesquisa. Portanto, agradeço de coração aos relatos cedidos por: Vamireh Chacon, Roberto Motta, Jomard Muniz de Britto, Almeri Bezerra, José Luiz Libonati, Osman de Freitas, Anacleto Eloi, Dulce Campos, Marcius Cortez, Juracy Andrade, Luiz Costa Lima, Jarbas Maciel,

Marcelo Peixoto, Ricardo Ferreira, Heraldo Souto Maior. Fazendo questão de agradecer novamente Anacleto Eloi pelas cópias cedidas dos seus exemplares da Estudos Universitários e pelo índice por ordem alfabética que confeccionou.

Aqui, cabe pontuar o papel decisivo desempenhado por Jomard Muniz de Britto para realização deste trabalho. O prazer que foi conhecer este que se auto-intitula de “mau velhinho” (ou JMB) e da amizade que brotou de nossos diálogos e andanças pela cidade do Recife. Tudo muito bem analisado por nossa psicanalista Rebeca. Decididamente foi JMB que me conduziu a todos os depoentes. Bem como disponibilizou algumas dezenas de livros de sua biblioteca pessoal. Sou imensamente grato também por sua companhia e “des-orientação” (como gosta de afirmar), sem a qual o corpo deste trabalho estaria incompleto. Saudações fraternas a este “crítico dos nordestinados” (no dizer de Carlos Guilherme Mota), para mim, antes de tudo professor e amigo Jomard.

Sumário

Introdução	11
Capítulo I: Vozes e gestos da Universidade do Recife: aspectos das sociabilidades letradas e universitárias do Recife (1946-1964)	16
1.1 Um proboscídeo na Rua do Hospício: aspectos da Universidade do Recife e seu corpo discente	19
1.2 O terno branco de Quincas: a universidade vista do alto	32
1.3 O Recife já não <i>era um aposento antigo e desabitado</i>	49
Capítulo II: A experiência da esperança: o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife	79
2.1 “A propósito de uma administração”: o reitorado de um vice-Reitor	79
2.2. Do bacharelado à educação popular ou como perder uma Cátedra e ganhar a vida?	95
2.3. “A Universidade do Recife quer educar as massas”: reforma universitária e a equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife	110
Capítulo III: Sociabilidades letradas no Recife: a revista Estudos Universitários (1962-1964)	136
3.1 A revista Estudos Universitários: forma e conteúdo	138
3.2 Vituperações letradas: os embates intelectuais em torno da revista	167
3.3 Alfabeto e Imagem: gráfica urbana, designer gráfico, bibliologia, semiologia e os horizontes de Orlando da Costa na feitura da Revista Estudos Universitários	190
Conclusão: “a província estrangulada”	204
Lista de abreviaturas	216
Fontes Primárias	218
Bibliografia	219

RESUMO

Os anos que antecedem a ditadura militar foram de grande efervescência e renovação cultural no Recife. Era a cidade um fecundo espaço para os jovens intelectuais e artistas em busca de inserção na dinâmica da produção cultural. As tradicionais faculdades livres da cidade congregadas em 1946, sob o brasão da Universidade do Recife, ocupavam um papel importante nesta ambiência cultural fecunda. Lançada por ocasião do décimo sexto aniversário desta universidade, a revista Estudos Universitário estava vinculada a um amplo projeto de reforma universitária e democratização da cultura coordenado pelo Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR). Sob os auspícios do professor Paulo Freire (idealizador e diretor do SEC/UR), do secretário da revista Luiz Costa Lima e de toda equipe de extensão propunham uma “concepção realista de cultura” que encarnava um exercício intelectual crítico-integrado e em diálogo com as classes populares e suas formas de expressão política e estética: *a cultura, sendo a expressão de uma vivência comunitária é a decorrência de uma inserção em profundidade nesta vivência e neste tempo comunitário.*

O objetivo desta dissertação é compreender o espaço que ocupava a Estudos Universitários e seus produtores do Serviço de Extensão Cultural no campo intelectual do Recife, destacando, a contribuição que deram à cultura política da época, as críticas que arremeteram e como estas foram recebidas, as relações sociais e institucionais que estabeleceram e como reagiram ao desfecho imposto pelo golpe militar de 1964.

Palavras-chave: Revista Estudos Universitários; universidade; intelectuais; cultura brasileira; educação e cultura popular;

ABSTRACT

The years leading up to the military dictatorship were of great cultural effervescence and renewal in Recife. The city was a fertile place for young intellectuals and artists demand for inclusion in the dynamics of cultural production. Certainly, traditional colleges free of the city together in 1946, under the emblem of the University of Recife, occupied an important role in this cultural atmosphere fruitful. Launched at the sixteenth anniversary of this university, the Estudos Universitários reviewed were linked to a larger project of university reform and democratization of culture coordinated by the Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR). Under the auspices of Professor Paulo Freire (founder and director of the SEC/UR), the Secretary of the magazine Luiz Costa Lima and entire team of extension conjugated a "realistic view of culture" which embodied an intellectual exercise critical-integrated and in dialogue with the popular classes and their forms of political expression and aesthetics: *the culture, and the expression of a community experience is the result of an insertion depth and experience in this community at this time.*

The objective of this dissertation is to understand the space occupied by the Estudos Unviersitários and her producers of the Serviço de Extensão Cultural in the Recife intellectual field, highlighting the contribution they have made to the political culture of the time, rallied to the criticism and how they were received, social relations and institutions that have established and how they reacted to the outcome imposed by military coup in 1964.

Keywords: revista Estudos Universitários, university, intellectuals, Brazilian culture, education and popular culture;

Introdução

A criação da Universidade do Recife e o lançamento de sua revista de cultura por ocasião de seu décimo sexto aniversário são acontecimentos marcantes da história que aqui nos arriscaremos a narrar. Acontecimentos que se impõem nos limites de dois casos: o do Estado Novo em 1945, e o da nova democracia brasileira em 1964. Neste curto intervalo o surto universitário brasileiro, o advento de uma política econômica nacional-desenvolvimentista, a urbanização, os novos movimentos artísticos e intelectuais, a emergência dos movimentos sociais e trabalhistas, as novas análises sócio-históricas do Brasil e os movimentos de cultura e educação popular são indícios da pluralidade e da intensidade de um momento histórico fecundo, sobretudo, no âmbito cultural e intelectual – a que está dedicado este trabalho. Estes são aspectos que qualquer observador poderia constatar, cabendo ao historiador situar essas novas configurações, realçando suas repercussões e disposições vinculadas aos seus respectivos espaços de produção. Assim sendo, a opção por fazer uma história intelectual e cultural da Universidade do Recife (UR) e mais especificamente da revista de cultura produzida pelo Serviço de Extensão, cujo principal objetivo era estreitar os canais de relação entre universidade e sociedade, nos pareceu um instigante empreendimento historiográfico.

A nosso ver, uma narrativa orientada pelas tensões em torno da criação e da interdição da Estudos Universitários: *revista de cultura da UR* promete ser fascinante na medida mesmo em que o periódico permite identificar como o grupo que a concebeu respondia aos principais desafios dos anos 1960. Em particular, os problemas concernentes ao campo intelectual e universitário brasileiro (no qual subjaz a questão cultural, política, educacional, religiosa, etc). Neste prisma a Estudos Universitários é documento privilegiado para compreendermos as representações e as práticas que balizavam o professor Paulo Freire, como gestor do SEC/UR, e sua equipe de professores nos seus ofícios diários.

São estes requisitos que tornam a efêmera, porém intensa primeira fase da revista Estudos Universitários objeto de nossa operação historiográfica. Para compreender os vetores destas mudanças do *modus operandi* de percepção, apreciação e ação intelectual, o problema é analisado tendo em vista o “campo de produção cultural” e “intelectual”, tal como formulado por Pierre Bourdieu. De acordo com o sociólogo, o

“campo” é entendido como espaço dos possíveis onde os grupos que compõem suas redes de relações e de sociabilidades se confrontam compartilhando afinidades e rivalidades na disputa pela legitimidade de produção, distribuição e consagração dos bens simbólicos (o “monopólio do mercado de trocas simbólicas”)¹. Ao longo de nossa narrativa encontraremos, também, com grande frequência, os conceitos de “práticas”, “representações” e “apropriação”, formulações conceituais tomadas dos estudos do historiador Roger Chartier. Se a prática tenderá neste trabalho a remeter a uma descrição dos fazeres dos homens de letras e suas modalidades de ação, as representações remetem à dinâmica mediante a qual os significados emergem deste cotidiano letrado. Se estas representações não aparecem como instâncias cristalizadas, mas simbolização posta em jogo, o eixo desta maleabilidade está na “apropriação” dos agentes sociais. Não existem representações ou práticas para além da “apropriação” dos agentes e suas formações. Neste prisma, se os demais homens de letras do Recife e os jovens extensionistas do SEC/UR estão envolvidos pelo mesmo horizonte de possibilidades ou pelo mesmo campo intelectual, distinguem-se pelos espaços e pesos que ocupam e exercem através das diferentes modalidades de apropriação e conjugação das representações e práticas que constituem este campo de imanência. Distinguem-se porque na dinâmica do campo alteram-se as respostas no próprio gesto de responder (de acordo com a posição e a apropriação dos agentes sociais), embora os desafios históricos sejam semelhantes.

Portanto, dentro do fecundo campo cultural recifense daqueles anos a escolha da revista *Estudos Universitários* e seus produtores foi determinada pelos seguintes aspectos: a) o caráter institucional que a Universidade do Recife oferece aos produtores culturais atrelados outrora a atividades diletantes, inaugurando a extensão cultural e universitária em âmbito nacional; b) a experiência de formação, associando-os uns aos outros na constituição de uma família letrada com suas afinidades e repulsas, suas territorialidades, desde o fim do Estado Novo à *diáspora* causada pelo golpe militar; c) uma modalidade de produção cultural que tende com os anos a se estreitar com a ação política, do qual emerge uma nova concepção do intelectual, da universidade e da cultura brasileira.

¹ Ver, do autor: *Esboço de auto-análise*; São Paulo: Cia. das Letras, 2005; *A economia das trocas simbólicas*; 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007; *Pierre Bourdieu: sociologia*; São Paulo: Ática, 1983; *Coisas ditas*; São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990; *Questões de sociologia*; Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Limitada, 1983. “*Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*”; Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.

Os pontos em questão se tornam mais salientes quando observados em conjunto com o quadro mais amplo da história do Brasil. A atuação política e cultural universitária era um coisa nova e as duas primeiras universidades a se consolidarem no Brasil, a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Rio de Janeiro (1920), tinham como característica a regulação governamental da vida política e acadêmica das escolas (REGO, 1977) e um humanismo clássico alheio a vida cotidiana e política brasileira (MOTA, 2008; CANDIDO, 2003; CUNHA, 2007).

Com a abertura democrática, a produção cultural fica segmentada entre um ideal tradicionalista e aristocrático de cultura, representado pelos quadros da oligarquia, e um escopo assentado nos valores de uma classe média progressista que se apropriando do legado modernista voltava seus olhos para o futuro. A institucionalização paulatinamente operada pelos cursos superiores desde o século XIX significou nos anos 1940, sobretudo com o advento das universidades por todo Brasil, o fator injuntivo para a consolidação de uma oposição, ainda que minoritária, àquela intelligentsia alicerçada em um viés de pensamento dominante. *A sua margem de oposição vem da elasticidade maior ou menor do sistema dominante, que os pode tolerar sem que eles deixem com isto de exercer a sua função corrosiva.* (CANDIDO, 2003: 195).

No Recife, considerando o período que se inaugura com o fim do Estado Novo, esta crítica aparece inicialmente sob o lastro das atividades culturais amadoras: o Teatro do Estudante de Pernambuco, o Gráfico Amador (TEIXEIRA, 2007), o Atelier Coletivo (CLAUDIO, s/d), as convenções de fotografia (SILVA, 2005), os cineclubes e as crônicas de cinema (ARAÚJO, 1997), a crítica jornalística e nos anos 1960, os movimentos de educação e cultura popular (cujo SEC/UR seria inspirado). Foi nestes últimos movimentos que Paulo Freire iniciou sua militância e ao qual dedicou sua vida intelectual. O que este trabalho procura mostrar é como através da UR, principalmente nos anos do Reitor João Alfredo (1959-1964), esta postura crítica comum aos jovens produtores culturais da cidade vai sendo incorporada pela instituição universitária, até alcançar os limites de sua atuação institucional nas vésperas da ditadura militar. Daí a crítica pontual que passam a erigir a Gilberto Freyre e à sua obra, situando-a ideologicamente numa posição solícita com as classes dirigentes, cujas ingerências eram tidas por aquelas gerações como grande causadora do *subdesenvolvimento* e *dependência* nacional. Esta era uma posição tomada majoritariamente pelos agentes culturais mais jovens. Para esta geração, Freyre era a representação maior de um

público que insistia em não só ignorar as produções desta, mas também combater esta atuação supostamente atópica.

É em torno de tais problemáticas que se fez necessário, num trabalho como este, abordar a formação do campo intelectual brasileiro a partir do caso particular do Recife, afirmando a importância de seus agentes e grupos, mais precisamente do SEC/UR na renovação cultural e intelectual do Recife nas vésperas do golpe militar em 1964.

Os estudos citados acima demonstram como uma nova geração de intelectuais/artistas viabilizaram elementos para uma renovação cultural na cidade. Uma leitura atenta desses trabalhos possibilita identificar uma grande interpenetração de seus colaboradores, que eram basicamente os mesmos. De certa forma, o que este trabalho pretende é promover a continuidade de algumas das preocupações presentes nesses estudos ao abordar o momento de institucionalização desta produção, outrora amadora, justo quando os antigos membros d'O Gráfico Amador são convidados por Paulo Freire a participar do sincrético SEC/UR. Ainda que não fossem a maioria no grupo, a experiência intelectual conquistada permitiu a ocupação de posições fulcrais no órgão. Os anos de 1962-1964 correspondem justamente aos anos durante os quais iniciam suas atividades sob a liderança de Paulo Freire e sinaliza a época em que estas forças atuantes são cerceadas. Anos em que sucedem perseguições políticas, prisões e exílio de suas principais lideranças.

O trabalho está dividido em três capítulos e cada capítulo está dividido em mais três novos itens. Trípticos. No primeiro capítulo procuramos fazer uma cartografia do campo universitário e intelectual do Recife dos anos 1946-1964, período no qual a maioria dos membros do SEC/UR estudaram, se formaram e se tornaram professores desta mesma universidade. No item 1.1 destacamos a crescente tensão entre estudantes e professores, apresentando as Congregações da UR, suas comunidades, seus ritos e os principais problemas da nascente universidade brasileira. No item 1.2 procuramos descrever a partir das atas do Conselho Universitário as disposições político-pedagógicas do reitorado de Joaquim Amazonas, conhecido como “criador da UR”. No item 1.3 procuramos descrever o cotidiano cultural da mocidade universitária recifense a partir das vivências dos futuros colaboradores do SEC/UR, entendendo a FDR como locus privilegiado de convergência dos novos produtores culturais, ainda que sem desconsiderar as novas dinâmicas postas em jogo pelas novas Congregações.

No segundo capítulo procuramos descrever a emergência do novo projeto político-pedagógico de UR por ocasião do falecimento do “patriarca” Joaquim

Amazonas e da ascensão do antigo vice-reitor João Alfredo. No item 2.1 tentamos descobrir quem foi o reitor João Alfredo e como chegou à reitoria após anos dirigindo a Escola de Belas Artes e servindo como vice-reitor. No item 2.2, Paulo Freire surge como educador da Escola de Belas Artes defendendo em sua tese de doutoramento uma práxis educacional baseada no diálogo e na conscientização. Analisamos também os acontecimentos que ensejaram a criação do SEC/UR. No item 2.3, os Boletins de Atividade produzidos pelo SEC/UR nos permitem realizar uma descrição densa de seu cotidiano ao longo dos fatídicos dois anos que separam a sua criação e o advento do regime militar.

O terceiro capítulo é dedicado à revista Estudos Universitários e as repercussões que o “enfoque cultural realista” do periódico ocasionou no público Recifense. No item 3.1, fazemos uma leitura dos cinco volumes publicados pelo SEC/UR, destacando como os agentes extensionistas se impunham nos debates intelectuais da época. No item 3.2, procuramos descrever os pontos de tensão entre os produtores da Estudos Universitários e determinados setores da intelligentsia pernambucana. No item 3.3, refletimos sobre as contribuições gráficas de Orlando da Costa Ferreira a feitura da Estudos Universitários, entendendo a reflexão sobre “palavra e a imagem” deste artesão do livro como significativo matiz da nova dinâmica de produção cultural recifense.

Capítulo 1: Vozes e gestos da Universidade do Recife: aspectos das sociabilidades letradas e universitárias do Recife (1946-1964)

*Receio de entrar na madrugada fria.
Recolho na praça as horas despedaçadas.*
Mauro Mota

Alguém certamente havia caluniado Paulo Freire, pois na manhã de 1º de abril de 1964, os militares do 4º exército invadiram o 1º andar do casarão de número 674 na Rua Gervásio Pires, Bairro da Boa Vista. O edifício era a sede do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR), criado há dois anos por iniciativa do reitor João Alfredo e de Paulo Freire, docentes da Escola de Belas Artes. Os visitantes indesejáveis procuravam a subversiva cartilha do Sistema Paulo Freire de Educação, sistema cuja principal característica era alfabetizar a partir do universo vocabular do educando, desta forma, abolindo o uso das cartilhas de ABC.

Não encontraram a “subversiva” cartilha que procuravam. Não tinha como, afinal, ela não existia. No entanto, aproveitaram o ensejo para recolher documentos e os modernos projetores de slide utilizados nas aulas de alfabetização. A suposta fabricação polonesa fazia crescer a imaginação dos investigadores quanto às utilizações escusas e subversivas do instrumento didático. Livros, fichários, revistas, fotos, arquivos, registros completos de pesquisa e outros materiais sem valor aparente foram empilhados em frente ao edifício. Na televisão “um locutor em *off*, ensandecido, dizia que aquilo era altamente subversivo” (CORTEZ, 2008, p. 13). O que a televisão e os jornais não mostraram foi a grande fogueira que os herdeiros de Duque de Caxias fizeram do material empilhado, separando tudo aquilo que acreditavam possuir algum valor monetário ou indiciário para incriminar os “comunistas” da Universidade do Recife.

A combustão veloz e a fumaça intragável da fogueira de 1964 rapidamente envolveu todos os membros participantes do Serviço de Extensão Cultural da UR. O restante da década de 1960 seria muito difícil para todos os agentes universitários que por algum motivo qualquer resolveu colaborar com o professor/coordenador daquela repartição localizada nos fundos da reitoria da futura Universidade Federal de Pernambuco. O resultado é que “Todos os jovens intelectuais da equipe Paulo Freire foram presos. E no Forte das Cinco Pontas” (BRITTO, 2009, p. 16). O forte onde atualmente fica localizado o Museu da Cidade do Recife havia sido durante muito

tempo a porta marítima do Brasil holandês e foi improvisado para encarcerar os colaboradores daquela empreitada. Paulo Freire e seu secretário, o Padre Almeri Bezerra, após sucessivas prisões e ameaças de morte, foram obrigados a deixar o Brasil. Convencer Freire desta decisão não foi tarefa fácil. Contam que sua esposa, Elsa Freire, após as sucessivas prisões e as igualmente repetitivas recusas do marido de seguir para o exílio, afirmou que o mesmo “deixaria o Brasil nem que fosse vestido de baiana” (CORTEZ, 2008, p. 45). Já Almeri Bezerra resolveu partir, contrariando o desejo inicial do Arcebispo de Olinda e Recife (Dom Helder Câmara), após ser avisado pelos “os generais Justino Alves e Muricy, juntamente com o coronel Ibiapina”, que mais nada poderiam fazer por ele e por sua frágil vida (BEZERRA, 2006).

Recomeçar a vida em outras regiões do país foi a melhor solução para os demais, aproveitando a limitação do banco de dados da polícia do exército e a invisibilidade das multidões metropolitanas. Assim partiram os antigos tipógrafos amadores d’O Gráfico Amador e outros jovens professores para outros Estados do país. Apesar de todo reconhecimento adquirido pela movimentação cultural que promoveram no Recife e pela distinção da docência universitária, o envolvimento com o professor Paulo Freire e o Serviço de Extensão tornou árida a vida destes intelectuais na província. Assim foram seguindo, um a um: José Laurenio, Orlando da Costa Ferreira, Gastão de Holanda, João Alexandre Barbosa, Luiz Costa Lima, Sebastião Uchoa Leite e o ainda moço Marcius Cortez.

Nos cadernos dominicais, intelectuais de renome teciam congratulações aos golpistas, alguns deles, exigindo o afastamento do Reitor que permitiu à universidade ser tomada por “comunistas”. O clima de denúncia e de solicitude entre os militares e a intelligentsia local dava à atmosfera da cidade ares intragáveis. A observação mais atenta da documentação revela que todo o barulho do Inquérito Policial Militar (IPMs) da Universidade do Recife envolvia problemáticas para além da subversão e da militância política *stricto sensu*. O SEC/UR era mais uma sala de aula e um laboratório do que uma tribuna ou um *soviète*. Era menos informativo do que formativo e produtivo, e se foram tragados pelas tensões políticas da época, isto se deu, sobretudo, pelas questões concernentes às tensões da política intelectual e educacional em que se envolveram. Não obstante, fossem as cabeças de Paulo Freire e do reitor João Alfredo as quais realmente estavam em questão, todos que se envolveram diretamente ou não com o educador e sua “subversiva” e inexistente cartilha ficaram marcados pelo contra-símbolo do poder: “Vocês não terão escolha senão entre o cu do bode e o rosto de deus,

os feiticeiros e os sacerdotes” (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 67). Reinventar a vida fugindo da crescente exclusão que ela impunha era um desafio que quase todos esses intelectuais precisaram enfrentar.

Mas nem todos se refugiaram nas multidões da cidade maravilhosa ou da Avenida Paulista. Viver na capital pernambucana sitiada foi o desafio de alguns destes. Ficar no Recife era uma escolha difícil e perigosa. Além de tudo não era muito recompensadora após o Ato Institucional I, aposentando professores acusados de subversão. O mesmo aconteceu quando novos empregos se tornaram possíveis em universidades de outros Estados, como a Paraíba, e, novamente, um Ato Institucional, desta vez o número V, trouxe nova e compulsória jubilação. Resistir ao exílio no Recife significava aceitar os desafios de uma vida profissional restrita e abraçar novamente as práticas e representações diletantes, paulatinamente abdicadas em prol da emergente vida acadêmica e profissional. Mas isto é outra história. Tendo em vista o tema deste trabalho, a revista de cultura produzida pelo grupo, talvez nos importe menos as soluções que encontraram para o evento crítico de 1964 do que os caminhos que andaram tomando para se verem envolvidos por tantos problemas. Para isto se faz necessário desbravar os seus anos de estudantes universitários, o ingresso na docência universitária, os debates nos quais se envolveram, as leituras realizadas, as críticas arregimentadas, a posição social que gradualmente passaram a ocupar como grupo e suas inter-relações com as demais famílias letradas atuantes na cidade. Neste bojo a revista que produziram, a “Estudos Universitários: revista de cultura da Universidade do Recife” ocupa um lugar central em nossa análise. É justamente visando compreender o quadro histórico maior no qual os produtores do periódico estão inseridos, que tentaremos inicialmente analisar o ambiente de formação cultural e política, sobretudo em seu matiz universitário, vivido pelos intelectuais do SEC/UR nos seus anos de mocidade.

1.1 Um proboscídeo na Rua do Hospício: aspectos da Universidade do Recife e seu corpo discente

*Eis que os animais da terra se reúnem aos homens,
fazendo soar seus bizarros clamores.*
Lautréamont

Entre os meses de fevereiro e março de 1955 - nove anos antes do sinistro acontecimento envolvendo Paulo Freire e sua equipe - os moradores do Recife acordaram com um grande rebuliço que inundava as ruas do Bairro da Boa Vista. Era lá onde se erguia a maioria das Escolas, Faculdades e Institutos que formavam a nascente Universidade do Recife (UR)¹. No geral, o bairro ainda era um bom lugar para se morar e, apesar da babel estudantil, possuía o privilégio de não abrigar as ocupações populares conhecidas como mocambos². O mesmo não se dava no popular Bairro de Santo Amaro que ficava colado àquele. Os dois bairros possuíam até os anos 1960 a maior densidade urbana do Recife. Mesmo estando territorialmente amancebados era fácil distinguir um do outro. O fausto casario do primeiro era facilmente oposto às vilas operárias e aos mocambos do segundo (PONTUAL, 2001), tal qual a distinção “das novas senzalas fracionadas em torno das novas casas-grandes” (CASTRO, 2001, p. 107).

Aparentemente nenhum bairro estava livre dos mocambos e dos seus moradores. A “Mocambópolis”, como Josué de Castro chamava o Recife, também era o paraíso das pensões estudantis e universitárias, alcunha por qual atendia qualquer estudante do ensino superior. Estas moradas coletivas se espalhavam principalmente pela mancha urbana central composta por Santo Antônio, São José, Boa Vista, Graças, Encruzilhada, Afogados e Madalena³. Havia casas de hóspedes de todos os tipos e valores, dando

¹ Boa parte dos futuros colaboradores do que viria a ser o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife estudaram na UR. Para consultar os documentos que fazem referência à história que será narrada conferir o pasquim estudantil *A Ripa* – ano II – nº 1; in Walter Alves Ramalho. “Olha a Ripa: Fragmentos da Escola de Engenharia de Pernambuco”. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1992.

² Com exceção da Boa Vista e outros bairros mais abastados, os mocambos se espalhavam pelas extremidades de toda a cidade e seus arrabaldes. Os dados referentes ao percentual de mocambos sobre o total de imóveis do Recife estimam um total de 71.521 imóveis e 45. 581 mocambos em 1940. O número de mocambos se ampliaria em meados dos anos 1950 para aproximadamente 70 mil, apesar de toda mobilização institucional contrária da *Liga Social Contra o Mocambo*, criada no final dos anos 1930 pelo governo ditatorial de Agamenon Magalhães (MELO NETO, 1972; CASTRO, 2001; MELO, 1978; MELO, 1982; REZENDE, 1997; PONTUL, 2001; BARBOSA, 2005; TEIXEIRA, 2007).

³ Segundo Virgínia Pontual, em livro já citado, estes bairros compunham os lugares urbanos do Recife. As comunidades suburbanas eram compostas por espaços rurais conurbados pelo crescimento da cidade, sobretudo os bairros de Tejipió, Boa Viagem, Poço, Casa Amarela, Beberibe e Várzea. Foi neste último,

oportunidade de abrigo aos estudantes e trabalhadores mais pobres e todo requinte necessário às pensões para os inquilinos mais abastados⁴. Não é por menos, o Recife abrigava uma das maiores e das mais atuantes populações universitárias do Brasil⁵. Nestas repúblicas a meninada misturava-se ao vulgo da cidade, envolvia-se em seus afazeres e seus revezes, vez ou outra, tornando-se solícito com suas lutas políticas. Aliás, a agitação que envolvia o centro do Recife naquele dia incomum não se tratava de manifestações trabalhistas; de procissões penitentes da Quaresma; nem mesmo da formatura matinal dos militares do Quarto Exército. Tratava-se da estudantada que se espalhava pelas encruzilhadas da Rua do Hospício com a Rua Riachuelo e Princesa Isabel, vias arteriais que separavam a sede do Comando Militar do casario que abrigava algumas das principais unidades da Universidade do Recife: a Faculdade de Direito do Recife (FDR), a Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), o Instituto de Geologia (IG) e a Escola Técnica de Comércio (ETC). Era para Faculdade de Direito do Recife que rumava o colorido dos passantes, atraídos pelo trote dos calouros do ano de 1955.

Março era o mês solene de ingresso das novas turmas da Universidade do Recife; era o mês mundano dos famosos “trotos dos calouros”. O trote era como um rito de passagem momesco que ousava desafiar a Quaresma⁶, com suas brincadeiras e desfiles de alegorias. O desbunde concebia a possibilidade de consagração dos calouros em futuros universitários, uma vez que reafirmava a categoria social e política que passavam a ocupar. Além do mais, apenas dois outros eventos se assemelhavam à

mais precisamente no Engenho do Meio, que foi construída a Cidade Universitária que abriga hoje a Universidade Federal de Pernambuco.

⁴ A tese já citada de Lúcia Barbosa (BARBOSA, 2005) narra aspectos da vida cotidiana dos moradores dessas hospedarias.

⁵ No Quadro produzido pela CAPES em 1964, onde se exibe a distribuição da matrícula do Ensino Superior, por unidade da Federação, Pernambuco aparece com 7.719 matriculados, número que representa a quinta maior comunidade discente do Brasil (ficando para trás de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo em ordem crescente). O contingente estudantil pernambucano é quase o mesmo da soma dos matriculados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas (respectivamente, 4.152, 1.137, 1.843 e 982). Outro quadro produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e pelo Conselho Nacional de Estatísticas revelam que Recife possuía para cada 1000 habitantes 2,6 estudantes, densidade apenas inferior a de Niterói (4,3) Coritiba (4,8) e Porto Alegre (3,5). Os dados referentes aos estudantes recifenses discutidos neste capítulo partem da análise da pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos no ano 1964. C. L. Monteiro de Castro. *Caracterização Sócio-Econômica do Estudante Universitário*. Centro Brasileiro de Pesquisa Educacionais – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Ministério da Educação. Rio de Janeiro: 1968: 391-392. O sociólogo Gilberto Freyre estava a frente da seção com sede no Recife. A mesma ficava localizada em Apipucos num dos casarões que hoje abrigam a Fundação Joaquim Nabuco.

⁶ A comparação com o carnaval parte da análise das fotografias e narrativas contidas no livro de Ramalho (*idem*). Elucubrações fortalecidas pelas palavras de Heraldo Souto Maior em entrevista concedida em 24/11/2009.

movimentação do trote para o alunado: os Jogos Universitários e as eleições para presidente da União dos Estudantes Pernambucanos (UEP - RAMALHO, 1994; ZAIDAN e MACHADO, 2007; MAIOR, 2009).

As moças universitárias presentes na multidão eram provavelmente estudantes da Escola Técnica de Comércio, da Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE)⁷, ou quem sabe, da Escola de Belas Artes de Pernambuco (EBAP). A cada ano que passava, as mulheres pareciam mais numerosas e menos contidas de transitar por lugares outrora restritos ao público masculino⁸. As alunas conquistariam nos anos 1960 a maioria numérica em importantes áreas da Universidade do Recife (Escola de Belas Artes - 60,86% - Curso de Nutrição - 90,9% - a Faculdade de Filosofia de Pernambuco⁹ - 56,2% - Faculdade de Odontologia 58,52%) e da Universidade Católica de Pernambuco¹⁰ (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – 51,9% - Escola de Enfermagem N. Sra. Das Graças – 100% - Instituto de Filosofia Aplicada da Faculdade de Filosofia – 86,95% - CASTRO, 1968, p. 63-64)¹¹. A FAFIRE era uma instituição

⁷ A Faculdade de Filosofia do Recife é uma das primeiras escolas de nível superior de Pernambuco e do Nordeste brasileiro. Fundada em 1940 pela Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti, foi reconhecida através do Decreto-lei nº 13. 583 de 1943. Oferecia os cursos de Filosofia, Matemática, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras e Pedagogia. Integrou a Universidade do Recife em seus primeiros anos, possibilitando o surgimento da mesma conforme o Estatuto da Universidade Brasileira que exigia a criação de uma Faculdade de Filosofia e Ciências como um dos requisitos básicos para criação das universidades. Sua frequência era restrita a mulheres, apesar dos professores do sexo masculino terem acesso, não de todo irrestrito, aos confins da escola. Disponível em <http://www.fafire.br/> e http://pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade_Frassinetti_do_Recife. Acesso em 23 nov. 2009.

⁸ Pesquisas realizadas alguns anos mais tarde revelariam o paulatino equilíbrio entre rapazes e moças nas escolas superiores da cidade. Em 1965 pouco mais da metade (57,53%) dos estudantes universitários eram do sexo masculino. Pesquisa já citada de C. L. Monteiro de Castro, 1968: 63. O trabalho *Fotografia moderna do Recife: década de 1950* de Fabiana Bruce (2005), destaca esta crescente invasão feminina por lugares outrora insólitos para este público.

⁹ A Faculdade de Filosofia de Pernambuco foi criada nos anos 1940, mas apenas passou a funcionar na década seguinte. Possuía inicialmente os cursos de História, Geografia, Letras, Pedagogia, Filosofia, Psicologia e Ciências Sociais. Como as demais Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do País os cursos voltavam-se basicamente para formação de professores do ensino médio e fundamental. A pesquisa científica inexistia e raras eram as atividades de extensão.

¹⁰ Como a Universidade do Recife, a Universidade Católica de Pernambuco nasceu da agregação, incorporação e criação de faculdades, institutos e escolas superiores no ano de 1951. Foi reconhecida pelo Governo Federal em 18 de Janeiro de 1952 através do Decreto 30. 417. Seu gérmen foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel da Nóbrega, dirigidas pelos padres jesuítas da região. No entanto, os esforços por uma universidade católica no Recife remontam o início do século por ocasião da publicação desta reivindicação em Carta Pastoral datada de 1916 (PEREIRA, 1977).

¹¹ Observem que a penetração feminina é, sobretudo, em dois campos de atuação. A primeira está situada nos cursos de licenciatura cuja penetração e valorização no mercado de trabalho ainda hoje são mínimas. O segundo campo se situa nas ciências auxiliares da Medicina como Enfermagem, Odontologia e Psicologia. Por outro lado o número de professoras crescia lentamente nas escolas superiores menos tradicionais como a FAFIPE (Faculdade de Filosofia de Pernambuco) e a EBAP (Escola de Belas Artes de Pernambuco).

educacional feminina e religiosa, tendo sido durante alguns anos congregada à Universidade do Recife¹².

A torrente de estudantes que assomava a rua sinalizava uma transformação nos fazeres urbano e universitário. Novas tensões políticas e sociais. A começar pelas moças universitárias, ainda existia muito preconceito contra as passantes solitárias, a rapaziada intimidavam-nas com gritos e xingamentos: *as moças que por ali [rua do hospício] se aventuravam a passar – mulher boa -, ora os pares que desconheciam os perigos do trecho – moça, pega na mão dele!* (RAMALHO, 1994, p. 21). Para estas moças, desviar a porta da escola e passear pelos encantos mundanos da cidade era um gesto de coragem que silenciosamente transformava as potencialidades da vida urbana. O crescente matiz feminino se dava lado a lado da ampliação do contingente estudantil e de sua paulatina consolidação como movimento político. Por um lado desdobrando seus anseios e, por outro, acentuando as tensões inerentes à vida universitária. Todos estes embates e seu devido desenvolvimento como pauta de reivindicação política foram fundamentais para dar uma maior visibilidade à precariedade do nascente sistema universitário brasileiro.

No geral o ensino superior (universitário ou não) permanecia como espaço elitizado, para não dizer aristocratizado, de pouquíssima inserção social das classes subalternas, cujo principal dispositivo institucional era o exame vestibular. A gratuidade do ensino superior público e o fenômeno universitário recifense acentuaram o contingente estudantil e conseqüentemente os cursos propedêuticos para o ensino superior (RAMALHO, 1992)¹³. Muitos destes cursos pertenciam aos lentes das faculdades e escolas que os vestibulandos pretendiam ingressar. O termo lente era empregado para denominar o professor universitário, normalmente o catedrático. Era aquele que fazia ler, que por sua autoridade magistral reproduzia leituras por meio do qual o mundo e seus objetos podiam ser vislumbrados em dimensões muito maiores ou menores do que o normal. Era o mestre todo poderoso que tinha a potência de representar e trazer à luz, a partir da palavra fácil e da verdade dogmática que se avultava diante da centelha do espírito crítico. A influência dos lentes catedráticos era decisiva nas deliberações políticas, pedagógicas e científicas da universidade.

¹² A Faculdade de Filosofia e Ciências era uma das escolas requisitos para criação de Universidades no Brasil, como previa o decreto nº 19. 831 de 11 de abril de 1931, o Estatuto da Universidade Brasileira (CUNHA, 2007).

¹³ 69, 09% dos alunos freqüentaram curso pré-vestibular (CASTRO, 1968: 70-71).

Gadiel Perruci¹⁴ escreveu um ensaio significativo para compreensão da problemática da autoridade docente nos tempos da Universidade do Recife. A tese básica do autor é que a criação da UR, a partir do açambarcamento de escolas preexistentes, ao mesmo tempo que inaugura um projeto centralizado de ensino superior, ressignifica os traços autoritários e oligárquicos das escolas tradicionais que foram incorporadas. Ao longo do texto, o autor faz uma caracterização dos professores Catedráticos que nos ajuda a compreender a posição que estes ocupavam no campo universitário. As propriedades consideradas pelo historiador dizem respeito à localização, à acessibilidade e ao peso destes agentes. O primeiro diz respeito à distância que estes estabeleciam dos demais agentes universitários, sobretudo, dos alunos. Propriedade do que é incólume e vertical. A soma desta com a segunda característica ganha expressão na tradição didática dos lentes: a aula magistral, cujo sulco principal é a transmissão de conhecimentos antidialógica. O professor fala, cita as referências bibliográficas e deixa que os alunos solucionem por si mesmo suas dúvidas. O Professor além de incólume tem uma fala rara, quase sempre inacessível fora da sala de aula.

A última propriedade assegura a autoridade hierárquica do corpo docente e o controle absoluto dos quatro órgãos que compunham a Universidade: Reitoria, Conselho de Curadores, Conselho Universitário e Assembléia Universitária (apesar de não dominarem esta última em absoluto, a instância era tão presente quanto a famosa Assembléia dos Estados Gerais cuja convocação antecedeu a revolução francesa). Solicitude nas deliberações políticas e privacidade absoluta (leias-se isolamento) nos termos de produção científica (esta quase inexistente) e pedagógica. São estas formas de expressão e conteúdo que levaram Gadiel Perruci a conceituar os Catedráticos como “oligarcas acadêmicos”. Não se afirma com isto que os problemas do sistema universitário brasileiro estivessem unicamente associados a estes agentes específicos. Segundo o próprio Perruci, bem como outros autores como Paulo Rosas (1992) e Luiz Antônio Cunha (2007), se os departamentos conseguem dinamizar a atividade científica através do fomento sistemático das pós-graduações nos anos 1970, não são bem

¹⁴ PERRUCCI, Gadiel. *Um projeto oligárquico-liberal de universidade (notas para uma história da UFPE)*. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=490&textCode=3167&date=currentDate>. Acesso em: 10/12/2009. Este artigo foi publicado inicialmente nos *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Vol. II (2) jul/dez 1986.

sucedidos em superar o isolamento, o mandonismo e o autoritarismo político-pedagógico da cátedra.

Certamente este lócus de poder irrestrito despertou a desconfiança dos estudantes. A desconfiança foi ganhando substância política à medida que se estruturava como pauta de reivindicação no movimento estudantil. A crítica dos estudantes apenas seria timidamente incorporada e explicitada pelos professores alguns anos depois, quando, por exemplo, o Conselho Universitário aprovou a existência dos cursinhos estudantis (SANTOS E SILVA, 2009), ou mais tarde, com o fomento da “Extensão Cultural” visando à “Reforma Universitária” (VERAS e MENDONÇA, 2004/2009). Até a criação do regime de dedicação exclusiva (criado pelos militares), os cursinhos mantidos por alguns lentes permaneceram tendo bons rendimentos, como é possível acompanhar na avaliação do professor da FAFIPE, Carlos Maciel¹⁵:

Todos nós sabemos que há nesta universidade um número grande de professores que “acumulam” com outras instituições para as quais dão muito mais de si mesmo, em horas, em trabalho, em empenho, sem que nelas ganhem mais – às vezes ganham menos – do que na Universidade. A Universidade é, nesses casos, o maior salário, também o mais folgado, mas é apenas um “bico”. (MACIEL, 1965, p. 184).

Seja o que for, nem todos dependiam da formação complementar dos cursos propedêuticos. Viravam-se da maneira que podiam nas escolas públicas, como o tradicional Ginásio Pernambucano na rua da Aurora.¹⁶ As taxas de admissão e matrícula já significavam um *gap* orçamentário que precisava ser duramente angariado com trabalho e auxílio familiar. É verdade que a maioria dos estudantes não trabalhava e os poucos que se dedicavam ao labor, assim faziam porque precisavam complementar a renda de casa.¹⁷ Neste caso, o reforço pago para o vestibular se tornava árduo. Não eram raras nessa época as denúncias estudantis do que coloquialmente é chamado de *pistolão*, ou seja, mandonismo, favorecimento ilícito dos candidatos a estudantes e a professores da UR. Portanto, passar no vestibular significava superar suas limitações intelectuais, mas também seus possíveis adversários intangíveis.

¹⁵ Foi justamente o professor Carlos Maciel que coordenou a pesquisa sobre a caracterização socio-econômica do estudante universitário recifense que vem sendo largamente utilizada neste primeiro capítulo.

¹⁶ 50, 65% dos informantes da pesquisa estudaram em escolas particulares, 14, 38% frequentaram escolas públicas e 30, 69% indicaram escolas publicas e particulares. (CASTRO, 1968, p. 77-78)

¹⁷ 52, 71% não exercia qualquer ocupação remunerada.

A partir dos anos 1950 as bancas de exame orais começaram a ser questionadas em sua suposta neutralidade, como os periódicos produzidos por entidades representativas dos estudantes, a exemplo da *Ripa* da Escola de Engenharia, do *Raio-X* da Faculdade de Medicina e do *DDC* da Escola de Química. Tornaram-se cada vez mais freqüentes os libelos do alunado, contendo críticas severas à comunidade acadêmica no geral, textos informativos, poemas satíricos e deboches aos “chatedráticos” (RAMALHO, 1992, p. 68). A *Ripa* ficou famosa pela “cruzada” que travou em 1954 contra o professor Salomão Jaroslavsky da EEP, que era proprietário do “Curso Pernambucano de preparação para o vestibular aos cursos superiores”. “\$alomoney”, como era chamado pelos alunos, ao tomar conhecimento da existência do cursinho mantido pelos universitários, impetrou um mandado ao Conselho Técnico Administrativo (CTA) da Escola solicitando a proibição do trabalho extensivo dos alunos, ao qual o Conselho acatou prontamente. A sugestão de “\$alomoney” foi seguida pelas outras Congregações da UR, interditando a atividade extensiva dos alunos. Várias edições da *Ripa* retomaram esta questão, sempre com muito deboche. Os libelos por meio do qual se expressavam os estudantes despertavam a fúria dos docentes, “ripados” ou não. Há relatos de professores oferecendo somas elevadas de dinheiro para quem denunciasse os anônimos periodistas ou, em outros casos, propondo vaquinhas entre os lentes para aumentar o prêmio pela delação (RAMALHO, 1992)¹⁸. Protegidos pelo anonimato da identidade coletiva, assinando com EU, TU, ELE, NÓS, VÓS, ELES, os estudantes fizeram do papel mimeografado o libelo de suas queixas quanto à precariedade do ensino superior brasileiro.

O elemento mais importante nos jornais reunidos por Walter Alves Ramalho é justamente a possibilidade de perceber o crescente antagonismo dos estudantes com o corpo docente, apontando como as precariedades das IES naqueles anos já assolavam o estudante antes mesmo do ingresso nas escolas superiores. O que se faz importante destacar são justamente as críticas às práticas educacionais deletérias que supostamente se arrastavam desde o século XIX. Se não conseguiram superá-las com seus questionamentos, ao materializá-las em produto impresso mostraram que estas possuíam similitude com as contidas no ofício de 1837 produzido pelo Diretor interino do Curso Jurídico de Olinda (primeira escola superior do Brasil juntamente com a de

¹⁸ Segundo o periódico os professores ofereciam 50.000 cruzeiros para quem delatasse os produtores da RIPA.

São Paulo), o Padre Lopes Gama (o Carapuceiro), enviadas em relatório ao Presidente da Província de Pernambuco, Sr. Vicente Tomás Pires (PEREIRA, 1977, p. 199-205)¹⁹.

Ao cruzar os relatos é importante destacar que não tratam especificamente dos mesmos problemas, apesar de toda similitude e de ambos tratarem de problemas educacionais. A ausência de diálogo entre professor e aluno no Brasil Imperial é um problema específico de uma época. O “mesmo” gesto assume novos significados quando “repetidos” na democracia em vias de consolidação com o fim do Estado Novo. No regime imperial é o corpo do monarca e de seus agentes que deve ser significado, preservado e perpetuado através de novas interpretações (práticas e discursivas). Contudo na semiologia republicana é a integridade do corpo do cidadão que está em questão. A nação é um corpo só, apesar de nem todos serem iguais. Acontecimentos similares, contudo, diferentes. O traço é o mesmo, mas o problema não. A diferença pragmática agrava a repetição.

No que tange à seleção de professores e alunos, quase não é possível falar sobre o favorecimento quando a escolha do professor é imperial, ato de escolher e selecionar que dependendo de como é aplicado, poderia ser visto, após a constituição de 1946, como nepotismo, prevaricação, improbidade administrativa, favorecimento ilícito ou fraude de concurso público²⁰. No que diz da prática docente, a inexistência de avaliação profissional e a defasagem dos métodos pedagógicos são renegados e opostos ao lócus de poder da Cátedra e ao anti-método da aula magistral. Em ambos os casos, os Catedráticos deliberam por renegar a fortuna crítica e científica das pesquisas educacionais que tomaram uma maior solidez no Brasil a partir do movimento da Escola Nova.

Podemos falar também dos cursos livres da escola de ciências sociais e jurídicas do século XIX e sua significativa similitude com o ensino de Direito, Engenharia, Letras, Filosofia e Ciências (*Escola filosófica de engenharia, o bonde dos teóricos* - RAMALHO, 1994, p. 111; 158). O livreto é canhestamente confundido com o teórico (RAMALHO, 1994, p. 97-98; 111). Não cessam os problemas: falta de compromisso dos professores, docência universitária como um “bico”, “professores faltosos, que assinam as cadernetas com semanas de antecedência” (RAMALHO, 1994, p. 104; 240.).

¹⁹ O relatório produzido pelo Padre Lopes da Gama foi reproduzido integralmente no livro de Nilo Pereira, transcrito do original no Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

²⁰ As entrevistas e as memórias analisadas para realização deste trabalho também confirmam as práticas do mandonismo universitário.

A partir destes aspectos podemos chegar a algumas conclusões que serão tratadas aqui e nos próximos itens: I - A ampliação do ensino superior através das universidades acirrou os embates entre professores e alunos aumentando os pontos de conflito e tensão; II - a consolidação dos estudantes como categoria política permitiu a verticalização de críticas outrora silenciadas, críticas que desde já afirmamos não apontam para problemas supostamente coloniais da educação brasileira, como tem enfatizado a grande maioria dos manuais de história da educação e outros ensaios críticos (ROMANELLI, 2005; RIBEIRO, 1998; VEIGA, 1996). A pragmática mostra que o mesmo enunciado imbuí-se de significados e recepções díspares de acordo com a historicidade que o envolve (DELEUZE e GUATTARI, 1995); III – A abertura do ensino superior para os estudantes da classe média tornou mais acessível à opinião pública a crise no qual estavam inseridas as universidades brasileiras. Crise do ensino superior que antecede até mesmo o surgimento sistemático das universidades por todo o Brasil (*Simpósio sobre a problemática Universitária*, 1965); IV - O surto universitário do final dos anos 1940 privilegiou a ampliação quantitativa das escolas, deixando de lado problemas estruturais de nosso sistema educacional e as reformas das instituições mais antigas; V - O projeto centralista que orienta o surgimento da UR, ressignifica formas de expressão e conteúdo humanistas, implicando num elitismo e isolamento institucional (científico e pedagógico, portanto, político).

O ensaio de Paulo Rosas, “Para compreender a educação superior brasileira”, talvez nos permita avançar em nossa análise (1992). O livro traz uma reflexão em torno de uma ambigüidade fundamental de nosso campo educacional: o raro sabor das experiências libertárias e o ranço amargo de nossa tradição educacional autoritária. Paulo Rosas parte da análise das medidas cerceadoras da vida universitária para compreender o quadro no qual está inserida a educação superior brasileira nos dias atuais. Inicialmente o que nos interessa no ensaio é justamente como o autor reconstitui a formação da universidade brasileira. Para Rosas o modelo assumido nos anos quarenta, associou a expansão e integração do ensino superior a “vícios antigos” de nosso sistema educacional. Discordamos do autor neste ponto por acreditar que estas práticas tomadas por vícios antigos se ressignificam ao longo da história, o que não nos permite tomá-las como as mesmas, apesar de toda similitude e de serem normalmente ainda mais danosas em suas atualizações. As práticas e significados relacionados por Rosas aparentemente não são muito diferentes dos elementos denunciados pelo Padre Lopes da Gama e pelos estudantes da Escola de Engenharia, contudo vale à pena

conferi-las mais uma vez: o verbalismo²¹, a hegemonia da Cátedra, o apego aos concursos retóricos, o alheamento das IES à conjuntura social e política do país, o burocratismo dos professores e funcionários, a inexistência de produção científica sistematizada, a falta de agentes universitários capacitados, a influência política de agentes exógenos, o mandonismo, a inadequação dos edifícios universitários e a precariedade das bibliotecas e dos laboratórios (ROSAS, 1992).

A universidade não gozava da modernidade de um carro de luxo ou de qualquer outra maravilha exibida pelo presidente bossa nova Juscelino Kubitschek. A magnificência daquela não era oriunda de seus aparatos modernos, de sua cientificidade, dos recursos didáticos de sua estrutura e de seus agentes. Sua instrumentalidade estava nos emblemas de distinção ao qual estava institucionalmente autorizada a distribuir, nos signos fálicos do capital cultural. Contudo, não podemos ignorar a intensidade política e cultural da vida universitária recifense, dinamizando a cidade como espaço de produção de subjetividades, nunca de todo fechados aos desvios da repetição do gesto escolar, permitindo a suas redes de sociabilidades a possibilidade de reinventar a precária experiência educacional superior. É justamente sobre este último aspecto que se debruça este trabalho.

O ensaio já citado de Perruci ao tratar do caso da UR, se aproxima bastante das conclusões de Rosas. Perruci introduz sua argumentação com uma longa análise da ideologia política brasileira no intervalo que cobre dos anos 1930 a 1964. Investigação esta que enfatiza o advento do surto modernizante e urbanístico na primeira década, à sistemática mudança da divisão social e regional do trabalho e suas repercussões no campo educacional e intelectual. Em Pernambuco, a transição do modelo de produção agrário-exportador para o modelo urbano-industrial e as estratégias de manutenção do “status quo” da oligarquia açucareira (resistindo ao apetite insaciável das usinas e da nascente classe média) são para Perruci duas conjunturas locais que determinam o surgimento da UR. O espírito universitário e sua definição sistemática estão, portanto, imbricados ao discurso educacional modernizante, mas também aos imperativos da oligarquia regional e acadêmica. Para o autor, a redefinição se dá em dois níveis: de mudança e de controle. Enquanto o último induz uma centralização acadêmica e

²¹ Este traço preponderantemente verborrágico, ou auditivo, como o conceituaria Luiz Costa Lima em ensaios do *Dispersa Demanda* I e II (1981; 1990), longe de buscar a linguagem coloquial como fizeram os modernistas de 1922 ou João Cabral e Guimarães Rosa, deseja do povo se distinguir. Sua oralidade textual está em ser feita, para ser recitada e não lida, *desejo de palanque [...] mas da persuasão sem o entendimento* (LIMA, 1981, p. 10-16).

administrativa das faculdades livres, subjugadas a uma “oligarquia acadêmica” em torno do tripé das escolas tradicionais e seus catedráticos, o primeiro nível aponta para uma nova ordenação e valoração dos saberes em torno do novo paradigma urbano-industrial. A ideologia do desenvolvimento nacional celebra os elementos constitutivos do novo pacto social e, nesta contradança, a universidade aparece justamente como árbitro entre o governo e o gérmen da sociedade civil. A universidade, como instituição, teria esta função de agenciar os novos signos de distinção e poder com a oligarquia rural e a nascente classe média, formalizando e ordenando sua inserção na complexa economia urbana e seus regimes significantes. O grande dilema da UR era justamente operar a partir da centralização e da expansão universitária, a manutenção do tradicional corpo político e pedagógico que existia antes do advento da universidade no Nordeste. Todo este ambíguo projeto deveria estar integrado à cultura política de “reconstrução nacional”, ou seja, fomentar a modernização escolar, sem questionar o equilíbrio de forças estabelecido pelas elites locais. Modernizar sem mudar, eis o desafio dos criadores da UR.

A leitura do autor é extremamente pertinente, mas divergimos da determinação que imprime do campo político e econômico ao campo cultural e universitário. Estes, quando observados a partir de sua lógica interna de produção, sua política de circulação, legitimação e apropriação, revelam uma riqueza histórica que torna seus fenômenos irredutíveis às determinações da “infraestrutura”. Discordamos também do verniz “populista” que o autor pinta à gestão do reitor João Alfredo²². Contudo, comungamos do entendimento dado ao tema central do ensaio, que é o projeto político e pedagógico autoritário, dito “oligárquico”, que permeia a história da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco. Neste ponto sua análise chega à mesma conclusão que a de Paulo Rosas. A criação da universidade atualiza o autoritarismo e o déficit do sistema educacional que visava suplementar, assegurando com isto, o locus de poder irrestrito e a influência das oligarquias regionais (intelectual, educacional, política, econômica, cultural) na política universitária.

Os próprios estudantes, quando estimulados a escrever comentários e observações sobre a vida universitária e suas problemáticas, na já citada pesquisa do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), apontaram para questões próximas das análises de Perruci e Rosas. Decerto poucas foram as vozes que ousaram se levantar

²² Sucedeu o reitor Joaquim Amazonas, primeiro reitor da UR, após a morte deste.

diante da crescente repressão e endurecimento do regime militar (apenas 24,2% dos questionários estavam comentados). Os pesquisadores do INEP dividiram as opiniões dos estudantes em quatro grupos: referente à ordem pessoal, familiar e econômica; referente à própria escola e/ou ramo de ensino considerado; referentes às questões do ensino universitário em geral; e referente às questões de ordem política. O aspecto escolar agrupou o maior número de comentários, principalmente as questões da “deficiência das instalações materiais e do equipamento” (11%) e a “deficiência do ensino ministrado” (3%). Em segundo lugar ficaram às observações de ordem econômica, evidenciado a “situação econômica precária” (9,2%) e a “necessidade de obtenção de emprego” (3,3%) dos estudantes. “As questões referentes ao ensino universitário em geral” concentram o terceiro maior grupo, reunindo críticas à “falta ou deficiência da assistência ao estudante” (4,5%) e a “necessidade de organização do sistema educacional” (3,6%). Certo receio quanto à repressão à liberdade de opinião e expressão, deve ter colaborado para que o menor grupo de observações tenham sido as de ordem política. Com exceção de São Paulo (8%), o aspecto minoritário deste grupo foi uma tendência geral nas capitais onde a pesquisa foi realizada, não chegando nem mesmo a somar, em Pernambuco, o percentual de 2% dos comentários (1,2%). Os argumentos estavam distribuídos entre “deficiência da administração pública”, “oposição à situação política atual” e “oposição ao cerceamento da liberdade estudantil” (CASTRO, 1968, p. 432).

Deve ter sido por todos estes motivos, entre outros talvez desconhecidos, que naquela tumultuada manhã recifense de 1955, marchava entre os calouros travestidos de mulheres (e outras fantasias esdrúxulas) um monstruoso mamífero proboscídeo (RAMALHO, 1992). O animal foi alugado pelo Diretório Acadêmico da FDR a um circo que estava de passagem pela cidade. Já havia alguns anos que os estudantes vinham disputando entre si qual o trote mais pomposo, e ano a ano crescia a rivalidade entre os desfiles da Faculdade de Direito do Recife e da Escola de Engenharia.

A multidão ia chegando e se amontoando na esquina da Mercearia e Bar Acadêmico. Os calouros caminhavam bem atrás da Elefanta no interior dos cordões de isolamento, entre a gritaria dos ambulantes e outros transeuntes que acompanhavam a festividade. Na retaguarda uma orquestra de frevo ensaiava a primeira canção do dia. A execução do frevo “Vassourinha” e a estrondosa queima de fogos anunciaram a saída do Trote (RAMALHO, 1992). Contagiados, os estudantes não contavam com a sensibilidade auricular e intempestiva da mascote do trote, que ao escutar os fogos e o

frevo de Sivuca, varou o cordão de isolamento numa tumultuada corrida pela Rua do Hospício.

As pessoas corriam para todos os lados e muitos nem viram quando a criatura invadiu a rampa que levava aos galpões das oficinas da Escola de Engenharia. Talvez alguns observadores do “céu”, cobertura onde aconteciam as aulas de Astronomia da EEP, tenham acompanhado todo trajeto do animal. Perseguida pela multidão eufórica, a pobre elefanta escolheu como refúgio os confins da oficina da EEP, onde inquieta acreditava-se protegida da fúria da música popular brasileira. Conta-se que um jovem estudante de engenharia, confiante em sua empatia com os animais, aproximou-se da criatura na tentativa de acalmá-la. Não se sabe ao certo se foi bem sucedido, mas a elefanta, talvez por extremo pavor ou por intenso relaxamento, despejou em cima do incauto estudante uma enorme quantidade de matéria fecal, encerrando com grande mau cheiro a possibilidade do trote da FDR sair vitorioso naquele ano.

De longe, do primeiro andar de um casarão histórico nas imediações do Parque Treze de Maio, um idoso vestindo terno branco de linho, acompanhava o burburinho estudantil no centro da universidade/cidade. O observador sabia que já não havia disciplina e ordem como nos tempos de Agamenon Magalhães (CAVALCANTI, 1978). Os tempos mudaram e os futuros bacharéis já não eram mais em sua maioria meninos de engenho ou usina. A classe média se amalgamava com os filhos da aristocracia e a mistura já não era mais tão heterogênea. Ainda que a Cátedra e as bancas permitissem filtrar a entrada das ideias deletérias, o lugar de privilégio aristocrático que a cátedra representava estava chegando ao seu limite (não ao seu fim). “Não demoraria que a alta cultura universitária fosse invadida pelas reivindicações mundanas”, bem devia imaginar o senhor que acompanhava toda aquela baderna. De longe escutava os estudantes gritando os diversos nomes que haviam o apelidado. *Velho do pastoril! Quincas! Urubu-Rei! Quincas Manaus! Magnífico! Formidável!* Para cada escola um novo apelido. Aonde havia chegado a criatura que ele, o “criador”, conduzira com tanto esmero? Estava a lhe fugir do controle como havia fugido dos alunos o proboscídeo pela Rua do Hospício?

1.2 O terno branco de Quincas: a universidade vista do alto

É este sol poente que tomamos por uma aurora.

Victor Hugo

A chuva porventura tem pai? Ou quem gerou as gotas do orvalho?

Jó 38:28

Diariamente, adentrava o casarão de número 619 da rua do Hospício, trajando terno branco de linho, o catedrático de Direito Comercial da FDR, Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas, para desempenhar as obrigações públicas de Reitor que prometera dedicar os últimos dias de sua vida (BERNARDES, SILVA e LIMA, 2007). O professor revezava a estada na reitoria com as visitas diárias ao Escritório Técnico da Cidade Universitária (ETCU). O ETCU ficava na ilha de Santo Antônio, do outro lado do rio Capibaribe, no edifício Sulacap na moderna Avenida Guararapes. Não faltava fôlego ao reitor para acompanhar de perto o trabalho inicial da equipe do italiano Mario Russo, professor da Faculdade de Arquitetura responsável pelo projeto do campus. Homens e mulheres de letras da cidade estavam muito curiosos em saber onde seria instalada a UR e ninguém poderia afirmar que Joaquim Amazonas não estava correndo para definir esta situação. Não por força absoluta da promessa que fez na cerimônia de inauguração da Universidade – “não me furtarei, prometendo, perante todos vós que me ouvis, nesta solenidade, dedicar inteiramente os restantes dos dias de minha vida de professor à obra ingente que me foi lançada aos ombros” (BERNARDES, SILVA e LIMA, 2007, p. 97).

A relação entre o jurista e a reitoria durou mais de uma década. O homem de idade avançada envolvido por seu terno branco de linho chegando à rua do Hospício para reunião do Conselho Universitário ou deixando aquele casarão rumo ao edifício Sulacap, foi uma cena que se repetiu pelos treze anos (1946 a 1959) em que o “velho Quincas” – como os alunos costumavam chamá-lo – ocupou a destacada posição de Reitor. Amazonas se deixava pertencer àquela instituição pública de maneira que até na mais recente bibliografia sobre o tema a trajetória da IES se confunde com a história privada do seu mestre (SANTOS e SILVA, 2009). Não há um fio claro na documentação, separando o horizonte público da instituição universitária das funções que se imbuía o seu primeiro Reitor. Assim, por exemplo, todo dia sete de abril, a

comunidade acadêmica se reunia para celebrar o aniversário do seu “timoneiro” – como seria chamado por Manuel Correia de Andrade (SANTOS e SILVA, 2009, p.25) –, num gesto de celebrar todo amor e desejo de longa vida ao homem que prometera “doar” à comunidade universitária seu último alento. Se a universidade do Recife era invocada na época como uma “grande família”, Joaquim Amazonas era seu *dominus* incontestado. Orientando-a com “ternura doméstica” (LUIZ DELGADO in SANTOS e SILVA, p. 26), muitas vezes a contragosto dos seus filhos, cuja prodigalidade, às vezes, descambava na indisciplina, impelindo o dedicado pai a agir severamente para educar.

A língua afiada dos alunos não exagerava quando debochava da idade do magnífico Reitor da UR (RAMALHO, 1992). Joaquim Amazonas nasceu em 1879, no Recife, filho do advogado Antonio Amazonas de Almeida. Seu bacharelado em Ciências Sociais e Jurídicas na FDR se deu nos anos áureos da Escola do Recife, quando Silvio Romero já estava bem assentado no Rio de Janeiro, caindo em cima de Machado de Assis. O poeta pré-modernista Augusto dos Anjos ainda nem estudava na faculdade e Euclides da Cunha estava prestes a publicar “Os Sertões. A turma de Amazonas foi uma das últimas a se formar na antiga sede da faculdade apelidada de “Pardieiro da rua do Hospício”. O belo edifício que abriga atualmente a FDR era apenas um projeto arquitetônico e os estudantes freqüentavam as aulas na mesma casa cujo Imperador D. Pedro II, ao avistá-la em 1859 disse: “não mostrem esse casarão como sede de uma Escola Superior, pois ele é inadequado e muito feio” (DANTAS in BRANDÃO, 2000, p. 450). É difícil imaginar que no “pardieiro da rua do hospício” se formaram os maiores nomes da Escola do Recife, bem como o jurista que viria ser o primeiro reitor da UR. Aliás, este não só estudou na antiga casa como assistiu à ascensão da torre da campanila e seu relógio no píncaro do novo edifício da FDR²³. Vivenciou igualmente toda formação do sistema educacional superior pernambucano na virada do século, o surgimento e o malogro das faculdades livres impulsionadas pela lei Rivadávia, e acompanhou a criação de todas as unidades de ensino superior que seriam algumas décadas depois incorporadas à Universidade do Recife.

Ainda moço, Amazonas, angariou distinção dos demais colegas como aluno laureado da turma de 1901. Oito anos depois foi aprovado no concurso público para professor desta mesma faculdade, assumindo mais tarde a cadeira de Direito Comercial. Como membro do corpo docente, desempenhou funções editoriais na Revista Acadêmica

²³ A torre da campanila e seu relógio é o símbolo maior do atual edifício da Faculdade de Direito do Recife.

da FDR e ocupou por mais de duas décadas representação no Conselho Superior de Ensino. Como advogado, participou da criação e presidiu por mais de uma década a seção pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil, no mesmo intervalo de tempo que coordenou o Conselho Penitenciário de Pernambuco. Foi eleito em 1927, senador, e integrou a Comissão de economia e finanças do Estado em 1930. Nos anos quarenta foi consagrado como diretor da FDR. Mesmo com toda esta extensa vida pública, Joaquim Amazonas sempre negou sua vocação política, nunca quis ser visto como um dos grandes políticos pernambucanos, preferindo a imagem de criador da Universidade do Recife (SANTOS e SILVA, 2009). Um sujeito politicamente limitado dificilmente poderia ocupar a posição que este ocupou. Ainda assim escreveriam sobre ele décadas depois como “um homem acima dos seus e do seu tempo (...) considerado por alguns como apolítico: tinha uma ‘missão’ aqui em Pernambuco e era ‘desprovido de pretensões políticas’ e, evidentemente, um ser neutro” (in SANTOS e SILVA, 2009, p. 22).

Ora, reafirmar que Joaquim Amazonas era um sujeito apolítico é aceitar o corpo de ideias das quais se imbuem as pessoas sem a menor consonância com as práticas que as constituem como sujeitos. As próprias práticas e discursos denegam a neutralidade, mas requerem uma operação que extraia destas o objeto que esboçam. Como afirmam Evson Santos e Talita Silva em pesquisa recentemente publicada: “apesar de ser um homem ‘desprovido de pretensões políticas’, Joaquim Amazonas assumiu diversos cargos administrativos e políticos” (*idem*: 23). O tipo ideal apolítico não constitui o agente social antecedendo suas práticas e discursos. As atas do Conselho Universitário reunidas por estes dois pesquisadores permitiram a análise das representações e das práticas constituídas ao longo do reitorado de Joaquim Amazonas, desconstruindo mitologias ou significados cristalizados²⁴.

Neste esforço de retomar o reitorado de Joaquim Amazonas, não podemos deixar citar o livro “Memórias de criação da Cidade Universitária e da Universidade do

²⁴O reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do conselho universitário (SANTOS E SILVA, 2009) representa uma modalidade de iniciativa imprescindível à escrita da História. Ao reunir documentos referentes a este primeiro momento da atual UFPE, os autores colocam ao alcance dos pesquisadores as fontes primárias sem as quais parte da operação historiográfica estaria comprometida. Por questões analíticas destacaremos dois pequeninos deslizes que não comprometem o corpo maior do trabalho. Primeiramente, falta um posicionamento crítico dos autores na imparcial biografia que escrevem sobre o reitor Joaquim Amazonas. Não há problematização em destacar as afirmações resultantes da pesquisa sócio-histórica com aspas. Outro aspecto problemático são os anexos com a lista dos membros do Conselho Universitário. Faltam nomes e filiações institucionais, tendo sido algumas destas postas equivocadamente (como, por exemplo, a do vice-reitor e futuro reitor, João Alfredo, que pertencia à EBAP e não à FMR).

Recife”, de Denis Bernardes, Amanda de Vasconcelos e Márcia Goldberg. A publicação faz parte de um projeto maior intitulado “Vozes da UFPE” que visa criar subsídios historiográficos para “uma futura e necessária história da Universidade Federal de Pernambuco” (2007, p. 10). Neste volume os autores procuram rastrear os registros jornalísticos contendo as repercussões e os embates em torno da criação da Universidade do Recife e da Cidade Universitária. Os pesquisadores oferecem como conclusão do trabalho um levantamento das referências bibliográficas sobre a história da UFPE (1946-2007)²⁵.

As primeiras universidades públicas criadas a partir dos anos 1930, conforme o Estatuto das Universidades Brasileiras do Ministro Francisco Campos, eram instituídas por decretos-lei do Governo Federal. O decreto representa o desígnio de uma vontade superior que institui alguma coisa, e no caso da lei nº 9.388 de 20 de junho de 1946, representou a anelação do décimo sexto presidente do Brasil, o general Eurico Gaspar Dutra e seu ministro da Educação e Saúde Ernesto de Souza Campos de criar uma Universidade no Recife. Muitos foram os esforços por toda primeira metade do século XX pela criação de uma Universidade em Pernambuco, leigos ou católicos, os ecos reivindicativos por este ideal educacional sempre ressoaram nos periódicos da capital Recife (PEREIRA, 1977). O crepúsculo da era Vargas favoreceu os defensores da universidade brasileira. Sua maior liderança no Recife era Joaquim Amazonas. O catedrático de Direito Comercial não era um grande crítico dos moldes autoritários do Estado Novo, naquela época em franca decadência. Longe disto, era amigo dileto do interventor do Estado de Pernambuco Agamenon Magalhães (CAVALCANTI, 1978). O ocaso de Vargas foi a aurora do professor de direito, pois foi justamente no fatídico ano de 1945²⁶, que este ascendeu ao cargo de diretor da FDR. Os longos anos no qual esteve prestando serviços públicos no Rio de Janeiro garantiram ao catedrático uma intimidade com a política da capital nacional indispensável ao futuro regente de uma possível universidade recifense. Talvez já tenha voltado com as vocações e aptidões eletivas para gerir o antigo projeto de criação duma Universidade no Nordeste do país. Neste sentido, a força mundana da política o fizera dirigente oficial da unidade de ensino superior que por sua tradição e por seu caráter público estava destinada a liderar inicialmente a

²⁵ Não temos a menor pretensão de esgotar os primeiros anos da UR e seu Reitor quase vitalício, mas tão somente observar a nascente universidade do alto, descrevendo seus primeiros conselheiros e a postura que assumiram como agentes universitários. São por meio destes gestos e significados formalizados que engendraram aquilo que concebiam como fenômeno universitário no Recife e, sobretudo, suas regras internas, potencialidades ao qual o Serviço de Extensão Cultural procuraria reformar ou dinamizar.

²⁶ Joaquim Amazonas já havia assumido a direção provisória da escola em outras ocasiões.

comunidade acadêmica da futura Universidade do Recife. Amazonas não trouxe a universidade nas costas quando retornou do Rio de Janeiro, mas possuía as afinidades e as disposições necessárias para acelerar sua criação, afinal, como já era avançado na idade, não podia esperar muito tempo por ela.

Muito respeitado pela aristocracia recifense, Joaquim Amazonas, conquistou a confiança da Madre Maria José T. de Carvalho, que dirigia a FAFIRE, integrado-a inicialmente a UR. Não submeteria a sua magnificência a nenhuma autoridade local se não fosse realmente indispensável, como relembra a psicanalista Dulce Campos:

Naquele tempo só podia ter Universidade se houvesse uma faculdade de filosofia. E a Universidade Federal de Pernambuco não tinha faculdade de filosofia. Quem tinha faculdade de filosofia eram as Freiras Dorotéias aqui na Conde da Boa Vista. Então Amazonas, o Reitor, apesar da prepotência dele, teve que convidar a faculdade de filosofia das freiras Dorotéias para compor o conjunto Universitário. E inaugurou a UFPE graças à FAFIRE. (CAMPOS, 2009)

A Faculdade de Filosofia e Ciências era a unidade matriz segundo o Estatuto da Universidade Brasileira. Acreditavam assim estar fomentando a produção científica tornando compulsória sua criação. Ledo engano. Ao incorporar a escola superior das irmãs Dorotéia, o reitor, contornou o “impasse” em torno da criação da UR. Por outro lado contou com o apoio do Interventor Federal José Domingues, que promulgou o decreto-lei de número 1390 de 10 de junho de 1946, que criava a Faculdade de Filosofia de Pernambuco (FAFIPE). Enquanto esta não saía do papel a FAFIRE cumpria seus objetivos e as exigências do Conselho Federal de Educação. O plano de Estudos da FAFIPE seguiu os moldes da Faculdade Nacional de Filosofia e possuía os seguintes objetivos: a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; b) Preparar o candidato ao magistério secundário ou normal; c) Realizar pesquisas nos vários domínios culturais que constituem objeto de seu ensino²⁷. O segundo objetivo resumiria a vida escolar da FAFIPE, ficando a pesquisa nas Humanidades para um segundo momento da história da universidade brasileira. Como esta unidade só passou a funcionar normalmente nos anos 1950, a aliança estabelecida com a outra escola de filosofia, esta feminina e católica, foi indispensável. Até os anos 1960 a Madre Maria José Torres integrava o Conselho Universitário, o que significa que sua unidade ainda estava integrada à UR (SANTOS e SILVA, 2009, p. 136).

²⁷ Diário da Noite – 11/06/1946, p. 1-2.

Quando o decreto do excelentíssimo General Dutra coseu institucionalmente a vida acadêmica das sete escolas superiores do Recife, os seus afazeres e suas peculiaridades institucionais já estavam sendo acomodadas pelo Reitor. Em prefácio do livro “Mario Russo: um arquiteto italiano em Recife”, de Renata Cabral, Denis Bernardes faz a seguinte afirmação sobre o açambarcamento operado a partir da UR:

A universidade daria uma nova organicidade às já existentes instituições de ensino superior sediadas no Recife que passaram a fazer parte da mesma. Estas Instituições eram as seguintes: Faculdade de Direito do Recife; Escola de Engenharia de Pernambuco; Faculdade de Medicina do Recife e Escolas anexas de Odontologia e Farmácia; Escolas de Belas Artes de Pernambuco, Faculdade de Filosofia do Recife. Todas entidades privadas, com exceção da Faculdade de Direito, que era uma instituição federal. (BERNARDES in CABRAL, 2009, p. xiii)

O professor Mario Russo, da Faculdade de Arquitetura, ficou encarregado de desenvolver o projeto da Cidade Universitária, sendo justamente sua concepção de arquitetura o tema abordado por Renata Cabral em sua pesquisa (2009).

A festa de inauguração da Universidade do Recife se deu no dia 11 de agosto de 1946 no teatro Santa Isabel. Participaram do evento cívico políticos, religiosos, professores, intelectuais, estudantes e famílias. “O corpo docente dos institutos que compõem a nova Universidade teve assento em torno à mesa de presidência”. O reitor Joaquim Amazonas abriu a sessão solene e em seu discurso apontou as seguintes questões: o pioneirismo e o destaque da FDR; o seu afeto pessoal pelo cargo de Reitor que estava a ocupar provisoriamente e unanimidade de todos em garantir seu reitorado²⁸. À fala do reitor seguiu-se a do professor Paulo Artigas, “representante da cultura do sul do país e enviado especial do ministro da Educação”; do acadêmico José Gonçalves de Medeiros, representante do corpo discente; do professor Andrade Furtado, representando a Faculdade de Direito do Ceará; do professor Jaime D’altavila, representando a Faculdade de Direito de Maceió; do professor Edgar Altino, diretor da FDR e orador oficial da solenidade; e finalmente de Pedro Calmon, representante do Ministro da Educação e Saúde. Todos os oradores homenagearam o desempenho de Joaquim Amazonas. Edgar Altino defendeu que o “clima político para Universidade” estava na democracia, “uma vez que sem liberdade não se ensina e nem se aprende” (BERNARDES, SILVA e LIMA, 2007, p. 27).

²⁸ Ocupou provisoriamente o cargo de reitor até a criação da primeira lista tríplice, de onde o presidente da república o indicou como Reitor definitivo da UR.

O representante oficial do governo federal, Pedro Calmon, fez um “brilhante discurso [...] por várias vezes interrompido”, no qual defendia a seguinte concepção de universidade: “concerto de opiniões, ambiente de estudos, **lar patriarcal e honesto**, sólido espírito indagador” (BERNARDES, SILVA e LIMA, 2007, p. 28)²⁹. Ora, não há lar “patriarcal e honesto” sem o seu devido patriarca/bacharel para imprimir-lhe sua normatividade. No Recife, o escolhido era Joaquim Amazonas. Não que outros não dispusessem da mesma vocação, mas naquele caso específico do campo universitário recifense, não havia outro agente com as disposições que contava o catedrático de Direito Comercial. Dos sete oradores, pelo menos quatro eram bacharéis em Direito e Ciências Humanas. As comemorações prosseguiram ao longo do mês na FDR e no Mosteiro de São Bento em Olinda, por onde aquela escola estivera de passagem no século XIX. Celebrações que investiam a recém criada Universidade do verniz secular de sua escola jurídica.

O ano de 1946 foi de muito trabalho para todos que estavam envolvidos na consolidação da Universidade do Recife. Os casos em torno da criação do Estatuto da Universidade do Recife (EUR) despertaram os primeiros conflitos públicos desta instituição. Os agentes responsáveis pela elaboração do EUR foram escolhidos pelo Conselho Universitário um mês depois do decreto do presidente general. Apenas professores catedráticos integravam o grupo que reunia membros de quatro unidades das sete unidades universitárias. Os indicados eram: Dr. Manuel Antonio de Moraes Rego, da EEP; Jorge de Oliveira Lobo, da FMR; Luiz Maria de Souza Delgado, da FAFIRE; e o reitor Joaquim Amazonas, da FDR. Elaborar e promulgar o Estatuto deveria ter sido um trabalho em equipe, mas parece que o trabalho coletivo ou, a “democracia, como clima político para as universidades”, conforme as palavras do professor Edgar Altino, não corresponderam aos encaminhamentos propostos pelo Conselho Universitário como prática do trabalho. As atas do Conselho Universitário revelam que os dois professores catedráticos da EEP e da FMR, engajados na construção do estatuto, desconheciam o próprio documento do qual estavam imbuídos da confecção (SANTOS e SILVA, 2009).

Peremptório, o reitor Joaquim Amazonas, respondeu que o “‘Estatuto se encontrava em estudo no ministério’, que o ‘consultor jurídico [...] propôs várias emendas’ e ‘que, logo que recebidas essas emendas, elas serão distribuídas entre os Srs.

²⁹ Grifos nossos.

Conselheiros para estudo e resolução” (SANTOS e SILVA, 2009, p. 31). O texto definitivo do Estatuto da UR foi instituído pelo decreto nº 21. 904 do dia 8 de outubro de 1946. A aprovação do texto original pelo Conselho Universitário não parece ter correspondido às expectativas da congregação da FDR, seguindo as queixas anteriores dos representantes da congregação da FMR e EEP. Aproveitaram então a viagem do Reitor para o Rio de Janeiro, evitando contrariar pessoalmente a decisão do patriarca, para expor à sociedade recifense a insatisfação da comunidade acadêmica com o tom do Estatuto que haviam aprovado (Diário de Pernambuco - 05/11/1946, p. 3 e 6).

Por que a queixa vem apenas depois da aprovação do texto pelo Conselho Universitário? Por acaso, teriam os Conselheiros aprovado o texto sem uma leitura prévia? Ou os mesmo Conselheiros não respondiam aos anseios de suas respectivas Congregações, mas às anelações do “timoneiro” que liderou a empreitada universitária? Certamente as duas perguntas descrevem aspectos de como realmente se deu a criação do Estatuto da Universidade do Recife. A unanimidade que tiveram para escolher o dirigente da IES não pareceu de todo absoluto quando o assunto era autonomia das escolas e os graus de ingerência do reitor nestas. De “grande chefe de família”, o reitor Amazonas passava a “Ditador” (Diário de Pernambuco - 05/11/1946, p. 3 e 6). A “Repulsa da Congregação da FDR aos Estatutos da Universidade” foi o título do artigo questionando os dispositivos do Estatuto da Universidade do Recife. Os membros da FDR não estavam acostumados a receber ingerências externas e muito menos atender a planejamentos político-pedagógicos escolares coletivos, daí o tom, até certo ponto, agressivo do artigo que publicaram no Diário de Pernambuco.

O caso se tornou um escândalo. Não podia ser diferente, diante das afirmações de “repulsa” pelo “intolerável caráter autoritário” do Estatuto que “espoliam as congregações e os diretores de Faculdades e Escolas de importantes prerrogativas” concentrando-as “nas mãos do reitor, transformado-o num verdadeiro ditador” (Diário de Pernambuco – 05/11/1946, p. 3 e 6). De acordo com os professores da FDR “a vida universitária, pois, corrompida e desmoralizada na própria organização estatutária, não poderá sobreviver, nem valerá a pena que sobreviva, a Universidade, que aí está e que não é senão um arremedo ou simulacro de Universidade” (Diário de Pernambuco - 05/11/1946, p. 3 e 6). Assim, prosseguem apresentando os artigos que supostamente davam uma característica autoritária ao Estatuto. Estes regularizavam a contratação de professores, a escolha dos membros do Conselho Universitário, a escolha e a duração dos mandatos de Conselheiro, Vice-Reitor e do Conselho Técnico Administrativo das

unidades de ensino. Todos eles deixavam ampla abertura para a ingerência do reitor nos quesitos em questão, tal qual um poder moderador. Certamente não fez isso por apetite “ideológico” pelo poder, mas por ter convicção de que sua influência era indispensável ao bom funcionamento da “família universitária”.

Em outra nota do mesmo jornal lamentava-se que a vida universitária recifense já havia começado mal e o desagrado dos Conselheiros com as declarações do corpo docente da FDR. Apelava-se para a cordialidade, dizendo: “qualquer intransigência ou intolerância só poderá causar efeito inteiramente contrário a tudo que desejamos para a nossa incipiente Universidade”, afinal “um espírito largo e generoso deve animar a nossa organização universitária; e só assim ela poderá vencer” (Diário de Pernambuco - 05/11/1946, p. 4). Se os Conselheiros, como diretores e representantes das congregações, lamentavam as afirmações do corpo que representavam, havia uma clara assimetria política entre os lentes que dirigiam a universidade e os demais agentes universitários. O escândalo não foi ainda maior porque o diretor da FDR, o professor Edgar Altino, saiu em defesa do Reitor e do Estatuto. O caso foi abafado na imprensa, mas a disputa continuou no Conselho Universitário no ano seguinte. De acordo com as Atas de janeiro de 1947, os Conselheiros Soriano Neto e Jorge Lobo, da FDR e FMR respectivamente, acusavam o Reitor de ter realizado modificações estatutárias sem consultar previamente os Conselheiros, “emendas feitas ao projeto do conselho, com intuito de tornar-se ditador” (SANTOS e SILVA, 2009, p. 32). Daí pra frente o estatuto passou por debates calorosos e sucessivas reformas, atendendo as queixas das Congregações, sobretudo, da FDR, da FMR e da EEP. Em outros pontos, os Conselheiros aprovavam quase sempre com unanimidade as deliberações do seu presidente e refutaram com veemência as parcas solicitações ou propostas do corpo discente. Como principal órgão do colegiado, o Conselho tinha como atribuição o exercício deliberativo das questões políticas da universidade: criação dos regulamentos, elaboração dos cronogramas de trabalho, fiscalização e punição dos agentes e unidades universitárias que transgredissem a disciplina escolar.

Se acompanharmos os temas discutidos pelo conselho ao longo do reitorado de Amazonas podemos chegar a importantes conclusões sobre como estes conceberam a

vida universitária e suas características³⁰. À medida que a comunidade universitária se dilatou os gestores da UR tenderam a tornar mais rigorosos os dispositivos de disciplinarização e ordenação do corpo universitário. Os estudantes foram os mais afetados pelas novas disposições, às punições disciplinares sumárias³¹ somava-se a censura da atividade periodista, a interdição das práticas extensivas (como o curso pré-vestibular mantido pelos estudantes) e a participação não dialógica no Conselho. As greves estudantis dos anos 1950 são indícios de uma crescente afirmação como categoria política organizada, mas, sobretudo, do descontentamento para com as disposições edificantes do ensino superior no Brasil. No entanto, a expansão da vida universitária também resultou em conflitos entre as próprias Congregações e seus lentes. Alguns professores não estavam de todo confiantes na gestão centralizada da Universidade, tardava a Cidade Universitária e desconfiavam dos poderes concedidos por ocasião do Estatuto da UR. Havia também os embates em torno dos novos cursos e da autonomia de cursos sucursais, como por exemplo, os conflitos em torno da separação dos cursos de Odontologia e Farmácia. A resolução foi lenta e o primeiro passo consistiu em aceitar representantes das respectivas escolas na congregação da FMR. Após quase dez anos de intenso debate os professores de Farmácia e Odontologia conquistariam sequencialmente o direito à representação no Conselho Universitário (1950), à criação do Conselho Técnico Administrativo próprio das Escolas (1953)³² e finalmente a autonomia como unidade de ensino (1958). As Congregações mais antigas se queixavam da abertura de novos cursos e da construção de novos edifícios diante da necessidade de se reformar as antigas unidades de ensino. Os embates do campo universitário aparentam ser sob o prisma das Atas mais matizado do que a velha dicotomia de lutas docente-discente.

³⁰ Seguiremos os temas expostos por Santos e Silva na obra já citada: Estatuto e regimentos; eleições; homenagens; penalidades disciplinares; representação política; organização educacional; recursos humanos; construção predial; e cursos de extensão e pós-graduação (2009).

³¹ No capítulo das penalidades disciplinares e de representação política administrativa aparece a figura de Soriano Neto como defensor ferino da disciplina escolar e de seus mecanismos de punição. O jurista está presente nos poucos casos de indisciplina das atas, sempre ressaltando a importância de se punir para educar. Quando as aulas teóricas (leia-se livrescas) se tornaram obrigatórias no início dos anos 1950, Soriano Neto demonstrou o mesmo apetite de algoz para com os estudantes grevistas que apelavam por anistia, sobretudo, diante das indagações destes sobre a questão da representatividade do corpo discente no Conselho Técnico Administrativo das unidades de ensino. Não houve concessões. Soriano Neto ficou nacionalmente conhecido pelos desmandos que ocasionaram a greve estudantil nacional de 1961 (CÉSAR, 2009) que dentre outras implicações, resultou no seu afastamento da FDR e do reitor da Universidade Rural de Pernambuco.

³² Após a decisão unânime do Conselho Universitário, o diretor da FMR Luiz Ferreyra dos Santos, solicitou sua “renúncia” da direção que ocupava.

Nossa última observação quanto às Atas referentes aos primeiros anos da UR aponta para o documento de 11 de janeiro de 1957, onde é relatado a altercação entre o professor Oswaldo Lima e o Reitor. O motivo do embate era a distribuição de cátedras e outras vagas a serem ocupadas na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, sem a devida realização de concurso público. O reitor Joaquim Amazonas se defende afirmando que outras universidades brasileiras também recorreram a tal dispositivo, a UR, segundo ele, apenas seguia a mesma senda. A resposta deve ter despertado a fúria do professor Oswaldo Lima³³ que ao se retirar da sessão, reafirmou a denúncia com as seguintes palavras:

O professor Oswaldo Lima acha, entretanto, que o Reitor, zelando pelo bom nome da Universidade do Recife, como é do seu dever, o que deveria fazer era aceitar a recusa para que sejam os professores efetivados, pugnando e dizendo às autoridades superiores que aqui em Pernambuco tem que haver concurso, porque nós não aceitamos imoralidades, terminando por dizer que tem mais o que fazer, não podendo perder tempo e declarando ainda não poder comparecer mais a nenhuma reunião desse tipo, retirando-se em seguida do recinto, tendo antes solicitado que fossem suas declarações consignadas em ata (*idem*, p. 106-107).

O reitor Joaquim Amazonas nem negou, nem acatou as acusações do distinto patrono do Instituto de Antibióticos e de Química, simplesmente afirmou estar seguindo a mesma resolução tomada por outras universidades em casos semelhantes. Se estava a prevaricar, não o fazia sozinho, prevaricava coletivamente.

Podemos perceber que não existia uma simetria hierárquica entre o lócus magnífico do reitor e o lócus magistral dos demais catedráticos. Se magistral se entende por aquele sem nenhuma incorreção, como devemos conceber o magnífico? “Tua é, SENHOR, a magnificência” (Crônicas 22:5). Como podemos observar vossa magnificência é um pronome de tratamento empregado para deuses e reitores. Já o magistral corresponde à tradição pedagógica que foram tomadas como paradigma didático de nossas primeiras escolas superiores e seu corpo de professores. A aula magistral está intimamente ligada à tradição francesa de universidade, cujo sistema fora tomado como modelo pelos idealizadores da Universidade Brasileira. Newton Sucupira, professor da UR e membro do Conselho Federal de Educação, costumava dizer: “a universidade brasileira, no momento de sua criação, representou a consagração do

³³ Oswaldo Gonçalves de Lima era um dos maiores nomes da Química no Brasil. O fundador do Instituto de Antibióticos da UR conduziu as primeiras pesquisas empíricas no estado, sendo considerado um dos percussores do Programa Pró-Álcool, que introduziu o uso do etanol como combustível.

obsoleto em matéria de instituição universitária. É anacrônica em seu próprio nascedouro” (1965, p. 22). Já Luiz Delgado, professor da FDR, descreveria da seguinte forma a tradição pedagógica de sua Congregação:

Nessa tradição incorpora-se também a aula magistral: o catedrático vitalício subia para seu posto, proferia a sua exposição, apontava autores, livros, doutrinas, louvava uns, combatia a outros. Os alunos que tomassem suas notas, se quisessem. À luz das idéias que lhes iam sendo apresentadas, eles que fossem para a biblioteca procurar os textos, confrontar opiniões, tomar o seu partido. Muito raramente, este ou aquele interrompiam o professor ou iam, depois, da aula, ao seu encontro, para pedir alguns esclarecimentos. [...] O grande defeito, a grande falha de tal procedimento é que, na verdade, não se ensinava a estudar. A manipulação do instrumental científico ficava ao largo dos currículos [...]. Era como se fosse ele atirado à água para aprender a nadar [...]. O método, como método, era o pior possível, por ser a própria negação de qualquer método, reduzindo cada um à sua tendência ou fantasias próprias e intransmissíveis. Mas, isso não quer dizer que os conhecimentos não se transmitissem, não se acumulassem erudições, não se desenvolvessem argúcias críticas. (1965, p. 164-165)

Já comentamos a aversão dos alunos da EEP às aulas teóricas, inclusive a Ata de 8 de abril de 1953 mostra que a resposta dos alunos à obrigatoriedade de freqüência nas aulas teóricas (lei nº 1029) foi a greve geral de 1953 (SANTOS e SILVA, 2009). Retornando as indagações de Luiz Delgado é importante ressaltar que este não conclui seu artigo denegando a “péssima pedagogia dos catedráticos”, cujo “curso improvisara-os, talvez, em professores” (DELGADO, 1965 p. 166), longe disto, sua conclusão aponta para a conciliação com a tradição escolar: “Se assim aprendemos lições que guiaram a nossa existência comum e marcaram com os traços do nosso gênio a obra civilizadora – o que nos cumpre é aperfeiçoar essa tradição, não é repudiá-la e negá-la” (1965, p.167).

Mas Joaquim Amazonas, com seu terno branco de linho, já não precisava subir o púlpito da sala de aula, apenas ocasionalmente freqüentada por seus pares assimétricos catedráticos. Não estava também muito preocupado com os limites científicos da escola que liderava. Quando subia a infraestrutura dos edifícios da cidade universitária, a planta desenhada pelo professor Mario Russo se derramava como delírio ou imagem encoberto o imenso canteiro de obra paralisado pela escassez de financiamento público e privado. Não gozara em nenhum momento de facilidades para realização da terra prometida. Não duvidava que à materialização da promessa, adviria o espírito universitário e toda sua benfazeja produtividade pedagógica e científica. Até lá, nada

mais importava. Talvez este não tenha sido um traço isolado de Joaquim Amazonas, mas uma obstinação imobiliária, desejo desejanste de erigir um lar familiar para as universidades fundadas por todo país. Neste sentido, o professor da FAFIPE e pesquisador do INEP, Carlos Maciel, em sessão do *Simpósio sobre problemática universitária*, intitulada “A Universidade do Recife e o problema educacional do Nordeste”, lamentou: “Até agora os reitores brasileiros têm sido mestres de obras... e políticos (com ‘p’ pequeno)” (1965, p. 181).

Ninguém teve a percepção ou a ousadia de afirmar algo parecido durante o reitorado de Joaquim Amazonas. É bem verdade que Oswaldo Lima o dissera palavras severas dois anos antes de seu falecimento. Ou mesmo, escutava às vezes, os ecos dos apelidos criados pela estudantada. No entanto, nenhuma auto-avaliação escolar sistematizada realizou para apurar as queixas dos governados. Não deu ensejo para críticas, apesar de algumas terem se dado. Não respondeu as críticas do ilustre químico, como, também, não respondeu ao escândalo do Estatuto. Talvez se acreditasse inquestionável. Sempre correndo atrás de recursos e parcerias, ávido pelo crescimento da escola que dirigia. Foi imensa sua felicidade quando declarou à sociedade recifense que, por força de um imposto estadual, a Cidade Universitária ficaria pronta em cinco anos. O Reitor e o deputado Luiz Magalhães³⁴ apostavam que as movimentações de vendas e consignações nas quais incidiam o imposto, somadas aos recursos federais, seriam suficientes para cumprir o prazo prometido.

Pouco aconteceu neste ínterim, os recursos federais foram ínfimos, as movimentações não proveram os rendimentos esperados e os gastos excedentes com licitações, problemas judiciais e reforma dos edifícios provisórios transformaram a terra prometida em uma terrível miragem. Quanto ao mais, o ritmo de edificação foi moroso por toda uma década e demandaria que o próprio Reitor, e apenas ele, assumisse esta condição perante o Conselho, com amplas ressalvas: “as construções da Cidade Universitária continuam em ritmo acelerado [...], até 1954 as obras decorreram com morosidade devido às verbas insuficientes, as quais melhoraram em 1955 e mais ainda em 1957 e 1958” (in SANTOS e SILVA, p. 116-117). Costumava desconhecer reveses políticos, conquistando a unanimidade até mesmo quando a subcomissão encarregada do local a ser construída a universidade discordou de sua preferência pelo Engenho do

³⁴ Parlamentar responsável pelo projeto de lei nº 159 dispondo sobre o imposto adicional direcionado para a criação da Cidade Universitária,

Meio, colocando como opção primeira as ilhas de Joana Bezerra e Maruim – angariou apoios suficientes para provocar uma reviravolta política garantindo sua proposta.

A universidade viria a ser construída no terraço, ou no quintal, da casa grande onde havia nascido Joaquim Amazonas. Ali estava plantada sua promessa. Era sem dúvidas um empreiteiro, como disse Carlos Maciel. Há quem diga que costumava subir nos andaimes dos mais altos edifícios em construção da cidade universitária³⁵. Um senhor de quase 80 anos, terno branco de linho, subindo lentamente aos píncaros da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Filosofia³⁶ e do Hospital das Clínicas. Visão magnífica do Recife. Mancha suburbana, espalhadas pelas margens das quatro avenidas que rasgavam a cidade rumo à *hinterland*. Avenida Norte e os morros de Casa Amarela e seus mocambos; O Poço, Casa Forte e Apipucos, lar do mais ilustre intelectual da cidade, homem de modos vitorianos. Depois, a Caxangá por onde chegavam os Severinos retirantes de João Cabral. Tentáculo viário oeste, povoado pelos bairros do Cordeiro, Iputinga e Engenho do Meio, antigo sertãozinho da Caxangá de Manuel Bandeira; e, finalmente, a várzea, em expansão por força da futura Cidade Universitária (PONTUAL, 2001). No leste, o vulto do campus urbano da Universidade do Recife, o campus que se confunde com o centro da cidade, com suas fronteiras cristalizadas ou voláteis. Enquanto não chegava a futura Cidade Universitária, os estudantes, professores e visitantes da UR, faziam do seu lar os bairros tradicionais do Recife. Da planície que se espalha o Bairro da Boa Vista e Santo Amaro, passando ao oeste pelo Derby, onde atravessando o Capibaribe, não só se erguia o Clube Internacional, mas a Escola de Belas Artes do Recife e a Faculdade de Arquitetura³⁷.

³⁵ Dados da entrevista: Heraldo do Souto Maior, 24/11/2009.

³⁶ Onde hoje funciona o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE. Fotografia da edificação da Faculdade de Filosofia (1959) ver Paulo Freire. “A propósito de uma administração”; Recife: UFPE, 1961.

³⁷ A paisagem do centro da cidade sofreu relativa mudança ao longo da primeira metade do século XX. Os mocambos que povoavam os alagados do centro urbano foram paulatinamente transferidos para regiões periféricas da cidade, movimento que atendia aos interesses estéticos, higiênicos e imobiliários da região (AGUIAR, 1993; PONTUAL, 2001). A cidade ganhava aos poucos sua configuração atual: suas principais avenidas, seus bairros residências, seu centro comercial, seus viadutos e prédios administrativos. Evidentemente esse processo delineava uma hierarquia dos lugares, seguindo ao interesses da especulação imobiliária: “*bairros ‘aristocráticos’, com suas amplas residências, construídas em grandes terrenos que reproduzem ainda as relações da gente do campo, com sua senzala urbana, com os sobrados ocupados pelos comerciantes mais abastados, misto de habitação, depósito e loja. Bairros de uma incipiente classe média, conservando o quanto possível o quintal e o terreno lateral, ou oitões. Bairros de casa de parede-e-meia, dos pequenos funcionários, dos artesões, de trabalhadores livres. E, por fim, o já tão falado mucambo, quando não simplesmente as portas das igrejas, as pontes, um abrigo fortuito qualquer para aqueles que, nesta cidade de terra molhada em demasia, nem sequer mais um lugar encontravam.*” (BERNARDES e PERRUCCI 1996: 54). As regiões planas seriam completamente tomadas pela burguesia em ascensão, os mais abastados ocupariam paulatinamente algumas das praias da cidade, como Boa Viagem, enquanto os despossuídos subiam as barreiras das periferias suburbanas.

Como Moisés, Joaquim Amazonas não viu a consolidação da terra que prometera à sua comunidade. Quando este sucumbiu, sua Cidade era um imenso canteiro de obras com uma porção de trechos em fase de conclusão. Felizmente conduziu a inauguração da Faculdade de Medicina em janeiro de 1958. A obra não estava absolutamente finalizada, faltavam quatro ou cinco departamentos, fatores que não impediam a alegria solene do momento (SANTOS e SILVA, 2009). Para seus convivas, não foi menos criador do que o personagem bíblico que libertou os hebreus dos egípcios, pelo menos, assim se enxergava e se fazia ver nos termos dos agentes universitários que inspirava. Neles estava seu “dom especial” para exercer os “deveres paternais”, a garantia da confiança do conselho dos notáveis da universidade ou, em termos mais coloquiais, a influência sob o Conselho Universitário e parte da comunidade escolar.

Podemos imaginar que nem todos compartilhavam destas disposições políticas. Uma campanha estudantil da EEP realizada no início dos anos 1960 e que o mote era “mais eficiência, menos imponência” (DANTAS, 2000, p. 461-462), criticava a magnificência dos edifícios universitários da Cidade Universitária, cuja robustez e altura mascaravam o vazio das ocas construções. A grande dimensão vertical de alguns edifícios da Cidade Universitária numa área territorial sem custos elevados, bem como a longinquidade que se dispunham as unidades, pareciam atender menos às necessidades da comunidade acadêmica do que aos passos de gigante do seu gestor. No mais, faltavam bibliotecas, laboratórios especializados, equipamentos, recursos didáticos e científicos. Para não entrar na questão da escassez de recursos humanos. Em outro momento falamos da Congregação da FDR e sua repulsa por ocasião do Estatuto da UR. Se os primeiros professores do corpo universitário se dividiam entre o afeto e o desafeto por Joaquim Amazonas, como pensavam os primeiros calouros da UR que escutaram as promessas da Cidade Universitária por toda vida estudantil? Alguns se tornando anos mais tarde professores ou técnicos desta mesma escola. Seria outra concepção do mesmo?

Como podemos ver são muitas as virtualidades que objetivam o reitorado de Joaquim Amazonas. Evson Santos e Talita Silva em seu trabalho optaram por espiar o primeiro momento da história da UR pela fresta das Atas do Conselho Universitário e do discurso dos professores mais solícitos, “Joaquim Amazonas pelos seus iguais”. Não acreditamos na semelhança do par: reitor e corpo docente, ou, reitor e catedráticos. Há uma similitude, por ordem de autoridade (Perruci chamaria de “oligarquia acadêmica”),

mas Joaquim Amazonas e os demais professores, Catedráticos ou não, estavam segmentados pelo que Bourdieu chama de *distinção*. Se formavam pares, estes eram assimétricos. Todos eram magistrais, mas nenhum deles era magnífico. Por outro lado, sabemos que nas algazaras dos estudantes o magnífico se traduzia facilmente em caquético e o magistral em *démodé*. A própria congregação da FDR nem sempre compartilhou da impressão basbaque dos seus conselheiros pelo Reitor, e, algumas vezes, o “provedor” cedeu à representação de “tirano”. Os agentes universitários de outras unidades, pesquisadores distintos como Oswaldo Gonçalves ou antigos estudantes iniciando a docência superior, não se compraziam com a representação mitológica daquele. Refutavam por motivos vários o significado dado do “criador” com poderes irrestritos. O diagrama começa a ganhar vida, quando retomamos a observação pontual de Carlos Maciel. Ao “mestre de obra” e “político (com ‘p’ pequenos)”, o professor acrescenta o desabafo de antigo estudante da UR:

Sei que não é hora para essa reversão inútil sobre o passado irreversível. Mas sinto-me quase obrigado a dar esse depoimento ou desabafo de quem era calouro, em 1946, quando ouviu o Reitor declarar que graças a uma ajuda resultante de um imposto adicional, então criado no Estado, a Cidade Universitária estaria pronta em quatro anos... Estudei nove nesta Universidade, nos cursos de Direito e Filosofia e há mais de dez que ensino, e ainda longe de ver concluído o Engenho do Meio, o que já vejo são críticas acerbas ao que lá se concluiu, enquanto, por outra parte, a verdade é que propriamente ninguém quer ir para o Engenho do Meio. (1965, p. 182-183)

Outro professor que também estudou na UR nos anos cinquenta esboçou sua crítica acadêmica algumas décadas depois:

Deste modo, o primeiro período da história da UFPE, que se estende de 1946 a 1959, é marcado, no reitorado do jurista Joaquim Amazonas, pela preocupação de centralizar, crescer e manter o Recife – e, por extensão, o Nordeste – sob os mesmos padrões de ensino superior de outrora. [...] O poder na UR funcionava sem grandes problemas e, também, sem grandes acontecimentos. O centralismo oligárquico era exercido através de três instituições que funcionavam a níveis de base, de intermediação e de decisão final. Assim, o catedrático – com sua corte de assistentes fiéis e quase sempre por ele próprio indicados – funcionava magistralmente junto ao alunado sem a mínima possibilidade de contestação ou de contraditoriedade, quer pelos estudantes, quer pelos assistentes, quer pelos outros catedráticos. O monopólio do saber era quase impenetrável e as cátedras representavam pequenos feudos impermeáveis a quaisquer influências, salvo as próprias iniciativas do “grande mestre”, quando este era verdadeiramente um cientista e pesquisador, fato nem sempre freqüente, fazendo com que, a nível de transmissão do conhecimento, o poder do catedrático lhe emprestasse o papel do verdadeiro “oligarca acadêmico”. (PERRUCCI, 1980)

Tomamos os dois discursos por relato pela intimidade dos emissores com o objeto de que se fala. São discursos ímpares que postos em cruzamento com as atas do Conselho Universitário e com os jornais, nos permite desenvolver uma questão de onde brota o nosso diagrama conclusivo. Quais são as práticas e representações que objetivam os ritos da política universitária recifense no seu primeiro decênio? I. A posição vitalícia (quase imanente), do primeiro gestor da UR, que era magnífico antes da formação da primeira lista tríplice e permanece no cargo até os últimos dias de sua vida; II. A ternura doméstica deste “Doador” (se dizia doador, mas na verdade o engenho do Meio foi vendido pelo “PREÇO GLOBAL de Cr\$ 10.764.400,00”)³⁸ em abrigar sua prole universitária no Engenho do Meio, erguendo a Cidade Universitária no quintal de sua antiga casa grande; III. Um corpo de conselheiros que aprova com unanimidade as decisões do Reitor/patriarca da universidade; IV. Um sistema punitivo cujas queixas dos preteridos resvalam sem maior sucesso, apesar de ser um castigo meramente didático para o(s) filho(s) pródigo(s); V. A manutenção da autoridade magistral e vitalícia da cátedra, quase passada de pai para filho, apenas submetida ao lócus magnífico do Reitor; VI. A “futura Cidade Universitária” justificando as disposições escolares arcaicas, traduzidas das antigas faculdades livres reunidas, enquanto não se realizava a promessa da terra prometida, materializando todos os anseios científicos, políticos e pedagógicos da comunidade universitária, tal qual um milagre ou, um tipo ideal, irreduzível a mudança de práticas e significados existentes; VII. A negação da trajetória política e do lócus dominante de Reitor ofuscando todos os dispositivos de captura à sombra do mito de pai/doador da UR.

Este diagrama nos possibilita compreender aspectos da dinâmica interna de disposições da Universidade do Recife sem tentar explicá-la com determinantes econômicos, políticos ou ideológicos, como procura fazer Gadiel Perruci em seu estudo, ou mesmo esgotá-las. Existem outras fontes a serem consideradas. Por enquanto podemos afirmar que não há uma ideologia preconcebendo a prática universitária recifense. Há sim uma teia de multiplicidades e agenciamentos que atravessam como paixões o “corpo universitário”, transformando os seus projetos de universidade e seus antigos pardieiros. As transformações corpóreas ou não, podem implicar numa mudança das práticas e das suas finalidades como instituição, ou numa cristalização destas. Neste

³⁸ JC – 16/12/1948, p. 08.

caso, prioriza-se a permanência. Assim se deu na UR de Joaquim Amazonas. O que vimos foi um ínfimo diagrama destas multiplicidades, e que o Reitor ignorava, porque as vivia como o óbvio. É certo que para si próprio e seus pares assimétricos era o patriarca da comunidade universitária e estava sempre no Píncaro, estivesse nas ruas da Boa Vista, no canteiro de obras do Engenho do Meio ou no alto do edifício Sulacap (caso contrário não permaneceria na reitoria). Assistia, com seu terno branco, a despeito das opiniões dos seus adversários, a universidade vista do alto, sempre do alto, e ninguém o furtaria de seus “deveres familiares” de manter estável o lar até o fim de sua vida.

1.3 O Recife já não era um aposento antigo e desabitado

João Cabral já costumava ser adorado por regionalistas e concretistas quando os universitários do Recife se deleitavam com as *Elegias* de Mauro Mota e os versos juvenis de Carlos Pena Filho e de Mozart Siqueira. Os dois últimos poetas estudaram na Universidade do Recife e não foi mera coincidência que tenham sido alunos da Faculdade de Direito do Recife³⁹. Suas vozes participavam de um coro que vinha fazendo da Casa de Tobias um grande centro de efervescência político-cultural da cidade. Como cantava Mozart Siqueira, o Recife já não “era um aposento antigo e desabitado” e sua secular faculdade se destacava como importante centro de atração e circulação dos produtores culturais e intelectuais da região⁴⁰. Dois vetores colaboravam com esta posição de destaque. Um primeiro, de ordem institucional, aflorou de sua longa tradição aristocrática e do prestígio de ter formado os primeiros bacharéis em Ciências Sociais e Jurídicas do Brasil, atuando durante quase todo século XIX e início do século XX como “Universidade” do Norte agrário do país. Nos seus salões as elites dirigentes do Império se bacharelavam e estreitavam seus laços de sociabilidade e fraternidade (CARVALHO, 2008). Este lastro ainda garantia prestígio e reconhecimento social aos seus agentes e não havia na comunidade universitária do

³⁹ Mauro Mota formou-se na FDR em 1937, quase uma década antes da criação da UR.

⁴⁰ Várias obras foram consultadas sobre a FDR: DELGADO, 1966; CASTRO, 1968; REGO, 1974; PEREIRA, 1977; NOGUEIRA, 1980; FERREIRA, 1981; BARROS, 1985; MOURA, 2000; DANTAS in BRANDÃO [org.], 2000; CUNHA, 2007; CARVALHO, 2008; CHACON, 2008; CESAR, 2009. A entrevista realizada com Heraldo Souto Maior também circulei em torno do tema da FDR. Dados da entrevista: 24/11/2009

Recife maior distinção acadêmica. A possibilidade profissional não se comparava com as restrições dos demais cursos de filosofia, ciências, letras e belas artes.

Outro aspecto determinante de sua influência escolar estava na formação humanista e fidalga que propiciava aos seus pajens. Antes da criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras o restrito campo profissional das humanidades era composto majoritariamente por bacharéis. Os juristas foram os primeiros professores e pesquisadores de filosofia, literatura, economia, sociologia, história, pedagogia. Há de se ressaltar que parte da tradição crítica brasileira tem por base os postulados dos bacharéis da assim chamada Escola do Recife, sobretudo, nas reflexões de Sílvio Romero (CANDIDO, 2003). Neste ínterim, afirmaria um distinto sociólogo formado na FDR⁴¹, “Faziam a FDR estudantes de todas as áreas: Literatura, Filosofia, Ciências Sociais e Belas Artes. Havia até alguns que faziam Direito”. Subjazia, então, certo ar bacharelesco em toda produção cultural da época e qualquer empreitada deste campo que almejasse algum sucesso na cidade, não poderia ignorar o espaço de agenciamento representado pela FDR. A própria Revista Acadêmica, criada em 1891, representava um espaço importante de arregimentação de projetos jurídicos, mas, antes de tudo, dos projetos políticos de seus colaboradores.

O periodismo acadêmico foi seguido pelas primeiras faculdades livres da cidade e, posteriormente, pela Universidade do Recife, dispondo algumas de suas unidades universitárias de revistas próprias, como a revista da Escola de Belas Artes, ou da experiência discente da *Doxa*, revista oficial do Departamento Cultural do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco (EMERENCIANO, PEDROSA e SCHUELER, 1952). A revista dos estudantes de filosofia já estava prevista no plano de estudos que criou a FAFIPE⁴², mas não podemos esquecer o esforço do Diretório Acadêmico da Faculdade, sob os auspícios de Fernando da Cruz Gouveia, presidente do DA em 1952, e sob a direção de Maria do Socorro Jordão Emerenciano, Bernardette Pedrosa e Arnaldo Schueller, integrantes do Departamento Cultural do Diretório (*Doxas*, 1962).

Se a comunidade acadêmica, por sua vez, não contou inicialmente com a existência de uma imprensa universitária, nove anos após a criação da Universidade, puderam usufruir do apoio fundamental deste órgão. A partir daí o periodismo universitário tomou maior fôlego (REZENDE, BERNARDES e ARAÚJO, 2006). A

⁴¹ Dados da entrevista: Heraldo Souto Maior, 24/11/2009.

⁴² Diário da Noite 12/08/1946, p. 1-2.

criação da Imprensa Universitária em 1955 é um ponto incisivo para compreender a emergência do que Weber chamaria de “vocação para ciência” da nascente Universidade do Recife, já que a outra vocação weberiana, a “vocação para a política”, já atravessava há quase um século e meio a FDR. Com a Imprensa Universitária, e depois a Editora Universitária, os documentos internos, os periódicos noticiosos, científicos e pedagógicos ganham uma paulatina sistematização no prelo, rompendo parcialmente o isolamento de produção no qual se encontravam. Esta transformação não se opera da noite pro dia. Ao analisar detalhadamente a produção material da gráfica entre os períodos de 1955 e 1962, através do “UFPE – 50 anos da EDUFPE: Catálogo de publicações da EDUFPE 1955 a 2005” encontramos uma extensa lista de discursos impressos: aulas magistrais, conferências, saudações, aniversários e outras solenidades cívicas, vestígios do enfoque didático magistral daqueles anos. São escassas as publicações didáticas e científicas, apesar de não ser de todo inexistente. Nas humanidades encontramos publicações individuais de Amaro Quintas, Newton Sucupira, José Antônio Gonçalves, Nelson Chaves, A. Carlos Palhares, Gláucio Veiga, Luiz Valois, Gilberto Osório, Raquel Caldas, Mário Lacerda. Manifestação singular das Cátedras de saber (MAIOR, 2005), por ímpetos ocasionais, afinal, fruto de um esforço individual e não sistemático.

A dispersão inicial da Imprensa Universitária ganha uma oportunidade de atuação acadêmica interdisciplinar quando em 1962 é lançada a “Estudos Universitários: revista de cultura da UR”⁴³. A revista publicada pelo Serviço de Extensão Cultural da UR tentou integrar os pesquisadores desta instituição – faculdades, institutos e escolas – sem prejuízos para suas iniciativas setoriais. Tendo como escopo a cultura, o periódico ofereceu a possibilidade de urdir o exercício intelectual universitário com a cidadania, operando uma crítica reformista à precariedade estrutural das universidades brasileiras e à sociedade na qual estavam mergulhadas. Se Paulo Freire e o reitor João Alfredo possibilitaram a criação da “Estudos Universitários”, vinculando-a a um projeto de “reforma universitária” (VERAS e MENDONÇA, 2004/2009), foi o seu primeiro editor, “o jovem professor de literatura brasileira”⁴⁴, Luiz Costa Lima, o responsável pela efetivação do arranjo disciplinarmente matizado e

⁴³ *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. Volume 1,2,3,4 e 5. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962-1963.

⁴⁴ Expressão empregada por jornais e intelectuais da cidade em relação a Luís Costa Lima.

socialmente participante da revista⁴⁵. Ademais, conquistou um corpo de colaboradores invejável, não deixando a desejar uma Revista da Civilização Brasileira ou mesmo a Tempo Brasileiro de Eduardo Portella⁴⁶.

As disposições críticas e políticas as quais caracterizaram a Estudos Universitários participam de um rumor cultural que envolvia a cidade do Recife e sua Universidade. O modelo intelectual humanista tradicional com seu referencial clássico e socialmente desinteressado, já não satisfazia os jovens produtores culturais da cidade. O fortalecimento das tendências progressistas no campo político brasileiro garantiu amparo institucional a toda uma geração de jovens que de maneiras diversas defendiam uma prática intelectual socialmente comprometida com a realidade brasileira, um fazer, sobretudo, ético, o que os não raros existencialistas daqueles anos, poderiam chamar de *responsabilidade do ser-aí*, ou o que os leitores de Mannheim, como Paulo Freire, chamariam de *protagonismo crítico e conciliatório* da intelligentsia nacional.

Um artigo publicado por Josué de Castro intitulado “A função Social da Universidade” (Diário de Pernambuco - 20/06/1948, p. 02) nos dá um indício desta preocupação de urdir o exercício cultural e intelectual a uma modalidade de compromisso político-social crítico. Para Castro, a nascente UR como uma universidade moderna deveria “estar sempre indissolúvelmente ligada ao organismo social que a gera e a qual deve servir plenamente”. Do contrário, correria o risco de ser uma “simples escola de artes e ofícios”. As missões da universidade deveriam ser: I – “Investigação criadora”; II- “Ensino universitário”; III – “Vigilância e defesa da cultura”. Josué de Castro acreditava que toda atividade universitária isolada e não sistemática colocava em risco a missão institucional desta, pela “ciência suspeita” ou “pseudo ciência” que produz e pela formação superficial que promove. Amparado nas leituras de Ortega y Gasset, alertou no artigo para as limitações do molde universitário humanista, menos compreensivo do que noticioso, não deixando de atentar para os perigos da guinada tecnocrática “de deplorável miopia política”⁴⁷. Sua conclusão é conciliadora apontando para um “ensino universitário que combata a desumanização através de uma conduta

⁴⁵ Trataremos da Estudos Universitários e seus produtores nos capítulos seguintes deste trabalho. Por ora falemos do Recife e os embates que permearam a criação deste periódico.

⁴⁶ Parte dos colaboradores da Estudos Universitários passam a escrever nestes periódicos após as perseguições políticas do Regime Militar que resultaram na fechamento do Serviço de Extensão Cultural da UR e na prisão de seus membros.

⁴⁷ Ao tecer este comentário, Josué de Castro antevê através de Ortega y Gasset os descaminhos da Universidade Brasileira, que do cativo político-pedagógico do humanismo, pressionado nos anos cinquenta por reformas, se torna refém na década seguinte das reformas de viés tecnocrático do Regime Militar.

didática que absorveu todo ‘humanismo’ dentro do ‘puro’ cientificismo.’” O artigo de Castro antecede em mais de uma década o projeto de reforma universitária promovido na UR que permitiu a criação da Estudos Universitários, estando alicerçado em elementos de uma mesma prática cultural cuja disposição unia a produção intelectual ao exercício da cidadania.

Em outra esfera de produção, os movimentos socioculturais desenvolveram no início dos anos sessenta o conceito de *cultura e educação popular* como um arranjo de práticas e significados com fins de contestação social, não necessariamente produzido e praticado pelo povo, mas sim, destinado a e em conjunto com este (BERLINK, 1984; BARBOSA, 2009). A apresentação de um maracatu, vista a partir deste prisma fundamentado pelos teóricos dos Centros Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (ESTEVAM in FÁVERO, 1983), poderia ser denegada como *cultura popular* de acordo com os valores políticos que este promovia ou não, independentemente das origens sociais e culturais dos artistas. Contudo, se o maracatu fosse incorporado à manifestação pública das classes subalternas, engajado na contradança das reivindicações trabalhista, campesina ou estudantil, a suposta ingenuidade estaria transitando da alienação para os fazeres combativos e, portanto, desalienados. Este foi o principal ponto de impasse entre os agentes dos movimentos de cultura popular e outros estudiosos das manifestações telúricas (LEITE, 1965). Ambos reconheciam o valor identitário das práticas e representações populares, contudo, discordavam quanto ao dirigismo político que alguns imprimiam nestas formas de expressão, às propostas de facilitação da cultura erudita, visando uma (im)possível democratização e à “folclorização” cristalizante das culturas dos povos⁴⁸. Em meio a fervorosos debates, no calor da cidade do Recife, poucos eram os que não se deleitavam em encontrar desfilando entre as vitrines e o concreto armado das construções modernas, o colorido ruidoso dos maracatus. Dependendo de por onde se caminhava tudo poderia ser absolutamente diferente: da extrema pobreza dos mocambos dos Coelhos à beleza dos soberbos edifícios da Avenida Guararapes, do movimento circular do Bumba-meu-boi aos letreiros do Cinema São Luis (BARBOSA, 2005; SILVA, 2005; TEIXEIRA, 2007).

No mais, se perder nas avenidas, ruas e travessas da velha metrópole podia ser uma experiência prazerosa. O roteiro aleatório de passeio entre cartazes e sedutoras

⁴⁸ As questões da cultural popular e da educação popular serão discutidas com maiores detalhes nos próximos capítulos.

gravuras, entre pontes e mais pontes, não era um tédio absoluto para as camadas letradas⁴⁹. No centro do Recife todas as camadas sociais se encontravam imersos na abundância de vozes e conversas da urbe, espaço fecundo de trocas e gradual acomodação espacial dos rumores da fala, que ora separa por repulsão, ora agrega por simpatia, de acordo com jogo dos sotaques e das fronteiras das famílias letradas. São nestas fronteiras das sociabilidades que encontravam as facilidades para compartilhar experiências, solitudes e expressões formalizadas, indispensáveis para angariar relativa distinção como grupo em meio aos outros. Eram nestas territorialidades onde podiam se munir do arsenal simbólico para os certames que ameaçavam cruzar as andanças do infante produtor cultural. Pode se afirmar que a dinâmica cultural do Recife já dispunha de uma relativa diversidade de cenários e de ações propriamente modernas apesar de dimensões espaciais provincianas onde todos acabavam se conhecendo. O advento da urbanização antecedeu a modernização das atividades produtivas do primeiro e segundo setor⁵⁰, fazendo da cidade um fecundo espaço de produção cultural.

Para os melômanos, adeptos da música erudita, as três sociedades musicais da cidade – a Cultura Musical, os Amigos da Sinfônica e a Pró-Música – realizavam anualmente um circuito de espetáculos (TEIXEIRA, 2007). As apresentações aconteciam no mais glamoroso teatro do Recife, o *Santa Isabel*, onde também havia sido realizada a cerimônia de inauguração da UR e as festas de formatura dos universitários. Estas Sociedades musicais também organizavam encontros voltados para crítica da música, possuindo uma delas, a Sociedade Pró-Música, uma tendência vanguardista que a fez organizar os primeiros shows de musicistas da escola schoenberguiana no Recife. Para os avessos às típicas multidões dos espetáculos, a Diretoria de Documentação e Cultura (DDC - VERRI, 1996; TEXEIRA, 2007) possuía toda uma discoteca de audição gratuita e solitária em suas cabines. Além do repertório de música clássica, a Diretoria contava com uma pequena discoteca que reunia pesquisas no campo da etno-musicologia com um pequeno acervo de ritmos afro-brasileiros, repentes sertanejos e documentários em áudio produzido por folcloristas ingleses (TEIXEIRA, 2007).

⁴⁹ Os artigos de Orlando da Costa Ferreira publicados no 2º caderno do Jornal do Commercio, entre os anos 1963-1964 sob o título de Alfabeto e Imagem discutem esta experiência do viandante recifense e a dinâmica dos cartazes e outros produtos gráfico típicos da cidade.

⁵⁰ Há toda uma vasta historiografia denotando esta primazia da modernização urbana sobre as atividades produtivas da indústria e da agropecuária nordestina (SINGER, 1977; LACERDA, 1978; ANDRADE, 1979; BERNARDES e PERRUCCI, 1996; OLIVEIRA 2008).

O DDC também estava à frente da Orquestra Sinfônica do Recife, cuja liderança, fora confiada ao Maestro Vicente Fittipaldi. Apesar da orquestra municipal não ostentar grande sofisticação, e daí ter sofrido as mais diversas críticas devido a suas limitações técnicas, as apresentações em espaços públicos da cidade significavam a rara oportunidade do cidadão menos abastado de escutar música erudita. Apenas mais tarde, com a criação da Radio Universidade, dirigida por José Laurenio⁵¹, a audição da música erudita poderia ser experimentada em domicílio, bastando apenas sintonizar o rádio no *dial 880*.

O rádio já era uma mania recifense desde os anos 1920, graças à presença da Rádio Clube de Pernambuco. Seus dirigentes se viram impulsionados à mudança com a inauguração da Rádio Jornal do Comércio e da Rádio Tamandaré, no final dos anos 1940. Os programas de auditório e a participação de cantores consagrados como Orlando Silva, Luís Gonzaga, Ângela Maria e Cauby Peixoto, enunciam uma dinâmica espetacular e moderna do fazer radiofônico, envolvendo o espectador com sua programação cada vez mais interativa e estriada (TEIXEIRA, 2007). Estas emissoras dinamizaram o cenário cultural da cidade pelo corpo de profissionais que reuniram a partir de sua criação. Jarbas Maciel, um dos criadores do Movimento Armorial, faz referência a um dinamismo cultural possibilitado por Francisco Pessoa de Queiroz ao fundar a Rádio Jornal do Comercio e congregar uma equipe diversificada em torno da emissora. Um destes agentes foi o maestro César Guerra Peixe, contratado como arranjador da Rádio. O maestro se dividiu entre as funções técnicas, as pesquisas antropológicas e o ensino de música, tendo sido professor, por esta época, de jovens músicos como Capiba, Sivuca e do próprio Jarbas Maciel. Não foram as promessas de bons rendimentos que trouxeram o músico para o Nordeste, mas a paixão pelos folguedos populares e os boatos de que os mesmos ainda corriam livres na capital pernambucana e seus arredores. Os rumores podiam ser confirmados com algum esforço e sorte do não raro visitante/pesquisador. As apresentações se davam ao longo de todo ano, sobretudo, no Carnaval, no São João e no Natal, mas não deixavam de acontecer durante as festividades locais como no dia de Nossa Senhora da Conceição/Iemanjá (8 de dezembro/ 2 de fevereiro), Nossa Senhora dos Prazeres/Festa da Pitomba (2º domingo após a páscoa), ou mesmo, nos finais de semana nos largos das Igrejas, terreiros e pátios de feiras dos arrabaldes da cidade:

⁵¹ A Radio Universidade estava subordinada ao Serviço de Extensão Cultural da UR.

muitas de suas tradições culturais, por exemplo, suas brincadeiras, mantinham-se constantemente realimentadas por novos contingentes de interessados. Como decorrência, os bumbas-meu-boi, maracatus, cavalos marinhos, mamulengos, pastoris, fandangos, etc., não só podiam recrutar novos integrantes com relativa facilidade como, com mais facilidade, encontravam público e ocasiões favoráveis a suas apresentações. (TEIXEIRA, 2007, p. 85)

Foram as pesquisas sobre estas manifestações típicas que trouxeram o músico dodecafonista ao Recife. O estudo sobre os ritmos nordestinos como o maracatu, o coco, o xangô e o frevo resultaram em algumas composições musicais e no livro *Maracatus do Recife* (1955). No entanto, a experiência formativa de todos que vivenciaram sua curta presença na cidade, significou para alguns o ponto mais importante de sua passagem pelo Recife (de 1948 a 1950). O já citado músico, matemático e filósofo Jarbas Maciel, formado em Filosofia na FAFIPE, em matemática na Universidade de Pensilvânia e no Conservatório Pernambucano de Música, em entrevista pessoal afirmou que ter sido aluno de Guerra Peixe nos tempos de mocidade era o título mais importante de sua vida (MACIEL, 2004/2009). A narrativa deste intelectual e da historiografia até aqui discutida mostram a aspiração do Recife de alcançar uma modernidade na produção, difusão e recepção da música erudita, ao passo que seus arrabaldes já eram muito antes desta suposta modernidade cultural, lugares fecundos de manifestação musical e cênica de tradições populares, mesmo com toda repressão policial contra estes tipos de folguedos.

Esta riqueza não passou em branco para Hermilio Borba Filho e Ariano Suassuna quando ajudaram a criar o Teatro do Estudante de Pernambuco e anos mais tarde o Teatro Popular do Nordeste. Buscavam com isto unir sua cultura literária e dramaturgica com as formas de expressão de base popular (TEIXEIRA, 2007). Buscando a identidade nacional nos elementos popularescos, forjaram uma linguagem própria e, se não encontraram a essência nacional que procuravam, pelo menos, ganharam com isto prestígio e reconhecimento em meio aos produtores culturais. Nesta mesma empreitada por visibilidade e distinção foram criadas outras entidades ao longo desse período, como a Sociedade de Arte Moderna de Pernambuco, o Atelier Coletivo, a Escola Prática de Teatro, o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Gráfico Amador (TEIXEIRA, 2007).

Nos anos 1960 o Movimento de Cultura Popular inaugurou em associações de bairros, ligas de dominós e outros espaços comunitários, umas duas centenas de escolas

primárias. Decerto a empreitada teria sido impossível sem o apoio do então prefeito de Recife Miguel Arraes. Neste sentido o MCP desempenhou as funções de uma ainda inexistente secretaria de educação e cultura, embora, a partir do que entediam ambigualmente por educação e cultura popular. Estes princípios orientaram a criação das praças de cultura, dos programas de alfabetização e conscientização, da Galeria de Arte às margens do Capibaribe, do Centro de Artes Plásticas e Artesanato e dos grupos e escolas de teatro, música, cinema e dança popular. A sede do MCP, o casarão histórico do Sítio da Trindade, estava localizada nos subúrbio do Recife e recebia diariamente pessoas dos mais variados segmentos sociais em busca das mais diversas iniciativas em pleno curso.⁵²

Ao nível acadêmico, a cidade era palco de periódicas palestras, exposições e conferências, normalmente organizada pela DDC e pela malha universitária do Recife (UR, URP, UNICAP)⁵³. Estes encontros eram espaços de certame e crescimento intelectual, lugares onde se desenhavam as fronteiras e territórios das “famílias” intelectuais e suas semióticas⁵⁴. Os jornais funcionavam como lócus público destes embates letrados, eram a partir de seus quadros e quadrículos e como neles se inscreviam os produtores culturais que as tendências políticas e estéticas das famílias letradas se ordenavam como territorialidades tracejadas. As formações atuantes no cenário cultural da cidade percorriam suas páginas (escrevendo e sendo evidenciados), principalmente nos cadernos de cultura dominicais. Era dentro destes grupos que os jovens poderiam encontrar uma afirmação de sua posição intelectual e artística.

Dois núcleos de produção cultural e intelectual recifense nos interessam especificamente, tendo em vista a participação dos agentes que passariam a colaborar com o SEC/UR. O movimento de cineclube (ARAÚJO, 1997) e o d'O Gráfico Amador (LIMA, 1997; TEIXEIRA, 2007) carregam os aspectos típicos da produção cultural deste período: a dupla vocação para a investigação das formas de expressão artística e para a arte como elemento de “análise” crítica da realidade brasileira (TEIXEIRA, 2007B). Se cinéfilos e escritores tenderam inicialmente aos apelos formalistas da vanguarda estética, mais tarde, quando já integravam outra frente, foram absorvidos por

⁵² Sobre o Movimento de Cultura Popular consultamos trabalhos de abordagens disciplinares diversas (PAGE, 1972; GÓES, 1980; FÁVERO, 1983; Memorial MCP, 1986; BATISTA NETO, 1987; PAIVA, 1987; BRAYNER, 1987; AGUIAR, 1993; WEBER, 2007; BARBOSA, 2009;)

⁵³ Ver sub-capítulo 1.1.

⁵⁴ Para o conceito de semiótica, tal como será aqui utilizado, ver Deleuze, G. Guattari, F. *Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia*, vol. 2; Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

uma modalidade de compromisso político-social, ou seja, da arte e da cultura como recurso de *conscientização crítica*, categoria esta irreduzível a uma concepção volátil da arte-pela-arte e tampouco limitável a um *didatismo cultural* ou a uma *arte engajada*. Esta modalidade de compromisso político-social não se dá acriticamente, tal como entre os entusiastas ortodoxos da arte participante, mas sim de maneira complexa e ambígua, criticando, porém também aderindo a uma concepção de cultura combativa e comprometida. Neste prisma, o cinema e a literatura passam a ser analisados como campos passíveis de uma crítica profunda da *realidade brasileira* e seus possíveis antagonistas (BRITTO, 1964; LIMA, 1966). O Gráfico Amador não participou desta militância cultural como grupo. O que não pode ser afirmado sobre os seus criadores, que anos mais tarde passariam a colaborar intensamente com as atividades do SEC/UR (TEIXEIRA, 2007).

Por outro lado, a paixão pelo cinema de arte possuía uma sofisticação formal que o labor artesanal da literatura já não esbanjava naquela época. Literatos e cinéfilos não se confundiam na cidade, apesar de freqüentarem quase as mesmas tertúlias e escolas superiores. Enquanto os cinéfilos se perdiam nas salas e sorveterias da Boa Vista, crédulos de toda sua vanguarda e rebeldia estética, os amantes da literatura estavam fascinados com as publicações artesanais dos escritores e tipógrafos d'O Gráfico Amador. O Gráfico foi criado em 1954 por iniciativa de Aloísio Magalhães, José Laurenio, Gastão de Holanda, Orlando da Costa Ferreira, Ariano Suassuna, dentre outros escritores. O velho prelo instalado no atelier da Rua Amélia, 415, Bairro do Espinheiro, atiçava o desejo daquela mocidade de ver um dia seu primeiro livro publicado. Atraído pelo sonho da primeira publicação e pelas boas conversas que por ali travavam, andava por aquela casa, um jovem poeta, estudante da Faculdade de Direito do Recife que gostava de ler Cabral, Valéry e Augusto dos Anjos. Devido a magreza Laurenio apelidara-o carinhosamente de “poeta tabica”. Andava sempre em companhia de outros colegas da FDR. Compartilhavam da mútua inadequação com a carreira jurídica e da paixão pela literatura. O poeta se chamava Sebastião Uchoa Leite e seus amigos eram Jorge Wanderley, João Alexandre Barbosa e Luiz Costa Lima. Turma que normalmente comparecia aos encontros literários da cidade, as conferências do DDC e da UR e outras tertúlias convidativas aos jovens escritores em busca de consagração (TEIXEIRA, 2007).

Certamente foi numa dessas reuniões que conheceram Jomard Muniz de Britto, rapaz “alto e magro (...) olhos de saci por trás de óculos de grau, lábios de Baudelaire, nariz de nobre arruinado, cabeleira de cantor de tango, queixo que emoldura bem a linha da boca, braços longos, mãos curtas, de orelhas grandes” (CORTEZ, 2009, p. 101), uma das lideranças dos jovens cinéfilos da cidade que desde os anos do Clássico⁵⁵ no Ginásio Pernambucano publicava crônicas de cinema nos jornais locais (ARAÚJO, 1997). Provavelmente o conheceram quando já era estudante da Faculdade de Filosofia de Pernambuco e estava iniciando suas primeiras leituras da filosofia existencialista. Jomard Muniz fazia parte do *Vigilanti Cura*, Cine Clube do Círculo Católico do Recife (ARAÚJO, 1997). Em meados de 1950, a cidade possuía vários cinemas e cineclubes: o *Cine Clube do Recife*, o *Cine Clube Universitário*, o *Cine Clube do Náutico*, o *Cine Clube do Iate*. Anualmente ofereciam salas com projeções de cinema, que tendiam a fugir ao *mainstream* norte-americano. Cumpriam destacado papel pelo circuito de projeção alternativa e, sobretudo, pela arregimentação de um fórum de debate, aprendizado e reflexão sobre a 7ª arte (ARAÚJO, 2005).

O *Vigilanti Cura* era uma iniciativa da Liga Operária Católica (LOC), relação esta que introduziu muitos dos seus participantes nas problemáticas da ação cultural socialmente comprometida. É provável que também tenha orientado os jovens cinéfilos em suas primeiras leituras dos filósofos cristãos como Emmanuel Mounier, Jacques Maritain e Gabriel Marcel. O Serviço de Cinema da Liga Operária Católica integrava à Ação Católica (AC), braço progressista da Igreja que assumiu diversos projetos sociais, educacionais e culturais, através de instituições seccionais subordinadas à sua política nacional cujo mote era “Ver-Julgar-Agir”.

Paulo Freire e seus colaboradores extensionistas que criaram a Estudos Universitários foram bastante influenciados pela política cultural da Ação Católica (AC), tendo sido o secretário do SEC/UR (com funções de diretor nas não raras ausências de Freire) o assessor eclesiástico da Juventude Universitária Católica (JUC) do Recife, Almeri Bezerra (MELLO, 2006; LIMA, 1981).⁵⁶ A JUC fazia parte de muitas seções estudantis que compunham a Ação Católica: a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Independente Católica (JIC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC). O perfil da população universitária ganhava novos contornos quando comparados à antiga mocidade vinda dos engenhos e das casas grandes do interior para

⁵⁵ O científico e o clássico correspondem ao atual ensino médio.

⁵⁶ Dados da entrevista. Entrevista realizada com Almeri Bezerra em 20/04/2009.

estudar nas faculdades recifenses do passado. Se o movimento estudantil católico havia surgido nos anos 1930, apenas duas décadas depois angariou expressão e autonomia política como movimento devidamente organizado. Ademais, os meninos de engenho já não eram a maioria em sala de aula e os filhos da cidade avolumavam-se nas escolas superiores⁵⁷.

A JUC foi a mais importante seção da militância estudantil católica brasileira. Nos anos 1960 seus membros conquistaram por diversas vezes a direção nacional da UNE, derrotando comunistas e udenistas (CUNHA, 2007). Foram dissidentes da JUC que criaram a Ação Popular em 1962, movimento político-partidário de expressão nacional. “Assim angariavam definitivamente sua autonomia de produção e ação nesta dinâmica de laicização do grupo político e seus significados” (VERAS e MENDONÇA, 2004/2009, p. 18).

Os jovens bacharéis do Gráfico e a rapaziada do cineclube costumavam transitar pela Capela de Santa Cecília, sede da JUC Recife, como boa parte dos jovens universitários de classe média da cidade. Na capelinha da Praça Maciel Pinheiro podiam se informar das polêmicas do movimento estudantil, travar contato com universitários de todas as escolas da cidade, conhecer as moças bonitas do movimento e escutar as palavras sábias do Padre Almeri Bezerra. O eclesiástico tinha uma visão progressista dos conflitos políticos da época. Foi ele que, em 1958, percebendo a inércia das ações políticas da JUC, propôs uma linha programática com bases num “ideal histórico”. O novo programa redefiniu os projetos da JUC, possibilitando uma aceitação majoritária na política estudantil e um protagonismo social diante dos desafios do que chamavam de “realidade brasileira” (LIMA, 1984; AGUIAR, 1993). Em 1960 a noção de “ideal histórico” foi substituída pelo conceito de “consciência histórica”, sugestão do Padre Henrique de Lima Vaz, padre jesuíta de Minas Gerais de grande influência nas correntes políticas católicas. Enquanto, o “ideal histórico” projetava uma utopia como “essência ideal e realizável” da sociedade, a noção de “consciência histórica” sugeria uma análise da “realidade brasileira” e suas contradições seculares, tendo como objetivo uma conscientização e humanização do mundo e de suas relações. Enquanto, o primeiro idealiza o futuro para transformar o presente, o segundo procura compreender o passado

⁵⁷ Dados referentes a pesquisas do INEP revelam que 71,85% dos matriculados do ano de 1965 eram naturais da zona urbana do Recife. Mesmo na Universidade Rural de Pernambuco, apenas 57, 14% dos estudantes matriculados pertenciam à zona rural.

e desta transparência ou consciência, solucionar as contradições históricas da humanidade.

Numa cidade de muitos conflitos políticos e crescente tensão cultural a capela de Santa Cecília ressoava como um platô⁵⁸ das sociabilidades universitárias, não o único, mas um ponto decisivo e religioso deste campo. Para exemplificar mais de perto a dinâmica cultural/universitária da cidade passemos pelas memórias de um estudante oriundo do interior da Paraíba e calouro da FDR em 1959 (SANTOS, 2007). A pouca vocação de Benjamim Santos para jurisprudência ao ingressar na FDR era compensada pela tradição escolar e pelo fascínio que nutria pelas artes e ciências dos “estudantes dos anos intermediários”: Roberto Cavalcanti, Walter Costa Porto, João Alexandre Barbosa, Luiz Costa Lima e Sebastião Uchoa Leite (SANTOS, 2007). Dois anos mais tarde, toda esta turma estaria escrevendo para a revista Estudos Universitários e ensinando na UR. Para o calouro paraibano “a principal via de acesso” para a cidade e seus encantos foi a própria Universidade do Recife (SANTOS, 2007, p. 21). Através dos colegas de sala conheceu o cenário cultural local, visitou os bordéis do Recife Antigo, ao mesmo tempo que descobria a militância católica da JUC. Depois, descobriu o Art Palácio, onde meglhou no “moderníssimo cinema francês, feito por Alain Resnais, Jean-Luc Goddard, François Truffaut, Claude Chabrol”.

A estudantada do Recife assistiu em primeira mão às películas mais importantes da *Nouvelle Vague*: *Hiroshima meu amor*, *Acosado*, *Ano Passado em Marienbad* e *Os incompreendidos*. No Cine Clube de Arquitetura, estimulado pelo professor Evaldo Coutinho⁵⁹, conheceu “Jomard Muniz de Britto e Osman de Freitas, um rapaz discretíssimo que era quem melhor pensava cinema em toda cidade, ardoroso conhecedor e admirador da *avant-garde*, de Robert Bresson e Orson Welles”. Osman de Freitas também era estudante da FDR, e escreveu algumas artigos sobre cinema na Estudos Universitários. Também assistiu algumas peças no Teatro de Arena, que ficava entre a UR e a FAFIRE – *quartier latin* do Recife -, e fora inaugurado por Hermilio Borba Filho como sede do Teatro Popular do Nordeste (TEIXEIRA, 2007; SANTOS, 2007). Enfim, o não mais calouro se aquietou na Capela de Santa Cecília. Em suas lembranças a JUC aparece como “caminho para ter uma visão geral de todo o meio

⁵⁸ Um platô é uma multiplicidade conjugada a uma zona de intensidade (política, literária, social, animal, vegetal) conectável a outras zonas de intensos devires (DELEUZE e GUATTARI, 1997A).

⁵⁹ Evaldo Coutinho matinha um vínculo institucional com a Cinemateca Nacional através do qual podia oferecer uma programação de qualidade. Um estudo sobre Evaldo Coutinho e o Cine Clubes do Recife, sobretudo, da Faculdade de Arquitetura, renderia uma profícua pesquisa sobre o período.

universitário recifense”, através do qual angariou “amizade com estudantes de outras escolas”. Percebemos assim como a FDR lhe introduziu o cenário cultural da cidade, à medida que através da JUC se conectou a “toda juventude estudantil do Recife” (SANTOS, 2007, p. 21-22).

Como podemos perceber, o Recife oferecia opções culturais cada vez mais sofisticadas, dividindo os consumidores de bens simbólicos entre o sortilégio do cosmopolitismo e a segurança do espírito identitário de província. Estas tensões, juntamente ao comprometimento social já analisado, colaboraram para que esta nova geração de letrados se dividisse, elegendo como seu herói e anti-herói o mais famoso intelectual das cercanias: Gilberto Freyre⁶⁰.

Certamente o sociólogo incorporava todos os valores que a militância de esquerda desprezava: a começar pela autoridade intelectual quase despótica conquistada ao longo dos anos e seu poder de influência na consagração dos novos produtores culturais legítimos; o regionalismo avesso ao cosmopolitismo da época também era um fator de sentimentos ambíguos; bem como a opinião tradicionalista, questionando as maravilhas do mundo moderno. Mas, o que mais repugnava seus adversários, era sua aproximação com setores conservadores da política brasileira, mudança gradual de direção no contra-fluxo da dupla articulação dos infantes produtores culturais, cada vez mais próximos da chamada “ala progressista” (MOTA, 2008; BRITTO, 2002). Por outro lado, havia também aqueles que se deixavam cativar por sua orientação intelectual, por seus paradigmas de análise sócio-histórica, por sua paixão pela região, por seus temas saborosos, por sua aura aristocrática quase vitoriana, e, principalmente, por sua autoridade acadêmica ostentada em brasões anglo-saxões e muita erudição, quase sempre decisiva na indicação política dos seus escolhidos (PALHARES-BURKE, 2005; OLIVEIRA in QUINTAS, 2003; BASTOS in MOTA, 1999;).

Sua posição de distinção no campo intelectual o permitia influenciar decisivamente a consagração dos jovens letrados da cidade⁶¹. Sorte dos seus acólitos, revés dos que recusavam a posição de adoração ou de reprodução do discurso regionalista. Os universitários avessos a Freyre e à sua corte, a que o próprio chamaria de “Nova Escola do Recife” (CHACON, 1989), se deliciavam quando saía mais um artigo do professor Gláucio Veiga, na sua coluna semanal “Arco, Flecha e Alvo”, onde

⁶⁰ Esta argumentação está baseada nas entrevistas realizadas com os antigos membros do SEC, citadas ao longo de todo corpo do trabalho.

⁶¹ O mandonismo se mostrou bastante presente na política do campo intelectual brasileiro, portanto, a postura de Gilberto Freyre não representa um fenômeno social isolado do campo em questão.

realizava semanalmente um desmonte crítico do “Casa Grande & Senzala” cuja resposta foi o silêncio sepulcral (BRITTO, 2002). Gláucio Veiga era professor da FDR e da FAFIPE, estudioso de Proust e Marx⁶².

Esta aversão ao pai da Tropicologia era compartilhada por Jomard Muniz e seus colegas cineclubistas da Faculdade de Direito. A turma da literatura nutria de uma mistura de respeito e desconfiança pelo mandarim recifense. As opiniões dos companheiros mais maduros do Gráfico eram sempre levadas em consideração. Não que morressem de amor por Gilberto Freyre, mas respeitavam o seu estilo de escrever, a sua contribuição às ciências sociais brasileiras, a valorização dos elementos regionais e populares, e a importância local da instituição de pesquisa social que idealizou quando era deputado pela esquerda democrática⁶³. No entanto, desconfiavam da vaidade intelectual do sociólogo, bem como de sua crescente solicitude com setores conservadores da política brasileira. Mesmo com toda desconfiança, ou repulsa, poucos eram os que ousavam expressar suas reais opiniões sobre o mais distinto intelectual da região.

Nenhum aspirante a intelectual sensato gostaria de provocar declaradamente a inimizade de Gilberto Freyre, principalmente os escritores mais moços do Gráfico Amador. Uchoa Leite, João Alexandre, bem como Costa Lima e Jomard Muniz não usufruíam de grande distinção intelectual no final dos anos 1950, possuíam apenas alguns artigos publicados nos jornais com ajuda de amigos mais influentes e não

⁶² O professor Gláucio Veiga faleceu neste ano de 2010. Seus cursos nos anos 1960 sobre o marxismo lhe renderiam a prisão, juntos aos professores tidos como “subversivos” como os membros do SEC/UR. Em artigo publicado no *Jornal do Commercio* (Caderno C - 08/07/2010, p. 7) Nelson Saldanha destaca que o professor catedrático diferentemente dos seus pares “não se furtava de conviver ou conversar com os mais jovens, ou com os menos importantes”. Chama atenção também para seus estudos sobre Keynes e Marx (estes jamais editados) e sua obra monumental “História das ideias da Faculdade de Direito do Recife” (dividido em sete volumes).

⁶³ O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, institucionalmente criado em 1949, introduziu a pesquisa social sistemática no Estado de Pernambuco, antecedendo as atividades de pesquisa sistemática da SUDENE e das pós-graduações da Universidade Federal de Pernambuco. Sua consolidação apenas se deu em 1951 quando realizou sua primeira pesquisa de campo. “Não que inexistissem pesquisas antes do Nabuco, mas não em instituições voltadas para a pesquisa social. Alguns ensaios podem ser mencionados ainda nos anos 30, tais como a pesquisa de Josué de Castro sobre as condições de vida dos operários pernambucanos; a de René sobre o mesmo assunto, preparado para uma Semana de Ação Social patrocinada por correntes intelectuais católicas que, à época, poderiam ser consideradas progressistas; uma outra, em que esteve envolvido o professor Antônio Carolino Gonçalves, que viria a ser professor de estatística na Universidade e chefe do Departamento de Estatística do Instituto Joaquim Nabuco. Seria possível citar, ainda nessa década, o levantamento sobre os mocambos do Recife que precedeu o programa da Liga Social contra o Mocambo.” Heraldo Pessoa Souto Maior. *A Fundação Joaquim Nabuco e o campo das Ciências Sociais no Brasil: a sociologia*. Exposição apresentada na Mesa Redonda: “A Fundação Joaquim Nabuco e o campo das Ciências Sociais no Brasil: linhagens, trajetórias, perspectivas. **XIV CISO- 09 de setembro de 2009**. Conferir também o livro de Vamireh Chacon. *A luz do Norte: o Nordeste na história das idéias do Brasil*.; Recife: Ed. Massangana, 1989.

respondiam ainda aos deveres profissionais da vida adulta ou familiar. Se gozavam do ócio criativo e maravilhosamente irresponsável da vida estudantil, ainda não haviam conquistado a distinção necessária para superar a invisibilidade comum ao jovem produtor cultural.

Certamente, a conclusão do curso superior no início da década de sessenta significou a conquista de uma primeira centelha na luta pela consagração. Mas não só através dos títulos angariaram reconhecimento no campo cultural e universitário. Jomard Muniz, por exemplo, travou boas relações com escritores e cinéfilos baianos da “Geração Mapa”⁶⁴. Sua vida tomou um novo rumo com a visita que o rapazote Glauber Rocha fez ao Recife em 1958, ocasião no qual estabeleceu vínculos de amizade com Jomard Muniz e sua turma. Um ano mais tarde, já formado em Filosofia, Jomard Muniz visitaria a Bahia a convite do jovem cineasta. Ficou hospedado na pensão de Dona Lúcia, mãe do Glauber Rocha, onde participou da gravação do primeiro filme deste: “Pátio” (1959). Depois disso, voltaram a se encontrar apenas em 1963, no Rio de Janeiro. O baiano já então distinto cineasta e o pernambucano ocupando o cargo de instrutor da Universidade do Recife e membro do SEC/UR.

Uchoa Leite e Costa Lima também se formaram na passagem da década. Enquanto o segundo logo partiu para o intercâmbio acadêmico na Espanha o primeiro se dedicou ao seu primeiro livro, “Dez Sonetos sem matéria”⁶⁵, publicado pelo D’O Gráfico Amador em 1960. O trabalho artesanal do Gráfico não permitia série muito extensa, mas isto não era um problema para o jovem poeta. O que importava era ter seus versos sob os cuidados de artífices do livro e da palavra gravada como Orlando da Costa Ferreira, Gastão de Holanda e José Laurenio. Justamente o coletivo de tipógrafos cujo esmero Drummond elogiara e Cabral depositara extrema confiança para duas recentes publicações. Dedicou o livro à velha guarda do Gráfico: *Ariano Suassuna, Gastão de Holanda, José Laurênio de Melo e Orlando da Costa Ferreira*, escolhendo como epígrafe os versos de Paul Valéry: “J’ai vu bondir dans l’air amer / les figures les plus profonde...”. As Estrofes dos poemas ressoam as ideias fixas sobre o tempo que permeiam todo o livro, “em que o tempo e o espaço são considerados sob uma ótica

⁶⁴ A revista Mapa era dirigida por Glauber Rocha e Fernando Peres e circulou entre 1957 e 1958, dando nome ao grupo de artistas baianos que Glauber Rocha fazia parte: a “geração Mapa”.

⁶⁵ De acordo com Guilherme Cunha Lima as disposições editoriais do livro são as seguintes: “*desing*: Orlando da Costa Ferreira. Ilustração: Orlando da Costa Ferreira; 15 desenhos; vinhetas em linóleo, duas cores, azul e cinza. Recife; O Gráfico Amador. 52 p. 201x169mm. Série Cartas de Indulgências, número 4. Poesia. Exemplar 250/53. Composição manual e impressão tipográfica; OGA; Rua Amélia, 415. Abril. Bodoni. Brochura” (1997, p. 148).

entre fenomenal e existencial” e “certas imagens são antes traduzidas internamente, no corpo do poema, do que abandonadas por exaustão”, como comentou no *Jornal do Commercio* da época, João Alexandre Barbosa (texto depois, reimpresso em livro; in LEITE, 1988, capa). O soneto de número III transparece as duas linhas que orientam sua poética da mocidade: o texto literário como “obras em dobras” e a monomaníaca obsessão pelo tempo. Façamos uma leitura do poema:

Que eu saiba conhecer
na alma que se dobra
as fontes do prazer:
viver é minha obra.

Que uma mão me acene
a glória de partir.
Algum verbo perene
no maduro existir.

Essa abelha discerne,
sopro que no ar escuto,
a morte no teu cerne

ou o verso absoluto.
Uma notícia espalho:
o tempo é meu trabalho.
(LEITE, 1988, p. 182)

A passagem para década de sessenta foi decisiva para Sebastião Uchoa Leite e seus companheiros. O exercício poético diletante alcançara bons resultados, quando por interferência do jornalista e escritor Mauro Mota, conseguiu publicar seus primeiros versos no suplemento do *Diário de Pernambuco* (LEITE, 2002). Foi por meio também de Mauro Mota que João Alexandre publicou em 1958 o seu primeiro artigo no *Suplemento Literário* do mesmo jornal: “Aspectos da Crítica Literária” (BARBOSA, 1980; MARTINS FILHO e TENÓRIO, 2007). A crítica como campo profissional não estava oficialmente atrelada à instituição universitária, sendo praticada até então nos cadernos dominicais. Mauro Mota como editor do *Diário de Pernambuco* ensinou a

vocação poética de Uchoa Leite e a vocação crítica de João Alexandre, para efeito de publicação e distinção, tão importantes aos dois ofícios.

Em 1960 Luiz Costa Lima retornou da Espanha, onde uma bolsa de estudos o permitira passar um ano (LIMA, 1991). O projeto inicial era ficar apenas um período na Espanha e angariar uma nova bolsa para estudar com Northrop Frye na Alemanha. Como o novo financiamento malogrou por problemas de saúde do catedrático com o qual estabelecera contatos, se viu obrigado a permanecer em Madri e adiar o sonho de estudar nas universidades germânicas. Na terra de Garcia Lorca se aprofundou na poesia hispânica e travou contato com João Cabral que estava por ali de passagem. Através do poeta pernambucano conheceu a poesia concreta, iniciando uma amizade epistolar com Haroldo e Augusto de Campos. O elo para amizade fora uma edição londrina do *Guesa* de Sousândrade, livro até então desconhecido para crítica brasileira (LIMA, 1991). O intercâmbio foi igualmente decisivo na formação política do jovem professor de literatura brasileira. A distância, não de todo desinteressada, que mantivera da cena política nos seus tempos de estudantes, era questionada diariamente pela convivência direta com a ditadura do General Francisco Franco. Se pelos colegas hispânicos pouco ou nada pode fazer, à medida que findava o intercâmbio, inclinou-se para uma postura intelectual socialmente participante e reflexiva:

Ao retornar ao Recife, pouco antes da renúncia de Jânio Quadros, já percebia que a reflexão que procurava amadurecer seria insuficiente sem que me interessasse mais seriamente pela política. Entrei em contato com grupos de esquerda e viria a participar da campanha pela eleição de Miguel Arraes. (LIMA, 1991, p. 17)

Voltou a tempo de participar do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária⁶⁶. A iniciativa pioneira da Universidade do Recife foi fruto da dedicação de alguns dos seus realizadores, sobretudo, do reitor João Alfredo (Presidente executivo da

⁶⁶ As informações aqui contidas foram extraídas do *Anais do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1964. A editora Tempo Brasileiro pertencia ao crítico literário Eduardo Portella, amigo dileto do reitor João Alfredo e secretário do Congresso. Eduardo Portella viria a colaborar com o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, estabelecendo amizade com seus membros. Foi a Tempo Brasileiro que publicou em 1964 o livro “Contradições do Homem Brasileiro” de Jomard Muniz e “Universidade do Recife: missão cumprida” de João Alfredo. Infelizmente não conseguimos encontrar este último livro que talvez contribuísse bastante com esta pesquisa. A editora também publicava a “Tempo Brasileiro: revista de cultura”, periódico sempre com ampla participação dos antigos membros do SEC e seus acadêmicos simpatizantes. Outros escritores pernambucanos, como Osman Lins, usufruíram do prelo da Tempo Brasileiro e sua privilegiada localização no Rio do Janeiro. Conferir *Tempo Brasileiro: revista de cultura*. Ano IV. Abril-Junho. nº 9/10. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1966.

comissão organizadora) e do crítico literário Eduardo Portella (secretário geral do Congresso). Estavam presentes intelectuais como Afrânio Coutinho, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Jorge Amado, Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir⁶⁷. Sobre o empenho do Reitor para realização do Congresso relatou Portella:

a decisão consciente, firme, irreversível, de realizar o Congresso. Realizá-lo por cima mesmo dos sucessivos obstáculos materiais que se interpuseram no seu caminho. Porque as ajudas financeiras com que nos acenaram os Governos federal e estadual perderam-se na tradicional incompreensão cultural das nossas administrações. Não fosse a serena, silenciosa, mas inabalável decisão do professor João Alfredo, e este Congresso se teria também perdido no desejo lírico de alguns escritores e professores que tão profundamente souberam viver o seu significado e o seu alcance. Mas havia um Reitor, um senhor Reitor, felizmente menos lírico, porém enormemente mais objetivo, que sabia acionar a máquina. Lembro-me que, ao comunicarlhe que as defecções verificadas no esquema financeiro do Congresso ameaçavam a vinda de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, ouvi uma resposta segura e tranqüila: ‘estes pertencem à lista dos sagrados’. Queria dizer que pertenciam ao elenco de convidados que não desejávamos faltassem ao congresso e aos quais não faltaríamos. Conhecendo-o, tranqüilizei imediatamente ao pintor Cícero Dias que, por incumbência minha, havia articulado em Paris a vinda daqueles escritores. (PORTELLA, 1964, s/p.)

A sessão solene de instalação do Congresso deu-se no dia sete de agosto de 1960, às vinte horas, no salão nobre da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Participavam da mesa de abertura o senhor José Semeão Leal, representando o Governo Federal; o governador do estado de Pernambuco, Cid Sampaio; o prefeito da cidade do Recife, Miguel Arraes; o reitor da UR João Alfredo; o diretor da FAFIPE, o professor Nilo Pereira; e o escritor Jorge Amado. Seguindo o discurso das lideranças políticas e universitária, o professor Nilo Pereira saudou os visitantes, suscitando a importância do evento e a urgente necessidade da universidade brasileira incorporar o ensino e a pesquisa no campo da crítica literária. O discurso foi orientado pela valorização do humanismo, tão comum aos professores da época, e pelas constantes referências a Gilberto Freyre. Em seguida, Jorge Amado discursou em nome dos congressistas

⁶⁷ Ainda compunha a Comissão Organizadora do evento Alceu Amoroso Lima, Aníbal Fernandes, Anísio Teixeira, Antonio Candido, Antônio Houaiss, Padre Daniel dos Santos Lima, Gilberto Osório de Andrade, Jordão Emerenciano, Luís da Câmara Cascudo, Luís Delgado, Nilo Pereira, Sílvio Rabelo, dentre outros.

presentes, tecendo saudações a todos, louvando a Universidade do Recife e, por fim, homenageando Carlos Pena Filho, recentemente falecido com apenas 31 anos⁶⁸.

No dia seguinte os congressistas participaram de uma missa na Igreja de São Pedro dos Clérigos, onde estava sendo inaugurada a exposição “Pintores pernambucanos contemporâneos”, com curadoria de Ariano Suassuna. A Quinta, e última, Sessão se deu às quatorze horas do dia 13 de agosto, sob a presidência do Acadêmico Peregrino Júnior, secretariando os trabalhos a professora Maria Teresa Leal de Martínez, mas tarde substituída pelo professor César Leal. Realizaram inicialmente a plenária para leitura, discussão e deliberação das propostas dos congressistas. Assim, aprovaram a criação da Sociedade de Estudos de Crítica e História Literária e os seus respectivos representantes estatais⁶⁹.

Nesse mesmo dia, seis trabalhos foram apresentados. Destes sairia a única tese do Simpósio aprovada com louvor. A tese “Singularidade da situação do escritor no presente momento nacional” defendida por Luiz Costa Lima foi a terceira do dia, depois da exposição de Frank Snowden da Universidade de Havard e antes da apresentação de Afrânio Coutinho sobre o Barroco brasileiro. O novo professor de literatura brasileira da UR defendeu a posição crucial do escritor no período de “trânsito” o qual estava vivendo da sociedade brasileira (LIMA in Anais do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, 1964). O conceito de “transitividade”⁷⁰ havia sido tomado emprestado das análises educacionais “do professor e amigo Paulo Freire”⁷¹ cuja biblioteca pessoal despertara a vocação intelectual:

testemunhar minha gratidão a um vizinho que foi o meu guia no transe; pouco depois, seríamos companheiros na esperança e no infortúnio políticos: Paulo Freire [...] A biblioteca de Paulo Freire abriu para mim a leitura dos poetas modernistas. (LIMA, 1991, p. 15)

⁶⁸ Carlos Pena filho era próximo ao coletivo do Gráfico Amador, inclusive de Uchoa Leite (LEITE, 2002), e o seu livro *Memórias do Boi Serapião* havia sido publicado por estes em 1955, com “plastiplates” de Aloísio Magalhães (LIMA, 1997).

⁶⁹ Os escolhidos foram Alceu Amoroso Lima, Afrânio Coutinho, Mario da Silva Brito, José Aderaldo Castelo, Octávio Melo Alvarenga, Guilhermino César, Joel Pontes, Eduardo Portella, José Carlos Lisboa e Domingos de Carvalho da Silva.

⁷⁰ Embora o conceito de “situação” remeta a uma categoria conceitual empregada por Jean-Paul Sartre.

⁷¹ A nota de rodapé do texto diz: “Distinção que tomamos de empréstimo ao Prof. e amigo Paulo Freire”. Algumas referências presente no ensaio, por exemplo, a Zevdei Barbu, bem como o corpo de idéias central que o estrutura, retomam as problemáticas da tese de livre docência de Paulo Freire em História e Filosofia da Educação, defendida na Universidade do Recife um ano antes do Congresso.

Pois bem, retornando à tese de Costa Lima, cabe aqui frisar as contribuições do jovem Freire a partir da categoria conceitual de “situação”, com bases no conceito freireano de “sociedade em trânsito” e “transitividade”, como recurso analítico válido para o estudo e, sobretudo, para dinamização da literatura brasileira. A interlocução indireta com “Educação e atualidade brasileira”, tese de livre docência defendida por Paulo Freire em 1959 na Escola de Belas Artes, enuncia esta nova disposição política de toda uma geração de produtores culturais, preocupados em inserir seus fazeres e suas representações no clima de transformação política e cultural que vivia o Brasil. Por outro lado, ao empregar o conceito de “situação”, o crítico faz uma apologia à análise interdisciplinar da literatura, amparada nos recursos da sociologia e da história, afrontando toda tradição esteticista da crítica literária para a qual a literatura seria apenas o fruto da genialidade atemporal de um sujeito ou da incolumidade formal do cânone. Enuncia-se com isso uma tensão geracional entre um fazer intelectual socialmente desinteressado, normalmente atrelado às forças políticas conservadoras, e um fazer participante, vinculado aos grupos políticos mais progressistas.

Costa Lima pontuava o papel do escritor brasileiro, suas “responsabilidade” e “possibilidades” diante da política nacional-desenvolvimentista, desta maneira sintetizando as formas de expressão intelectuais cuja sua geração participa da emergência. Segundo sua argumentação, o momento nacional seria propício à fertilização da literatura, desde que o escritor encarasse a “situação” existencial específica com menor passividade, rompendo, via a inserção cultural, o estado de alienação no qual se encontrava. Tal como o escritor, o crítico literário não poderia se esquivar, encerrando-se num esteticismo ocioso, das potencialidades da análise sociológica do fenômeno literário, urdindo crítica e conscientização popular: “Parece-nos que a crítica contemporânea brasileira não está atualizada para o específico instante nacional” (LIMA in 1964, p. 225).

Apelar para o engajamento do escritor e do crítico no momento de “trânsito” da sociedade brasileira passava longe de uma defesa do dirigismo cultural da esquerda, tecendo inclusive, críticas ao Partido Comunista Soviético. As referências ao Iseb deixam latente a influência exercida por Paulo Freire sobre o jovem crítico, sobretudo, quando cita Álvaro Vieira de Pinto: “sem ideologia de desenvolvimento não há desenvolvimento nacional”⁷². O autor da “Educação e atualidade brasileira” era na

⁷² “Ideologia e desenvolvimento nacional” foi como Álvaro Vieira de Pinto intitulou a aula inaugural do Curso Regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiro, pronunciada em 14 de maio de 1956, no

época um dos grandes interlocutores do pensamento isebiano em Pernambuco. Seu jovem pupilo concluiu defendendo a tese de um novo “programa pedagógico”, visando dar sistematicidade à política cultural dos intelectuais brasileiros: “adiantará porém, que o escritor assumira isoladamente uma posição crítica? Na verdade pouco influirá a decisão nestes termos. (...) O que vale dizer, é um trabalho que pressupõe a congregação de especialistas os mais diversos” (*idem*: 228). Transformar a maior instituição de aglutinação intelectual, a universidade brasileira, torna-se, portanto, urgente:

Isto significa postular à universidade brasileira um caráter de dinamicidade que atualmente, em sua realidade geral, ela não possui, porque continua presa ao academicismo com que se desenvolveu. Encerra-se o seu papel na programação das aulas curriculares. Nenhuma flexibilidade de cursos, nenhuma apetência de inserção. [...] Assim, nem a universidade responde em sua ampla estrutura às solicitações da realidade nacional, nem provoca um “clima de mudança” – de renovação de idéias – nas unidades ligadas especialmente às preferências dos escritores. É, portanto, prévio à conquista do escritor pela universidade que ela se transforme em dinamicidade: em duração e não em simples perduração. E, embora não seja a nossa intenção sugerir medidas, pensamos que essa integração existencial não é possível perdurando a discricionariedade das congregações das faculdades na fixação das condições obrigatórias de preenchimento pelos candidatos à cátedra. Pois o que sabemos é se acobertarem por sob as disposições legais interesses de grupos e indivíduos. E, mesmo que fossem de grupos e indivíduos “progressistas”, já seria um sinal contraditório da sua conduta, um sinal de hábitos e táticas conservadoras concordarem em tais arranjos. Pois as mudanças de mentalidade são também mudanças éticas, não podendo haver um estrangulamento desta sob alegação de favorecer aquela. (LIMA, 1964, p. 230-231)

A concepção de Universidade defendida por Luiz Costa Lima se opõe às disposições que permearam o projeto inicial da UR. Como foi observado no item anterior através do ensaio de Gadiel Perruci, o projeto universitário recifense deveria promover a modernização e a dilatação do ensino superior pernambucano, garantindo a “perduração” dos privilégios dos agentes educacionais das escolas açambarcadas. Tudo isto em consórcio com a inserção da nascente classe média e da oligarquia rural na dinâmica política predominantemente urbana-industrial. A dinamicidade do qual fala Costa Lima possibilitaria à universidade assumir seu “verdadeiro” papel de provocar “clima de mudança”, “renovação da idéias”, ou segundo Freire, “de coincidir o desenvolvimento com um projeto autônomo da nação brasileira” (2007, p. 95),

Auditório do Ministério da Educação e Cultura. O livro se encontrava na sua 4ª edição ainda em 1960, justamente o ano do exemplar que travamos contato através da biblioteca de Jomard Muniz de Britto, que o tinha guardado como o livro que marcou uma época.

“integração existencial”, “orgânica” como falou Josué de Castro, deste modo atendendo “em sua ampla estrutura às solicitações da realidade nacional”. Sem otimismo, o autor pontuou, enfim, aspectos da obra de Carlos Drummond, Guimarães Rosas e João Cabral, convidando os ouvintes/leitores a aceitarem os riscos da existência, com esperança e sem cair nas facilidades do otimismo, este quase sempre, alienante: “É principalmente por esse fato que se faz singular o presente momento nacional. É ele uma oportunidade para a esperança” (LIMA, 1964, p. 234). A repercussão do trabalho foi imediata como podemos ler no “Relatório da Quinta Sessão”:

A comunicação do Professor Costa Lima desperta o interesse geral dos presentes, suscitando numerosos apartes. O primeiro a falar é o crítico Adolfo Casais Monteiro, que assinala a coincidência de muitos pontos de vista na comunicação apresentada com a tese que ele próprio apresentara ao Congresso. Declara que tal coincidência o deixa lisonjeado, uma vez que suas idéias encontram apoio da parte de um jovem professor como o autor da comunicação em debate.

Fala a seguir o Professor Sílvio Castro, que declara ser aquela comunicação uma contribuição positiva para o estudo das culturas alienígenas que influenciaram a nossa literatura dos fins do século XIX.

Por fim, usa da palavra o Professor Jorge de Sena, que se congratula com o autor da comunicação, considerando-a das mais sérias e completas surgidas durante as sessões do presente Congresso.

Submetida à votação, a comunicação teve aprovada a sua inserção, com louvor, nos **Anais**. (1964: 49-50)

Não foi por mera fortuna que a tese do jovem professor de literatura brasileira foi aprovada com louvor, a proposta correspondia ao papel do fazer universitário defendido por uma crescente *intelligentsia* nacional. Certamente, a defesa da crítica literária mais sociológica em detrimento da corrente esteticista desagradou o então secretário da Sessão Ordinária, o jornalista e poeta César Leal. No terceiro capítulo saberemos por quê. Por hora, lembremos que a dinâmica intelectual exerce-se desta forma, tomadas de posição e contraposições que ocasionam nos espaços dos possíveis efeitos de “atração” e “repulsão” entre os indivíduos emersos na produção cultural (BOURDIEU, 2007: 2005). Neste sentido, o peso exercido no campo, ou seja, a visibilidade que ostentam e as afinidades de *habitus* corroboram com a dinâmica de simpatia ou hostilidade de práticas e representações intelectuais. Costa Lima havia optado por teóricos paulistas como Mario de Andrade e Antonio Candido, apesar de destacar na tese a importância de Gilberto Freyre e seu Manifesto Regionalista. No lugar de citar intelectuais já consagrados da UR, iniciara seu artigo filiando-se ao

pensamento de um professor da Escola de Belas Artes, que desenvolvia pesquisas, provavelmente vistas como “menores” ou “supérfluas” (1965), sobre educação de jovens e adultos. Diferentemente do professor Nilo Pereira, para o qual os sulcos do “espírito de província” constituíam a principal característica pernambucana, o jovem crítico havia abraçado o cosmopolitismo e o engajamento cultural não partidário, com claros desacordos com o dirigismo cultural stalinista. Costa Lima, tal como o áspero Sílvio Romero, tinha uma língua afiada e um tom peremptório, esbanjando erudição que despertava hostilidade e inimizade daqueles cujas fronteiras letradas não coincidiam, ou se opunham, à do professor de literatura brasileira. As palmas que sucederam à aprovação com louvor para os Anais do Congresso camuflavam em sua ruidosa frequência o apreço de muitos e o desprezo de outros.

Mas nem só de certames intelectuais se fizeram o Simpósio. A programação cultural compartilhou do sucesso das atividades acadêmicas e políticas das Sessões Ordinárias. Do luxo ao humil, os congressistas viveram o requinte da recepção no Palácio Campo das Princesas, oferecida pelo governador Cid Sampaio, seguindo horas depois para uma visita a um terreiro onde assistiram o “Xangô”. Se para os visitantes a manifestação cultural e religiosa afrobrasileira impressionava, para intelectuais da cidade, freqüentar folguedos e outras manifestações da cultura popular costumava ser uma prática usual.

O impulso foi dado em 1934, por ocasião do I Congresso Afro-Brasileiro, organizado sob a liderança de Gilberto Freyre. O impacto sócio-religioso do evento não pode ser ignorado, basta que o leitor imagine uma mãe de santo entrando triunfante no Salão Nobre da FDR, acompanhada pela batucada quase a derrubar o crucifixo que nunca faltam às repartições públicas brasileiras. O consumo dos ritos populares passou se tornar gradativamente um emblema de sofisticação intelectual. Agremiações carnavalescas como o Clube das Pás e as Batutas de São José recebiam visitas e colaborações de figuras distintas do cenário cultural pernambucano. Não raras vezes, o visitante do baile poderia se deparar com Gilberto Freyre, Hermilo Borba Filho, Nelson Ferreira, Ariano Suassuna, ou mesmo, com aspirantes à consagração como Jomard Muniz, que costumava levar seus pais para a casa de número 33 no Pátio de São Pedro, onde ficava a Batutas de São José. Nestas casas se entregavam ao calor dos grandes

sucessos carnavalescos, como a música *Você sabe lá o que é isso*, de autoria de João Santiago para o carnaval de 1952⁷³.

Paralelamente, de acordo com a programação cultural do I Congresso de Crítica e História Literária, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer, no segundo dia de trabalhos, a Igreja de São Pedro dos Clérigos, onde estava sendo inaugurada a exposição “Pintores pernambucanos contemporâneos” organizada por Ariano Suassuna. O pátio do conjunto arquitetônico do século XVIII era um velho reduto de boêmios, intelectuais e foliões da cidade. A ciclópica fachada barroca impressionava pelo contraste com as ruas estreitas de pedras grandes e o casario colonial. As palavras de Freyre em sua mocidade definem a forte impressão transmitida pelo conjunto formado pela Igreja de São Pedro e o Bairro de São José:

Muita falta faz aos meus olhos, nesta minha cidade do Recife, o H maiúsculo de uma catedral. Um H enorme, animador, protetor, no centro mesmo da cidade.

É uma cidade, o Recife, que só se faz notar pelos II magríssimos dos seus sobrados mais esguios e mais altos, pelos VV invertidos dos seus telhados mais agudos, pelos MM de algumas de suas igrejas mais velhas, pelos BB deitados de barrigas para o ar das Basílicas como a de Nossa Senhora da Penha. Nenhum H verdadeiramente H. A bela igreja de São Pedro dos Clérigos é a construção que mais se aproxima dessa forma que, sendo a de uma letra do alfabeto, é também a do tipo mais nobre da arquitetura cristã. (FREYRE, 1975: 140)

Os píncaros do casario colonial do Pátio de São Pedro escondiam os modernos arranha-céus da Avenida Guararapes e Dantas Barreto. Os bares e restaurantes do pátio também ofereciam diversas opções para degustação de bebidas e de comidas típicas da região. O estabelecimento mais freqüentado pelos universitários e intelectuais recifenses era o Bar do Aroeira⁷⁴ que funcionava desde 1940. O nome era homenagem ao curioso pé de aroeira cultivado num dos vãos da casa por Francisco de Assis Brito, ou como era conhecido, seu Aroeira, o proprietário do bar. Nos dias de sábado, o Aroeira era sempre uma saborosa opção de passeio para recifenses de todas as idades.

Do outro lado do Capibaribe, o baile oferecido pelo Clube Português aos congressistas, com exibição frevo, passo, maracatu e mamulengo, saciou a sede dos visitantes quanto aos folguedos e manifestações artísticas telúricas. Só não podiam passar da hora no dia seguinte para não perder a sessão matinal no Cinema São Luiz,

⁷³ Composição conhecida até hoje como hino da agremiação.

⁷⁴ Baseado em entrevistas já citada com Jomard Muniz, José Luiz, Osman de Freitas e Anacleto Eloi. Ver também “Aroeira das tradições”. DP – 5/11/2008, A11.

mais importante casa cinematográfica da cidade. O concerto de piano de Laís de Souza Brasil⁷⁵ requisitava formalidades parcialmente dispensáveis ao baile do Clube Português. Não poderiam deixar de se impressionar com o luxo e a sofisticação do Teatro, do clube e do Cinema conviviam tão próximos dos terreiros, dos bumba meu boi, dos bailes populares, bem como da miséria das comunidades ribeirinhas e dos mocambos. No mais, visitaram as cidades históricas de Jaboatão, Olinda, Igarassu e Goiânia, onde o patrimônio cultural caminhava braços dados com a pobreza suburbana. Conheceram, também, a futura Cidade Universitária, cuja construção se prolongava por mais de dez anos.

Dentre todas, porém, a atividade mais ansiada foi certamente a conferência de Jean-Paulo Sartre. Sartre representava o sonho do “intelectual total” (BOURDIEU, 2005) daquela época. “Total” não apenas por dominar profundamente sua disciplina, a Filosofia, mas por conjugar saberes díspares como cultura e política, operando uma (re)afirmação da mitologia do “intelectual livre”⁷⁶. O existencialismo estava muito em voga naqueles anos, sendo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, seu principal difusor no país. As alas progressistas da Igreja Católica também eram bastante influenciadas por pensadores cristãos como Mounier, Maritain e Lebreton, sobretudo este último, que esteve pelo Recife nos anos 1950 divulgando o Movimento Economia e Humanismo (PONTUAL, 2001; TEIXEIRA, 2007). O autor de “Qu’est-ce que la Littérature?” destacou em sua conferência a importância do intelectual participante em sua sociedade, distinguindo o universalismo da literatura européia, sobretudo, francesa, do aspecto local e descentralizante da literatura nos trópicos:

Enquanto uma se dirige para a unidade e singularidade de um povo – mas encontrando, em seu próprio caminho, o universal em sua profundidade, embora sem procurá-lo –, a outra, a nossa, ao contrário, colocando-se imediatamente no plano universal, não deixa de encontrar uma série de outras verdades, de outras técnicas, de outros modos de pensar, embora permaneça abstrata.

Neste caso particular, nós temos o universal em primeiro plano, devido à estratificação das sociedades burguesas; enquanto a outra literatura, à procura do singular nacional, pode encontrar o universal, embora por outro caminho.

Se é nesse sentido que se orienta a literatura brasileira, pergunto eu: poderemos nós, escritores brasileiros e escritores franceses, nos enriquecer

⁷⁵ A pianista ocupa atualmente a cadeira de número 23 (Fundador Mozart Camargo Guarnieri) da Academia Brasileira de Música.

⁷⁶ Na Universidade Francesa a Filosofia era a disciplina mais distinta do campo universitário e determinava os caminhos de outras áreas de saber, com as próprias ciências humanas e sociais. A Filosofia e o filósofo ocupavam no campo universitário francês uma posição semelhante às ciências jurídicas e o bacharel no Brasil (BOURDIEU, 2005).

reciprocamente? Em outras palavras: que pode uma literatura rica e concreta, popular, trazer de novo a escritores formados pelo universalismo? Este o grande tema que eu proponho seja agora por nós debatido. (SARTRE, 1964, p. 283).

O convite de Sartre ao debate soou tentador. O Acontecimento provavelmente reafirmou a convicção literária dos jovens bacharéis. No livro “Qu’est-ce que la Littérature?” (1948), citado por Costa Lima em seu trabalho, estava todo apelo de Jean-Paul Sartre por uma atuação socialmente comprometida do escritor, a literatura vista como um apelo à liberdade, concepção que marcou toda uma geração de universitários ricifenses. João Alexandre, ao seu modo, não esqueceu as palavras do filósofo francês. João Alexandre havia começado a trabalhar cedo. Contava com apenas dezoito anos quando começou a lecionar literatura francesa num cursinho propedêutico para a FDR. A “sisudez quase agreste” e a “pose quase hierática” que se apresentava logo se desfazia no “riso irônico” (HOLANDA in MARTINS FILHO e TENÓRIO, 2007, p. 61) ou num “vozeirão macio e envolvente” (ARRIGUCCI JR. in MARTINS FILHO e TENÓRIO, 2007, p. 36). Ademais, seu método era rigoroso e responsável, com aulas preparadas milimetricamente, anotadas em fichas. Destas retirava os problemas e conteúdos dos artigos de crítica que publicava em Jornais da cidade, “leitor que escreve para registrar suas impressões de leitura” (BARBOSA in MARTINS FILHO e TENÓRIO, 2007, p. 411).

Para a literatura, nasci em fins da década de 50. Nos inícios da década seguinte, pessoas e fatos conjugaram-se para definir, de uma vez por todas, o rumo a ser seguido. Graças a um professor de língua, Manoel Torres [...] tive as minhas primeiras experiências de magistério, transmitindo para alunos, quase da mesma idade que eu, as minhas impressões de leitura de Literatura Francesa. (BARBOSA, 1980, p. 12)

Não se sabe o porquê, mas não escreveu nenhum trabalho para o I Congresso de Crítica e História Literária. O início dos anos sessenta estava sendo muito promissor para João Alexandre e seus companheiros. Mas, no ano de 1961, não deixou de apresentar trabalho na segunda edição do Congresso de História e Crítica Literária realizado na

Faculdade de Filosofia de Assis⁷⁷. Defendeu a tese “Ensaio de historiografia literária brasileira” (BARBOSA, 1980)⁷⁸, que era uma leitura de “A Formação da Literatura Brasileira” de Antonio Candido. Um momento decisivo:

Resolvi fazer um trabalho de como se apresenta a história da literatura, sobretudo do ponto de vista de um leitor que acabasse de ler essa obra (*A Formação da Literatura Brasileira*). Mas eu não conhecia o Antonio Candido... Apresentei o trabalho... mas Antonio Candido não estava presente. No dia seguinte, no auditório, uma pessoa bateu nas minhas costas. Era ele; apresentou-se e disse: “Querida te dizer que não estive presente à apresentação do teu trabalho porque você fala tão bem de *A Formação* ... que eu ia ficar envergonhado... Mas vamos sair e conversar um pouco” (BARBOSA in MARTINS FILHO e TENÓRIO, 2007, p. 412)

A forma como João Alexandre se utilizava do ensaio crítico para urdir sem determinismos, história e literatura, chamou a atenção do crítico uspiano. Durante o encontro também foi apresentado aos irmãos Campos e a Décio Pignatari, “que anunciava o ‘salto participante’ da poesia concreta” (BARBOSA in MARTINS FILHO e TENÓRIO, 2007, p. 31). Retornou ao Recife cheio de histórias para contar, ainda que tivesse muito trabalho acumulado para colocar na ordem do dia. Antes mesmo de partir havia iniciado sua carreira docente na Universidade do Recife e na Universidade Católica de Pernambuco, onde trabalhava junto a outro amigo: “com Luiz Costa Lima, comecei a ensinar, em duas Faculdades particulares do Recife, Literatura Brasileira e Introdução aos Estudos Literários”. (BARBOSA, 1980, p. 12). Foi através de amigos do Gráfico Amador, Sebastião Uchoa Leite e Orlando da Costa Ferreira, que experimentou o “jornalismo literário semanal, como crítico do Jornal do Comércio” (BARBOSA, 1980, p. 12).

Os rastros históricos e biográficos indicam que todos estavam trabalhando com grande intensidade em seus projetos individuais e coletivos. Os antigos estudantes de direito e filosofia, estavam prontos para trabalharem juntos aos seus antigos mestres. Luiz Costa Lima já trabalhava na UR desde o início da década de 1960 e foi por sua mesma indicação que a professora Maria do Carmo Tavares de Miranda, da FAFIPE, indicou Jomard Muniz de Britto como especialista temporário da UR (BRITTO, 2001).

⁷⁷ Assis abriga atualmente um dos campus da Universidade Estadual de São Paulo.

⁷⁸ O trabalho foi publicado numa coletânea de ensaios de João Alexandre Barbosa, reunindo suas primeiras publicações nos jornais do Recife antes do golpe militar. “Este livro, montagem muito pessoal e arbitrária daquilo que foi aprendido de província, deveria ter sido publicado quinze anos atrás” (BARBOSA, 1981, p. 11).

A função não era remunerada, mas somava uma experiência profissional indispensável ao currículo do aspirante à docência universitária. Jomard Muniz já costumava dar aulas de cinema nas instituições de ensino católicas da cidade e no Círculo Católico, no entanto, nada se comparava à distinção de ser professor da UR, mesmo quando em desempenho de uma função não remunerada. Enquanto os três deixavam paulatinamente a vida diletante para trás, Sebastião Uchoa Leite abraçava cada vez mais as errâncias da poesia e do jornalismo. Como costumava dizer: “Minha vida foi um pouco a esmo, ou à deriva, e jamais houve quaisquer oscilações, desculpem as contradições. Jamais tive vocação para coisa alguma na vida, só para a aspiração de uma vagabundagem infinita” (2002, p. 3). Logo quando se bacharelou em Direito, prestou novo exame vestibular para FAFIPE, onde, acompanhado pelo inseparável Luiz Costa Lima, iniciou o curso de Filosofia.

As redes de sociabilidades dos jovens críticos e dos cineclubistas se entrecruzavam mais uma vez através dos edifícios da Universidade do Recife. Todos os depoimentos cedidos por Costa Lima, Uchoa Leite, João Alexandre Barbosa e Jomard Muniz de Britto convergem em lembrar os anos finais da vida estudantil como um momento coletivo de profunda aprendizagem intelectual e humana, mas, sobretudo anos onde estabeleceram contatos e afinidades intelectuais imprescindíveis em seus respectivos ofícios (LEITE, 2002; LIMA, 1991; BARBOSA, 1980; BRITTO, 2002). A proximidade entre a conclusão do curso superior e a contratação como professores, não deixou que as reivindicações da vida estudantil se diluíssem, pelo contrário, foram incorporadas aos novos embates com o qual estavam a se defrontar: o intelectual e a Universidade diante da “realidade brasileira”. A tese de Luiz Costa Lima enunciava esta vocação política dos jovens universitários recém formados. Não havia um campus universitário delimitado onde pudessem compartilhar das experiências formativas de grupo, mas todo o centro de uma cidade com seus picos de intensidade, por onde perambulavam de acordo com suas afinidades e disposições políticas, intelectuais, afetivas e estéticas.

Em estudo já citado sobre o Teatro do Estudante e o Gráfico Amador, Flávio Weinstein, chamou a atenção para como a dinâmica da produção cultural do Recife ganhou intensidade, nos anos quarenta, com as experimentações estéticas da dramaturgia diletante da estudantada da FDR, abrindo o caminho para o Gráfico Amador, o Atelier Coletivo, o movimento de cineclubes, as novas trupes de teatro, bem

como os movimentos de educação e cultura popular. Quando alguns alunos da turma do segundo ano de direito se juntaram em torno daquela empreitada cênica, falta acrescentar que no mesmo ano estava sendo criada a Universidade do Recife.

Ainda que inicialmente a vida universitária no Brasil não tenha implicado numa mudança pedagógica efetiva em relação às antigas Faculdades livres, o mesmo não pode ser dito sobre as virtualidades políticas e culturais que possibilitou a urbe. Longe de querer encontrar causas para a nova dinâmica cultural do Recife, cabe pontuar a reafirmação identitária que estava passando o corpo docente e, sobretudo, discente como categoria social e política do campo universitário.

Por ora não entraremos no debate político *strictu sensu* da reforma universitária, que viria a ser o principal projeto defendido pelo movimento estudantil. Não obstante, o projeto que orientou a criação da UR tivesse um arcabouço conservador, o mesmo não se dava no arbítrio das ruas do Recife. Por outro lado, a UR açambarcou sete escolas de ensino superior, das quais, apenas uma era pública, abrindo a senda para as classes médias e populares freqüentarem territórios outrora exclusivos das classes dirigentes. A população universitária brasileira se tornou quatro vezes maior em pouco menos de vinte anos (CUNHA, 2007). Os “ruídos” (CASPER e ISER, 2002) da nova dinâmica cultural do Recife participam do rumor da vida universitária e vice-versa. Não há determinantes, mas agenciamentos entrelaçando comunidade universitária à dinâmica cultural da cidade. Já não eram mais tão solitários e nefelibatas os alunos da “Casa de Tobias”, afinal compartilhavam com os vizinhos dos Bairros da Boa Vista, Santo Amaro, Derby e Benfica, do emblema da congregação da Universidade do Recife. O diletantismo dinamizador dos estudantes não nasce com o fenômeno universitário, mas toda dinâmica cultural da cidade, da erudita à popular, ganha uma nova potência, vivencial e institucional. A força burocrática do capital cultural e o criativo (des)encontro da população universitária, tensões de captura e fuga equacionadas pelos embates em torno da consagração.

Capítulo 2: A experiência da esperança: o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife

2.1. “A propósito de uma administração”: o reitorado de um vice-Reitor

temos de emergir a fim de ingressar no “tempo novo”, tempo em que a ciência e a técnica estão mudando até o comportamento político das nações.

João Alfredo

O magnífico reitor Joaquim Amazonas e o Conselho Universitário se reuniram no dia 10 de setembro de 1954, para escolherem o vice-presidente e o vice-reitor deste mesmo colegiado. De acordo com as atas do conclave, o médico e professor João Alfredo saiu vitorioso do escrutínio com dezesseis votos contra um do professor Mário Ramos e Silva, da FMR. Na ocasião, o então vice-Reitor reeleito, discursou improvisadamente agradecendo aos colegas pela confiança, sobretudo, o “apreço” do “magnífico Reitor [...] já que outra coisa não tem feito do que seguir a sábia e acertada orientação deste último” (SANTOS e SILVA, 2009, p. 44).

João Alfredo nasceu em Surubim, no Agreste de Pernambuco, em 1º de dezembro de 1898¹. Médico formado pela Faculdade do Brasil, a profissão não significou um impedimento de sua vocação artística. Pelo contrário, tendeu a estreitar fronteiras, como podemos observar pelo papel o qual a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica o atribui:

Foi João Alfredo, ao que tudo indica, quem realizou as primeiras operações estéticas na região, tendo, inclusive, comparecido, como representante do Brasil, ao 1º Congresso Internacional de Cirurgia Plástica Reconstitutiva e Estética, realizado em Paris, no ano de 1930 sob os auspícios da ‘Sociedade Francesa de Cirurgia Plástica, Reconstitutiva e Estética’².

Apesar do pioneirismo não prosseguiu no campo, experimentado outras especialidades no qual foi igualmente precursor, como a Cirurgia Torácica e a Proctologia. Consta que nos anos trinta João Alfredo perdeu o concurso para uma das cátedras da FMR, fator

¹ Ver <http://iconacional.blogspot.com/2009/10/universidade-federal-de-pernambuco-e.html>; consultado no dia 01/05/2010.

² Ver <http://www.sbc-p-e.org.br/historico.php>, consultado no dia 01/05/2010.

pelo qual, aliado à sua afeição pela anatomia artística, bem como sua proximidade com os idealizadores da Escola de Belas Artes³, contribuíram para que se envolvesse com o *Comitê pró-Escola de Belas Artes de Pernambuco*⁴. O professor João Alfredo foi empossado catedrático em 15 de julho de 1932, fazendo parte da primeira turma de professores que fundaram a EBAP (Revista da EBAP, 1959, nº2). Os cursos iniciais da Escola eram de Pintura e Escultura, tendo sido criada apenas em 1936 a Escola de Arquitetura e mais de duas décadas depois o curso de Arte Dramática e Música (revista da EBAP, nº1, 1959). Souza Barros retoma a criação da escola de artes como consolidação do ideário estético dos anos vinte:

Desde os fins da década 20 que incansáveis profissionais, Jaime Oliveira, Baltazar da Câmara e Joel Galvão, entre outros, tentavam fundar uma Escola de Belas Artes no Recife, o que somente foi conseguido em 1932, já então com o concurso de Murilo La Greca, Domingos Ferreira, Bibiano Silva, Giacomo Palombo, Heitor Maia Filho, Pelópidas Silveira, Mário Nunes, Álvaro Amorim, Abelardo Gama e Luís Matheus Ferreira. (BARROS, 1985, p. 199)

O primeiro diretor da instituição foi o catedrático de Escultura Antão Bibiano Silva. Apenas em 1948, o catedrático de Anatomia e Fisiologia Artística, João Alfredo, se tornaria diretor da Escola. Daí pra frente não encontrou dificuldades maiores para se tornar uma das maiores lideranças da Universidade do Recife, apesar da pouca tradição política de sua Congregação. Somente nos anos 1950 o professor João Alfredo integrou todas as listas tríplices do qual Joaquim Amazonas saíra “magnífico”, tendo alcançado por duas vezes o segundo lugar (SANTOS e SILVA, 2009)⁵. A confiança do magnífico Reitor e os bons serviços como vice-Reitor e diretor da Congregação da rua Benfica reforçaram perante os demais catedráticos o favoritismo de João Alfredo na sucessão da reitoria, sendo comumente citado como “o candidato natural do professor Amazonas” (Revista da EBAP, 1959, nº.2, p. 111).

³ Dados da Entrevista: Heraldo Souto Maior, 24/11/2009.

⁴ Integravam a comissão Antão Bibiano Silva (primeiro diretor da EBAP), Jaime Oliveira e Baltazar da Câmara. Outros colaboradores, como Murilo La Greca, Henrique Elliot, Emílio Franzosi, Heitor Maia Filho, Abelardo Gama, o próprio João Alfredo, dentre outros mais, organizaram novas comissões encarregadas de conquistar financiamento público e privado para a devida instalação e funcionamento da instituição. O funcionamento da escola foi por toda uma década proveniente do voluntarismo de seus idealizadores, afinal não havia compensação ao professorado, dos recursos pecuniários de subvenções municipais, estaduais e federais e das rendas oriundas das matrículas (Revista da EBAP, nº1 1957).

⁵ Nas duas vezes ficando à frente do professor Newton Maia, que representou e dirigiu por muito tempo a tradicional EEP e que atuou na Faculdade de Arquitetura até a proibição do acúmulo de escolas em 1959.

Nos tempos em que foi diretor João Alfredo tentou dar um novo semblante ao cotidiano educacional de sua unidade. Primeiramente mantendo um corpo docente invejável que reunia artistas, técnicos e professores de grande competência e distinção⁶. Em segundo lugar, promovendo cursos de extensão, mesmo com toda burocracia para realização destes⁷, como o curso de “Sociologia da Arte” ministrado por Gilberto Freyre em 1957 (Revista da EBAP, nº1, 1958) e o curso “Problemas de Educação” do professor Paulo Freire em 1958 (Revista da EBAP, nº1, 1959). À prática extensiva somavam-se as oficinas dirigidas e as conferências com participação internacional garantida. Como diretor, também teve a felicidade de inaugurar os cursos de Música e Artes Dramáticas, ampliando e diversificando a comunidade universitária. Apesar da postura pedagógica tradicional, se esforçava aos seus modos para dinamizar os processos educativos da Universidade.

Em parte, a dinâmica um tanto que incomum estava atrelada a uma gestão acessível às novidades trazidas pelos professores e alunos que compunham a EBAP. Um bom exemplo desta postura é a vinda do professor Mario Russo em 1949, para o Brasil. Mario Russo ficaria conhecido mais tarde pelo moderno projeto que desenvolveu para Cidade Universitária do Recife a convite do Reitor Joaquim Amazonas (Cabral, S/D; 2006). Outro professor contratado para EBAP cativou o vice-Reitor e diretor da Congregação. Era um bacharel em direito que trabalhava com educação de adultos, contratado para lecionar História e Filosofia da Educação, chamado Paulo Freire. O jovem Freire⁸ estava estudando a inserção de sua área de investigação, a Pedagogia, no “processo” de “transição” “sócio-econômica” do Brasil e as potencialidades da educação como prática de conscientização das populações marginalizadas. Sua pesquisa aplicada contava com o apoio de algumas professoras que trabalhavam com educação de jovens e adultos no Recife e outras ligadas ao ensino do magistério superior na EBAP.

⁶ Como diretor da EBAP João Alfredo convidou para lecionar *Pintura de natureza morta* o pintor Vicente do Rêgo Monteiro, cuja irmã, a pintora Fedora Monteiro, já fazia parte da instituição. Contratou também, para lecionar *Desenho de modelo vivo*, o pintor Reynaldo Fonseca, naquela época retornando da Europa e do período que passou estudando com Candido Portinari (Revista da EBAP, 1957). Em meados dos anos 1950 João Alfredo assinou a contratação de Paulo Freire, que na época trabalhava com educação de jovens e adultos no SESI e na Escola de Serviço Social (ROSAS, 2003).

⁷ Era necessário solicitar ao Conselho Universitário a permissão para realização dos cursos de extensão.

⁸ É importante destacar que o “jovem Freire” não é uma referência cronológica de idade, mas de maturidade intelectual, já que devido a origem humilde a produção intelectual do educador se inicia quando estava prestes a completar quarenta anos. Quando se tornou professor da EBAP Paulo Freire possuía 35 anos.

Em 1957 João Alfredo convidou Paulo Freire para participar do conselho editorial da revista cujo lançamento integraria as comemorações do vigésimo quinto aniversário desta instituição. A revista participava de uma euforia periodista possibilitada pelo advento da Imprensa Universitária. Fazia parte do primeiro corpo de editores deste periódico: Evaldo Coutinho, José Maria de Albuquerque, Antonio Bezerra Baltar, Benicio Whatley e Paulo Freire. Com exceção de Paulo Freire, todos esses professores já eram consagrados pela contribuições que haviam dado a arquitetura e a engenharia em Pernambuco. Antonio Bezerra Baltar e Evaldo Coutinho, ambos, muito queridos pela estudantada. O primeiro pela sensibilidade para com as questões do corpo discente e pela militância socialista (PSB)⁹. O segundo pela liderança que exercia frente aos cineclubes da cidade, sobretudo, o Cineclube da Faculdade de Arquitetura que animava com apoio da Cinemateca Nacional. O objetivo da revista que passavam a editar atrelava-se a anseios escolares noticiosos, comunicativos e formativos. Ademais, as relações profissionais e fraternais entre o diretor da EBAP e o professor de Filosofia e História da Educação se estreitaram cada vez mais.

Ao examinar os pronunciamentos de João Alfredo, percebemos como sua concepção do processo educacional escolar vai gradualmente se apropriando das problemáticas e das categorias conceituais desenvolvidas pelo professor de educação cuja contratação fora responsável. Este movimento possibilita uma transição parcial do discurso da pedagogia tradicional ao enfoque pedagógico crítico. Todavia, esta interpenetração dos sotaques é quase inexistente antes de 1959 - ano em que Paulo Freire estava finalizando sua tese de livre docência “Educação e atualidade brasileira”. Diferente do Reitor Joaquim Amazonas cuja “aptidão [...] a todos anima com sua diligência ininterrupta”, João Alfredo afirmava não ter demandado “esforço especial” para exercer a direção da unidade ao qual o “singular espírito de cooperação” permitiu uma gestão “impessoal” e quase “imperceptível” (ALFREDO, 1957, nº1, p. 46). Enquanto os traços de expressão analisados na conclusão do item 1.2 enunciam uma disposição paternal do ser Reitor, as expressões agora em questão se apóiam em imperativos técnico-administrativos, numa ordenação da estrutura universitária e seus habitus a partir da técnica e não mais da tradição. Daí encontrarmos no texto referências ao “adestramento de vocações”, à formação profissional das trupes de artistas amadores

⁹ Baltar foi um dos fundadores do PSB, tendo sido eleito vereador da Câmara Municipal do Recife por duas vezes consecutivas: em 1956 e em 1960. Após o golpe militar de 1964 foi preso, seguindo para o exílio no Chile no ano seguinte, lá permanecendo até 1977 (MONTENEGRO e SIQUEIRA, 1995; FERNANDES, 2004).

existentes no Recife e finalmente, na “formação das elites [...] preparando e ajudando a juventude, **que, já não sendo lírica**, precisa apoiar-se na fé que deve ter em si mesma pelo **poder de sua inteligência cultivada**” (grifos nossos; ALFREDO, 1957, nº1, p. 58). Ora, não seria a potência da técnica fruto do “adestramento” da “inteligência cultivada”? É exatamente este saber especializado como força individual e coletiva de transformação social - reafirmando o protagonismo do sujeito em detrimento da ação intelectual “desinteressada” - que permite inicialmente Paulo Freire e João Alfredo conversarem sob categorias conceituais convergentes, e apesar de todas as diferenças, ocuparem fronteiras próximas no campo de embates intelectual e universitário do final dos anos cinqüenta¹⁰. A perda do lirismo da estudantada enuncia o advento da classe média na comunidade universitária e uma mudança gradativa de um espaço elitizado transitando em direção à sociedade de massas.

Em outra circunstância ao discursar como paraninfo dos formandos de 1957, João Alfredo reafirmou sua crença na técnica como veículo para conquista da “saúde moral”, defendendo que “o progresso humano depende do cultivo da inteligência” (ALFREDO 1958, nº1, p. 44). Em sua concepção de ensino superior o processo educativo viabilizado pelos novos professores deveria assegurar a “formação das elites” adequando-as através da técnica e do humanismo ao “início de uma história nova da humanidade”¹¹ (ALFREDO, 1958, p. 45), no qual estas elites letradas deveriam liderar o país a “se incluir e [...] afirmar no círculo dos povos” (ALFREDO, 1958, p. 46). Em outro momento, ao dissertar sobre os objetivos a serem alcançados pelos novos professores universitários, não desperdiçou o ensejo para criticar a inércia científica e “verbalista” operante nas universidades brasileiras, enfatizando o papel fulcral da educação no desenvolvimento regional:

Somente será possível ficar nesse plano, a que devemos aspirar, quando dispusermos de um volume dominante de homens educados e cultos, substituindo a preponderante e negativa massa de analfabetos,

¹⁰ Foram sulcos desta confiança na técnica que permearam os projetos de urbanização ou metropolização recifense do interventor Novaes Filho ao prefeito Pelópidas Silveira, ou seja, do Estado Novo à popular Frente do Recife, como mostra exemplarmente Mário Lacerda de Melo (1978) e, duas décadas depois, Virgínia Pontual (2001). A própria criação da Sudene é atravessada por essa confiança na potência do saber especializado e da técnica como dispositivo de ordenação do desarranjo social, econômico, cultural e político para a superação do “subdesenvolvimento” (OLIVEIRA, 2008).

¹¹ Para Freire um momento de “transitividade” (2003) e para Costa Lima uma “singularidade da situação” (1964).

semianalfabetos e malinstruídos que vem retardando o nosso destino. (ALFREDO, 1958, p. 46)¹²

Como o educador paulista Fernando de Azevedo ou mesmo Álvaro Vieira Pinto, João Alfredo compartilhava da certeza de que intelectuais e técnicos deveriam guiar o país para o próximo patamar civilizacional. Como muitos produtores culturais e intelectuais da época, o vice-reitor da UR paulatinamente se apropria de um determinado léxico da ideologia nacional-desenvolvimentista que se encontrava materializado nos projetos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros¹³ e na Escola Superior de Guerra¹⁴. Os termos recorrentes eram: *realidade brasileira, consciência nacional, conscientização, educação das massas, povo, evolução social, processo histórico, desenvolvimento, cultura brasileira, autêntica, inautêntica, alienação, orgânica*, dentre outras mais (PINTO, 1960; PECAUT, 1990).

Não cabe aqui discutir se esta interface se materializa através da produção intelectual do professor contratado, Paulo Freire, ou das leituras diretas de Álvaro Vieira Pinto e companhia, tendo em vista a proximidade com o Ministério da Educação e Cultura. Estamos falando de um agenciamento coletivo de enunciação que permite aos agentes de uma determinada época ordenar e conjugar o real, mas falamos também desta interpenetração enunciativa e habitual como estratégia de legitimação política da *fala* destes agentes engajados no campo universitário e cultural brasileiro. Estratégia de modernização escolar que astutamente enxerga no desenvolvimentismo uma possibilidade de fomento e legitimação. À tradicional missão das faculdades de consagrar e de conceder as insígnias de distinção para as elites dirigentes é paulatinamente incorporada a preocupação com a capacitação técnica e moral destes grupos privilegiados e da classe média urbana¹⁵. Esta *intelligentsia*, formada na UR, a partir do momento em que estivesse devidamente incorporada aos setores estratégicos da sociedade de massas, deveria assegurar, em termos técnicos e aplicados, os projetos

¹² Abordando a mesma problemática Álvaro Vieira de Pinto afirmaria na aula inaugural do curso regular do Iseb: “A rigor, não se tem o direito de chamar as massas de incultas, mas antes lhes conviria o epíteto de pré-cultas, no sentido de que são uma consciência potencial em expectativa” (PINTO, 1960, p. 17).

¹³ O Iseb era subordinado ao Ministério da Educação.

¹⁴ Subordinado às Forças Armadas e ao empresariado brasileiro.

¹⁵ Estudiosos da história da educação apontam para uma forte presença do enfoque didático-pedagógico tecnicista nos anos cinquenta e sessenta (VEIGA, 1996)

de “desenvolvimento regional”¹⁶. Daí a citação que o orador faz da bíblia: “acendei a lâmpada e colocai-a em lugar que ilumine” (ALFREDO, 1958, nº1, p. 46)¹⁷.

O tom didático-pedagógico tradicional e tecnicista diminui um pouco no decorrer dos dois anos que separam as bodas de prata da EBAP a sua consagração como reitor em 1959. Esta nova postura tanto está atrelada ao contato direto com o pensamento pedagógico crítico de Paulo Freire e o enfoque desenvolvimentista do Iseb, como atende as demandas de um novo direcionamento administrativo, diligenciando as tensões universitárias e equilibrando seus não raros conflitos. No discurso proferido por ocasião do aniversário da EBAP, o vice-reitor fez questão de diferenciar sua unidade das demais Congregações universitárias, destacando o clima de “cooperação” e a orientação “para a participação na comunidade” que permeava a primeira (ALFREDO, 1959, nº1, p. 31). Por mais que esta afirmativa fosse mero embuste, ao citar a integração comunitária como matiz da educação escolar superior, enunciava uma política inclusiva e “orgânica” de todo oposta à separação promovida pelo ensino superior de outrora, trazendo à tona o enfoque didático-pedagógico crítico que ganharia alguma expressão no início dos anos 1960 com Paulo Freire. É justamente esta abertura para a educação como processo de formação do “saber cultivado” e da cidadania, que enseja, sobretudo, a partir da extensão cultural, um novo modelo de intelectualidade universitária no Brasil, com novas conjugações dos fazeres e das representações da docência superior.

O cultivo da cultura clássica e socialmente desinteressado começa a sofrer duras críticas por parte da comunidade universitária, principalmente, do corpo discente, abrindo uma fissura por onde escapa um fazer cultural no qual a apropriação dos elementos das manifestações telúrica, popular e o exercício intelectual socialmente comprometido indicam uma sofisticação nos ofícios letrados. Os produtores culturais diletantes dos anos 1940-50, bem como os rapazes da tipografia amadora e dos modernos cineclubes ganham vez e voz e vão sendo assim paulatinamente incorporados a instituição universitária, onde passam a atuar profissionalmente sem relegar os aprendizados das vivências dos anos de mocidade. É quando os idealizadores do Teatro de Estudantes de Pernambuco e do Gráfico Amador são contratados pela UR: Hermilo Borba Filho, Ariano Suassuna, Gastão de Holanda, Vicente do Rego Monteiro, Orlando

¹⁶ No Recife se falava bastante no desenvolvimento regional em franca oposição a cultura política do nacional-popular que o sociólogo Daniel Pecaú localizou no discurso dos intelectuais do eixo Rio de Janeiro e São Paulo (PECAUT, 1990). Por outro lado acreditamos que há uma diferença substancial entre as modalidades de ação intelectual analisadas pelo autor – ISEB e CPCs – e a mobilização educacional e cultural recifense, o qual o sociólogo analisa em miseráveis oito páginas.

¹⁷ Álvaro Vieira de Pinto falava de uma “área culturalmente iluminada” (1960, p. 16).

da Costa Ferreira, José Laurenio. Depois, seguidos pelos infantes produtores da crítica literária e cinematográfica, como Luiz Costa Lima, João Alexandre Barbosa, Sebastião Uchoa e Jomard Muniz. Os mais novos começando na FAFIPE e os mais velhos na EBAP. Nova tendência intelectual e docente consoante com o que Álvaro Vieira de Pinto já havia prefigurado em 14 de maio de 1956, no Auditório do Ministério da Educação e Cultura:

A elite – se quisermos admitir-lhe a existência – só será autêntica se constituída por aqueles que forem os primeiros a compreender a nova consciência nacional. Não é mais no sentido da cultura refinada, do falso humanismo de tipo clássico, do beletismo improdutivo, que teremos de falar em elites. Estas, de agora em diante, implicam a vivência profunda do ser do Brasil, a perfeita identificação com os sofrimentos do povo, a consciência clara da distinção entre o que é sem importância e o que é sério, neste momento, entre o que é questão de superfície e o que fermenta nas profundezas, e só quando se tiverem suficientemente caracterizado em sua nova função social e começarem a surgir os frutos da sua atuação histórica é que serão reconhecidas como elites. (PINTO, 1960, p. 40)

Mas, antes mesmo dos apelos institucionais de Álvaro Vieira, as gerações de produtores culturais do Recife já vinham constituído nos seus próprios espaços de interação social, produção cultural e trocas amadoras os balizamentos culturais, estéticos e sociais, a partir das quais inscreviam as suas criações intelectuais e artísticas. Como apontou o historiador Flávio Weinstein (2007) ao estudar o Teatro de Estudante e o Gráfico Amador são nestas redes de relações estabelecidas e nestes espaços diários dos possíveis que inscreveram uma determinada modalidade do fazer cultural irreduzível às determinações de uma suposta ideologia do desenvolvimento nacional, apesar de todas as similitudes e das interpenetrações simbólicas ou não.

João Alfredo apenas se tornou reitor após “o desaparecimento objectivo do saudoso criador da UR” (revista da EBAP, 1959, nº 2, p. 110-111). Apesar de ser muitas vezes citado como “sucessor natural” de Joaquim Amazonas, a formação da lista tríplice que deveria sugerir o novo reitor não foi tão tranqüila. Na primeira apuração João Alfredo foi derrotado por diferença de apenas um voto pelo professor Antonio Figueira. No escrutínio seguinte, o professor Soriano Neto saiu vitorioso, deixando o vice-Reitor na antepenúltima posição. Antes da distribuição das cédulas para escolha do terceiro nome, o diretor da EEP, professor Newton Maia, retirou o seu nome da disputa, “recomendando que, no seu entender, deverá ser votado o candidato que realmente deveria disputar a nomeação com o primeiro da lista, ou seja, o vice-Reitor em

exercício, professor João Alfredo” (SANTOS e SILVA, 2009, p. 147). O acatamento não camuflou a insatisfação dos conselheiros ligados por motivos quaisquer aos demais concorrentes à reitoria. Afinal, a manobra do Professor Newton Maia assegurou a vitória do vice-Reitor. Numa notícia intitulada *PROFESSOR JOÃO ALFREDO GONÇALVES DA COSTA LIMA, REITOR DA UNIVERSIDADE DO RECIFE*, encontramos a seguinte nota:

A maledicência ou despeito de alguém, entretanto, tentou turvar a pureza da justiça na solução desta nomeação, dando-a como uma questão político-partidária.

É oportuno transcrever-mos um trecho do artigo publicado no jornal ‘o curso’, (órgão mensal literário do curso Tôrres):

‘...esquecem, porém, que era ele o candidato natural do professor Amazonas; que a sua posição de Vice-Reitor, por si só já o credenciava como futuro Reitor; que a sua capacidade de trabalho já fora demonstrada em outros setores, como por exemplo, à frente da direção da Escola de Belas Artes. Pelo exposto, chegamos à conclusão que não foi o prof. João Alfredo nomeado em atendimento a interesses políticos-partidários, e sim para atender aos mais elevados anseios de Pernambuco. (revista da EBAP, nº 2, 1959, p. 111)

A dinâmica de formação da lista mostra que alguns conselheiros ainda tentaram colocar em prática a única forma de evitar a consagração de João Alfredo, que seria justamente evitar a entrada do nome deste na lista tríplice. Apesar de tudo, a surpreendente estratégia do futuro vice-Reitor (professor Newton Maia) mostrou o quanto a incerteza das disputas faz parte dos caminhos da história, e ao redirecionar os seus votos para o médico da EBAP driblou o arremate dos outros candidatos.

O próprio João Alfredo devia lembrar a ocasião em que seu patrono reitor Joaquim Amazonas numa de suas muitas transições de mandato, tomara conhecimento por acaso do acordo estabelecido entre as forças políticas ligadas a um conselheiro da UR e o Governo Federal. Este pacto tinha por fim a escolha deste conselheiro como novo reitor da UR pelo presidente da república. Antes da reunião do Conselho Universitário que formaria a nova lista tríplice, Joaquim Amazonas costurou com os demais conselheiros (obviamente com a exceção do seu opositor) os três nomes que comporia o documento deixando de fora deste o colega que supostamente já havia garantido o reitorado na capital¹⁸.

João Alfredo foi empossado no Rio de Janeiro no dia 30 de maio de 1959, em cerimônia solene presidida pelo ministro interino da Educação. Abriu seu discurso

¹⁸ Dados da Entrevista. Heraldo Souto Maior, 24/11/2009.

evocando saudosamente o reitor Joaquim Amazonas¹⁹, para logo em seguida, propor as diretrizes do novo projeto político-pedagógico da UR. Afinado com a nova gramática da política educacional João Alfredo se colocava atento à “necessidade de atender às exigências crescentes de um ensino que precisa sair do período teórico [...] para o da vivência técnica, da pesquisa e da experiência criadora” (ALFREDO, 1964, p. 8), oferecendo como caminho para superação da defasagem escolar a aquisição do “equipamento das escolas [...] para que melhor possam atender ao ensino”; o fomento à pesquisa “sob a forma de recursos materiais abundantes e pela presença de técnicos” (ALFREDO, 1964, p. 8); a conquista da dedicação exclusiva; e, por fim, uma “ação não convencional” congregando a “vida social [...] no próprio ambiente universitário” (ALFREDO, 1964, p. 9). Este último ponto contempla a nova produção de subjetividade intelectual sobre o qual temos nos debruçado desde o primeiro capítulo. Para João Alfredo a UR deveria promover a “criação de uma cultura brasileira” ajustada aos quadros da cultura universal e local: “julgando que a Universidade deve aproximar-se do povo para que possa ser bem compreendida e prestigiada” (ALFREDO, 1964, p. 9).

Esta preocupação ambígua de buscar o popular levou Gadiel Perruci, Silke Weber (1984) e pesquisadores mais recentes como Renata Cabral (2006) a enquadrar o reitorado de João Alfredo no fenômeno do “populismo”. O conceito de “populismo” tem sido utilizado como modelo explicativo de experiências diversas na América Latina, não havendo um consenso em relação a um período propriamente *populista* nos países em questão²⁰. De maneira geral este fenômeno político-social estaria historicamente situado entre os anos de 1930-1960, sendo para alguns, conseqüência de um momento de transição da produção capitalista tradicional para a moderna. Entretanto, esta categoria de abordagem estrutural perde sua consistência quando levada em consideração os campos de produção e as histórias regionais. Estudos mais específicos vêm mostrando as nuances da suposta homogeneidade “populista”, ressaltando a necessidade de se pensar os limites do termo e os perigos de uma visão determinista que coloca o fenômeno como uma conseqüência ou *uma* etapa da evolução

¹⁹ Diário de Pernambuco 01/06/1959 in <http://iconacional.blogspot.com/2009/10/universidade-federal-de-pernambuco-e.html>; consultado no dia 01/05/2010.

²⁰ Todo esse debate em torno do *populismo* na América Latina foi retirado do livro “*O populismo e sua história*”. Jorge Ferreira (org.); Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001. Principalmente os artigos de Maria Capelato “*Populismo latino-americano em discussão*” e Daniel Aarão em “*O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*”.

histórica linear rumo ao desenvolvimento. Por outro lado como podemos observar ao longo de todo este trabalho não há superestrutura ou infraestrutura determinando as disposições do campo universitário ou cultural, impelindo a inserção processual desse numa determinada conjuntura política e “internalizado ou incorporado” determinados “debates políticos”. Como multiplicidades agenciadas os campos se constituem por sua dimensão relacional e o projeto de modernização universitária neste caso seria tão “mitológico”, usando o termo caro a Renata Cabral, quanto os demais projetos de modernização nacional tão em voga na época (econômica, política, jurídica, educacional, trabalhista, agrária).

O que nos interessa das constantes que permitiram a criação de modelos explicativos como este, é que neste período (supostamente “populista” ou “mitológico”) localizamos um relativo fortalecimento das relações entre as sociabilidades populares e as sociabilidades letradas, universitárias ou não. Há um ranço naqueles modelos deterministas de análise que tende a apreender a emergência das classes populares na disputa política, social e cultural, a partir de uma ótica maniqueísta e simplificadora do problema. Assim, quando há conquistas sociais, estas não brotaram da atuação popular como atores sociais integrados e participantes das multiplicidades de relações da época, mas da subordinação dos mesmos aos interesses maiores do líder populista. Ignoram-se as razões que os levaram a apoiar aquela liderança e os limites do pacto que instituíram. Como também são renegadas as artimanhas que redefinem o exercício da cidadania em anos tão tumultuados de nossa história. Afirmar que a política de assistência social e estudantil do novo reitor e que as parcas conquistas angariadas pela comunidade universitária podem ser explicadas através do “populismo” ou de “um projeto mitológico” não nos ajuda a compreender a complexidade de relações e tensões da época. Pelo contrário, os conceitos encerram o debate.

A transição do reitorado de Joaquim Amazonas para seu protegido João Alfredo ficou marcada pela emergência de um modelo técnico e empreendedor de gestão escolar. Tecnicismo que seria levado ao extremo pelos militares nos anos subsequentes. Daí a busca por uma administração eficiente que permitiria as antigas faculdades livres transitar da “descrença” e do “marasmo quase invalidante” para “uma época de renovação trepidante”. Nesta perspectiva, as Congregações da UR renovariam a sua tradição escolar à medida que se consolidassem como espaços de “dinamização dos recursos” e “centro irradiador da educação [...] à luta pelo progresso” (ALFREDO, 1964, p. 28). Para reformar a universidade o novo Reitor defendia uma adequação desta

à fase de “transição” do país, tomando por objetivo a “conscientização” e o “aceleramento do processo de superação do subdesenvolvimento”²¹ (ALFREDO, 1964 p. 33). Vejam que o enfoque educacional tecnicista, este levado ao extremo pelos militares a partir de 1964, está alicerçado em uma preocupação ética, política e humana – “conscientização” -, agenciamento que consagraria mundialmente a pedagogia freireana no final dos anos 1960.

As primeiras reformas promovidas pela gestão João Alfredo estão sintetizadas no livro do professor Paulo Freire “A propósito de uma administração”, publicado pela imprensa universitária em 1961. Nesta época o professor de educação atuava também como assessor especial de relações estudantis do Reitor²². Nesta publicação a nova fase administrativa da UR é apresentada a partir dos principais conceitos desenvolvidos pelo pedagogo em sua tese de livre docência “Educação e atualidade Brasileira” (1959). Quem lê os trabalhos do jovem Freire e os discursos do João Alfredo logo percebe a intertextualidade que permeiam as falas do educador e do Reitor.

As falas dos educadores se encontram e se complementam. Podemos observar essa interpenetração ao percorrer o artigo “Uma universidade nova”, publicado pelo magnífico gestor na Revista Senhor de abril-maio de 1963 (ALFREDO, 1964)²³. Criada em 1959 no Rio de Janeiro, a revista Senhor revelou-se ao longo dos seus quase cinco anos de existência como um dos mais destacados periódicos culturais brasileiros. Suas páginas ilustradas, o seu colorido, seu designer sofisticado, seus colaboradores (como a Clarice Lispector), bem como a abertura para o debate intelectual público, asseguram a posição pioneira das publicações culturais brasileiras. João Alfredo trata da criação da UR em 1946 inserindo-a na tradição educacional brasileira “verbalista”, “alienada” e “formalista”. Para o Reitor uma primeira tentativa de superar este quadro foi “a criação de Institutos de pesquisas científicas [...] abrandando em seguida o egocentrismo de algumas cátedras” ao reuni-las em um mesmo ambiente de ensino e pesquisa (1964, p. 75). A organização de eventos, como o “Primeiro Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária”, a contratação de professores e técnicos, a criação de “centros de investigação científica”, o aperfeiçoamento dos quadros docentes, as reformas estruturais, científicas e pedagógicas são citadas conjuntamente como empreendimentos

²¹ Estes são justamente os pontos centrais da tese defendida por Paulo Freire em 1959.

²² Diário de Pernambuco 01/06/1959 in <http://iconacional.blogspot.com/2009/10/universidade-federal-de-pernambuco-e.html>; consultado no dia 01/05/2010.

²³ O artigo foi publicado um ano depois em “Presença na Universidade”, livro que reúne discursos, artigos e outros escritos produzidos por João Alfredo durante seus dois reitorados (1964).

“que estão modificando profundamente a feição primitiva da Universidade do Recife, e contribuindo para a sua organização e integração na realidade brasileira” (1964, p. 76). No âmbito cultural, as medidas para criação da “revista de cultura Estudos Universitários”, do “Serviço de Extensão Cultural”, “da rádio Universidade”, do “Centro de Estudos Internacionais”, do “novo Estatuto da UR” são destacadas como “demonstrações de uma reformulação que se processa objetivamente em função do momento brasileiro”. Passa, então, a considerar o que entende como o “dever da Universidade Brasileira, ainda em fase de criação”: “atentar para os fatores que condicionaram o retardamento da evolução sócio-econômica do país” fomentando o “aperfeiçoamento dos cursos de formação profissional, aprimoramento do ensino técnico, desenvolvimento da pesquisa científica e promoção cultural”. Esse último vetor se daria, sobretudo, pela “ampla articulação [...] como os meios extrauniversitários” e “na luta contra a ignorância”, ambas compreendidas “como inovação democratizadora da Universidade”. Diferentemente do professor Paulo Freire, o discurso do reitor João Alfredo ainda denota sua concepção assistencialista da ação cultural universitária, tal qual, “instrumento de ação encaixado na comunidade, a serviço dos que não podendo freqüentar as salas de aulas e os laboratórios, trabalham inferiorizados pela incultura” (1964, p. 76-77). O SEC/UR representava para João Alfredo a “posição de vanguarda” da UR (“o Serviço de Extensão Cultural, estruturando-o para atividade permanente e direta na comunidade em que vive e atua” - 1964, p. 77). Confiara, pois, “as tarefas novas [...] a um grupo de jovens cultos, idealistas e apaixonados pela problemática brasileira”. Desta forma, “O diálogo entre a Universidade do Recife e os mais diversos grupos sociais é objetivado pelo Serviço de Extensão Cultural” em nível “Superior”, “médio” e “básico”. O primeiro estudando “especialmente a realidade brasileira”; o segundo organizando “cursos destinados a quaisquer interessados” e para os “ginasiais e colegiais com apresentação de novas técnicas e métodos de ensino, de orientação didática e metodológica de estudo [...] a fim de corrigir a hipertrofia observada em certos cursos de formação profissional”; o terceiro dedicado a educação de jovens e adultos. Tendo em vista o Sistema Paulo Freire, este último “plano” termina ganhando um maior destaque na exposição, sendo pontuado como contribuição educacional “graças ao qual é possível apreender não só a ler e a escrever, como também a conscientizar-se em uma média de trinta horas” (1964, p. 78). O reitor da UR conclui

seu trabalho citando a aplicação do “sistema revolucionário de alfabetização” em Angico/RN²⁴:

que está encontrando enorme interesse e legítima receptividade entre os que buscam solução para a estonteante vergonha nacional, o analfabetismo [...] alfabetização que, além de oferecer resultados surpreendentemente rápidos, promove o homem conscientizando-o e assim, prepara uma infraestrutura apropriada ao soerguimento social político e econômico do Brasil, pela educação, o único caminho certo. (ALFREDO, 1964, p. 78).

Neste mesmo veio Freire reafirmava em “A propósito de uma administração” o aspecto tardio da universidade brasileira, “filha de outras épocas” (FREIRE, 1961, p. 8), e questiona a possibilidade desta cumprir sua maior missão: “preparar o homem para, envolvido no trânsito como está, integrar-se nele, sem perder a paz e mergulhar na agonia. A cair ‘domesticado’, no anonimato nivelador da massificação” (FREIRE, 1961, p. 9). Reitor e professor contratado, denunciavam que a UR estava sem direção devido à precariedade material e pessoal, à produção gnosiológica “inautêntica”²⁵, à didática “palavresca”, ao isolamento escolar, e, sobretudo, à falta de organicidade com a sociedade²⁶ (FREIRE, 1961). Mesmo assim, depositavam suas esperanças na força da consciência e da técnica, competências que possibilitariam um protagonismo da comunidade universitária na “transição brasileira”. Neste prisma, Paulo Freire anunciava o reitorado do seu patrono:

Este foi o clima que o professor João Alfredo, Magnífico Reitor da Universidade do Recife, encontrou ao assumir a Direção desta Universidade. Clima de despertar, que envolveu pela primeira vez mais nitidamente a região do Nordeste brasileiro e particularmente Pernambuco e o Recife, onde se acha a Universidade, há treze anos criada. (FREIRE, 1961, p. 10)

As ações reformistas eram asseguradas com base em um projeto político-pedagógico e em justificativas dentro dos requisitos do léxico isebiano, numa tradução menos nacionalista do que regionalista deste discurso, aproximando a UR do Ministério da Educação e Cultura, mas por outro lado, vinculando-a aos projetos de desenvolvimento

²⁴ A experiência de Círculos de Cultura em Angicos é fundamental para entender a construção do mito em torno da alfabetização em quarenta horas ou “revolução do alfabeto” como destacavam os jornais da época. Decerto sinaliza para consagração imediata de Paulo Freire, idealizado pelos defensores da educação como foco de projetos político-sociais e demonizado por militares e civis conservadores ou não. Sobre o episódio ver Calazans Fernandes e Antonia Terra (1994)

²⁵ “Inautêntico”, para Paulo Freire, porque alienado de seu contexto social, daí a “importação de soluções”, fadada a um otimismo acrítico, logo desfeito em pessimismo diante da impossibilidade da tradução de soluções para os conflitos políticos, econômicos, culturais e sociais regionais.

²⁶ Vejam que tocam os mesmos pontos listados por Álvaro Vieira de Pinto em trecho já citado nesse item.

regional desenvolvidos por Celso Furtado à frente da SUDENE (COHN, 1978; OLIVEIRA, 2008).

O registro fotográfico da cidade universitária apresentado por Paulo Freire (1961) mostra que a mesma ainda era um canteiro, e que, apesar do avançado estágio de construção, ainda seria necessário investir bastante para conclusão desta empreitada. Enquanto tardava a transferência definitiva foi necessário novos recursos para reformar e adequar as instalações provisórias que abrigavam a mais de uma década o corpo (im)possível da crescente comunidade da UR a nova dinâmica de produção. Inicialmente, seguindo os encaminhamentos do primeiro Congresso de Crítica e História Literária, foram criados os cursos de Teoria Literária e Lingüística, paralelo à construção do Laboratório de Fonética da FAFIPE (ALFREDO, 1964). Quase simultaneamente todos os antigos edifícios escolares do campus urbano foram reformados: a Escola de Engenharia, a Faculdade de Arquitetura, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Odontologia, a Escola Superior de Química, o Instituto de Geologia, o Instituto de Biologia Marítima e Oceanografia, a Escola de Belas Artes, o Instituto de Higiene, o Instituto de Física-Matemática e a Reitora (FREIRE, 1961). Também foram contratados técnicos e professores: o professor Cottin e seu assistente, professor Haissinsky, do Instituto de Química; o Professor Kurylowicz do Instituto de Antibióticos; o crítico e educador suíço Pierre Fürter do Serviço de Extensão Cultural, bem como toda uma nova geração de professores universitários. Medidas estas viabilizadas pelo Governo Federal e pela SUDENE²⁷ (FREIRE, 1961).

Se ainda assim a Universidade do Recife não havia se realizado no âmbito da pesquisa e da integração escolar, ao menos angariava os recursos e as colaborações mínimas para abandonar a posição coadjuvante em direção a um determinado protagonismo cultural. O “céu e o inferno” de João Alfredo foi a criação do Serviço de Extensão Cultural em janeiro de 1962. Como já afirmamos o Serviço de Extensão tinha como objetivo desenvolver atividades no âmbito da cultura e da realidade brasileira, fomentar a educação e a cultura popular e promover políticas de extensão universitária (o que na época chamavam de “extensão cultural”). O sucesso do SEC/UR deu visibilidade internacional à Universidade do Recife e maior legitimidade política perante o Governo Federal. Em meados de 1962, o antigo vice-Reitor foi eleito com o dobro de votos (ALFREDO, 1962). Gozava, então, de maior popularidade e, apesar das

²⁷ Esta garantindo, sobretudo, os programas de capacitação dos quadros docentes e técnicos.

desconfianças diante de sua crescente aproximação dos movimentos político-sociais, estava afinado com as demandas do Conselho por uma liderança técnica dedicada ao empreendimento científico e pedagógico. No mais, ficavam tentados a confiar no homem que defendia a transformação do Nordeste pela técnica, pelo trabalho e pela cultura. Os benefícios iniciais da afirmação do desenvolvimentismo, este menos nacionalista do que em favor do Nordeste, restituem a visibilidade da Universidade do Recife²⁸ e, por outro prisma, assegura a circulação dos incrementos básicos desta comunidade: “Plasmando-se para educar em função da maneira de viver emergente da reestruturação sócio-econômica em andamento” (ALFREDO, 1964, p. 54) e “utilizando conhecimentos trazidos do passado e aquisições contemporâneas, ela vai se fazendo força propulsora do nordeste” (ALFREDO, 1964, p. 55).

As fontes analisadas nos permitiram identificar alguns vetores de transformação da Universidade do Recife durante o reitorado de João Alfredo: 1 – Manutenção da estrutura provisória da UR com foco na reforma material das unidades de ensino interinas, na aquisição de recursos didáticos e científicos; 2 - Contratação de novos agentes universitários afinados com os imperativos ideológicos do MEC e da SUDENE e apoio à formação complementar do quadro de funcionários mais antigos. 3 – Inauguração das obras finalizadas na Cidade Universitária e conclusão de suas edificações em andamento; 4 – Harmonização da Universidade do Recife com a “realidade brasileira” através de três frentes de ação: a - participação nos debates da reforma de base, sobretudo, da reforma universitária; b - formação de quadros intelectuais e técnicos para o desenvolvimento regional; c - democratização da universidade através do Serviço de Extensão Cultural da UR.

Podemos então concluir que o reitor João Alfredo assumia a função de técnico-empREENDEDOR da instituição universitária, a ele cabendo consolidar e mostrar que a UR existia e possuía uma proposta “autêntica” para sociedade de massas, adequada aos imperativos institucionais e ideológicos do Governo Federal, por meio do qual podia participar da política de desenvolvimento regional. Por outro lado, tentava adequar a instituição universitária, e conseqüentemente seus métodos, suas questões e suas necessidades as novas disposições sociais, demográficas, econômicas e culturais do país. De 1946, ano de criação da UR, a 1964, a população universitária brasileira tornara-se quatro vezes maior tornando as reformas físicas e pedagógicas cada vez mais

²⁸ O surto universitário no Nordeste reduziu sutilmente o intenso fluxo regional de estudantes em busca das tradicionais escolas superiores da cidade.

necessárias²⁹. O reitor da UR precisou estar atento, sobretudo, ao crescente conflito entre docentes e discentes, para isto precisando reformar em âmbito geral as Congregações provisórias, mas também dar vez e voz aos estudantes. Neste sentido Paulo Freire trabalhou todo ano de 1961 como encarregado especial de assistência estudantil. O reitor João Alfredo foi convidado pela UNE para participar do I Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Salvador, no mês de maio de 1961. O texto reunindo os relatórios finais dos grupos temáticos do encontro, a *Cartas da Bahia*, sintetizava pela primeira vez os principais pontos de reivindicação estudantil por reforma universitária (CUNHA, 2007, p. 177). Em relação à Cidade Universitária, angariou os recursos necessários para concluir algumas edificações e para manter funcionando o campus provisório. Por fim, cabe afirmar que o magnífico reitor João Alfredo sempre que falava da UR parecia está vendendo um ideia de progresso e desenvolvimento indispensável ao Brasil, sobretudo, ao Nordeste. É neste sentido prático da política universitária que se compreende a apropriação, muitas vezes toscas, do discurso nacional-desenvolvimentista operada ao longo do reitorado do antigo Vice-Reitor.

2.2 Do bacharelado à educação popular ou como perder uma Cátedra e ganhar a vida?

[...] ponhamos agora os pontos nos ii – não é só nos Estados totalitários que se encontra a ditadura totalitária. Esta se encontra na Igreja tanto quanto nas instituições acadêmicas, entre os comunistas tanto quanto nos governos parlamentares [...] a educação autoritária constitui a base psicológica das massas populares de todas as nações para a aceitação e o estabelecimento da ditadura.

Wilhelm Reich

Perdi a cátedra e ganhei a vida
Paulo Freire

Existem inúmeros trabalhos publicados sobre a vida e a obra de Paulo Freire. Dentre estes encontramos livros, artigos, entrevistas, filmes, revistas, todos em sua

²⁹ De acordo com Luiz Antonio Cunha o Brasil contava com 35.929 estudantes matriculados nas escolas superiores em 1946. Cifra que atingiria a casa dos 142.386 em 1964 (um crescimento de 236,7%). Ademais, o Brasil que contava com contar universidades em 1945, passa a contar com 37, em 1964 (CUNHA, 2007, p. 87-91;205).

maioria, produzidos por amigos, parentes, admiradores, jornalistas e pesquisadores³⁰. Os temas trabalhados variam muito, apesar do eixo educacional. No entanto, identificamos que a relação entre Paulo Freire e a Universidade do Recife, instituição onde se formou bacharel em Direito, onde lecionou História e Filosofia da Educação e onde também desenvolveu as atividades de extensão universitárias que juntamente aos programas de alfabetização e educação popular o levariam ao exílio em 1964, é tratada com demasiada brevidade. A violência militar para com a memória dos anos predecessores ao regime ajuda a entender parte deste silêncio. Há uma produção de esquecimento no que tange o reitorado de João Alfredo e o Serviço de Extensão Cultural coordenado por Paulo Freire, denunciados na época pelo jornalista Americano Joseph Page e mais recentemente por Marcius Cortez (2008; 2009).

Os trabalhos da professora Vanilda Paiva (1980; 1987), associando o jovem Freire ao “populismo” e ao “Nacional-desenvolvimentismo”, norteiam uma das primeiras tentativas de romper este silêncio. Num trabalho situado entre a história das idéias e a história da educação a pesquisadora procura explicar a gênese da pedagogia freireana a partir da tradição filosófica isebiana. Não negamos este matiz enunciativo, mas se partimos do pressuposto que a superestrutura ideológica, escolanovista, nacionalista, desenvolvimentista, populista, ou qualquer outra “ista” que possa ser considerada, tudo explica no âmbito do campo intelectual, realmente há muito pouco o que pesquisar sobre a obra do jovem Freire. Por outro lado o pensamento pedagógico de Paulo Freire traz contribuições à tradição educacional brasileira, irredutíveis ao legado da Escola Nova ou do Iseb. Longe de querer traçar uma exaustiva biografia do educador, tentaremos aqui contribuir para suprir esta lacuna da historiografia em relação à sua juventude, sobretudo, no que diz da docência universitária, do seu envolvimento com os movimentos educacionais dos anos 1960 e da disputa pela cátedra de História e Filosofia da Educação com a professora Maria do Carmo Tavares de Miranda, cujo revés desembocaria na criação do SEC/UR e nos projetos de Universidade popular, interditados pelo regime militar.

Retomando os dados biográficos, Paulo Freire nasceu em Casa Amarela, bairro do subúrbio do Recife, em 19 de setembro de 1921 (LIMA, 1994; ROSAS, 2003). De família pobre, seu pai deixara para trás o Rio Grande do Norte para servir à polícia

³⁰ Por estratégia de pesquisa consultamos apenas um apêndice desta extensão produção intelectual que trata diretamente ou não da obra e da biografia de Paulo Freire (PAGE, 1972; FREIRE, 1978; FREIRE, 1982; LIMA, 1994; GADOTTI, 1996; ROSAS in FREIRE, 2001; FREIRE, 2001; ROSAS, 2003; CALLADO, 2006; FREIRE, 2007; MOTA, 2008; CORTEZ, 2008; BARBOSA, 2009)

militar de Pernambuco. Joaquim Temístocles Freire era seu nome, homem de religião espírita e casado com a pernambucana de tradição católica Edeltrudes Neves Freire. Os dois tiveram quatro filhos e com a crise de 1929 se viram obrigados a deixar o bairro de Casa Amarela para residir no município de Jaboatão (atual região suburbana do Grande Recife). Com a morte do pai alguns anos após a mudança (1934), vieram anos ainda mais difíceis, cujas lembranças ficariam marcadas na memória do educador: “minha compreensão da fome não é *dicionária*” (FREIRE apud ROSAS, 2003, p. 21).

Freire terminou a escola primária em Jaboatão, iniciando em seguida o secundário no bairro de São José centro do Recife. A distância e a mensalidade obrigaram-no a abandonar a escola, apenas retornando aos estudos após Dona Edeltrudes conseguir em 1937 uma bolsa para o Filho estudar no colégio Oswaldo Cruz na Rua Dom Bosco (FREIRE, 1996, p. 27)³¹. Na condição de bolsista iniciou a carreira de magistério neste mesmo colégio, momento a partir do qual passou a adquirir seus primeiros livros e roupas adequadas para o ofício de professor: “não andava sujo, é verdade, mas andava feiamente vestido” (FREIRE apud ROSAS, 2003, p. 21).

Superada a crise, a família Freire retorna ao Recife, momento no qual consegue ser aprovado no vestibular da FDR (1942). Um ano após a aprovação casou com a professora primária Elza Maria da Costa de Oliveira com quem teve cinco filhos. Os conhecimentos e as competências educacionais de Elza Freire, bem como das demais professoras que trabalhariam com o educador nos anos cinquenta (1950), foram fundamentais na organização e na produção do sistema Paulo Freire de educação nos anos sessenta (1960).

Formado em 1947, Paulo Freire apenas advogou uma única vez, mesma ocasião em que abdicou dos honorários e da profissão, optando pelo não muito promissor ofício educacional. Ainda lecionava no Colégio Oswaldo Cruz quando a convite do presidente

³¹ Numa entrevista Paulo Freire relembra os anos de dificuldade com as seguintes palavras: “Eu fiz a escola primária exatamente no período mais duro da fome. Não da “fome” intensa, mas de uma fome suficiente para atrapalhar o aprendizado. Quando terminei meu exame de admissão, era alto, grande, anguloso, feio. Já tinha esse tamanho e pesava 47 quilos. Usava calças curtas, porque minha mãe não tinha condições de comprar calça comprida. E as calças curtas, enormes, sublinhavam a altura do adolescente. Eu consegui fazer, Deus sabe como, o primeiro ano de ginásio com 16 anos. Idade com que os meus colegas de geração, cujos pais tinham dinheiro, já estavam entrando na faculdade. Fiz esse primeiro ano de ginásio num desses colégios privados, em Recife; em Jaboatão só havia escola primária. Mas, minha mãe não tinha condições de continuar pagando a mensalidade e, então, foi uma verdadeira maratona para conseguir um colégio que me recebesse com uma bolsa de estudos. Finalmente ela encontrou o Colégio Oswaldo Cruz e o dono desse colégio, Aluizio Araújo, que fora antes seminarista, casado com uma senhora extraordinária, a quem eu quero um imenso bem, resolveu atender o pedido de minha mãe. Eu me lembro que ela chegou em casa radiante e disse: “Olha, a única exigência que o Dr. Aluizio fez é que você fosse estudioso”. Eu, poxa, eu gostava muito de estudar e fui então para o Colégio Oswaldo Cruz, onde me tornei, mais adiante, professor” (FREIRE in GADOTTI, 1996, p. 32-33).

do SESI, Cid Sampaio (que também seria governador de Pernambuco na segunda metade dos anos 1950), passou a fazer parte de “um setor de projetos no campo da assistência social”, mais tarde, assumindo a direção da Divisão de Educação e Cultura (ROSAS, 2003, p. 22)³². No SESI, Paulo Freire desenvolveu pela primeira vez, tanto como gestor de projetos quanto como professor, experiências no campo da educação de adultos, desenvolvendo ações junto aos trabalhadores da indústria local e dos mocambos de Casa Amarela (ROSAS, 2003). Ainda no início dos anos 1950, Freire inicia a docência universitária, lecionando na Escola de Serviço Social, onde pôde conhecer futuros colaboradores como Paulo Rosas, padre Almeri Bezerra e Anita Paes Barreto. Em 1956 é convidado pelo prefeito Pelópidas Silveira para participar do Conselho Consultivo da Educação do Recife, sendo deslocado alguns anos mais tarde para funções semelhantes na Diretoria de Documentação e Cultura – DDC³³ (FREIRE, 1996, p. 33). Em 1956, Paulo Freire passa a trabalhar na Escola de Belas Artes de Pernambuco como professor interino de História e Filosofia da Educação do curso de Desenho. Sobre sua estada na EBAP existem poucas referências bibliográficas. O “prólogo biográfico a quatro vozes” (GADOTTI, 1996) que abre a “Biobibliografia” de Paulo Freire apenas faz breves referências à escola superior, onde trabalhou por quase uma década e onde desenvolveu academicamente os pilares de sua concepção pedagógica. Qual o motivo do silêncio³⁴ que cerca uma experiência profissional que Paulo Rosas caracterizaria da seguinte forma?

Quanto à Escola de Belas Artes, onde por vários anos foi professor de História e Filosofia da educação, atribuo o papel de ter sido seu principal “laboratório”. Ali experimentou, embora sem os controles da metodologia empírica, a prática pedagógica resultante de suas idéias. (ROSAS, 1996, p. 559)

Decerto a documentação sobre a vida universitária do professor Paulo Freire que aqui apresentamos é inédita, apesar da memória de Paulo Rosas e a publicação da tese “Educação e atualidade brasileira” (2003) não ter deixado que este aspecto ficasse absolutamente obscuro aos pesquisadores e outros interessados (ROSAS, 2001; 2003).

³² Freire dirigiu este setor de 1947 a 1954, ano em que assumiu a superintendência do mesmo, nesta ficando até 1957 (FREIRE, 1996, p. 33).

³³ Os primeiros programas de alfabetização e de fomento a leitura através de bibliotecas populares do Recife foram projetados pela Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), criada em 1945 por projeto de Souza Barros, diretamente subordinada ao prefeito do Recife, na época Novaes Filho. Gilda Verri analisa com detalhes a trajetória do órgão cuja atuação seria paulatinamente substituída pelo MCP nos anos 1960 (1996).

³⁴ Apenas três referências aos anos na EBAP (FREIRE, 1996, p. 32; GERHARDT, 1996, p. 148-149).

(ROSAS, 1996; 2001; 2003). Um dos principais documentos para se investigar o protagonismo de Freire na EBAP é a revista desta mesma unidade. Por meio deste periódico e dos discursos pronunciados por João Alfredo já mostramos a crescente solicitude política entre o diretor e o professor, naqueles anos, ambos orientados por tradições e modalidades de militância política divergente (pelo menos inicialmente).

No primeiro ano como professor da EBAP, o carinho dos formandos de 1956 conduziu Paulo Freire à tribuna do teatro Santa Isabel (Revista da EBAP, 1957, nº1, p. 40-45). O paraninfo alertava para necessidade dos titulados tornarem-se “professores autênticos” de postura didático-pedagógica “ciente e consciente” (FREIRE, 1957, nº1, p. 40). Ora, o conceito de “autenticidade” estava atrelado a uma experiência prática de educação de jovens e adultos, ao qual Freire desenvolvia no SESI e na comunidade paroquial de Casa Amarela, objetivando alfabetizar e “conscientizar” para os problemas comunitários e nacionais (ROSAS, 2003; FREIRE, 2003). O “autêntico” deveria superar a prática política copiada do colonizador, substituindo “as receitas antes simplesmente importadas [...] por projetos, por planos” e estratégias contextualizadas com as peculiaridades dos locais da cultura e das suas comunidades (FREIRE, 1961, p. 5).

Já mencionamos anteriormente como as categorias e os conceitos do professor contratado da EBAP inspiraram a tese de Luiz Costa Lima, ao defender as potencialidades políticas e estéticas da “situação” ao qual estava vivendo os homens de letras brasileiros (LIMA, 1964)³⁵. Por outro lado, apontamos um determinado habitus intelectual que alicerçava os significados e os fazeres dos homens de letras à uma modalidade de cidadania ou compromisso social. Assim, o paraninfo dos concluintes do curso de desenho defendia a potência do fazer educativo, “sou dos que acreditam na força da educação, que seja manifestação de ação social”, e citando Maritain sugeria o enfoque educacional problematizador: “se determinada cultura está cheia de erros, de vícios, de escravidão, a tarefa da educação não é perpetuá-la mas fazer o possível para mudá-la” (FREIRE, 1957, nº1, p. 44). Citando o psicólogo social Zevedei Barbu enfatizava a relação entre “democracia” e “dialogação”. A “inexperiência democrática” estava, segundo o jovem Freire, atrelada à tradição patriarcal brasileira, “profundamente analisada e gostosamente apresentada por Gilberto Freyre”. Afirmava em seguida: “à dimensão sociológica do fenômeno democrático [...] deve corresponder uma

³⁵ Ver o item 1.3.

determinada dimensão psicológica”, concluindo em tom de denúncia: “Daí os apelos tão fáceis às chamadas soluções de exceção, daí a facilidade com que é transferida entre nós a autoridade em lugar de ser delegada apenas” (1957, v.1, p. 44).

Em seu discurso o educador já empregava algumas das principais categorias conceituais da reflexão educacional que defenderia como tese em 1959. Era então 1956 e o Iseb apenas estava sendo criado.³⁶ Desde então já enunciava que o objetivo maior do processo pedagógico era a humanização e defendia a “dialogação” como principal recurso didático da instrução e do ensino: “As vossas aulas não sejam nunca um ditado, mas um diálogo [...] Vossas aulas devem ser um encontro e um diálogo [...] educades para a liberdade, para a democracia” (FREIRE, 1957, nº1, p. 44). Imaginem a recepção dos Catedráticos da UR, bem como do magnífico reitor Joaquim Amazonas, diante da proposta dialógica, de todo oposta à didática magistral consagrada pela FDR. Era apenas um tímido começo.

Há quem diga que para Freire o trabalho no campo da educação de jovens e adultos começou a ganhar as bases de uma pesquisa educacional empírica em 1958 no Rio de Janeiro. Paulo Freire, as professoras Elza Freire, Dulce Chacon, Judite Ribeiro e o estudante José Augusto de Souza Peres seguiram para a antiga capital levando um relatório produzido durante o seminário onde foi discutido os encaminhamentos da divisão pernambucana para o II Congresso Nacional de Educação de Adultos e Adolescentes (PAIVA, 1987; FREIRE, 1996;CORTEZ, 2008). O título do relatório era: “A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”. Os educadores pernambucanos defendiam no informe um processo de alfabetização onde o alfabetizando surgia como sujeito produtor do aprendizado e de sua consciência política, esta dinamizadora de sua situação de marginalização. Para os biógrafos, o evento projetou nacionalmente o círculo de educadores pernambucanos liderados por Paulo Freire como defensores de um enfoque educacional crítico. Um membro do SEC/UR em seu livro rememora o acontecimento no seguinte tom:

Então, que se faça justiça, a equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, o SEC, contribuiu bastante para a fundamentação do método, porém suas diretrizes básicas já estavam todas elas prontinhas nas cabeças do Paulo e da Elza. (CORTEZ, 2008)

³⁶ À luz deste documento, convém repensar as bases da tese da professora Vanilda Paiva, para quem o matiz explicativo do jovem Freire é justamente o arcabouço ideológico Isebiano (1980).

No mesmo ano, com a devida autorização do Conselho Universitário, Paulo Freire ministrou o curso de extensão “Problemas da educação” (Revista da EBAP, 1959, v. 1, p.33; SANTOS e SILVA, 2009). Na introdução o professor extensionista conceituou o homem em sua relação com a natureza, pontuando “o histórico”, “o cultural”, “o educativo” e entendendo “a educação” como “manifestação humana”. No decorrer das aulas apresentou seus “aspectos [...] no tempo e no espaço” e “o problema de nossa época em encarar a educação como problema” ou “problemas”. Na segunda parte do curso discutiu o processo educacional como um acontecimento “unipolar” – conciliando a “autonomia” e a “heteronomia” - e “bipolar” – articulando dialeticamente a “autoridade” e a “liberdade” (FREIRE, 1959, v.1, p. 34). Caminhando na seção seguinte para as áreas da educação - sistemática e assistemática: “a educação na família”, “a educação na rua” e “a educação na escola”. A família e a comunidade deveriam assegurar a organicidade da educação escolar, e esta última possibilitar a “formação de uma mentalidade democrática” (FREIRE, 1959, v.1, p. 35).

Paulo Freire concluía pela necessidade de uma “educação como processo de vida inteira”, sendo a “educação de adultos [...] um capítulo seu”. Ao perguntar-se sobre a responsabilidade dos educadores com o homem brasileiro, destacava a “educação de adultos para a responsabilidade social e política” e “sua repercussão no processo democrático” (FREIRE, 1959, v.1, p. 35). Ora, na simplicidade do curso de extensão colocava em debate alguns dos conceitos elementares do enfoque educacional crítico que lhe traria grande distinção intelectual nos anos 1960: a dimensão relacional do homem, a dialogação como recurso didático central do processo educacional e a alfabetização de jovens e adultos como a grande metáfora da construção de uma competência e de um saber que permita ao educando uma leitura e uma postura crítico-consciente da realidade circundante (o crítico integrado às circunstâncias existenciais, portanto, “autêntico” e “não alienado”)³⁷. O enfoque educacional apresentado no curso de extensão brotava de experiências díspares. Paulo Freire cita num anexo de sua tese uma experiência vivida em unidades educacionais de Casa Amarela a partir dos “resultados positivos obtidos [...] no Sesi” (FREIRE, 2003, p. 115)³⁸.

³⁷ Mas uma vez as tarefas do educador de jovens e adultos que também lecionava na UR se colocam num plano da história irreduzível as determinações teóricas defendidas pela professora Vanilda Paiva (1980).

³⁸ Os encaminhamentos eram tomados na zona paroquial de Casa Amarela, associação que funcionava na Escola de Especialização Ageu Magalhães, e foram cozidos pelas comunidades participantes em torno das seguintes questões: a) despertar as escolas para os “acontecimentos da comunidade” nas quais estão inseridas, promovendo a “integração” comunitária destas; b) despertar nas escolas a “consciência” do trabalho em conjunto, abrindo canais sistemáticos de comunicação e ação; c) capacitação continuada dos

Nas próprias ações educacionais desenvolvidas no SESI e na zona paroquial de Casa Amarela a postura didático-pedagógica de Paulo Freire já esbanjava uma sofisticação sem igual no campo educacional brasileiro. Se ao refletir sobre esta experiência Freire dialoga com o pensamento isebiano, este viés ideológico não deve ser o único prisma para compreender o exercício educacional vivido no SESI de Casa Amarela ou mesmo depois no MCP e no SEC/UR³⁹.

Freire defendeu a tese de livre docência no mesmo ano em que se inscreveu para o concurso da Cátedra de História e Filosofia da Educação, ano este em que seu gestor e amigo, João Alfredo, alcançou, por ocasião do falecimento de Joaquim Amazonas, a posição de Reitor da UR. Ao escrever “Educação e atualidade brasileira” o professor da UR deu forma acadêmica às suas experiências educacionais vivenciadas nos mocambos do Recife⁴⁰. Para esta empreitada, Paulo Freire dialogou com intelectuais de tradições heterodoxas, da tradição isebiana e existencialista à tradições locais, “pré-isebianas”, categoria esdrúxula no qual Vanilda Paiva situa Gilberto Freyre⁴¹ (PAIVA, 1980).

Para uma análise da história das idéias, talvez o trabalho de Paiva seja um dos mais eruditos sobre o pensamento do jovem Freire. No entanto, a autora metodologicamente se esquivou de inserir as idéias no campo de atuação particular do

agentes escolares, tendo em vista a “nova posição da escola”; d) “promover todos os meios por que se estabelecesse intimidades entre escolas e famílias”; e) “promover [...] melhores meios de assistência ao aluno” (FREIRE, 2003, p. 115); f) promoção da entidade escolar central da associação; g) criar associações familiares na escola como espaços de ação democrática da comunidade escolar; h) aproximar gradativamente estas associações escolares e familiares das vivências comunitárias (FREIRE, 2003, p. 116).

³⁹ Contrariando quase toda historiografia analisada sobre o tema, acreditamos que o fenômeno ideológico – em nosso caso nacionalista, desenvolvimentista, populista, marxista, cristão - não se encontra dado, como uma essência, determinando a conjuntura e injunções de uma época. Em práxis a ideologia não existe como elemento simbólico único que reveste a infra-estrutura, mas apenas como elementos significantes de agenciamento coletivos, dominantes ou não e de textura mista, os quais conjugados produzem práticas e conjugações díspares ou não daquela representação primeira. São estas estruturas internalizadas que possibilitam ao agente social conjugar e dar significado ao real e sua historicidade.

⁴⁰ Em uma nota de rodapé do livro “Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista”, Vanilda Paiva ressalta a retirada de referências inteiras que filiavam Paulo Freire ao Iseb. Para a autora esta supressão visava dificultar a filiação inicial daquele à tradição isebiana (PAIVA, 1980). Entretanto, esta modificação da textura inicial contribui com a nossa hipótese de que a apropriação do léxico nacional-desenvolvimentista estava atrelada a uma disposição tática de se fazer ouvir e entender, e, sobretudo, de legitimação institucional do sistema Paulo Freire de educação. Pensando a partir deste prisma, podemos supor que quando este léxico se torna desnecessário, ou seja, assegurada a legitimidade política da proposta educacional-científica (ainda que interdita no Brasil), Paulo Freire revisita seus trabalhos, suprimindo o léxico que a partir de então só comprometeria a compreensão e a validade política do trabalho. Mas esta é apenas uma hipótese, cabendo estudos interdisciplinares mais detalhados para afirmação dos limites desta suposição.

⁴¹ Seguindo a escala evolutiva das idéias proposta pela autora, Freire estaria situado na espécie de pensamento do pré-Iseb. Nesta concepção de história em processo, Freire pecava ao anacronicamente empregar a tradição “pré-isebiana” do outro Freyre, este com “y”.

produtor, este demasiadamente humano e corriqueiro para as explicações de uma história das idéias, neste caso, fadadas a ficarem fora do lugar⁴².

Ao analisar a tese defendida em 1959 e ao livro “Educação como prática da liberdade” (1967), a pesquisadora procura encontrar a matriz do pensamento freireano - “a nossa opção foi buscar as suas raízes intelectuais, mostrando a sua pedagogia como parte de um processo de evolução teórico-ideológico” (PAIVA, 1980, p. 19) – de certa forma ignorando o lócus de onde escreve o educador (apesar da ampla contextualização nos manuais de história do Brasil). Diferentemente, nós optamos pela via oposta, preferindo observar o objeto em questão pelo meio - onde às coisas adquirem velocidade e intensidade - extremamente desconfiados de “raízes” (como o uno que se transforma de dois, três, quatro...), de “processos” e “evolução teórico-ideológico” (PAIVA, 1980).

Para começar, é importante destacar que Paulo Freire opta por introduzir sua tese de livre docência na UR ressaltando a importância central de sua trajetória profissional não acadêmica e não universitária no SESI de Casa Amarela.:

Trabalho de que algumas de suas fundamentais afirmações, é interessante que ressaltemos, se acham vinculadas às experiências que tivemos por mais de oito anos consecutivos à frente da divisão de educação e cultura do Serviço Social da Indústria (Sesi) de Pernambuco e de dois na sua superintendência. Nas idas e vindas de nossa experiência, retificamos afirmações livrescas. Ratificamos pontos de vistas. Foram anos de ‘convivência’ quase diária, e direta, com problemas educacionais e sociais, nunca vistos por nós como se fossem soltos ou desmembrados do tecido mais amplo de nossa contextura. Das condições faseológicas brasileiras e não apenas pernambucanas ou nordestinas, se bem que nunca tivéssemos esquecido essas imediatas condições. Sempre vistos, pelo contrário, inseridos nesta contextura e nestas condições faseológicas. A partir de nossa ‘convivência’ com problemas educacionais e sociais pernambucanos e não só urbanamente recifenses, fomos alongando as nossas preocupações, ligadas a esses problemas, ao Nordeste e a outras áreas do País. (FREIRE, 2003,p. 14)

O obvio passa despercebido se o pesquisador ignora o lugar de onde fala o educador: a Universidade do Recife. Primeiramente as referências ao SESI e à zona paroquial de Casa Amarela introduzem no âmbito da pesquisa universitária recifense procedimentos e objetos considerados menores - a educação de jovens e adultos – para

⁴²A equação de Paiva poderia ser facilmente representada da seguinte forma: Escola Nova + Catolicismo radical + tradição pré-isebiana (Gilberto Freyre e Oliveira Viana) + Nacionalismo-desenvolvimentista (ISEB) = Método Paulo Freire de educação.

uma epistemologia das ciências humanas fundado no humanismo tradicional. É a “poeira da cidade” e os saberes do cotidiano ganhando legitimidade no seio da comunidade universitária e científica brasileira; Além disso, as não muitas referências aos dados levantados no SESI e em outras pesquisas educacionais, como as coordenados pelo professor Carlos Frederico Maciel no Instituto Pernambucano de Pesquisas Educacionais, ou mesmo, no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, participa de um conjunto de esforços pessoais de professores universitários ou não em tentar desenvolver a pesquisa empírica, num momento no qual esta ainda não estava institucionalmente estabelecida no âmbito das ciências humanas (MAIOR, 2005)⁴³; Em terceiro lugar, a “visão orgânica do problema educacional brasileiro”, verticalizava uma pedagogia que valorizava a tradição e a região, mas no qual também se impunha dinamizadora e crítica das mesmas. Enfatiza-se com isso a dimensão “histórica”, “transitiva” e “ativa” do homem. A “autenticidade” das relações humanas deveria ser construída a partir do comprometimento com a realidade existencial (sobretudo regional e histórica). Ao citar Anísio Teixeira, Paulo Freire defende a descentralização do sistema educacional tendo em vista uma instituição escolar “orgânica” pela diversidade regional e cultural. Daí toda oposição ao “centralismo, verbalismo, antialogação, autoritarismo, assistencialização [...] sintomas de nossa inexperiência democrática” (FREIRE, 2003, p. 13). A proposta didático-pedagógica de “dialogação” enunciava uma cisão com o *habitus* educacional magistral (este já analisado no capítulo anteriores).

Educação e atualidade brasileira têm uma estrutura interna relativamente simples e verticaliza problemas com base em generalizações os quais não pode aprofundar, afinal, se inscreve nos limites de um exame acadêmico. No primeiro capítulo Freire analisa o que entendia por “antinomia fundamental da atualidade brasileira”. A “antinomia” é definida na contradição histórica brasileira entre a “inexperiência democrática” e a demanda contemporânea pela “emersão do povo na vida pública nacional”, provocada pela industrialização do país” (FREIRE, 2003, p. 26). Mas não há “transição” quando este movimento de “emersão” não é antecedido por uma “imersão”, permeado pela “dialogação” e pela “conscientização”: “instrumento de promoção da consciência perigosamente acrítica ou transitivo-ingênua, em que se encontra o homem brasileiro, nos centros urbanos, para a consciência transitivo-crítica, vital à democracia” (FREIRE, 2003, p.31). O que Freire propõe a fundo no âmbito da

⁴³ A pesquisa social era basicamente livresca, coloquialmente chamada de “sociologia de poltrona”, como cita o professor Heraldo Souto Maior (2005, p. 19-20).

“conscientização” é uma educação para uma interpretação ativa do presente, alicerçada ao que se herdava do passado, a “história”, e à promessa do futuro, a “consciência crítica”, o “desenvolvimento”, a “emancipação”:

A superação desta antinomia fundamental, asfixiante da nossa marcha democrática, não poderá ser feita se continuarmos a alimentar o seu primeiro termo – a ‘inexperiência democrática’ – através de procedimentos – inclusive em parte – enraizado nele mesmo. Neste sentido é que uma educação para o desenvolvimento e para a democracia, entre nós, tem que ser uma educação pelo diálogo. Uma educação pela participação, que desenvolva no homem brasileiro a sua criticidade. (FREIRE, 2003, p. 51)

Vejam que na matriz do pensamento freireano, os argumentos do “desenvolvimento” como formação para técnica e para o trabalho, servem para reafirmar a necessidade da “diálogo” e da “conscientização”. O jovem Freire é menos um pedagogo do desenvolvimento do que da “consciência crítica”, do “diálogo” e da “democracia”. Se confia na força da técnica, no entanto, logo a coloca em suspeita quando despida da dimensão ética, política, humana, existencial, histórica (as ameaças da forma “inautêntica”, “alienada” e não “orgânica”).

No segundo capítulo Freire discute o que denomina “raízes” da “inexperiência democrática” brasileira: “situada originariamente no ontem de nossa história” (FREIRE, 2003, p.59). Esta segunda parte se baseia, sobretudo, na discussão das obras de Oliveiras Viana e Gilberto Freyre, mas também cita E.L Berlink, Fernando Azevedo, Sevedel Barbu, Antonil, Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré. Bibliografia operada na construção de um “background” da mentalidade político-cultural brasileira e seus traços autoritários e antidemocráticos. Os problemas apresentados nos dois primeiros capítulos passam então a nortear os novos fundamentos “faseológico” da educação no Brasil: “criar disposições mentais no homem brasileiro, críticas e permeáveis, com que ele possa superar a força de sua ‘inexperiência democrática’ [...] E isto, em todos os graus” (FREIRE, 2003, p. 79-80).⁴⁴ Enfim, o professor da EBAP propõe reformas da instituição escolar, dos currículos, da formação docente, dos cursos de magistério, da educação de jovens e adultos, do combate ao analfabetismo, da formação técnica e profissional. Suas “fundamentais conclusões” foram: a) processo educacional orgânico para formação dos “agente de los cambios sociales” (Mannheim); b) organicidade como conhecimento crítico da sociedade, tal qual integração e não superposição; c) a superposição como a solução inautêntica que “importa” soluções; d) atualidade como

⁴⁴ Trecho com forte influencia de Barbu.

formação de cultura de trânsito;⁴⁵ e) “antinomia fundamental” como atualidade brasileira: “inexperiência democrática” e “emersão do povo na vida pública brasileira”; f) industrialização e passagem da consciência intransitiva para a transitiva ingênua. g) promoção da consciência ingênua pela educação crítica (fugindo dos riscos do fanatismo e da massificação); h) os perigos da consciência ingênua não promovida caminhar para a desumanização; i) clima cultural (“atualidade”) e fomento da conscientização por ações extra-escolares; j) inautenticidade do processo educativo brasileiro vigente: formação técnica e profissional arcaica (humanista tradicional e verbalista)⁴⁶ k) revisão estrutural do sistema educacional brasileiro, este inadequado para a atualidade analisada.

Dois anexos complementam a conclusão: o primeiro, inclusive já citado, versava sobre a experiência educacional na zona paroquial de Casa Amarela; o segundo, “Gráfico que representa o ‘movimento’ da consciência intransitiva para transitivo-ingênua, para a crítica e a ‘fanatizada’”, provavelmente utilizado na explanação pública da tese.

Sucursal ao trabalho de pesquisa que o consagraria livre docente, Paulo Freire dava continuidade a suas experiências educacionais. Com a autorização do Conselho Técnico Administrativo da EBAP, organizou juntamente a Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho, “um curso intensivo gratuito de preparo para o concurso de habilitação ao curso de Arte Dramática”. As aulas de Português, Literatura e História da Civilização visavam introduzir os futuros alunos do mais novo curso da UR (Revista da EBAP, 1959 v.1, p. 38). Por estes anos a EBAP já alcançava 268 alunos (matriculados nas diferentes séries - Revista da EBAP, 1959, v.1, p. 33) e seu corpo docente era ampliado anualmente através da contratação de professores e da realização de concursos para as Cátedras. Sobre os concursos, a revista da EBAP de número 2 de 1959, trazia a seguinte notícia:

CONCURSO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO –
Encerraram-se as inscrições para o concurso da cátedra de História e
Filosofia da Educação para o curso de professorado de desenho.

⁴⁵ Paulo Freire complementaria o conceito de “sociedade em trânsito” com o seguinte esquema: “I - DE uma economia de caráter complementar, comandada pelo comércio exterior. II – PARA uma economia de mercado, com predomínio de um capitalismo florescente. III – DE formas rigidamente antidemocráticas. IV – PARA formas plasticamente democráticas, em antinomia umas com as outras” (FREIRE, 2003, p. 113)”.
⁴⁶ O verbalismo é visto como habitus didático mais significativo da “inexperiência democrática” e do autoritarismo educacional no Brasil.

Inscreveram-se: o professor Paulo Reglus Neves Freire e a Professora Maria do Carmo de Miranda. (Revista da EBAP, v.2, p. 110)

As provas didáticas e escritas apenas foram realizadas na segunda metade do ano seguinte. Nada encontramos sobre o concurso na revista escolar de 1960 (v.1), apenas uma nota sobre a contratação da professora Dulce Campos (Didática do desenho) e do professor Paulo Rosas (Psicologia aplicada à educação), educadores que brevemente estariam colaborando com Freire e sua equipe do SEC/UR.⁴⁷ Sobre Paulo Freire nada mais. A primeira revista publicada no ano seguinte carece da seção noticiário e Paulo Freire permanece no corpo de editores do periódico (1961, nº1). Já sabíamos o fim desta história, mas o silêncio das fontes termina num novo número do periódico, publicado no mesmo ano. Neste volume Freire já não fazia parte do corpo de editores. Em seu lugar estava a professora M. C. Tavares de Miranda⁴⁸. O artigo de abertura, “Conceito de Educação”, é apresentado por sua autora em nota de rodapé nas seguintes palavras:

Texto da prova escrita da profa. Dra. Maria do Carmo Tavares de Miranda, no Concurso para a Cátedra de História e Filosofia da Educação, da Escola de Belas Artes de Pernambuco, UR realizado em setembro de 1960, e no qual a referida professora obteve o 1º lugar. (Revista da EBAP, 1961, v.2, p. 11)

O texto apenas traduzia o que já sabíamos o professor das turmas de desenho havia malgrado nas provas do concurso para a cátedra. Com novo corpo editorial, a revista trazia dois artigos de sua nova colaboradora. Na prova, M. C. Tavares discutia ontologicamente o conceito de educação e sua “problemática” numa “visão geral”: “formação”, “realização” e “aperfeiçoamento” intencional do homem. Para a filósofa a realização deste processo se dava “através de meios” (“as disciplinas, os exercícios, as técnicas”), partindo de “princípios” (“influências deliberativas, o exercício de um mestre”) e “fins” (“realização do ser”). Dentro do enfoque educacional apresentado pela nova catedrática a figura do educando inexistia como agente produtor do conhecimento escolar. São os “meios” e os “mestres” “que desenvolverão as potencialidades do

⁴⁷ Dulce inclusive fazia parte do SEC/UR, tendo sido dela a sugestão crítica de conceituar mais apropriadamente o “método Paulo Freire” como “sistema Paulo Freire”, afinal, destacava que os pressupostos e os objetivos daquele se colocavam para além de um simples método de alfabetização (CORTEZ, 2008; CAMPOS, 2009). Jarbas Maciel também reivindica esta sugestão, tendo em vista o enfoque matemático e filosófico de sistema (vocabular ou mesmo semiológico) o qual adequou à nascente pedagogia freireana, bem como o artigo publicado na Estudos Universitários (MACIEL, 1963; MACIEL, 2009).

⁴⁸ Um pouco mais à frente, no quadro do corpo docente, são apresentados os professores catedráticos da EBAP: Casemiro Corrêa (Modelagem), João Alfredo (Anatomia e Fisiologia Artística), Maria do Carmo Tavares (História e Filosofia da Educação) e Vicente Murillo La Greca (Desenho de Modelo Vivo).

educando”. Enfim, os princípios do processo educacional estão subordinados à autoridade disciplinar do “mestre” (MIRANDA, 1961, p. 11-13).

A filósofa define entre inúmeras citações em grego seu objetivo maior: “Educação - em todas as do oriente e do ocidente – na visão do homem” (MIRANDA, 1961, p.14). Com tanta universalidade, não chega a tocar em nenhum momento na educação brasileira ou em pesquisas do campo da educação (autores brasileiros ou mesmo a palavra Brasil inexistente no trabalho). Após descrever a etimologia da palavra “educar” enuncia a sua conclusão: 1. A dinâmica educativa deve atender o “ser do homem [...] sua natureza, seu fim”; 2. “realização do educar, visto no seu processo e na sua perfeição, visões do realizar do homem [...] de seu ser da natureza, físico, moral, intelectual” (MIRANDA, 1961, p.19). Estes foram os termos da prova escrita aprovada em primeiro lugar no concurso da cátedra.

Decerto o revés deve ter contribuído para que os biógrafos ignorassem esta passagem da vida do educador. Ademais, com exceção do artigo publicado pela professora M.C. Tavares de Miranda e de algumas narrativas mnemônicas, não encontramos documentos oficiais que narrem o acontecimento. Somos inclinados a ver a disputa pela cátedra como uma grande metonímia dos embates travados pelos defensores da escola particular e da pedagogia tradicional, e os defensores da escola pública e dos novos enfoques educacionais. Freire fora derrotado pela pedagogia tradicional contra a qual se levantara como também malograra os pioneiros com a LDB promulgada em 1961.

As poucas referências são unânimes em ressaltar que a prova didática contribuiu para o insucesso de Paulo Freire no concurso e para a fortuna daquela. Dizem que Paulo apresentou modestamente, apoiado no birô, as bases da reflexão que havia proposto em sua tese de livre docência. Alguns afirmam que a professora da FAFIPE abordou em sua aula o movimento da escola nova numa perspectiva internacional, enquanto outros defendem que a mesma ministrou uma aula sobre o conceito de educação a partir de uma perspectiva da tradição pedagógica Israelense- judaica (ROSAS, 2001) ou talvez ontológica (como estamos mais inclinados a acreditar, tendo em vista a prova escrita aqui resenhada). Talvez tenha sido um pouco dos três, o conteúdo talvez seja o menos importante, já que os relatos são unânimes em ressaltar a retórica, a erudição e o domínio das línguas estrangeiras esbanjados pela professora durante a prova didática. Competências estas, momentaneamente inacessíveis a um filho dos subúrbios recifense que brigava pelo emblema e espaço de distinção da “aristocracia” intelectual que era a

cátedra. Quando a professora M. C. Tavares encerrou sua aula, o professor Ariano Suassuna, comentou com os colegas: “esta mulher está com a muleta dos cachorros!”.

Não se sabe por que, mas a aula de Paulo Freire havia sido de toda morna: “Eu lastimo dizer isso com Paulo morto, mas eu nunca vi uma mediocridade tão grande como a aula que ele deu”. Na época, este já usufruía de grande solicitude do reitor João Alfredo, que dizem até mesmo ter sugerido a divisão da cátedra em História da Educação e Filosofia da Educação. Paulo Freire refutou prontamente a sugestão. Enfim: “Paulo Freire perdeu o concurso. Os resultados obtidos por sua concorrente, a Dr^a Maria do Carmo Tavares de Miranda, foram superiores aos seus” (ROSAS, 2003). Mas o revés se mostraria não de todo negativo, afinal pôde se dedicar com maior esmero ao trabalho educacional que desenvolvia no MCP e no ano seguinte liderar o SEC/UR.

Por outro lado ao perder a cátedra, Paulo Freire abdicava compulsoriamente da posição de poder que a mesma representava e exercia. Como já vimos nos capítulos anteriores as cátedras eram tidas como espaço de disposição autoritária, arcaica⁴⁹ e inoperante da comunidade universitária, emblema da “oligarquia acadêmica”, como conceitua Gadiel Perruci⁵⁰. Ao perder o espaço e a distinção e poder que representava a cátedra, Paulo Freire se volta para os movimentos educacionais e sociais onde passaria a por em prática seu enfoque educacional crítico. O momentâneo retorno para o MCP, diálogo ao qual preservou até o exílio, possibilitou superar as limitações iniciais de seu trabalho para em seguida sistematizá-lo nos curtos anos de existência do SEC/UR. Se negou o lócus acadêmico de poder não o era de todo desprovido do peso que caracteriza esta posição de privilégio, afinal a simpatia magnífica do reitor não pode ser desconsiderada no seio da política universitária:

Mas, ele não era desprotegido do poder, João Alfredo estava ao lado dele, mas nada pode fazer em relação à cátedra. Então João Alfredo cria o SEC [...] A chance dele, nacional, foi no SEC, porque o SESI era uma instituição privada, de pessoas simples, e que não tinham o nível do pessoal que se acercou dele no SEC, porque ele foi em cima do que tinham de melhor. (CAMPOS, 2009)

⁴⁹ Afinal havia sobrevivido o aglutinamento das antigas faculdades livres sob o brasão universitário.

⁵⁰ Não se pretende aqui atribuir as mazelas da universidade brasileira às cátedras de saber, mas apenas trazer a representação que a mesma possuía para aquela comunidade específica.

Foi através do SEC que Freire se projetou para o mundo⁵¹. Foi justamente este espaço acadêmico, não academicista, que permitiu ao educador responder quando indagado por Paulo Rosas sobre o concurso malogrado: “Perdi a cátedra e ganhei a vida” (ROSAS, 2003, p.63).

2.3 “A Universidade do Recife quer educar as massas”: reforma universitária e a equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife

O Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife foi criado em fevereiro de 1962 (Portaria nº2, de 8 de fevereiro de 1962), num contexto de intensa crise político-pedagógica e de tentativas de revitalização escolar. “Destinado a prolongar a função educativa da Universidade fora de sua área intrínseca”, o SEC/UR participava dos projetos de “desenvolvimento cultural, científico e material” promovidos pelo reitorado e pelo Conselho Universitário (ALFREDO, 1962, p. 3). O Serviço de Extensão surge como a iniciativa mais audaciosa do reitor João Alfredo, provavelmente aquela na qual depositou as suas expectativas e por meio da qual alcançou maiores repercussões, conquistando paradoxalmente admiração e desafeição por todo Brasil.

Um ano antes de sua criação, uma greve estudantil de proporções nunca antes vista se espalhou por quase todas as Congregações da UR e da Universidade Rural. Os estudantes ocuparam inicialmente a FDR e os edifícios escolares de Agronomia e Veterinária (que compunham a Universidade Rural de Pernambuco em dois irmãos), tendo sido outras escolas ocupadas por todo Brasil em solidariedade com os grevistas recifenses⁵². A chegada do presidente da UNE, Oliveira Guanais, deu ainda mais força e representatividade ao movimento (CÉSAR, 2009). Por sugestões do Presidente da República Janio Quadros e do diretor da FDR, Soriano Neto, os batalhões de infantaria

⁵¹ A interrupção da experiência que estava sendo conduzida nacionalmente pelos agentes do SEC/UR contribui com uma mitologia freireana em diversos aspectos: 1. super dimensiona as virtualidades do sistema Paulo Freire de educação como conjunto de orientações, técnicas e procedimentos pedagógicos supostamente revolucionário: “a revolução do alfabeto tem 40 horas” ou “a cascavel” como a denominara Castelo Branco. 2. o golpe impede o desenvolvimento da crítica brasileiras em torno do pensamento do jovem Freire, tendo em vista a interdição do debate em torno da educação popular. 3. fomenta a figura do exilado em plena produção intelectual e social de cunho internacionalista.

⁵² A ocupação da FDR surgiu inicialmente como um encaminhamento proposto pelo estudante Juracy Andrade, que no seguinte faria parte do SEC/UR.

do IV Exército invadiram o edifício escolar e estacionaram dois tanques de guerra nos jardins da casa de Tobias Barreto normalizando as atividades escolares. Em resposta os estudantes ocuparam a Escola de Engenharia, cuja Congregação não foi tão solícita com as medidas do Governo Federal. O posterior afastamento do diretor da FDR e do Reitor da UFRPE⁵³, a anistia dos grevistas e o comprometimento público do reitor João Alfredo em promover uma ampla reforma estrutural e pedagógica da UR foram os resultados mais significativos da greve. A criação do novo Estatuto da UR participa desta movimentação como podemos observar no trabalho “O processo de organicidade e de integração da Universidade do Recife”, publicado pelo reitor João Alfredo na revista Tempo Brasileiro de 1963:

Em começos de 1961, organizamos a “a comissão de Reforma Universitária”, integrada por sete professores e cinco estudantes, destinada a sugerir medidas concernentes aos problemas que reclamavam revisão da estrutura perdurante. Esta Comissão, a quem se deve o projeto do novo Estatuto da Universidade do Recife e do Regimento Geral, continua trabalhando de acordo com a determinante da sua criação: oferecer sugestões que se situem na área da competência da Universidade e sugestões a serem encaminhadas ao Ministério da Educação, Ciência e Cultura. (ALFRDO, 1964, p. 108).

A Comissão atendia aos imperativos do Conselho Federal de Educação (CFE) e estava confiada à direção do vice-Reitor Newton Maia. Esta foi a resposta imediata do Conselho Universitário, mas o Reitor daria sua resposta “pessoal” aos apelos dos estudantes grevistas, ao inaugurar em janeiro de 1962, nos fundos da Reitoria, o Serviço de Extensão Cultural da UR.

Se o reitor João Alfredo viabilizou a criação do Serviço de Extensão, em sintonia com a conjuntura política da época, o grande arquiteto dos projetos que nortearam a criação deste novo espaço universitário foi certamente o educador Paulo Freire. Os idealizadores do SEC/UR consideravam os “objetivos primordiais da Universidade” a “formação da cultura”, a “propagação do ensino e do esclarecimento público”, bem como, a “efetiva participação da UR no esforço de soerguimento regional [...] proporcionando constante integração de professores e alunos na comunidade” (Boletim de atividade do SEC, 1962, nº 1 p. 5). O SEC/UR estava diretamente subordinado à reitoria e passou a funcionar com base nos seguintes objetivos:

⁵³ Manoel Rodrigues Filho

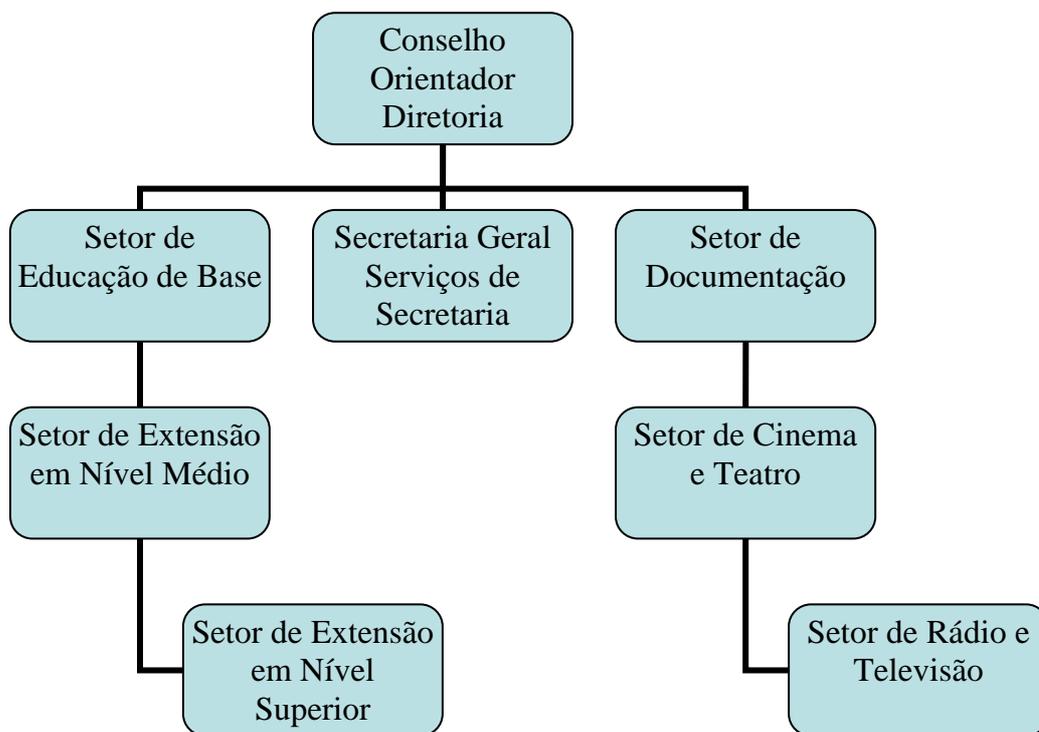
- a) “promover a difusão cultural, levando a Universidade a agir junto ao povo, através dos meios de divulgação a seu alcance;”
- b) “contribuir, por meio de publicações, cursos, palestras, informes de interesse científicos e outras realizações culturais para o desenvolvimento da cultura e da mentalidade regionais;”
- c) “realizar, na Universidade e fora dela, cursos de extensão e seminários, visando sobretudo ao estudo da realidade e cultura brasileira e dos problemas da região;”
- d) “Procurar divulgar amplamente os trabalhos e as realizações da Universidade do Recife, proporcionando um maior conhecimento de sua natureza e de seus objetivos” (ALFREDO in Boletim de atividade do SEC, 1962, nº 1, p. 5-6).

Como podemos ver as potencialidades do SEC/UR estavam alicerçadas em um amplo projeto de reforma universitária que atendia às reivindicações políticas dos setores progressistas da comunidade escolar, sobretudo, do movimento estudantil e dos poucos docentes simpatizantes destes. Por estes anos o movimento docente era incipiente, talvez por força da inexistência da dedicação exclusiva ou mesmo pelo habitus político-pedagógico tradicional da maioria dos professores do ensino superior. Ainda que organizações fundadas nos anos 1950, como a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) promovessem a pesquisa e formação docente, a predominância técnico-científica destas instituições não ensejava espaços para modalidades de reivindicação social ou política dos seus quadros (CUNHA, 2007). Daí a pesquisadora Vanilda Paiva encontrar rastros de um léxico comum entre os textos sobre reforma universitária produzido pelos estudantes e as pesquisas realizadas na época por Paulo Freire (PAIVA, 1980). Na prática, Paulo Freire não se apropria do jargão estudantil por uma mera postura ideológica populista ou nacional-desenvolvimentista. Colocava-se em seus fazeres educacionais a disposição da categoria (estudantil) que havia inserido no pleito das reformas de base as reivindicações que compunham um (im)possível projeto de reforma universitária.

O SEC/UR deu uma nova dinâmica escolar a UR através da prática educacional extensiva⁵⁴. Pela primeira vez no Brasil o exercício da extensão universitária rompia

⁵⁴ Paulo Freire e o reitor João Alfredo costumavam falar de “extensão popular”. Os limites do conceito de “extensão” seriam questionados por Paulo Freire em trabalho posterior intitulado “Extensão ou

com a mera realização de cursos isolados, assumindo uma estrutura funcional própria e um amplo programa de atividades, que inclusive pesquisava e formava, integrando técnicos, professores, alunos e público extra-universitário. Como o SEC/UR estava subordinado ao Regimento Interno da Reitoria, Paulo Freire e sua equipe tiveram autonomia para planejar suas ações e definir seu próprio organograma, como podemos observar abaixo:



(Boletim de atividades do SEC, 1962, nº 1, p. 7)

Os agentes dos setores educacionais ficaram encarregados de desenvolver os projetos de educação de base - depois Sistema Paulo Freire de Educação -, de realizar os cursos de extensão para o público universitário ou não, e de fomentar pesquisas tendo como objetivo a realidade e a cultura brasileira. O Setor de documentação se desdobrava entre os trabalhos de arquivo da UR e a comunicação social universitária: sua primeira empreitada objetivava levantar, quantificar e arquivar “todo acervo de realizações [...] seus cursos regulares, seus cursos de extensão, suas experiências, suas pesquisas” (Boletim de atividades do SEC, 1962, nº 1, p. 10). Com apoio do Serviço Central de Bibliotecas, também colocaram em execução o projeto de “informação bibliográfica

Comunicação?” (*extensión ou comunicación?* publicado em 1969, no Chile). Há uma tendência crescente em se retomar o termo “extensão popular”, tal qual correlato da categoria-conceitual de “comunicação” apresentada por Freire em 1969 (UYDENBOEK, 2004/2009).

em consonância com a mudança que Freire sugeria do conceito de “extensão” pelo de “comunicação”.

constante e sistemática” (Boletim de atividades do SEC, 1962, nº 1, p. 10), rastreando as produções intelectuais locais e das demais universidades do país e do mundo. Cabia ainda ao setor de documentação, apoiado pela Divisão Pessoal e pelo Serviço de Patrimônio, manter o Reitor informado do funcionamento de todas as unidades universitárias através de catálogos e relatórios anuais. O Setor de rádio e televisão desenvolveu os projetos de Rádio e da TV universitária. A Rádio Universidade passou a funcionar, operando com 880 quilociclos e em caráter experimental, em setembro de 1962, firmando-se definitivamente no ano seguinte. José Laurenio estava à frente desta empreitada. O projeto de TV universitária não teve o seu José Laurenio, não recebendo o fomento financeiro e técnico necessário para sair do papel. A TV Universitária apenas ganharia o capital adequado durante o reitorado do jurista Murilo Guimarães nos primeiros anos da ditadura militar. Por fim, o setor de Cinema e Teatro, deveria incentivar o teatro universitário⁵⁵ e desenvolver ações congregadas ao centro de estudos cinematográficos da Faculdade de Arquitetura (este animado pelo professor Evaldo Coutinho).

Talvez os leitores estejam se perguntando onde a revista Estudos Universitários entraria nesta história. Na verdade, o periódico passaria a circular a partir de agosto de 1962, auxiliada por todos os setores da extensão cultural sem estar a nenhum deles subordinado. Nos próprios discursos do reitor João Alfredo (1964), a revista de cultura da UR aparece com autonomia em relação às demais atividades. Esta posição privilegiada traduzia a autonomia de produção editorial do qual gozava o secretário da revista Luiz Costa Lima. Todos colaboravam como podiam para realização do periódico: Orlando da Costa Ferreira usando suas competências para dar um designer sóbrio e sofisticado; Gastão de Holanda, José Laurenio e Sebastião Uchoa Leite apoiando os fazeres editoriais e os demais sintetizando textualmente os debates e as leituras nos quais estavam mergulhados no calor das vivências intelectuais. Liberdade de produção que despertou a fúria das famílias letradas mais tradicionais do Recife, bem como alguns segmentos de orientação militante da esquerda comunista.

O lançamento da revista Estudos Universitários, bem como o nome do seu secretário, já era anunciada no primeiro Boletim de atividades do SEC/UR (1962), onde figuram igualmente os nomes dos

⁵⁵ As informações que aqui seguem foram encontradas nos boletins de atividades produzidos pelo SEC com a finalidade de colocar em prática, a partir do próprio Serviço, a política de documentação e registro da história da UR.

colaboradores iniciais do Serviço de Extensão. Fazia parte da equipe de redação deste periódico os mestres da tipografia amadora Orlando da Costa Ferreira e José Laurenio, o estudante de Direito Juracy Andrade, o professor de Ciências Políticas Roberto Cavalcanti de Albuquerque, o educador Paulo Pacheco, o mecanógrafo Severino Vieira e o próprio Paulo Freire (1962). Este, para coordenar o SEC/UR, precisou se afastar das funções que ocupava no Movimento de Cultura Popular, sem com isto encerrar os trabalhos de Educação de Adultos que estava desenvolvendo. Mesmo com o gradativo distanciamento, Freire ainda gozava de grande influência e amizade com os membros do MCP. Com exceção de Paulo Rosas, que estava envolvido também com a criação do Instituto de Ciências do Homem na UR (MAIOR, 2005), a maioria dos colaboradores de Freire no MCP terminaram o seguindo rumo ao Serviço inaugurado pelo reitor João Alfredo. É preciso ressaltar que a crescente politização partidária do MCP, por influência do Partido Comunista Brasileiro, havia tornado mais segmentado o ambiente de trabalho. De acordo com Flávio Brayner, duas principais tendências constituíam o MCP na época: os católicos progressistas os comunistas. No geral as duas tendências não significavam uma cisão absoluta, apesar das disputas políticas pelos espaços de produção terem tornado as tomadas de decisão mais difíceis. A própria estrutura interna do MCP não favorecia a atuação dos futuros membros do SEC, o *sectarismo* da militância político-partidária, criava um clima de disputa interna onde o círculo católico de Freire era visto como adversário em potencial aos interesses do PCB, como nos relata a historiadora Socorro Ferraz:

Todo aquele grupo católico era anticomunista; não nos limites da coisa, mais de forma mais ampla. Era possível até (para eles) trabalhar com os comunistas, mas no momento de disputar uma direção, no momento de discutir uma tese, então aquilo era meio emperrado, era uma luta mesmo ideológica. (FERRAZ in BRAYNER, 1987, p. 205).

No final das contas, novas oportunidades afastaram aos poucos Paulo Freire daquela instituição, não que estivesse a fugir da contenda, mas o convite para criar e liderar o SEC/UR significava na prática uma promoção profissional na medida em que sua pesquisa educacional ascendia ao fomento do Governo Federal e internacional (UR/MEC/SUDENE/IPHAN/USAID). Por outro lado, o ambiente de trabalho também era outro. O Serviço de Extensão ensejava um espaço autônomo e com apoio técnico especializado único, sobretudo, se comparado com a ambiência do MCP, onde precisavam contornar corriqueiramente as dificuldades de lidar com agentes de

orientação político-educacional dirigista. Não podemos ignorar, principalmente, a legitimidade intelectual e científica que ganha o projeto educacional de Paulo Freire e seus colaboradores a partir do momento em que deixa de ser desenvolvido em âmbito municipal e passa a ser amparado pela instituição universitária e suas insígnias de universalidade e cientificidade. Antes de ser um caso de recurso financeiro ou de ambiência, trata-se, sobretudo, de um caso de distinção e capital cultural. Não que as idéias pedagógicas de Freire não fossem inovadoras ou a ampliação orçamentária do projeto de pesquisa seja analiticamente descartável, mas encontrariam dificuldades maiores se não estivessem à sombra do brasão da UR do *virtus impavida*.

Como já afirmamos, quando Paulo Freire abdica da secretaria que ocupava no MCP para coordenar o SEC/UR, parte de seus antigos colaboradores realizam o mesmo movimento. A equipe do Serviço de Extensão Cultural da UR é então montada com a participação desta tendência católica do qual fazia parte Jarbas Maciel, Juracy Andrade, Anita Paes Barreto, Padre jesuíta Paulo Menezes e o Padre secular Almeri Bezerra⁵⁶. A equipe contou também com o apoio imprescindível das professoras que pesquisavam com Paulo Freire a educação de jovens e adultos desde o final dos anos 1950, como a própria esposa do educador, Elza Freire, Dulce Chacon, Judite Ribeiro⁵⁷, acrescidas depois por Maria Adozinda Monteiro Costa, Astrogilda de Carvalho Paes de Andrade, Dulce Campos e Aurenice Cardoso.

Os católicos progressistas e as professoras ocuparam o setor de educação de base⁵⁸. Para ocupar os demais setores extensivos, Paulo Freire convidou os antigos tipógrafos amadores, já então professores da EBAP e da Faculdade de Biblioteconomia, bem como os infantes críticos da cultura (principalmente cinema e literatura) e da realidade brasileira, que naqueles anos, lecionavam na FAFIPE, na UNICAP, na Faculdade de Ciências Econômicas e outras unidades. Com este perfil multifacetado, ou “heterodoxo” como costumavam chamar na época, Freire organizou a equipe do Serviço de Extensão Cultural da UR, do qual faziam parte: professores, técnicos (o técnico de

⁵⁶ Paulo Pacheco acompanha este movimento embora estivesse mais para o PCB do que para a mobilização político-social católica.

⁵⁷ Estas professoras foram co-autoras, juntamente com o estudante José Augusto de Souza Peres e Paulo Freire, do trabalho “A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”, apresentado em 1958, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos e Adolescentes. Trabalho no qual estão sintetizados alguns dos elementos básicos do método de alfabetização de adultos Paulo Freire (CORTEZ, 2008, p. 17).

⁵⁸ Este quadro mudou quando em 1963, o Sistema Paulo Freire de Educação ganhou repercussão nacional. A demanda por cursos ou conferências que instruísem ou capacitassem para o sistema terminou demandando que a maioria dos membros do SEC/UR se envolvessem com o setor educacional de base (Boletim do SEC/UR, 1964).

som Hugo Martins e o mecanógrafo Severino Vieira), estudantes (como Marcius Cortez e Francisco Bandeira de Mello), visitantes (Pierre Fürter), padres, ateus, poetas, pesquisadores, artistas:

Entre os nossos parceiros de trabalho, tínhamos fervorosos católicos e ateus empedernidos. Gente mais à esquerda, outros bastante céticos e outros, mesmo que disfarçando, com o pezinho na direita. Na época, começo da década dos sessenta, circulava um termo interessante, heterodoxia. (CORTEZ, 2008, p. 13)

O reitor João Alfredo deu liberdade para que Paulo Freire arregimentasse os colaboradores, criasse os objetivos, os programas e as ações do Serviço de Extensão Cultural. O elo direto com a reitoria (que poderia funcionar como um dispositivo autoritário) assegurava a autonomia de funcionamento de um projeto extensionista de reforma universitária e democratização da cultura que em outra instância deliberativa encontraria sérias dificuldades de realização.

Por outro lado, desde que Paulo Freire perdera a Cátedra de Filosofia e História da Educação, na EBAP, o reitor João Alfredo vinha se empenhando em criar um espaço de ação cultural dentro da Universidade, o qual Freire já havia enunciado em seu estudo sobre o reitorado de João Alfredo (1961). Não podemos ignorar que o infortúnio acelerou o magnífico ensejo para criação do espaço autônomo de produção, onde Freire pudesse dar continuidade a seus experimentos no âmbito da educação popular e da extensão universitária. Já comentamos detalhes das movimentações que antecedem a criação do SEC/UR em outra ocasião, quando dizíamos:

Ao que parece, as reivindicações estudantis e os imperativos do CFE contribuíram para a nova alocação de Freire. Ainda no ano de 1961, o Reitor, juntamente a Paulo Freire e a alguns intelectuais progressistas da cidade, redigiu um esboço do que viria a ser o projeto do *Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife* (SEC/UR) protoforma do que vem a ser hoje a Pró-Reitoria de Extensão. Assim começava a se consolidar a primeira experiência de extensão universitária no Brasil. (VERAS e MENDONÇA, 2009, p. 14-15).

É importante acrescentar que o SEC/UR foi a primeira experiência sistemática de extensão universitária no Brasil, tendo em vista que os cursos avulsos já existiam de longa data.

A curta duração de vida do SEC/UR (pouco mais de dois anos) foi de grande intensidade e dinamismo. Para atender aos interesses do setor educacional superior,

criaram inicialmente um grupo de estudos interdisciplinar “com a finalidade de compreender [...] a realidade brasileira e de seus problemas regionais”⁵⁹ (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 1, p. 11). Os cursos de extensão sobre cultura e realidade brasileira, bem como a formação sócio-política dos bolsistas estrangeiros⁶⁰, estavam afinados à produção do grupo. Ao setor de extensão em nível médio cabia desenvolver os cursos propedêuticos e os cursos de formação política para os jovens pré-universitários, “proporcionando assim uma visão do seu empenho em integrar-se cada vez mais no processo de desenvolvimento do Nordeste e do País” (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 1, p. 12). As estratégias de ensino propedêutico recorriam a recursos didáticos tradicionais e tecnológicos, com projetos inclusivos, voltados para cidadãos adultos empregados no setor terciário:

este será na verdade um dos mais importantes empenhos do Serviço de Extensão Cultural – o de assistir culturalmente camadas de nossa população a quem não foi possível um contato com os cursos universitários. A Universidade tem uma dívida com elas. É urgente pagá-la. (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 1, p. 12)

A ideia era que os grupos adquirissem, gradativamente, organicidade e autonomia, passando a fomentar o debate público em suas devidas comunidades:

Com uma educação corajosa, sem preconceitos, que respeite a pessoa humana, por isso mesmo dialogal e jamais assistencializadora. O SEC não imporá fórmulas. Não dará receitas: discutirá problemas. Preocupa-o muito mais a formação e o desenvolvimento de disposições mentais críticas. (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 1, p. 12-13)

O Setor de Educação Básica deveria se dedicar à educação de jovens e adultos, sobretudo fomentar o método Paulo Freire de alfabetização e criar canais de conexão com o Movimento de Cultura Popular. Como veremos um pouco mais à frente, o Setor de Educação Básica, após os bem sucedidos círculos de cultura da Várzea e da cidade de Angicos, se tornaria o fulcro dos debates e das ações do SEC/UR no ano de 1963.

Os principais cursos de extensão oferecidos pelos SEC/UR eram, pois: “Realidade Brasileira” e o que viria a ser “Sistema Paulo Freire de Educação”. Este primeiro foi desenvolvido sob fortes influências dos cursos do Iseb e do “Simpósio

⁵⁹ Os resultados não de todo sistemáticos deste grupo de estudos estão publicados na revista Estudos Universitários.

⁶⁰ Esta função também era apoiada pelo Centro de Estudos Internacionais, criado em 1962 juntamente com o SEC, e colocado sob a coordenação de Vamireh Chacon.

sobre a cultura brasileira e o processo de desenvolvimento econômico”, realizado em 1962 pelo Instituto de Ciência Política e Pesquisas Sociais (com colaboração do SEC/UR), anexo à Cátedra de Ciência Política da FAFIPE (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 1). O evento foi organizado por um dos diretores do referido instituto, o catedrático de Ciência Política Gláucio Veiga, que prefaciou o certame com a palestra “Conceito de Subdesenvolvimento”⁶¹.

No primeiro semestre de 1962 a equipe do professor Paulo Freire organizou os dois primeiros cursos de extensão promovidos apenas pelo SEC/UR. Um deles se chamava “Curso sobre Educação no Meio Rural” e foi ministrado “a convite da diretoria do Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica, da Universidade Rural de Pernambuco” (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 2, p. 18). A atividade era dirigida a professores e a alunos das últimas séries. A equipe do SEC/UR se colocava preocupada em “situar a educação no quadro das realidades sócio-culturais [...]. Empreendendo, assim, análise crítica do processo de formação da sociedade brasileira” (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 2, 18). Com três aulas semanais, as atividades prolongaram por todo mês de maio, seguindo um programa baseado nos conceitos aprimorados por Freire no “Educação como prática da Liberdade”⁶². Ainda no mesmo mês o SEC/UR iniciou um novo curso de extensão: “A responsabilidade do Estudante em face do atual movimento brasileiro”. As aulas eram ministradas duas vezes por semana na Rua Gervásio Pires, no auditório do SEC/UR. O público alvo era um grupo de trinta e cinco estudantes secundaristas recifenses (sobretudo do 2º ciclo). A introdução e o primeiro módulo do curso eram basicamente os mesmos daquele oferecido em maio na Universidade Rural. O segundo módulo estava dividido em três unidades (III, IV e V) com conteúdos e objetivos dirigidos à comunidade estudantil e

⁶¹ As demais exposições e seus respectivos expositores foram: “A Educação Nacional e o Desenvolvimento Econômico”, professor Newton Sucupira; “Universidade e Desenvolvimento”, professor Paulo Freire; “Economia e Humanismo: o Desenvolvimento Econômico”, professor Antônio Baltar; “Imperialismo e Países Subdesenvolvidos”, professor Paulo Cavalcanti; “Ensino Industrial e Subdesenvolvimento”, professor Nelson Saldanha; “As instituições Políticas dos Países Subdesenvolvidos”, professor A. C. Palhares Mareira Reis; “‘Rerum Novarum’ e o Desenvolvimento Econômico”, professor Nilo Pereira; “Geografia e Subdesenvolvimento”, professor Mário Lacerda (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 1).

⁶² O curso seguiu o seguinte programa: Unidade I – O homem e sua circunstância; Sua “posição fundamental”; O homem e o “bruto”; O domínio da história e da Cultura; O conceito de cultura; Unidade II – A Sociedade brasileira, uma sociedade em trânsito; O ponto de partida do Tânsito; A “Sociedade Fechada”, características; O momento atual de trânsito; Suas contradições; Unidade III – O meio rural, seu “fechamento”, a consciência preponderante intransitiva e a “inapetência educativa”; Os centros urbanos, sua “abertura”, a consciência preponderante transitiva e a “apetência educativa”; Unidade IV – Conceito de Educação – Sua organicidade – Sua instrumentalidade; A educação no meio Rural; A educação no meio urbano.

seus problemas específicos⁶³. Cabe ressaltar que esta modalidade de ação permanecia inconcebível na grande maioria das universidades brasileiras:

Um curso dessa natureza para estudantes secundários poderá surpreender. Visa, o mesmo, porém, antes suscitar problemas do que apresentar soluções ou teorizações mais amplas. Apresentados de maneira simples (mas não esquemática), aberta à crítica, tem despertado grande interesse, manifestado em discussões e debates que revelam ótimo grau de receptividade e de assimilação. O que nos levou a programar, para o mês de julho, curso semelhante, aberto aos estudantes secundários em geral, a partir da 4ª série do 1º ciclo, o que terá caráter mais intensivo. (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 2, p. 21)

O interesse local pelo Serviço logo se transformou em febre nacional. A começar pela visita da UNE Volante em abril de 1962⁶⁴, encontro que inaugurava um intenso fluxo apenas interrompido pelo Golpe Militar. Esta primeira caravana era basicamente composta por militantes do movimento estudantil e produtores culturais do Centro Popular de Cultura (CPC), como o cineasta Eduardo Coutinho. No mesmo ano, o jovem cineasta, impressionado com os conflitos em torno das ligas camponesas, começaria a pré-produção do filme “Cabra marcado para morrer”, no qual narraria a trajetória de vida do líder camponês da liga de Sapé (Paraíba), João Pedro Teixeira, brutalmente assassinado por policiais a mando de fazendeiros, apenas duas semanas antes da chegada da caravana da UNE. Em 1963, época em que o produtor gráfico da Estudos Universitários Orlando da Costa Ferreira estava a frente do Caderno Literário do Jornal do Commercio, Eduardo Coutinho publicou um artigo no JC intitulado “Nordeste sem exotismo”, no qual apresenta o Cinema Novo e critica o “folclorismo” dos cineastas que tentaram fotografar o Nordeste. Adiante, filiando sua futura película ao olhar crítico deste novo movimento:

É com esta perspectiva que estamos no Recife preparando um filme de longa metragem sobre o problema agrário. A oportunidade de tema é evidente não

⁶³ Na unidade de número III, foram trabalhados conteúdos referentes à formação econômica do Brasil: os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, a desigualdade social e econômica e, sobretudo, regional, com ênfase no Nordeste do Brasil. Assim introduziam a unidade IV, na qual apresentavam a categoria conceitual de “momento atual de trânsito brasileiro” em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. O programa da unidade V, estava centrado na responsabilidade dos estudantes no processo de transitividade da sociedade brasileira, a partir da inserção na realidade, da formação política, das reivindicações pelas reformas de base e da participação nas organizações estudantis (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 2).

⁶⁴ Os integrantes da UNE volante aproveitaram a oportunidade para fazer uma entrevista com o reitor João Alfredo e uma reunião na qual discutiram as finalidades, o programa e as razões que orientam o SEC (1962, nº 1, p. 21).

só para o Brasil como para a América Latina em geral, mais ainda se considerarmos que em todo o continente, até hoje, nada se fez sobre o assunto.

Não havendo condições de rentabilidade para um documentário, optamos por um filme de ficção documental. Ao invés de elaborar uma história mais ou menos verossímil, preferimos partir de um fato real, qual seja a vida de João Pedro Teixeira, líder camponês de Sapé. Em sua vida e em sua morte, tínhamos todos os elementos para mostrar o despertar do homem do campo. Procuramos eliminar do roteiro todo o aspecto panfletário e demagógico, toda referencia pessoal ao latifúndio, deixando as imagens falar por si só[...] Na medida do possível não serão utilizados interpretes profissionais, mas os próprios camponeses [...] Cabra Marcado para morrer – esse o nome do filme – procura assim evitar todo exotismo [...] Sua importância virá não só destas características como por se tratar de uma produção de movimento de Cultura Popular, que contribuirá para tornar Recife, em pouco tempo, um centro cinematográfico importante.” (JC – 25 de agosto de 1963, 2º caderno, p. 3)⁶⁵.

Nunca é demais ressaltar que enquanto os estudantes e os agentes da mobilização educacional do qual fazia parte o SEC/UR davam uma nova dinâmica à cidade do Recife e suas instituições educacionais, culturais e intelectuais, no interior do estado o sindicalismo rural também questionava as relações de trabalho no campo. Esta modalidade de organização e reivindicação trabalhista, consolidada no final dos anos 1950, vez por outra transforma a cidade do Recife em palco de suas manifestações públicas, enchendo de pavor a classe média e a burguesia urbana e “contribuindo vivamente para dar à cidade esse seu quê de arisca” (TEIXEIRA, 2007, p. 61)⁶⁶. Na época, o Movimento de Educação de Base da Igreja Católica tentava consolidar sua influência no meio rural através das aulas radiofônicas. Técnica que seria apropriada pelo SEC/UR e pelo MCP através da Rádio Universidade.

Ainda em agosto de 1962, o SEC organizou em parceria com a Embaixada da França no Brasil o curso “Contribuições Francesas à Cultura Moderna”, realizado nos auditórios da FAFIPE (à tarde) e da EBAP (à noite). Os estudantes e professores

⁶⁵“Produzido pelo CPC da UNE e pelo Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, o MCP, o filme seria realizado nos próprios locais e com os participantes reais da história, Elizabete (esposa de João Pedro) e seus filhos viveriam seus próprios papéis” (COUTINHO, 1984). As filmagens foram interrompidas inicialmente por conflitos entre policias e jagunços dos fazendeiros contra os camponeses em janeiro de 1964 (11 camponeses foram assassinados durante o conflito). As filmagens prosseguiram no Engenho Galiléia, sofrendo nova interrupção violenta com o advento do regime militar (COUTINHO, 1984). Por muito pouco Eduardo Coutinho não foi preso pelos militares do 4º exercito (CORTEZ, 2008). Tendo recuperado parte das películas Coutinho retoma as filmagens, após a anistia política, desta vez, saindo à procura da família de João Pedro, dispersada pela repressão militar.

⁶⁶Uma nota publicada no Jornal do Brasil por coação da greve dos estudantes da FDR em junho de 1961 nos dar um indício desta produção de medo nas vésperas do golpe. A nota segue conforme foi replicada por Ana Maria César: “Aqui, no Rio de Janeiro e em outras capitais, esperava-se a qualquer momento a notícia de que o deputado Francisco Julião, à frente das Ligas Camponesas, marcharia sobre a capital de Pernambuco e de que lá se instalaria o primeiro *soviète* do Nordeste” (in CÉSAR, 2009, p.109). Sobre a produção de medo nos anos 1950-60 consultar o ensaio *Labirintos do medo* (MONTENEGRO, 2010).

tiveram a oportunidade de lidar com temas como o existencialismo, a literatura, a crítica, o teatro e as artes plásticas francesas⁶⁷ (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 3).

Os outros cursos e seminários oferecidos pelo SEC/UR no ano de 1962 foram: 1 - “introdução ao estudo da civilização brasileira”⁶⁸; 2 - “Em colaboração com a União dos Estudantes de Pernambuco [...] **Realidade brasileira** [...] professores Paulo Freire, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Juracy Andrade, Luiz Costa Lima e Jomard Muniz de Brito” (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 3, p. 21-22; grifos nossos); 3 - “**Desenvolvimento econômico**, a cargo do prof. Antônio Baltar” e “**Literatura infanto-juvenil**, com o prof. Paulo Rosas” (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 3 p. 21; 1962, nº 4, p. 16; grifos nossos); 4 - o seminário “Problemas brasileiros”, em Campina Grande: “aulas pelos profs. Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Luiz Costa Lima [...] ‘Brasil como uma Civilização em Desenvolvimento’ e ‘O Brasil como uma Cultura em Processo de Desalienação’” (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 4 p. 14); 5 - “Atualidade Brasileira”, aos sábados, para estudantes da Paraíba (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 4 p. 14-15); 6 - “Universidade e realidade brasileira, com os professores norte-americanos A. O. Haller, do Departamento de Antropologia e Psicologia Social da Universidade Estadual do Michigan e F. Fliegel, sociólogo e economista rural da Universidade Estadual da Pensilvânia, EUA”, em dezembro (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 4 p. 15)⁶⁹.

Decerto trabalharam duramente todos os meses do ano de 1962, desdobrando-se entre os cursos de extensão e as visitas a outras universidades brasileiras (sobretudo, a

⁶⁷Muitas inscrições para um período de greve estudantil e maioria feminina. O programa de aulas ministrado foi o seguinte: a) Filosofia e Literatura: 1. Tendência do pensamento contemporâneo (“professor Georges Matoré, diretor dos Cursos de Civilização Francesa da Sorbonne”); 2. Jean-Paul Sartre (professor Jean Beaulieu, “Agregé de 1º Université”); 3. Albert Camus (prof. Beaulieu); 4. Existencialismo e humanismo (“seminário com os 4 profs.”). b) Romance e Poesia: 1. O novo romance (professor Paul Ginestier, da Universidade de Hull [...] Inglaterra”); 2. Linguagem e poesia; 3. Baudelaire; 4. Comentário de um texto poético (ministrados pelo “professor Pierre Guiraud, da Universidade Greningen [...] Holanda”); c) Teatro e crítica: 1. O teatro de Ionesco; 2. Problemas de direção; 3. Tendências da crítica (ambos por Jean Beaulieu). d) Pintura moderna: 1. As origens da pintura contemporânea; 2. Os problemas da pintura contemporânea (ambos por Georges Matoré). (Boletim de atividades do SEC, 1962, nº 3, p. 13).

⁶⁸ O curso era destinado ao não raro público estrangeiro, sendo ministrado em inglês e francês sob a coordenação do sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 3).

⁶⁹Um longo artigo intitulado “Atividades do Serviço de Extensão Cultural foram muitas em 1962” resume boa parte das atividades realizadas pelo SEC ao longo do ano, através das palavras do Reitor João Alfredo. O documento nos permite perceber alguns setores burocráticos que dialogam com o Serviço: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Inspeção Seccional do Recife, Universidades de todo Brasil e internacionais (JC – 30 de dezembro de 1962, p. 03).

recém criada Universidade de Brasília) para promover a extensão cultural. No âmbito dos cursos há uma boa dose de interdisciplinaridade, mas no ano seguinte o *frisson* seria mesmo o Sistema Paulo Freire de Educação. Os membros do SEC/UR trabalharam todo ano de 1963 na tentativa de suprir esta demanda. Neste momento novos quadros começam a ganhar distinção e novos colaboradores ajudaram a manter os trabalhos em dia, enquanto outros auxiliavam à distância: Paulo Rosas, Claudio Souto, João Alexandre Barbosa, o correspondente da Estudos Universitários na Espanha e na Guanabara, Angel Crespo e Eduardo Portella, professores do recém criado Centro de Estudos Internacionais da UR (Boletim de atividades do SEC/UR, 1962, nº 2, p. 13; 1962, nº 3; 1962, nº 4 p. 24).

Antes da criação do SEC/UR, as coisas haviam ganhado velocidade quando em 1960, em plena euforia da gestão do Prefeito Miguel Arraes de Alencar pela Frente do Recife, Paulo Freire assumiu a direção da Divisão de Pesquisa e da Coordenação do Projeto de Educação de Adultos do MCP (ROSAS, 2003). Nesta ocasião, o método Paulo Freire de Alfabetização foi esboçado ou, talvez, ensaiado pela primeira vez, no Centro de Cultura Dona Olegarina (Olegarina) subúrbio do Recife, Poço da Panela (ROSAS, 2003; CORTEZ, 2008). Dizemos esboço não só pela cartilha ter sido utilizada como recurso didático básico do processo de alfabetização, mas porque a documentação produzida pelo SEC/UR (dos boletins à sofisticada revista Estudos Universitários) nos dá um indício de que a sistematização do método Paulo Freire foi fruto das experiências múltiplas dos anos em que estava à frente do Serviço de Extensão. O método, como técnica ou plano, já existia na “prática”, mas apenas ganha forma de expressão científica e acadêmica de sistema - tal qual conjuntos de técnicas e procedimentos inter-relacionáveis urdidos por uma fundamentação pedagógica - com o trabalho de pesquisa e divulgação realizado por Freire e seus interlocutores do SEC/UR. São justamente estas formas que permitiriam ao método ganhar corpo ou verniz científico, angariando a institucionalização nacional em 1963, sob o Programa Nacional de Alfabetização.

A relação entre o SEC/UR e MCP teve seus conflitos, mas Paulo Freire sempre respeitou o trabalho educacional deste. A postura respeitosa apaziguava as rivalidades entre os participantes do SEC/UR e do MCP, e ampliava o diálogo daquele Serviço com o Movimento que para Freire estava “dinamizando um autêntico esforço neste campo. Sua experiência na esfera da educação de adultos não pode ser desprezada pela Universidade, particularmente pelo seu Serviço de Extensão Cultural” (FREIRE in Boletim de atividades do SEC, 1962, nº 1, p. 13).

Cabe sublinhar que Paulo Freire, como gestor de projetos educacionais do SESI e do MCP, bem como em suas funções de assessoria ao reitor João Alfredo, apreendeu o quanto era dispendioso sustentar projetos continuados de educação de jovens e adultos. Mesmo amparado pela força do voluntarismo de toda uma geração, os novos recursos e orientações didáticas do sistema Paulo Freire demandavam inicialmente um investimento financeiro considerável. Neste prisma, um dos primeiros encaminhamentos do SEC/UR foi realizar um “proveitoso encontro com a Sudene”, onde agentes dos setores de “educação de Base [...] discutiram projetos a serem desenvolvidos este ano pelo SEC e o modo como se poderia estabelecer uma estreita colaboração [...] em função do desenvolvimento social da região” (Boletim de atividades do SEC, 1962, nº.1, p. 20-21). Além do projeto em comum com Celso Furtado e sua equipe, saíram confiantes no potencial da Rádio Universidade junto aos programas de educação de base (como vinha mostrando o MEB). Com o mesmo intuito, visitaram Mauro Mota, diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e Gilberto Freyre, diretor regional do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos⁷⁰. Enquanto em 1962 a equipe Paulo Freire cuidava das atividades extensivas, o coordenador do SEC/UR prosseguia experimentando novas formas de alfabetização e conscientização:

Continua em andamento a experiência de alfabetização de adultos que vem sendo realizada pelo professor Paulo Freire no Movimento de Cultura Popular do Recife, auxiliado pelo universitário Carlos Augusto Nicéias e pela professora Elza Freire. **O método, eclético, se enquadra entre os ‘metodos modernos’, de classificação do professor Willian Gray. A alfabetização vem sendo feita a partir da experiência existencial dos grupos, em função de seu universo vocabular, que é levantado na primeira fase do experimento.** Trabalhados os vocábulos conhecidos, criam-se ‘situações’ que, plasticizadas, e incluindo gradativamente os **vocábulos geradores**, são apresentados aos alunos com a ajuda de **projeções**. **A experiência**, que será brevemente explanada em seus fundamentos e pormenores, está revelando resultados surpreendentes. Têm-se obtido leitura de textos simples e escrita de pequenos bilhetes, em trinta horas. **A experiência** prescinde de textos elaborados pelo professor, levando os alunos à redação dos mesmos. (Boletim de atividades do SEC, 1962, nº 3, p. 29, grifos nossos)

Este breve relato, da segunda metade de 1962, é uma peça muito importante, pois narra a etapa final da primeira experiência de alfabetização desenvolvida em parceria pelo

⁷⁰ A direção do INEP foi confiada por Anísio Teixeira a Gilberto Freyre, confiança que remetia à amizade dos tempos de Columbia e da Universidade do Brasil nos anos 1930. O SEC resenhou em seu boletim as pesquisas desenvolvidas pelo inep na época

MCP e SEC/UR. Nesta época, o MCP já havia optado pelo “Livro de leitura para adultos”, elaborado por Josina Godoy e Norma Coelho, mas as experiências freireana sobre as formas de aprender prosseguiram.

Após um ano de trabalho, o SEC/UR já gozava de grande distinção. A posição de destaque era fruto, principalmente, da extensão como iniciativa inovadora e das relações estabelecidas, já que o sistema Paulo Freire apenas angariaria reconhecimento nacional após os círculos de cultura de Angicos⁷¹. Diálogo institucional que somado às ações de extensão, à simpatia dos movimentos sociais e do movimento estudantil, bem como o crescente interesse da nascente Universidade de Brasília, consolidaram a confiança e o respeito das demais instituições de ensino superior do país e do próprio Governo Federal⁷². Como podemos observar as boas relações institucionais logo trouxeram bons resultados:

A universidade do Recife, através do Serviço de Extensão Cultural está colaborando no Plano de Emergência do Ministério da Educação e Cultura que visa a erradicar o analfabetismo em todo o Brasil. Sob a orientação do Prof. Paulo Freire e em colaboração com a União dos Estudantes de Pernambuco, o SEC preparou uma turma de cerca de quarenta universitários para a campanha de alfabetização. Por sua vez, esses universitários deverão alfabetizar aproximadamente oitocentos jovens desta capital, que tenham, preferencialmente, idade compreendida entre 14 e 18 anos. O Ministério da Educação e Cultura liberou a verba de um milhão de cruzeiros, destinada a equipar convenientemente o Serviço de Extensão Cultural com o material necessário para a campanha de alfabetização. (1962, nº 4, p. 14)

No início do ano de 1963, o SEC/UR foi convidado para promover um curso de alfabetização em Angicos (RN). O batismo de fogo do método Paulo Freire de educação seria financiado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, pelo Governo Federal e pela USAID (PAIVA, 1980; 1987; FERNANDES e TERRA, 1994). A USAID era uma instituição americana que financiava a Frente de Promoção Social (FPS), movimento educacional conservador que disputava a hegemonia política com o MCP no campo dos projetos sociais recifenses (BATISTA NETO, 1987; PAIVA, 1980; 1987; WEBER, 2007; BARBOSA, 2009). Ao aceitar os recursos da USAID Freire se

⁷¹ Estes contatos renderam ao SEC/UR o apoio institucional do MEC, da CAPES, do INEP, do IPHAN, do Governo do Estado de Pernambuco, da Inspeção Seccional do Recife, da Sudene.

⁷² Como podemos perceber pela visita do Ministro da Educação Oliveira Brito, que “percorrendo as instalações do SEC e inteirando-se de seus objetivos e planos [...] mostrou-se impressionado com a iniciativa que disse enquadrar-se dentro do novo espírito universitário que se procura instaurar no país” (Boletim de Atividades do SEC, 1962, nº 2, p. 29).

colocava em posição ambígua e desconfortável com as esquerdas. Esta posição delicada não intimidou o diretor do SEC/UR. Paulo Freire respondeu à desconfiança dos colegas e às expectativas reacionárias dos financiadores da empreitada na radicalidade dos círculos de cultura⁷³. Ainda fez questão de exigir duas condições de trabalho: autonomia de produção e a participação dos estudantes na experiência.

Para Vanilda Paiva o governador do Rio Grande do Norte e os americanos da USAID acreditavam que o enfoque democrático e humanista (com nuances cristãs) do método Paulo Freire seria um eficaz instrumento de combate aos movimentos educacionais de esquerda. Ledo engano. A experiência ganhou repercussão internacional. Nas vésperas do golpe, comunistas e católicos desejavam aplicar o, então, Sistema Paulo Freire (BRAYNER, 1987). Como os bem sucedidos círculos de cultura de Angicos, outros nove foram criados no bairro da Várzea e nos arredores da CDU. Com o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) o Governo Federal institucionalizou a aplicação do Sistema Paulo Freire num amplo programa a ser desenvolvido em todo território nacional⁷⁴. Um pouco antes havia sido criada a Comissão Nacional e Regional de Cultura Popular. Estas postas sob a direção de Paulo Freire e Jomard Muniz de Britto respectivamente. O PNA deveria trabalhar junto às duas Comissões para promover a alfabetização e a conscientização através de projetos sócio-culturais e de políticas públicas de fomento à cultura popular. Por esta época Paulo Freire e Jomard Muniz já

⁷³ As implicações filosóficas de Freire já aparecem nas experiências vividas nos círculos de cultura no início dos anos 1960. Na tarefa de alfabetizar o *coordenador de debates* invertia a lógica educacional tradicional onde o educador deposita o conhecimento no aluno. A aula discursiva era substituída pelo debate e pelo diálogo. Do antigo aluno emerge o *participante de grupo*, convidado a construir uma *programação compactada e reduzida em unidades de aprendizado* (FREIRE, 2007:111). Uma pesquisa em torno do *universo vocabular* da comunidade era sucedida pela discussão em torno do *conceito antropológico de cultura*. Era justamente através destas primeiras atividades que o *coordenador de debates* deveria entrar em contato com as *palavras-geradoras* para iniciar a alfabetização. As *palavras-geradoras* garantiam ao educador o contato com os conhecimentos prévios do *participante de grupo* “*vocábulo ligado à experiência existencial do grupo (...) revelava anseios, frustrações, descrenças, como também certos momentos estéticos do seu falar.*” (CORTEZ, 2007: 20). Era a dimensão política da palavra, em toda sua variação dialetal, que estava em questão. A cartilha já não era necessária. Através da educação de jovens e adultos, Freire operava uma crítica as concepções tradicionais da lingüística e do estruturalismo ao mostrar que os elementos semânticos, sintáticos e fonéticos (o sistema estruturado e estruturante sofria um deslocamento de seu centro de acordo com a experiência vivida por cada comunidade participante) não faziam sentido fora da pragmática e da política da vida dos *participantes de grupo*.

⁷⁴ Educadores da época ressaltam o aspecto arbitrário da institucionalização do sistema Paulo Freire de educação, tendo em vista os inúmeros projetos educacionais que existiam na época. Para receber o fomento do PNA, estes programas precisavam se adequar às técnicas e metodologias do educador pernambucano. Obviamente Paulo Freire acreditava estar imprimindo o que exista de mais novo na alfabetização e conscientização de adultos, mas não podemos ignorar a violência política da imposição do sistema por todo território nacional.

passavam maior parte do tempo em Brasília, envolvidos com as questões burocráticas e administrativas do Plano e da Comissão.

Em Recife, o padre Almeri Bezerra assumia a dianteira do SEC/UR. Foi nestas idas e vindas do coordenador do Serviço que esboçaram uma avaliação do ano de 1963 e traçaram o planejamento do ano de 1964. A proposta central era retomar os cursos de extensão a nível superior criando grupos volantes que divulgassem o sistema Paulo Freire e desse maior liberdade aos quadros permanentes do serviço⁷⁵. Sobre “equipe jovem do SEC” anunciavam:

Foi criado recentemente no SEC, a equipe volante, que se constitui de seis pessoas e que tem como principal objetivo formar coordenadores para a Campanha do Estado de Pernambuco, bem como todo Norte e Nordeste do país. Após um curso intensivo, tendo o prof. Jomard Muniz de Britto como responsável, essa equipe já se encontra em pronta atividade. Estando sob sua orientação atualmente três turmas de alfabetizadores. O pessoal que a compõe é de nível universitário (Boletim de atividades do SEC/UR, 1964, nº 5, s/p)

Com maior liberdade de produção, os quadros permanentes do SEC/UR podiam se dedicar à “preparação da segunda etapa” do sistema Paulo Freire, bem como organizar novos cursos de extensão, retomando temas permanentes como “Realidade Brasileira”. Este último Boletim (bem como o artigo publicado pelo Padre Paulo Gaspar na Estudos Universitários, v. 5) contradiz a suposição da pesquisadora Vanilda Paiva de que o sistema Paulo Freire não possuía propostas de continuidade após a alfabetização, supostamente entregando no final os círculos aos interesses ideológicos populistas e partidários (1987). Por outro lado, ao oferecer juntamente ao DCE/UR o curso “Tendências do pensamento atual”, construíam novos horizontes de atuação (“uma terceira via”) e debate intelectual para além da educação de jovens e adultos ao qual se viram obrigados a se dedicar por todo ano de 1963⁷⁶.

⁷⁵ Decisão reafirmada na reunião de 7 de janeiro de 1964, coordenada pelo secretário Pe. Almeri Bezerra: “É necessário que o trabalho de alfabetização seja distribuído ao máximo com a ‘equipe jovem’ do SEC (equipe volante, supervisores, etc) de modo que a equipe técnica se veja mais livre para os outros trabalhos. Todavia, se viu que a equipe técnica não pode estar sempre muito atenta aos programas e experiências de alfabetização segundo o sistema Paulo Freire, como também a substituição nos cursos de formação não pode ser feita imediata e totalmente. De qualquer modo é necessário que os compromissos que o SEC venha a assumir estejam dentro das possibilidades reais da equipe” (Boletim do SEC/UR, 1964, nº5, s/p).

⁷⁶ No boletim se encontram os resumos sobre cada autor debatido ao longo do curso. Os autores e seus debatedores foram: “Jarbas Maciel da equipe técnica do SEC (B. Russel); Jomard Muniz de Britto posto a disposição do SEC (T. Chardin, E Mounier); João Alexandre Barbosa, da Escola de Biblioteconomia e Documentação da UR (A. Camus); Sebastião Uchoa Leite, também da Escola de Biblioteconomia e da Rádio Universidade (K. Axelos); Pierre Fürter, do Liceu de Zurique, Suíça, convidado pelo reitor Dr. João Alfredo G. Costa Lima da UR para trabalhar no SEC (G. Lukács); Luiz Costa Lima, da Faculdade de

Neste último Boletim é apresentado o “Guia do Coordenador” (das ações de alfabetização e conscientização) produzido pela Equipe de metodologistas do SEC e a “Apresentação de Cartazes: roteiro de exposição para o sistema Paulo Freire” produzido por Jomard Muniz de Britto. Os dois trabalhos complementavam as reflexões publicadas na revista Estudos Universitários (nº 4 - esta rapidamente esgotada) e serviam como manual prático do sistema educacional. A bem dizer, a Estudos Universitários já se encontrava por esta época interdita pelo Conselho Universitário, por motivos os quais trataremos no próximo capítulo. O periódico interno supria assim uma demanda intelectual cujos setores mais conservadores da Universidade do Recife já haviam bloqueado a principal mídia de expressão. As críticas de Gilberto Freyre às ações extensivas fomentadas pelo reitor João Alfredo e Paulo Freire, acentuadas pelas polêmicas em torno da revista de cultura da UR e da Rádio Universidade, começavam a polarizar a opinião pública recifense. Neste clima de tensão, a equipe do professor Paulo Freire publica no caderno um registro das atividades do SEC em 1963 (Boletim de atividades, nº 5-6, 1964, s/p). Primeiramente, defendem a mudança que efetivaram a programação publicada no Boletim anterior (1962), o que justificam nos seguintes termos:

Em janeiro de 1963, a equipe se reunia para debater e planejar as atividades – logo após o plano feito, o Governo do Rio Grande do Norte chama Paulo Freire, para esse organizar uma campanha de alfabetização no município de Angicos, empregando o método por ele elaborado e testado em Recife, no Poço da Panela. O SEC solidifica o seu projeto de universidade popular, partindo agora, com os bons resultados de Angicos, da alfabetização propriamente dita. O plano do SEC para 1963, mesmo sem um caráter rígido se dissolve. A alfabetização não só foi um ponto de partida, mas um centro de interesse de toda a equipe do SEC. (Boletim de atividades, nº 5-6, 1964, s/p)

De acordo com o resumo, os dois primeiros meses de 1963 foram dedicados a formação de pessoal para os círculos de cultura de Angicos e as suas devidas instalações com toda assistência técnica e metodológica necessária (Boletim de atividades, nº 5-6, 1964, s/p). Em março e abril cursos de extensão foram oferecidos a nível universitário, secundário e livre⁷⁷. Durante a Semana Santa, a equipe Paulo Freire viaja ao Rio de Janeiro para

Filosofia de Pernambuco posto à disposição do SEC, ex-secretário da revista ‘Estudos Universitários’ (L. Goldman e W. Mills).” (Boletim de Atividades, nº 5-6, 1964, s/p).

⁷⁷ “Realidade Brasileira, Literatura Brasileira (Nível universitário); Tendências do Pensamento Atual, Língua Portuguesa e Realidade Brasileira (Livres de extensão); Atualidade Brasileira e Matemática (Nível secundarista). Já dentro da nova fase: cursos de formação de coordenadores em Recife para

ministrar aos estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro um curso intensivo sobre problemas da realidade brasileira. De volta ao Recife, iniciam em parceria com o Diretório Central dos Estudantes cursos para formação de coordenador de círculo de cultura. O intercâmbio universitário é intensificado: “Tem também início a série de viagens da equipe do SEC, convidada para expor e dar cursos de formação de coordenadores em vários estados do País, sendo Santa Catarina, o primeiro estado que foi visitado” (Boletim de atividades, nº 5-6, 1964, s/p). Em maio, os professores extensionistas da UR são novamente convidados pela PUC do Rio, desta vez, para promover a “Semana do Nordeste”⁷⁸. Marcius Cortez recorda que na época o método Paulo Freire de alfabetização já era alvo das difamações da mídia, mas, entretanto, não faltavam convites como o realizado pela PUC. Decerto, a “Semana do Nordeste” foi o mais marcante dos eventos que participaram, tanto pelas peculiaridades que o circulam como pelo debate que travaram com nomes da Intelligentsia nacional vinculados ao Iseb, momentos sobriamente recordados por Cortez:

Pegamos um avião da FAB, daqueles que a gente via no cinema, a transportar pára-quedistas. Os bancos nas laterais da aeronave eram de lata e o serviço de bordo caprichou num copinho de água, sem gelo [...] depois virou foclore Luizinho [Costa Lima] ter se deitado num desses bancos e dormido a ponto de roncar [...] O ciclo de palestras foi um sucesso. Tivemos muito debates, muitas discussões. As tendências se polarizaram, alguns tipos exageraram no radicalismos [...] apesar de eventuais discordâncias, no geral, as propostas de Paulo e equipe obtiveram o esperado reconhecimento. (CORTEZ, 2008, p. 31).

Afora as atividades acadêmicas, viveram festas memoráveis na cidade maravilhosa ao som do ainda pouco conhecido Jorge Ben e dos debates de Glauber Rocha e Jomard Muniz de Britto sobre o cinema e a cultura Brasileira. Apesar dos desacordos com os membros do Iseb, um momento para ficar na memória.

Em junho, o SEC/UR é convidado para planejar uma campanha de alfabetização em Sergipe, enquanto outra parte da equipe segue para Natal (RN) para capacitar coordenadores para os círculos de cultura nessa mesma capital. No mesmo período, o sistema Paulo Freire é apresentado em “diversos cursos de programação educacional da Sudene” (Boletim de atividades, nº 5-6, 1964, s/p). Em julho, o Governo Federal cria a Comissão Nacional e Regional de Cultura Popular. O intercâmbio inter-regional se

universitários promovido pela União de Estudantes de Pernambuco e para a Promoção Social do Governo do Estado” (Boletim de atividades, nº 5-6, 1964, s/p).

⁷⁸ 05 de maio de 1963

intensifica: “cursos dados pela equipe do SEC, sobre sistema de educação de adultos Paulo Freire em S. Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Maranhão” (Boletim de atividades, nº 5-6, 1964, s/p). Em agosto, Aracaju e Goiana. Jornada que prosseguiria por Belém, Brasília, Belo Horizonte, Salvador e, novamente, Rio de Janeiro. Em setembro de 1963 era inaugurada a Rádio Universidade, dirigida por José Laurenio. A Rádio deixava a fase experimental para funcionar definitivamente nos horários de 20 às 23hs: “uma rádio a serviço da democratização da cultura” era o slogan criado por José Laurenio. Resenhando um artigo publicado por Sebastião Uchoa Leite no *Última Hora* um historiador descreveria o trabalho radiofônico de Laurenio da seguinte forma:

Para executá-lo, contou com uma colaboração do mais alto nível (Paulo Rosas, Sebastião Uchoa Leite, Gadiel Perruci, Macius Frederico Cortez, Jarbas Maciel, Luiz Costa Lima) e com programas que procuravam orientar-se sempre por intuítos educativos – formativos e informativos (mesmo os programas musicais, por exemplo, eram precedidos de uma pequena preleção explanando sobre a música, o autor, o gênero que se ia ouvir). (TEIXEIRA, 2007, p. 304).

De acordo com os Boletins do SEC/UR a programação geral estava assim distribuída:

Segunda-Feira

- 20:00 – Abertura
- 20:03 – Recital de Piano
- 20:30 – Campanha de Alfabetização
- 20:45 – Música Popular brasileira
- 21:00 – Curso de Francês
- 21:15 – Sobre educação (comentário)
- 21:30 – Intervalo Musical
- 21:50 – Universidade em Foco
- 22:00 – Concerto
- 23:00 – Encerramento

Terça-Feira

- 20:00 – Abertura
- 20:03 – Página Sinfônica
- 20:30 – Campanha de Alfabetização

20:45 – Música Popular brasileira

21:00 – Curso de Inglês

21:15 – Revista de Editoriais

21:30 – Intervalo Musical

21:50 – Universidade em Foco

22:00 – Concerto

23:00 – Encerramento

Quarta-Feira

20:00 – Abertura

20:03 – Recital de Canto

20:30 – Campanha de Alfabetização

20:45 – Música Popular brasileira

21:00 – Curso de Francês

21:15 – Informativo Econômico

21:30 – Movimento Estudantil (DCE)

21:50 – Universidade em Foco

22:00 – Concerto

23:00 – Encerramento

Quinta-Feira

20:00 – Abertura

20:03 – Recital de Violão

20:30 – Campanha de Alfabetização

20:45 – Música Popular brasileira

21:00 – Curso de Inglês

21:15 – Cultura-Ciência-Educação

21:30 – Reportagem

21:40 – Intervalo Musical

21:50 – A universidade em Foco

22:00 – Concerto

23:00 – Encerramento

Sexta-feira

20:00 – Abertura

20:03 – Recital de Violão

20:30 – Campanha de Alfabetização

20:45 – Música Popular brasileira
21:00 – Curso de Francês
21:30 – O Mundo da Ciência
21:50 – Universidade em Foco
22:00 – Concerto
23:00 – Encerramento

Sábado

20:00 – Abertura
20:03 – Coros de Óperas (Árias)
20:30 – Campanha de Alfabetização
20:45 – Música Popular brasileira
21:15 – Resenha Editoriais
21:30 – Intervalo Musical
21:50 – Momento Internacional
22:00 – Concerto
23:00 – Encerramento

Domingo

20:00 – Abertura
20:03 – Música (Folclore Internacional)
20:30 – Arte e Espetáculo (Lit., Teatro, Cin. e Pint.)
21:30 – O mundo da Ciência
22:00 – Concerto
23:00 – Encerramento

(Boletim de atividades, nº 5-6, 1964, s/p)

O que podemos observar, primeiramente, desta programação radiofônica é a dupla articulação entre o arrojo formal erudito e as formas de expressão popular cuja conjugação caracteriza esta geração de intelectuais. Outro ponto, também concernente aos produtores, está no aspecto ou na intencionalidade de fomentar a cidadania e a mobilização sócio-política através dos recursos educacionais e culturais, daí uma programação não simplesmente educativa e matizada, mas, sobretudo, dialógica, no qual estão assegurados canais de comunicação social do qual participam o Movimento de Cultura Popular (responsáveis pela “Campanha de Alfabetização”), o Movimento Estudantil (representado pelo DCE/UR), a comunidade acadêmica da UR (Nos

programas “A universidade em foco” e “Cultura-Ciência-Educação”), os produtores culturais (“Arte e Espetáculo”), bem como, entusiastas, produtores ou não, da música erudita e popular (Boletim de atividades, nº 5-6, 1964, s/p). Uma programação no mínimo democrática, agradável a quase todos os gostos. Mas nem todos estavam satisfeitos com a programação supervisionada por Jose Laurenio, sobretudo, com a abertura para o MCP e para o Movimento Estudantil. A rádio Universidade ainda daria muita dor de cabeça aos seus produtores e ao próprio reitor João Alfredo.

Ademais, setembro foi de todo especial para o SEC/UR e seus interlocutores, afinal, neste mês foi publicado um número especial da revista Estudos Universitários dedicado ao sistema Paulo Freire. Nos ensaios procuravam versar sobre a amplitude do Sistema educativo inadequadamente concebido por método. Inclusive pelo próprio Paulo Freire. A edição não deu para quem quis e sua venda assegurou a publicação posterior do que seria a última Estudos Universitários publicada pela equipe Paulo Freire de extensão.

Estava chegando o fim do ano e nestes últimos meses o SEC/UR colaborou com a organização do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. Neste intervalo, também cederam por três meses os professores Paulo Menezes e Jarbas Maciel para ministrar cursos de formação na Sudene. Enquanto isto, outro braço do Serviço apresentava o Sistema Paulo Freire à Câmara de Deputados (Comissão Vale do São Francisco e Comissão de Educação). Por fim, nos meses de novembro e dezembro tiveram um pouco mais de tempo para ministrar novos cursos de extensão no Recife, formar novos coordenadores de debate, instalar novos círculos de cultura no bairro da Várzea (CDU) e colaborar com a Campanha de Alfabetização de Pernambuco. Concluía o ano de 1963, reafirmando a convicção de que se dedicaram quase integralmente ao setor de educação de adultos, estando, portanto, prontos para no ano de 1964 trabalharem a “2ª fase de sua etapa inicial”, realizando um “seminário interno e um retorno como maior ênfase nos cursos de extensão. Com isso espera cumprir o SEC, equitativamente suas tarefas” (Boletim de atividades, nº 5-6, 1964, s/p). Por conseguinte já contavam com um estudo do que seria uma segunda etapa do Sistema Paulo Freire de educação (Boletim de atividades, nº 5-6, 1964, s/p; revista Estudos Universitários, 1963, nº 5), desenvolvida pelo Padre Paulo Menezes. Mesmo com o afastamento do Padre Paulo Menezes, no início de 1964, motivado pelo convite para dirigir a Faculdade de Ciências Econômicas da UNICAP, estava previsto os projetos de educação continuada

que partiam dos círculos de cultura e se prolongavam para além da universidade popular, daí o sistema de universos educacionais (ROSAS, 2003; MACIEL, 1963).

Doravante, as coisas apenas se tornaram mais difíceis, até, finalmente, a interdição do pilar universitário extensivo. Alterações entre o secretário da revista Estudos Universitários e Gilberto Freyre levaram inicialmente o Conselho Universitário a interditar o periódico. É igualmente do final de 1963 os primeiros artigos de Freyre criticando a penetração comunista na Rádio Universidade, referindo-se ao programa do MCP transmitido por esta estação. A contenda ganha maior intensidade quando Gilberto Freyre passa a publicar nos jornais da cidade críticas ao próprio reitor João Alfredo e aos demais professores do SEC/UR. Para o distinto sociólogo, o reitor havia permitido que “comunistas” e “para-comunistas” tomassem a Rádio Universidade, os projetos de alfabetização de jovens e adultos e o periódico de cultura da UR, a Estudos Universitários.

Foi amalgamando o Serviço de Extensão e o comunismo sob o mesmo signo que os militares e seus cúmplices interditarão o pilar político e social da universidade. O cenário de disjuntivas revelava o horizonte de tensão social que tendia a se ampliar. Em 1964, Freyre passa a publicar artigos semanais “pedindo a cabeça” do reitor João Alfredo e a extinção do Serviço de Extensão Cultural: “Não se pretende que lhe sejam cassados direitos políticos; nem que sua magnificência seja detida, mesmo em sua casa; e sim convidado – apenas isto – a afastar-se do cargo que continua a ocupar”⁷⁹. O desfecho seria dado no dia primeiro de abril de 1964 com a invasão do SEC/UR, a prisão dos agentes extensionistas e o posterior afastamento do Reitor João Alfredo.

A partir desta narrativa sobre o SEC/UR e suas atribuições podemos constatar que na seqüência das primeiras atividades viabilizadas ao longo do ano de 1962, os colaboradores da seção adquiriram uma dinâmica própria de trabalho, a bem dizer, uma identidade de grupo com seus quadros de colaboradores fixos e esporádicos, seus objetivos específicos, suas formas de trabalhar, suas conexões com os movimentos sociais e instituições colaboradoras. Estas vivências do cotidiano, sistemáticas ou não, no passar destes intensos dois anos, marcariam cada integrante ou parceiros do serviço,

⁷⁹ Mario Cesar Carvalho “Céu & inferno de Gilberto Freyre”, Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 12/03/2000; Fonte: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/patricia/freyreceuinferno.html>. Acesso em 18 de outubro de 2009. Ver também Túlio Velho Barreto “O político Freyre, um claro enigma”, Jornal do Comércio 18/07/2007. Fonte: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=377&textCode=9063&date=currentDate>. Acesso em 18 de outubro de 2009.

do incontestado animador do grupo, Paulo Freire, ao “calouro” de sociologia da FAFIPE
Marcius Cortez.

3. Sociabilidades letradas no Recife: a revista *Estudos Universitários* (1962-1964)

*Assobiamos uma fuga de Bach
e sorrimos ante a lembrança do futuro
porque sorrimos ante a idéia da morte.
Bela é a fúria da máquina
que intenta apanhar-nos em nosso destino.*

Sebastião Uchoa Leite

Essencialmente, o Brasil é hoje a busca de conquistar-se a si próprio.

Luiz Costa Lima

A *Estudos Universitários* foi lançada em agosto de 1962, pelo reitor João Alfredo por ocasião do décimo sexto aniversário da Universidade do Recife. O Serviço de Extensão Cultural, inaugurado no início do mesmo ano, era o responsável pela confecção do periódico que, juntamente aos recém criados Institutos Centrais, deveria colaborar com a renovação científica e pedagógica da Universidade¹ (MAIOR, 2005). Para o primeiro secretário da revista, o “seu surgimento fazia parte de um ambicioso projeto de reforma universitária” (LIMA, 2004/2009, p. 23). O professor Paulo Freire, diretor do SEC/UR já havia anunciado desde cedo a escolha do professor Luiz Costa Lima da FAFIPE para secretariar a revista. Este, desde então, vinha procurando coser os ensaios, os estudos e as resenhas que fariam parte do primeiro número a ser publicado, convidando diretamente ou através dos principais jornais da cidade os possíveis colaboradores da empreitada: “Seu tema específico [...] no seu primeiro número, será a missão da Universidade dentro da realidade brasileira [...] Ela necessitará da colaboração e da responsabilidade de todos que fazem cultura no ambiente nordestino” (JC – 13/05/62).

A revista seguia para o prelo da Imprensa Universitária em junho com projeto gráfico de Orlando da Costa Ferreira. Não faltaram colaboradores distintos e até politicamente divergentes, convidados pessoais ou distantes do jovem secretário, que em seus convites não abria concessões de sua política editorial “realista”: “As páginas da *Estudos Universitários* estarão abertas [...] para uma cultura, ato de coragem, uma

¹ Tal qual previa a LDB de 1961. Entretanto, a segmentação que os institutos imprimiam as atividades de ensino e pesquisa colaborou para que os mesmos não fossem bem sucedidos em sua missão científica.

busca de aproximação com a realidade, aceitação pelo homem dos desafios que lhe endereça a existência” (JC – 24/06/62, p.11).

A revista foi definitivamente lançada na manhã de 11 de agosto de 1962, na sala do Conselho da Reitoria da UR. “Na ocasião, perante autoridades, professores e representantes diplomáticos, o reitor João Alfredo fez um rápido discurso” ressaltando a necessidade da Universidade “participar eficientemente na aceleração do processo que deverá corrigir o desnivelamento social dominante” (JC – 12/08/62, p. 16). A iniciativa se incluía numa “larga seqüência de medidas renovadoras” que visavam aprimorar o ensino, a prática científica e a formação técnica-profissional. As reformas estavam “ajustadas a uma interpretação atual, que alarga a função da Universidade, libertando-a gradativamente da rijeza de moldes inaceitáveis no momento em que vivemos” (JC – 12/08/62, p. 16). No geral, o pleito da “reforma universitária” estava centrado em medidas que ampliassem a responsabilidade social da universidade brasileira. A instituição é representada como um baluarte da sociedade perante os desafios da história, tendo como maior missão a formação das elites letradas para o fortalecimento da democracia, a democratização da cultura e o desenvolvimento econômico. Resumia então a criação da Estudos Universitários com as seguintes palavras:

Em acordo com esta preocupação cultural, em planos diferentes objetiva-se agora esta outra criação ambiciosa. Estudos Universitários, revista que é uma homenagem aos que fazem desta universidade **uma instituição que se afirma também por uma cultura que através do regional servirá à dinâmica universal do saber** e mostrará como estamos mudando, conduzidos pelos componentes de uma elite que pelo equacionamento das forças espirituais herdadas e das emergentes, atualizando-as em acordo com mutações naturais ao espaço e ao tempo, despertando ações e reações de alto poder criador. Confiada à inteligência e ao dinamismo de lúcida figura intelectual da geração nova, a um conselho consultivo e a uma comissão de redação onde se encontram professores representativos de todas as unidades universitárias, *Estudos Universitários* desponta como um marco comemorativo de alta expressão do décimo sexto aniversário da Universidade do Recife. Certamente – adiantou o reitor João Alfredo –, a excelente apresentação desta revista completa-se na qualidade da colaboração, ambas refletindo a hierarquia de valores convocados para prestar serviço nesta modalidade de tarefa que a Universidade empreende como instituição que apóia e estimula a ciência e a cultura, cuja interseção represente um ponto onde a observação se alonga por perspectivas que permitem visão mais completa do homem (JC – 12/08/62, p. 16 – grifos nossos).

Como podemos ver, a *revista de cultura da UR*, bem como seus produtores, estavam inseridos num esforço de modernização do campo educacional (leia-se

universitário) e intelectual, participando em âmbito geral da dinâmica de renovação do campo cultural da cidade. Esta busca pela redefinição do *mercado de bens simbólicos* no intermezzo do século XX marcou profundamente a produção cultural recifense, sulco este, que se faz sentir na história do tempo presente ou imediata.

Aqui se faz importante perceber como a Estudos Universitários está inserida neste contexto de revisão política, cultural, educacional, universitária, ou seja, do campo intelectual. Com este objetivo tentaremos analisar a discussão que atravessa os cinco volumes publicados ao longo dos dois anos em que Paulo Freire coordenou o SEC e Luiz Costa Lima secretariou a revista. Atentos, sobretudo, à significativa mudança pela qual passa a revista com o afastamento dos seus criadores e sua retomada após o golpe.

Vamos então aos periódicos e suas formas de conteúdos.

3.1. A revista Estudos Universitários: forma e conteúdo

*Ela aprendeu que o lado claro
das coisas é o anverso
e por isso as disseca
para ler textos mais corretos.*

João Cabral de Melo Neto

*Não é mais possível, como em outros tempos, respeitar o
escritor que se refugia numa liberdade mal entendida
para dar as costas à sua própria marca humana, à sua
pobre e maravilhosa condição de homem entre os
homens, de privilegiado entre despossuídos e
martirizados.*

Julio Cortázar

*Tudo pela desnecessidade dos rótulos, mas pela
urgência urgentíssima das rótulas... No corpo a corpo
das linguagens contemporâneas. A cultura sem
propriedade privada de ninguém. Sem autoritarismos
sisudos ou risonhos. Sem argumento de autoridade
(re)passada/ presente/ futura. Sem demagogia
neopopulista. Sem a **merdiocrização** nossa de cada dia
(...)*

Jomard Muniz de Britto

A Estudos Universitários é um grande caleidoscópio da produção cultural recifense nos anos 1960. Para os seus produtores, o fazer cultural estava situado muito

próximo da prática política cotidiana, não em seu sentido partidário ou proselitista, mas em seu afirmar da inserção cultural crítica e dialógica na luta contra a “alienação” e a afirmação da “autenticidade” através de uma prática cultural de tradição erudita atenta às manifestações da tradição popular e telúrica. Representação da prática cultural conjugada pelos agentes engajados no campo, mas também, institucionalmente planejada, como podemos observar a partir do projeto político-pedagógico assumido pela UR durante o reitorado de João Alfredo. Esta maneira de apreender a educação e a cultura amplia os debates e os objetos de discussão convencionais da época ao inserir temáticas desprezadas pela chamada cultura desinteressada ou humanista tradicional. Esta riqueza temática salta aos olhos à medida que folheamos a *Estudos Universitários*. Temas latentes que atravessam as questões da própria política universitária e da busca de determinados agentes pela renovação do seu corpo e da suas funções institucionais, não obstante, se façam igualmente presentes aqueles referentes às questões político-sociais cotidianas. Poderemos perceber estas preocupações com maior consistência fazendo uma rápida leitura dos textos introdutórios publicados pelo reitor João Alfredo e por Luiz Costa Lima no primeiro volume do periódico.

O único texto publicado pelo reitor João Alfredo na *revista de cultura da UR* foi a “Apresentação” que prefacia o primeiro volume (1962). Um prelúdio a bem dizer conciso, não mais que uma página, através da qual configurava que “a vivência da UR dentro do panorama cultural brasileiro, motivou o aparecimento desta revista [...] a vivência da Universidade [...] como um dos meios de formar o homem integralmente, permitindo-lhe sentir as perplexidades do complexo do ser”. Para o Reitor a conjuntura encontrava respaldo na “força interior criadora que anima a Universidade do Recife”, forças “**herdadas e emergentes**” (grifos nossos). O periódico surge como “instrumento de intercomunicação” que favoreceria a “curiosidade pelo saber, pelo gosto de trabalhar e pelo direito a pensar livremente, condições necessárias à formação de futuros e autênticos líderes” (ALFREDO, 1962, v. 1, s/p).

O tom lírico-empreendedor do Reitor é dissolvido no texto seguinte: “Estudos Universitários: introdução” do editor da revista. Para Luiz Costa Lima “não há estrutura social que se transforme sem mentalidades que entrem em choque” (LIMA, 1962, v. 1, p. 5). No quadro de transformações estruturais do Brasil, ganha maior contorno o “choque de duas mentalidades” em torno de projetos econômicos e políticos antagônicos: “Uma ardilosa ou ingenuamente conservadora, outra crítica ou sentimentalmente aderida à transformação nacional”. No cerne deste confronto se

encontra, sobretudo, concepções antagônicas sobre o papel político das elites letradas: “Se comportar com os temores e a indiferença tradicionais, fazendo do seu pouco cristianismo a sua muita defesa? Ou o seu papel é de se empenharem por uma afirmação positiva da transformação nacional?”. Essa polarização está engendrada em “duas concepções opostas e subjacentes de cultura”. A primeira, “indiferente” ou “hostil” às novas disposições nacionais e concebendo a cultura como “criação pura do espírito”. A cultura como campo que pertence ao demiurgo, ao “espírito criador”, ou seja, “só tem diretamente a ver com as qualidades individuais”. Neste prisma “pouco importa a direção que tomem as transformações sociais”. Costa Lima defende que o “intelectual brasileiro” deve questionar esta concepção de cultura “espiritualista”, sobretudo, formulando novas perguntas. Faz assim oposição veemente aos defensores “da veneração alienada por outros tempos ou por outros locais”, destacando que “sempre inventamos maneiras de escapar dignamente da realidade”. Contra essa concepção “idealista, cômoda e conformista de cultura propõem uma concepção realista” (LIMA, 1962, v. 1, p. 6):

Os que *orientarão* a Estudos Universitários pensam diferente. Para eles, a cultura implica previamente em um **ato de coragem**, em uma busca de **aproximação com a realidade**, sendo, em suma, a resultante da **aceitação pelo homem dos desafios** que lhe endereça a existência carregada dos problemas próprios à área particular, em que lhe foi dado viver. A cultura é a **emersão de um enfrentamento diário** com o desafio da existência, pois não cresce por apenas se imunizar (LIMA, 1962, v. 1, p. 5 – grifos nossos)

O fazer cultural como “ato de coragem”, “desafio da existência”, “aventura de risco”, “anti-fuga” não pode ser separado “de uma preocupação ativa com a atualidade brasileira”. Ao conjugar elementos desta “realidade” o intelectual conquistaria as “condições de formular um pensamento adequadamente brasileiro” (LIMA, 1962, v. 1, p.6). Não estamos tratando aqui do conceito de arte e cultura popular desenvolvidos por Carlos Estevam ou por outros intelectuais vinculados aos CPCs e os movimentos de cultura popular (FÁVERO, 1983; BERLINCK, 1984). A concepção de cultura brasileira defendida pelo secretário da Estudos Universitários e seus colaboradores do SEC/UR é bem diferente das modalidades de arte engajada ou do dirigismo cultural aos moldes da União Soviética e do PCB. Enquanto esses se apropriam dos elementos da cultura popular e telúrica como recurso para politização do “povo”, aqueles estavam preocupados em como estabelecer uma relação crítica entre intelectuais e “povo” que

não resultasse em dominação ou folclorização. Essa é uma questão fundamental para entender a substituição das cartilhas de alfabetização pelo universo vocabular proposta pelo Sistema Paulo Freire de Educação. O exercício de conscientização deveria possibilitar ao educando os meios para sua própria politização, não cabendo ao educador assistir esta formação política, mas potencializá-la.

Aqueles que faziam a Estudos Universitários tanto se colocaram como críticos do lirismo conservador da intelligentsia pernambucana, como não engoliram as manifestações da suposta arte popular como modalidade da arte alistada ou do dirigismo cultural. O debate sobre as relações entre o nacional e o popular não o era de todo recente e remete à fortuna crítica de Silvio Romero, sendo atravessado pela própria formação do campo intelectual recifense na aurora do século XX. Todavia, este debate ainda não aparece na introdução da revista, a “mentalidade” intelectual com a qual estavam inicialmente preocupados era outra. Assim, a missão imediata a que se colocavam não era de todo simples, afinal, dar subsídio crítico ao público recifense e nordestino, tendo em vista uma ampla “pressão comunitária contra ensaístas e professores ‘ingênuos’, anti ou pouco situados [...] para que se despojem das contradições que lhes afastam de um programa de cultura realista e, portanto, de nós”, é uma tarefa romântica ou revolucionária para quem conhecia Recife, seus mandarins e catedráticos².

Em seus primeiros números, a Estudos Universitários circulou com o seguinte expediente:

Reitor e Diretor: João Alfredo Gonçalves da Costa Lima

Conselho Consultivo:

Prof. Aluizio Bezerra Coutinho

Profa. Cecília Maria Domenica Sanioto Dilascio

Prof. Evaldo Bezerra Coutinho

Prof. Francisco de Albuquerque Martins

Prof. Guilherme de Albuquerque Martins

Prof. José Cavalcanti de Sá Barreto

Prof. Luiz Maria de Souza Delgado

Prof. Luiz Ferreyra dos Santos

Prof. Luiz Osório de Siqueira Neto

Profa. Maria do Carmo Tavares de Miranda

Prof. Newton Lins Buarque Sucupira

Comissão de Redação:

Prof. José Gláucio Veiga

² Sobre romantismo e revolução conferir “Romantismo e messianismo” (LÖWY, 2008).

Prof. Joel de Albuquerque Pontes
Prof. Rui da Costa Antunes

Secretário-executivo: Prof. Luiz Costa Lima

Correspondente na Espanha: Dr. Angel Crespo
Correspondente na Guanabara: Eduardo Portella

Resumos em Francês e Inglês: José Laurênio de Melo, Jarbas Maciel, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Juracy Andrade e Jacques Decourcelle.

Capa e Projeto Gráfico: Orlando da Costa Ferreira

Luiz Costa Lima passaria pouco mais de um ano à frente da secretaria da Estudos Universitários. Neste curto intervalo de tempo coordenou a publicação de cinco volumes que reuniram colaborações brasileiras e internacionais. A revista estava dividida em três seções: Ensaio, Estudos e Resenhas. Assinaram ensaios nomes já consagrados como Gilberto Freyre, Celso Furtado, Eduardo Portella, Paulo Freire, Orlando da Costa Ferreira, Zvedei Barbu, Heron de Alencar, normalmente ladeados por jovens promessas do pensamento crítico brasileiro: Luiz Costa Lima, João Alexandre Barbosa, Jarbas Maciel, Vamireh Chacon, Nelson Nogueira Saldanha, Décio Pignatari, Haroldo e Augusto de Campos, Erthos de Souza, Jomard Muniz de Britto, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Juracy Andrade, Affonso Romano Sant'anna, Benedito Nunes, Gadiel Perruci, Leandro Konder Pierre Fürter, dentre outros. Este quadro se amplia nos Estudos e nas Resenhas, como podemos observar pela leitura do índice dos cinco volumes que circularam entre 1962-1964.

Volume 1 - Julho-Setembro 1962, 108 páginas.

Reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. **Apresentação** – 3

Luiz Costa Lima. **Estudos Universitários: Introdução** – 5

Ensaio

Gilberto Freyre. **Prefácio de uma Tradução** – 9

Celso Furtado. **Reflexões sobre a Pré-revolução Brasileira** – 17

Claudio Souto. **Um projeto de Lei Agrária para o Estado de Pernambuco** – 29

Paulo Freire. **O Professor Universitário como Educador** – 45

- Vamireh Chacon. **Rumos da Renovação Brasileira** – 51
- Nelson Nogueira Saldanha. **Historiografia Ocidental e Cultura Brasileira** – 59
- Sebastião Uchoa Leite. **Teoria do Ócio (poema)** – 67
- João Alexandre Barbosa. **Reflexões sobre Arte, Universidade e Cultura** – 71
- Jarbas Maciel. **Oportunidade para a Universidade Brasileira** – 77

Estudos

- Luiz Costa Lima. **Terceira Feira: Seu Sentido Básico** – 87
- Gadiel Perruci. **Uma Europa Nova** – 93

Resenhas

- Orlando da Costa Ferreira – **Codificação tipográfica** - 99
- Vamireh Chacon – **Direito e desenvolvimento econômico** - 100
- Jomard Muniz de Brito. **O problema da Universidade sobre o livro de Álvaro Vieira de Pinto: A Questão da Universidade** - 102
- Walter da Costa Porto. **Crise da autoridade, crise da universidade: crise é Brasil. Sobre um discurso de paraninfo do Prof. Paulo Freire na Escola de Belas Artes da Universidade do Recife, em 1961** – 101; **Nacionalismo e trópico: a revolução nos trópicos, de Vamireh Chacon** – 103; **Mauro Mota em seu novo livro: O galo e o catavento** – 105
- Roberto Cavalcanti de Albuquerque. **Um ensaio de sociologia de Marcos Vinícios Vilaça** - 101
- Jarbas Maciel. **Pesquisa folclórica no Nordeste: ciranda – roda de adultos no folclore pernambucano, do Padre Jaime Diniz** - 103
- Sebastião Uchoa Leite – **Sobre um poeta excessivo: A máquina de Orfeu, de Francisco Austerliano Bandeira de Mello** - 99
- Luiz Costa Lima. **A crise contemporânea da linguagem: causas e conseqüências, Prof. Claude Piguet: La crise contemporaine du langage** - 104

Volume 2 – Outubro-Dezembro 1962, 136 páginas.

Ensaaios

Pierre Furter. *Poésie et Société* – 5

Orlando da Costa Ferreira. **A Serpente e a Lira** – 19

Eduardo Portella. **Literatura e Realidade Nacional** - 33

Décio Pignatari. **Participação, Produção, Consumo** – 37

Erthos de Souza. **Bibliografia de Joaquim de Sousândrade** – 41

Haroldo e Augusto Campos. **Sousândrade: Montagem** – 45

Luiz Costa Lima. **O Campo Visual de uma Experiência Antecipadora: Sousândrade**
– 75

João Alexandre Barbosa. **“Jornal de Timon”:** Singularidade de uma Resposta – 89

Heron de Alencar. **Aspectos de uma Interpretação das Memórias de Brás Cubas** – 97

Estudos

Pierre Furter. **Pour une Poésie Brésilienne Revolutionnaire?** – 109

João Alexandre Barbosa. **Teoria Literária, Crítica e História** – 111

Luiz Costa Lima. **Um Novo D. Casmurro?** – 115

José Osman de Freitas. **Jean-Luc Godard e o Cinema Moderno** – 121

Resenhas

Orlando da Costa Ferreira. **Revista de cultura brasileira, nº 2, setembro, 1962:**
gravura popular no Nordeste – 127; **Dicionário de Belas Artes** - 132

Vamireh Chacon. **Revista Tempo Brasileiro de Eduardo Portella** - 127

Francisco Austerliano Bandeira de Melo. **Poeta Audálio Alves no Diário da Noite** –
127; **Otto Maria Carpeaux: literatura mal amada (Cuba)** - 128

Luiz Costa Lima. **Revista Movimento da UNE, nº 6, outubro de 1962: pleito de 7 de
outubro e ensaio de Edgar Morin sobre o problema da cultura de massa; Rumo à
literatura Chinfrim: a brasileira de Tristão de Athayde; Hispanic American
Report, July, 1962; Odissey review, USA; Aproach, USA; Revista Humboldt, nº 5,
1962, Alemanha** – 128-130

Sebastião Uchoa Leite. **Substância de Guimarães Rosa** - 130

Roberto Cavalcanti. **Economia Brasileira: o futuro como opção sobre o livro de Celso Furtado “A pré-revolução brasileira”** - 133

III – Janeiro-Março 1963, 144 páginas.

Ensaaios

Vamireh Chacon. **Capitalismo, Socialismo e Cristianismo** – 5

Federico Gil. **Antecedentes da Revolução Cubana** – 15

Zvedei Barbu. **Soviet Historiography and the concept of Man (c/trad.)** – 31

Luiz Costa Lima. **Significação Presente do Conteudismo na Arte** – 55

Roberto Cavalcanti de Albuquerque. **Inflação: Modelo Brasileiro** – 73

Francisco A. Bandeira de Mello. **Poema Didático** – 83

Maria do Carmo T. de Miranda. **Arte e Educação** – 85

Jomard M. de Brito. **Experiência de Renovação do Curso Pedagógico** – 93

José Rafael de Menezes. **Pedagogia do Estudo Dirigido** – 99

Estudos

Calazans Fernandes. **Angola: Depoimento** – 107

Marcus Frederico Cortez. **Cinema e Educação** – 119

Gadiel Perruci. **Porque os Ricos não Fazem Greve** – 125

Nelson Nogueira Saldanha. **Em torno de um Ensaio sobre a Moderna Idéia de Partido** – 131

Resenhas

Juracy Andrade. **Revista L'éducateur; Requisitos sociais da democracia, de Seymour Martin Lipset** - 135

Roberto Cavalcanti de Albuquerque. **Novo malthusianismo: Does Overpopulation mean poverty, de Joseph Marion Jones** - 137

Marcos Vinícios Vilaça. **Duarte Coelho segundo Costa Porto (Os cadernos de cultura, nº 127, do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura)** - 137

Luiz Costa Lima. **O problema da literatura a serviço: Haroldo de Campos sobre Maiakovski** – 138; **Resenha de jornais** - 143

Osman de Freitas. **Dimensão de ruptura: L'année dernière à Marienbad de Robbe-Grillet e Alain Resnais** - 140

Willis Leal. **Cadernos da Cinemateca** - 141

Francisco Bandeira de Mello – **Resenha de jornais** - 141

IV – Abril-Julho 1963, 156 páginas.

Ensaaios

Paulo Freire. **Conscientização e Alfabetização- Uma Nova visão do Processo** – 5

Jarbas Maciel. **A Fundamentação Teórica do Sistema Paulo Freire** – 25

Jomard Muniz de Britto. **Educação de Adultos e Unificação da Cultura** – 61

Aurenice Cardoso. **Conscientização e Alfabetização – uma Visão Prática do Sistema Paulo Freire** – 71

Abdias Moura. **Introdução à Análise Sociológica** – 81

Pierre Furter. **Alfabetização e Cultura Popular na Alfabetização do Nordeste Brasileiro** – 103

Juracy Andrade. **João XXIII ou a Igreja que Mudda** – 115

Pilar Gómez Bedate. **De La Semejanza entre el Teatro Norteamericano y el Teatro Espanol de Hoy Dia** - 125

Documentos – Estudos

Alfredo Guevara. **Informe ao Primeiro Congresso Nacional da Cultura Cubana** – 141

Luiz Costa Lima. **Por um Nacionalismo não Passionalizado** – 145

Resenhas

Nelson Nogueira Saldanha. **El miedo de la libertad, de Erich Fromm** - 148

Francisco Austerliano Bandeira de Mello. **“Poema participante?” de Afonso Ávila segundo Luiz Costa Lima; idem, Haroldo de Campos em “Maiakóvski”; “Celso Furtado” na revista Senhor de janeiro, 1963 - 150**

Marcus Frederico Cortez. **Participação com visão e distorção do real - 151**

Jomard Muniz de Britto. **Marxisme et existencialisme de Jean-Paul Sartre e outros: tema proposto para um debate público - 153**

Sten Bjarild. **Cuentista iberoamericanos: Jorge Luis Borge - 154**

Afonso Ávila. **O progresso lírico em Emílio Moura: A casa - 155**

V – Julho-Setembro 1963, 116 páginas.

Ensaaios

Paulo Gaspar. **Uma Sugestão para a Segunda Etapa do Sistema Paulo Freire – 3**

Benedito Nunes. **Existencialismo e Marxismo – 9**

Leandro Konder. **Intolerância & Marxismo – 17**

Luiz Costa Lima. **Trotsky: Arte e Marxismo – 27**

Gadiel Perruci. **Religiosidade e Protestantismo no Brasil – 41**

Afonso Romano de Sant’Anna. **A Poesia de Vanguarda e a Escola Primária – 65**

Lopes de Andrade. **Dinamismo Populacional e Renda no Brasil – 77**

Documentos – Estudos

Eduardo Wanderley Filho. **Sistema de Residentes no Brasil – 85**

Sebastião Uchoa Leite. **Participação Cultural – Algumas posições Críticas – 97**

Resenhas

Mike Sund. **O não comunismo do prof. Walt Whitman Rostow, (1916), economista e sociólogo USA, tradução de Roberto Cavalcante Albuquerque - 105**

Juracy Andrade. **Neo-capitalismo – socialismo – solidarismo, do Padre Ávila, PUC do Rio de Janeiro – 106; Brasil urgente, jornal seminário de São Paulo - 111**

Osman de Freitas. **O futuro como história, livro de Roberth L. Heilbroner - 108**

Pierre Fürter. **Stucke, livro de Max Frisch, tradução de Luiz Costa Lima/ O teatro radiofônico de Durremmatt, idem** - 109

Luiz Costa Lima. **O realismo socialista: Leandro Konder publica artigo em estudos sociais, nº 17, junho de 1963 – 111; Cinema, realidade e invenção, artigo de Sebastião Uchoa Leite, página sobre cultura popular, jornal Última Hora, 20 de outubro de 1963** - 114

Arthur Eduardo de Carvalho. **Inflação** - 112

Orlando da Costa Ferreira. **Vanguardismo e Sectarismo: revista invenção, nº 3, ano 2, junho, 1963** - 112

Marcus Frederico Cortez. **Mamulengo de Hermilo Borba Filho** - 113

Adão Pinheiro. **Bossa Nova em questão: entrevista de Carlos Lyra e Augusto Boal – 114.**³

Seria demasiadamente enfadonho e desnecessário, analisar todos os trabalhos que acabamos de listar, embora, se faça importante caracterizar cada volume publicado. Folheando a primeira revista logo percebemos a presença de uma linha temática cosendo os ensaios, os estudos e as resenhas. Afora a autocrítica freyreana (com tom de auto-elogio), todos os ensaios abordam diretamente ou indiretamente os problemas da sociedade brasileira em “transição”, para empregar uma categoria-conceitual do jovem Paulo Freire. As “reflexões sobre a pré-revolução brasileira”⁴ de Celso Furtado e os “rumos da renovação brasileira” de Vamireh Chacon⁵, são seguidas pelos ensaios sobre

³ O modelo que seguimos para elaboração deste índice está apoiado no “Estudos Universitários: índice por autor, em ordem alfabética” registrados por Anacleto Eloi: “índices redigidos em abril de 2009. Janga, Paulista – Recife, Pernambuco, Brasil”.

⁴ De acordo com Denis Bernardes e Marcos Costa Lima, em texto introdutório à nova edição do livro de Celso Furtado (“Um cartesiano na encruzilhada da revolução”) “*A pré-revolução brasileira* é um livro eminentemente político, escrito no calor da hora, publicado em agosto de 1962 pela Editora Fundo de Cultura. O livro teve uma boa aceitação, pois com uma tiragem inicial de 8 mil exemplares, ainda no mesmo ano saiu uma segunda edição, com 10 mil exemplares. [...] é um livro dirigido à juventude universitária” cuja “Tese central [...] era a de que o Brasil havia alcançado um grande diferenciação que permitira transferir para o País os principais centros de decisão de sua vida econômica, mas ainda caracterizada por um nível de renda *per capita* típico de país subdesenvolvido. Outra ideia força era que, embora tivéssemos conquistado maior autonomia de decisões, ainda havia grande incerteza com relação ao futuro, agravada pelo fato de interpretarmos a realidade econômica com um aparelho conceitual inadequado. O Estado brasileiro ainda se encontrava desarmado para o exercício de suas novas funções como principal instrumento do desenvolvimento”.

⁵ Vamireh Chacon foi o responsável pelas primeiras traduções da Escola de Frankfurt no Brasil, publicadas pela editora Tempo Brasileiro, de Eduardo Portella.

a reforma agrária de Claudio Souto⁶ e as discussões em torno da educação (com ênfase na universidade) e da cultura brasileira propostas por Paulo Freire, Nelson Nogueira Saldanha, João Alexandre Barbosa e Jarbas Maciel.

Embora, as reflexões partam de perspectivas divergentes, não chegam a ser antagônicas. Mais uma vez se faz necessário citar o trabalho publicado por Celso Furtado pela intensidade que assume quando confrontado aos demais ensaios deste número. Observe-se o que está posto em jogo pelo economista é uma reflexão de natureza programática, quer dizer, a todo tempo está desenhando um diagnóstico da “realidade” brasileira e apresentando um roteiro de superação do status quo (muito sintomaticamente, o último subtítulo de seu ensaio é “diretrizes para ação”, o que, por mais irônico que seja, recende a questão leninista da mais fina estirpe). Observe-se, também, que ele insiste em situar essa sua apreciação – e também o marxismo, o bom marxismo, expurgado dos maus vícios leninistas e stalinistas – dentro de uma tradição *humanista*.

O humanismo defendido por Celso Furtado é, entretanto, bem diferente daquele da cultura bacharelesca dos lentes, afinal, engloba uma concepção materialista e histórica com bases em programas e técnicas de intervenção no real potencialmente revolucionárias⁷. Ademais, este humanismo, comum aos trabalhos da juventude de Marx e à tradição marxista pós-stalinista⁸, o aproximava da ampla frente de mobilização educacional no qual estava inserido o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, bem como, justificava a linha programática que vinha imprimindo na SUDENE.

Uma análise mais cuidadosa permite identificar que, no fundo, quase todos os autores almejam a “erradicação da alienação”, usando os termos de Jarbas Maciel, como projeto realista de emancipação sócio-cultural, cuja universidade deve orientar e garantir. Esta vocação universitária se configura de maneira variada entre os autores, embora todos concordem com a urgência desta instituição tornar-se “orgânica”, assim, mostrando-se atenta aos problemas da sociedade da qual faz parte.

⁶ O professor Claudio Souto da Faculdade de Direito do Recife liderou nas décadas de 1950-60, os esforços em torno da institucionalização acadêmica da Sociologia, sobretudo jurídica, e da pesquisa empírica na área (MAIOR, 2005).

⁷ Sobre humanismo revolucionário consultar “Romantismo e messianismo” (LÖWY, 2008).

⁸ De acordo com Michael Löwy esta nova corrente se caracterizaria pelas críticas ao marxismo positivista, mecanicista e dogmático (ortodoxo) amparadas num historicismo e na consciência (fator subjetivo) cuja razão materializada através da técnica e da ética nortearia a práxis revolucionária (2008).

Esta convergência é que nos ajuda a compreender Paulo Freire ao invocar “o professor universitário como um educador”⁹, bem como as reflexões em torno da universidade brasileira ensaiadas por Jarbas Maciel e João Alexandre Barbosa¹⁰ e resenhadas por Walter Costa Porto e Jomard Muniz de Britto. Os problemas da educação e da cultura brasileira são requalificados a partir duma perspectiva estrutural, sobretudo, social, política e econômica. É neste prisma que Luiz Costa Lima ao estudar João Cabral, opta por uma análise mais próxima da sociologia da literatura. O espaço e a historicidade que põe em jogo o significado, a “existência”, são questões que sua crítica priorizam. Se o ensaio de Furtado está pautado num programa cujo principal objetivo seria a correção de um surto modernizante desigual, os colaboradores do SEC/UR quando dissertam sobre a educação, a cultura e o intelectual brasileiro estão no fundo preocupados em como estes campos podem participar criticamente desta conjuntura de transformação que atravessa o país. Freire acredita que esta contribuição mútua deveria partir do “diálogo”, da “criticidade”, da “elaboração criadora”, da “organicidade”, da recusa de “doações intelectuais”, da “humildade”. Aliás, valores que devem orientar a feitura da Estudos Universitários:

A revista Estudos Universitários, para quem escrevemos este artigo, pela sua abertura ao diálogo, pela sua linha de integração ao novo clima cultural do país, pelas suas formulações, constitui, ao lado de outros exemplos, uma busca de autêntico em que se empenha a universidade do Recife (FREIRE, 1962, v.1, p. 47).

O conceito de *autenticidade/autêntico* é apresentado pelo educador como articulação de duas categorias de relação: a “dialógica” e a “ontologicamente crítica”. A relação crítica é inseparável do fenômeno de integração (“organicidade”), ou seja, a “relação ontologicamente crítica” permeia a integração do homem com sua realidade local e nacional. O fazer intelectual autêntico está intimamente ligado a uma atuação permeada por uma relação crítica (portanto, integrada) e dialógica (que não implique em dominação, mas na ajuda mútua). Voltemos às revistas.

⁹ "o professor se faz educador autêntico na medida em que é fiel a seu tempo e a seu espaço" e “não pode haver formação do educando se o conteúdo da formação não se identifica com o clima geral do contexto a que se aplica. Seria antes uma deformação” (FREIRE, 1962, v. 1, p. 46).

¹⁰ João Alexandre Barbosa concluiria que a universidade brasileira deve “ser capaz de se dobrar sobre si mesma, na reflexão crítica e racional da estrutura social em que se estabelece” (BARBOSA, 1962, v. 1, p. 75). Conclusão muito próxima daquela esboçada mais exaltadamente por Jarbas Maciel: “É a Universidade brasileira que – ela somente – poderia re-integrar o homem em toda plenitude de si mesmo, em toda a plenitude de sua própria vida, através de sua re-educação crítica e de sua situação em uma realidade cuja reformulação partiu precisamente de si mesma” (MACIEL, 1962, v. 1, p. 82).

Sem alterações no Conselho Consultivo e na Comissão de Redação o segundo número da *revista de cultura da UR* é publicado no final do ano de 1962. Não havia motivo para tais mudanças entre os notáveis conselheiros, afinal, consultores e redatores apenas ali figuravam pelo título vitalício que ostentavam e não pela contribuição dada à feitura do periódico universitário¹¹: “por que simplesmente [...] nunca moveram uma palha pela revista [...] o fato é que as ‘hierarquias internas’ só se mostraram existentes na única crise que a revista teve e levou à minha demissão pelo Reitor” (LIMA, 2008, s/p). Decerto os catedráticos eram os únicos que sempre estariam presentes a cada novo volume, acomodados à espera dos louros do trabalho excedente dos agentes universitários mais novos. Versão da “mais-valia” intelectual ou universitária, por meio da qual retiram seu quinhão no processo de reprodução do capital intelectual.

Do Conselho Consultivo e da Comissão de Redação, Luiz Costa Lima apenas recordaria da professora Maria do Carmo, sobretudo, pelo papel na interdição da Estudos Universitários no final de 1963, de Aluísio Bezerra Coutinho (“verdadeiro mito na Escola de Medicina, por sua erudição e inteligência”) e seu irmão Evaldo Coutinho, com quem trabalhou como assistente de Literatura Brasileira, na Faculdade de Letras; e, finalmente, Rui Antunes: “De todos, guardo com extremo afeto o nome de Rui da Costa Antunes, que havia sido meu professor de Penal, na Faculdade de Direito do Recife, o único que [...] me defenderia, na última reunião de que participei, na sala do Reitor, em fins de 1963” (LIMA, 2004/2009, p. 24). Longe das formalidades, Luiz Costa Lima e seus companheiros do SEC/UR desdobravam-se nas funções editoriais:

Durante o tempo em que fui secretário – de julho de 1962 até, aproximadamente, novembro de 1963 – meus colaboradores eram os amigos que estavam e/ou prestigiavam o SEC – o Sebastião Uchoa Leite, Marcius Cortez, Paulo Menezes, Gastão de Holanda, Orlando da Costa Ferreira, Jomard Muniz de Britto, Juracy Andrade, mais alguns que talvez hoje não gostassem de ter seus nomes aqui arrolados – e os velhos tipógrafos da Universidade. Em sua companhia, ajudando-os no que podia eu ficava, muitas vezes até de madrugada, quando a revista estava para sair. De um deles, me lembro com particular carinho, “se” Valdemar, encadernador de meus livros. Ser secretário e pau-para-toda-obra não chegava a parecer trabalhoso. Eu era jovem, recém-tornado da Europa, amigo e vizinho de Paulo Freire, impaciente em contribuir por um Brasil menos familista, menos patriarcal e autoritário. (LIMA, 2004/2009, p. 24).

¹¹ Gadiel Perruci analisa a tradução do poder “oligárquico” da cátedra na sua mais legítima sucessora institucional a “ditadura departamental das Comissões Diretoras, do Conselho Interdepartamental, que, num processo de afunilamento, termina na ditadura do Reitorado” (PERRUCCI, 1986, p.17).

Lançada a segunda revista o foco da atenção passa aos problemas da literatura e da cultura brasileira. A começar pelas reflexões teóricas de Pierre Fürter e Orlando da Costa Ferreira sobre a poesia, o primeiro a partir de diversas perspectivas da sociologia da literatura¹², o segundo elegendo a letra como microcosmos do universo literário¹³. O problema da arte nacional surge como eixo das abordagens divergentes de Eduardo Portella e Décio Pignatari. O criador da revista e da editora Tempo Brasileiro dissertando sobre o papel da literatura junto à “frente cultural” assume um tom nacionalista convocando os escritores a integrar “autenticamente na ‘armada da cultura’” (PORTELLA, v.2, 1962, p. 33). Já Décio Pignatari debocha dos nacionalismos¹⁴ e dos ideais de arte popular conjugados pelo CPCs e outros movimentos de cultura popular¹⁵. O martelo crítico do poeta concretista desmonta a representação de “cultura popular revolucionária” preconizada por Carlos Estevam, também chamando a atenção para as frágeis premissas dos defensores de um fazer cultural “genuinamente brasileiro”.

Com suas singularidades, aqueles que faziam a Estudos universitários participam do desmonte crítico da “arte a serviço”, erigindo uma concepção própria sobre a cultura brasileira e a cultura popular, agenciada à experiência do Sistema Paulo Freire. Assim, aqueles cujo trabalho central estava sendo consolidar novas ações pedagógicas e culturais fincadas na dialogação, na organicidade e na formação crítica (conscientização

¹² Neste ensaio Pierre Fürter considera sobretudo os trabalhos de Taine, “jeune Lukàcs”, L. Goldman, A. J. Saraiva, L. Costa Lima, W. Benjamin, T. W. Adorno, Mário de Andrade, R. Barthes, J-P. Sartre.

¹³ Para Luiz Costa Lima: “uma reflexão sobre a menos metafórica das letras, a letra como unidade mínima da tipografia, objeto de devoção de toda sua vida” (LIMA, 2004/2009, p. 25). Segundo resenha de Sebastião Uchoa Leite o ensaio ganhou “o concurso de títulos com o seu ‘A serpente e a lira’ inspirado em texto célebre de Valéry” (JC - 2º caderno, 29/06/1963, capa).

¹⁴ O encantos da arte nacional são apresentados com os seguintes comentários: “Pela **visão subdesenvolvida da cultura**, o Brasil só pode exportar as matérias-primas do exótico: a flora, a fauna, a luz tropical e as assim chamadas artes populares, de que Portinari, Vilas Lobos e Jorge Amado são famosos representantes... até a miséria tem um que de folclórico” (PIGNATARI, v.2, 1962, p. 37).

¹⁵ Sobre estes argumenta: “Enquanto isso, no Brasil, no ‘**verdadeiro**’ Brasil, o CPC (Centro Popular de Cultura). A julgar pelo ante-projeto da autoria do Sr. Carlos Estevam, volta-se simplesmente ao realismo socialista, sob a denominação de ‘arte popular revolucionária’. Temperado jdanovismo com algum Sartre, e não sem pena, o sr. Carlos Estevam conclui pelo pior: a **arte popular revolucionária** deve utilizar os estereótipos da cultura popular, com capacidade de comunicação já comprovada. O mais deslavado formalismo. E dizer que Maiaçóvski (que os cepecistas desconhecem) chamava de ‘inventa-língua’ ao povo. O que vem por aí é um tremendo contra-golpe anti-cultural, anti-artístico, Mac-artístico. A arte tendo de pagar as longas despesas da incapacidade criativa [...] Essa arte popular revolucionária do Sr. Carlos Estevam é a arte do *best-seller*. Que arte popular é essa que não contribui com nada para a cultura do povo? Incapaz de absorver criticamente a inventiva da arte popular, da arte anônima e da arte do passado, rouba, chupa, plagia e deturpa. Nada pior do que esses intermediários, esses atravessadores da cultura popular e revolucionária”. (PIGNATARI, v.2, 1962, p. 38)

e politização), também estavam envolvidos na contenda sobre a legitimidade da produção cultural e intelectual no “trânsito brasileiro”.

Pensar a produção cultural para além de arroubos nacionalistas (em Pernambuco, sobretudo, regionalista) ou popularescos, exigia um esforço de renovação crítica teórica que passava pela revisão do cânone brasileiro. Enfoque crítico reafirmado sarcasticamente por Décio Pignatari ao longo de todo ensaio. Sarcasmo traduzido em leitura rigorosa e sistemática nas mãos de Erthos de Souza, Haroldo e Augusto de Campos, Luiz Costa Lima, João Alexandre Barbosa e Heron de Alencar. Ora, debatendo o novíssimo concretismo, ora, voltando-se para escritores esquecidos como Sousândrade e João Francisco Lisboa, buscaram os elementos de uma crítica cultural que responda aos desafios dos tempos presente (“o ponto-de-vista do investigador, enquanto participante de uma ‘história’” - BARBOSA, 1962, v. 2, p. 113). Verve, aliás, presente também nos trabalhos das seções seguintes, como podemos observar em “Pour une poésie brésilienne révolutionnaire?” (Pierre Fürter), “Teoria literária, Crítica e História” (João Alexandre) e “Jean-Luc Godard e o Cinema Moderno” (Osman de Freitas)¹⁶. O “problema da arte social” e da “arte popular” são novamente debatidos nas resenhas, como podemos observar nessa passagem mordaz assinada por Luiz Costa Lima:

RUMO À LITERATURA CHINFIRIM: A BRASILEIRA, começa logo com uma citação chinfir de Tristão de Athayde: “quando os problemas mais elementares de uma nação ainda estão em jogo, a arte é um artifício, uma exceção ou um esboço”. Para não ficar atrás da citação, o autor acrescenta sua ponta demagógica: “uma literatura não se dirige ao entretenimento de uma minoria sofisticadamente culta e indiferente” etc., etc., dirige-se a **todos**: “ao povo” etc. é ainda corrente que o autor, dos escritores anteriores a 22, revelou Castro Alves... Do momento atual, Dalton Trevisan e Clarice Lispector são os alienados (pobre palavra em moda), Guimarães Rosa de uma “verborragia inexpressiva”. No lado positivo em contraposição, restariam, “o grito autêntico e inculto de Carolina Maria de Jesus”, o romance de um “ingênuobom”, Aguinaldo Silva e depois autores do Centro de Cultura Popular de Carlos Estevam.

O autor enche a sua argumentação com absoluta falta de informação: “enquanto o Brasil é político-econômico-sociologicamente analisado e re-

¹⁶ O jovem cinéfilo da FDR, Osman de Freitas, escreve uma crônica de muita qualidade sobre “Acossado (À bout de souffle)”, primeiro filme de Jean-Luc Godard e a *Nouvelle vague*, em todo seu matiz “antidialético”, interativo, despojado e “quebrado como um vidro frágil”, rupturas que anunciam o ocaso do “esquema ação reação para ceder lugar a um dado mais espontâneo, nascido de si mesmo: o gesto [...] cinema moderno” (FREITAS, 1962, v. 2, p. 121). Osman de Freitas lembra que a “Nouvelle vague é um agrupamento de intelectuais que, a pretexto de renovar a expressão cinematográfica, cai numa posição diferente, que é a de dissecar a moral dominante, para rejeitá-la” (FREITAS, 1962, v. 2, p. 122). Formação movida pelo “desejo de realizar um cinema mais atento às solicitações de sua época” (FREITAS, 1962, v. 2, p. 125).

equacionado dia a dia, literariamente não existe nenhuma interpretação de sua condição contemporânea, com ou sem caráter dialético”.

Combinando, assim, falta de conhecimento com falta de capacidade de pensar toda a possível boa vontade do autor não funciona. (LIMA, 1962, v. 2, p. 129)

Os dois volumes do ano de 1962 foram dedicados à universidade, ao intelectual, à cultura e à literatura brasileira, voltando-se o terceiro volume (Janeiro-Março de 1963) para os embates propriamente políticos e econômicos da época. Neste prisma, Chacon analisa as relações entre os modelos de produção capitalista e comunista e sua possível interseção¹⁷, Federico Gil a conjuntura histórica da revolução cubana, Zvedei Barbu as concepções de homem e consciência no pensamento de Marx¹⁸, Luiz Costa Lima os limites da relação entre ideologia e crítica, Roberto Cavalcanti de Albuquerque a inflação e o modelo econômico brasileiro e Jomard Muniz de Britto o quadro de renovação pedagógica dos cursos de formação de professores por ocasião da nova LDB¹⁹.

A seção de Estudos traz algumas novidades. A reportagem de Calazans Fernandes, “Angola: depoimento”, introduz novos gêneros textuais no universo acadêmico. O relato jornalístico descreve com detalhes a guerra pela independência de Angola, enfatizando a violência do exército colonial e as ações propriamente racistas e genocidas das forças salazaristas²⁰. A seção também conta com a participação de um

¹⁷A “desestalinização” possibilitaria uma interseção dos modelos de produção capitalista e comunista: “haveria uma ‘desideologização’ dos estudos econômicos nas etapas mais altas de desenvolvimento, onde as soluções tendem, cada vez mais, a ser técnicas” (CHACON, 1963, v.3, p. 6).

¹⁸ As conclusões de Barbu, ao mesmo tempo que elogiam os trabalhos infantis de Marx – “por conceder mais e mais lugar à intervenção do homem no desdobramento do processo histórico” (BARBU, 1963, v. 3, p. 47) –, são significativamente críticas de seu desenvolvimento, este representado no “homem de partido”: “a sua consciência é manufaturada e sobre ele imposta pelo partido [...] se há um desenvolvimento, este não se processa no sentido da auto-determinação e da liberdade” (BARBU, 1963, v. 3, p. 52). Há alguns pontos de interseção entre as preocupações intelectuais de Barbu e as daqueles que faziam a Estudos Universitários: 1. valorização da “consciência” no desenvolvimento do processo histórico; 2. simpatia pelo legado historiográfico do jovem Marx; 3. desconfiança do stalinismo e do jdanovismo, como tradução daquele no campo cultural.

¹⁹ Neste ensaio Jomard Muniz de Britto procura apresentar os novos currículos e programas dos cursos formação de professor, “renovações solicitadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (BRITTO, 1963, v. 3, p. 93). O “dinamismo curricular” está atravessado pela renovação do perfil curricular e pelo acréscimo do extra curricular: “formar um professorado mais consciente de suas tarefas, capaz de retomá-las, colocando-se na posição devida em face do atual momento brasileiro” (BRITTO, 1963, v. 3, p. 95). Incremento da técnica permeado pela cidadania: “No último ano do curso, onde se ressalta por necessidade a importância das Didáticas Especiais e da Prática de Ensino, os alunos serão motivados para organizar um “Centro de Estudos sobre Realidade Brasileira”, inspirado nas técnicas de estudo dirigido e nas múltiplas formas de debate. Através do Centro, os alunos serão chamados a conhecer para transformar a realidade nacional, a interferir no processo de formação da opinião pública, a realizar as tarefas de uma educação fundamental urgentemente necessitada pela maioria da população brasileira” (BRITTO, 1963, v. 3, p. 96-97).

²⁰ Em nota o secretário justifica: “Escrito em outubro de 1961 em Luanda, onde o autor se encontrava na qualidade de enviado especial de revistas e jornais do sul do país, o presente documento ainda não foi divulgado. Daí a importância da presente publicação. Àqueles que se oponham a esta escolha arguindo um tratamento jornalístico ser inadequado a uma revista universitária, respondemos previamente que

texto produzido por um estudante, “Cinema e educação”, de Marcius Cortez (estudante do primeiro ano da FAFIPE e membro do SEC/UR como redator da Rádio Universidade do Recife). É verdade que Marcius Cortez e Osman de Freitas embora fossem estudantes já haviam publicado algumas crônicas de cinema nos mais distintos jornais da cidade. Mas nada furtava o mérito de ter seu primeiro estudo publicado na Estudos Universitários ao lado das novas promessas da intelligentsia pernambucana e seu carismático animador, o professor Paulo Freire.

Ademais, os embates intelectuais prosseguem nas resenhas. Luiz Costa Lima preocupado em fazer deste “espaço uma panorâmica do que de importante sucedera e não só publicara, entre o número anterior e o presente” (LIMA, 2004/2009, v. 25), desta forma ensejando novas considerações sobre a “arte engajada”.

A revista Estudos Universitários nº 4 – Abril-Junho de 1963 – é decisivamente um marco para educação brasileira, afinal, representa um primeiro compêndio dedicado ao “Sistema Paulo Freire de Educação”. Publicado logo após os bens sucedidos círculos de cultura da cidade de Angicos, o periódico vem atender uma demanda dos professores e dos estudantes envolvidos direta ou indiretamente aos programas de educação de jovens e adultos e aos centros e movimentos de cultura popular. Escrevem ensaio sobre o Sistema o próprio Paulo Freire, Jarbas Maciel, Jomard Muniz de Britto e Aurenice Cardoso²¹.

Em tom conciliador o diretor do SEC/UR aproveita o momento de consagração do Sistema Paulo Freire para reafirmar que a “autêntica” integração do homem brasileiro numa “época histórica” marcada por novas “aspirações”, “anseios” e “valores” (o que Paulo Freire chama de “trânsito”) é atravessada pela “necessidade permanente de uma atitude crítica” (FREIRE, 1963, v. 4, p. 7). A tensão da época não pode ser aceita como justificativa de ações assistencialistas: “a verdadeira assistência [...] é a que ajuda alguém a ajudar-se”. Mesmo reconhecendo a necessidade de soluções “rápidas” e “seguras”, como insistiam os CPCs e o MCP, defendia que essas ações culturais deviam ser articuladas “com o povo e nunca sobre ele, ou simplesmente para

ainda não é por uma forma jornalística de exposição que se comprometerá a seriedade intelectual que ‘Estudos Universitários’ visa desenvolver” (LIMA, 1963, v. 3, p. 107).

²¹ O artigo de Aurenice Cardoso “Conscientização e alfabetização: uma visão prática do Sistema Paulo Freire” é certamente o mais didático de todos os artigos dedicados ao Sistema educacional. A simplicidade com que a metodologista do SEC descreve as técnicas e os procedimentos de alfabetização e conscientização dos adultos nos dá a sensação de que todos os homens de letras ou não, poderiam participar desta “ação cultural pela liberdade”.

ele”. Esta lição não cansou de repetir²²: “Sempre confiamos no povo, sempre rejeitamos fórmulas doadas. Sempre acreditamos que tínhamos algo a permutar com ele, nunca exclusivamente a oferecer-lhe” (FREIRE, 1963, v. 4, p. 9).

Apesar das crescentes diferenças, Paulo Freire sempre se mostrou muito amoroso ao se referir ao trabalho desenvolvido em conjunto com o MCP. A práxis educacional era para Paulo Freire, sobretudo, “um ato de amor”:

Por isso mesmo é que a comunicação dialogal nos parece, no mais puro sentido da expressão, **um ato de amor**. De amor viril, daí fecundante. O “comunicado” anti-dialogal é falso amor, é amor eunuco, por isso não fecundo. Por isso também é que **a democratização da cultura há de ser um ato de amor fecundante**.

Ela é sobretudo diálogo. Comunicação, intercomunicação, jamais superposição doadora de “comunicados” por uma elite que se julgue ela e só ela portadora de cultura. A comunicação em que ela implica há de ter na própria realidade o elemento mediador. **O homem comum e o intelectual, mediados pela realidade de ambos, e “simpatizados”, em torno dos objetos, fazem assim, a intercomunicação que é a própria democratização da cultura.** (FREIRE, 1963, v. 4, p. 22)

Os agentes do SEC/UR, neste sentido, tendiam a moderar o tom de suas críticas ao MCP, fato que não se repete quando tratam dos CPCs da UNE, pelo contrário, sobressai-se um tom virulento²³, sobretudo, nas resenhas de Luiz Costa Lima e Francisco Bandeira de Mello, o “Bandeirinha”.

Numa perspectiva teórica Jarbas Maciel procura sistematizar os pressupostos, as técnicas e os procedimentos conjugados por Paulo Freire em sua nascente pedagogia. O filósofo, músico e matemático pensa a extensão universitária como “algo mais do que aquilo que lhe é em geral atribuído nos centros universitários da Europa e dos EE.UU. A extensão é uma **dimensão da Pré-revolução brasileira**” (MACIEL, 1963, v. 4, p. 25). Sua missão maior seria, portanto, a integração da universidade no “trânsito brasileiro” e no processo de “democratização da cultura” (MACIEL, 1963, v. 4, p. 26).

²² Em clara referência à noção de cultura popular como doação dos CPCs e MCP: “A cultura popular significa, nesse sentido, uma doação de cima para baixo, uma transferência de valores culturais possuídos e cultivados em setores privilegiados da sociedade” (ESTEVAM in FÁVERO [org.], 1983, p. 46).

²³ Comparemos a crítica que Jomard Muniz de Britto faz ao livro de leituras de adultos com as considerações de Francisco Bandeira sobre o CPCs. Para Jomard M. Britto: “Participação histórica também desempenhou o ‘livro de leitura para adultos’, do MCP, com suas frases tão óbvias e assustadoras: O pão dá saúde, saúde é vida, o voto é do povo, o povo pode, o povo sua, o povo sem casa vive no mocambo. – Estamos certos de que, com essas afirmativas, não se estava propondo nada às massas – procurava-se, *apenas*, a confirmação de sua necessidade de subsistência. (Os que reconheceram equívocos, entre eles eu, nada fizeram no momento de melhor) (BRITTO, 1963, v. 4, p. 62). No segundo: “Isso nada tem a ver com a literatura [...] o grande perigo que ameaça toda a corrente é o de buscar o popular e atingir a vulgarização” (MELLO, 1962, v. 2, p. 128).

Processo que deveria liderar rumo a “universidade popular”. Democratização das culturas reafirmada por Jomard Muniz de Britto a partir da utopia da “unificação da cultura”. O jovem presidente da Comissão Regional de Cultura Popular do MEC acredita que os projetos de educação de adultos deveriam extrair todas as potencialidades oferecidas pela sociedade de massas ampliando a participação destas pelo acesso aos canais de comunicação e de expressão, traduzindo “valores técnico-materiais em técnico-reflexivos” e promovendo a “integração cultural”. Decerto é preciso romper o que acredita ser o maior obstáculo: “a rigidez de nossa estrutura universitária – nossa, brasileira” (BRITTO, 1963, v. 4, p. 63).

O artigo de Pierre Fürter traduzido por Juracy Andrade é uma bela cartografia do Nordeste sob a perspectiva de um estrangeiro: “quinta parte do território brasileiro (três vezes o da França) e compreende a terça parte da sua população (quatro vezes a da Suíça) [...] região, considerada uma das mais miseráveis do mundo” (FÜRTER, 1963, v. 4, p. 103). Centrando nos problemas da educação brasileira o crítico suíço resume os novos projetos políticos e sociais dos educadores do MCP e do SEC/UR, como quadro de renovação da luta histórica travada pelos “pioneiros da educação brasileira” e do próprio ISEB. A criação do SEC/UR é entendida como fruto do esforço do professor Paulo Freire em humanizar os planejamentos, suas técnicas e tecnologias, suprimindo “a falta de uma base ideológica profunda” e, deste modo, evitando os riscos da “consciência fanática, a qual procurará pela violência, um equilíbrio superficial” (FÜRTER, 1963, v. 4, p. 110). A categoria de “cultura popular” do CPCs e do MCP é brevemente apresentada como: “unidade cultural e ideológica da nação”, “frente comum cultural”, “‘ciência da nacionalidade’, um mito”, “maneira de projetar-se com sujeito na história nacional: a cultura popular é afirmar que o povo não é apenas uma massa, mas que ele deve poder exprimir-se, que é preciso levar em conta as suas necessidades” (FÜRTER, 1963, v. 4, p. 110). Sendo, em seguida, confrontada com as problematizações suscitadas por Paulo Freire:

Essas confusões ideológicas são perigosas pois podem ser manipuladas em proveito de grupos, relativamente pouco fortes, mas bem organizados, os quais radicalizarão a situação sem, no entanto, resolver o problema-chave da democratização em profundidade. O Prof. Paulo Freire imaginou pois um Serviço de Extensão Cultural universitário que teria como principal função despertar os meios universitários para as necessidades concretas da situação atual e dar a esses meios formas de ação prática. (FÜRTER, 1963, v. 4, p. 111)

Nos estudos e resenhas encontramos um desmonte do mais novo trabalho de Álvaro Viera de Pinto e novas afrontas à “simplificação na arte [...] tão solicitada pelo CPC, UNE, MCP, etc.” (CORTEZ, 1963, v. 4, p. 152).

Se a discussão do Sistema Paulo Freire de Educação poderia soar subversivo em alguns círculos letrados do Recife, o que devem ter ficado a pensar do volume seguinte, no qual encontramos três ensaios dedicados ao marxismo. Número este que viria a ser o último publicado pelo SEC/UR. Aqueles que afirmavam que o Sistema Paulo Freire encerrava na alfabetização (PAIVA, 1980), o ensaio “Uma sugestão para a segunda etapa do Sistema Paulo Freire”, do Padre Paulo Gaspar²⁴ (bem como aquele assinado por Jarbas Maciel no número anterior) mostra que não faltavam sugestões para dar prosseguimento à experiência educacional.

Os três ensaios seguintes são dedicados ao marxismo. Benedito Nunes, poeta e professor do Departamento de Filosofia da Universidade do Pará, elucida em “Marxismo e existencialismo” o caminho que levaria Sartre a “encontrar na existência a origem mesma da dialética” e o marxismo como a “filosofia insuperável do nosso tempo” (NUNES, 1963, v. 5, p. 14). “Intolerância & marxismo”, de Leandro Konder (à época jornalista, redator da revista Estudos Sociais) é uma reflexão sobre as alas dogmáticas desta corrente e sua inflexibilidade à crítica e ao diálogo.

Tendo em vista, que uma das maiores preocupações do secretário da Estudos Universitários era justamente desconstruir no seio do próprio marxismo o legado crítico do stalinismo e suas vertentes no campo cultural seu ensaio “Trotsky: arte e marxismo” traz expressa esta pretensão intelectual de superar o dogmatismo de esquerda. Por conseguinte, este movimento que denuncia os termos da herança teórica e estética do stalinismo é sucursal ao gesto de escoimar determinados autores marxistas desta ação demeritória, bem como da alcunha de “revisionista” imposta pelos próprios marxistas²⁵. Embora, reconheça que o antigo comandante do Exército Vermelho não tenha sido uma autoridade em crítica literária como “críticos e pensadores marxistas europeus, Lukàcs, Gramsci, W. Benjamin, Cr. Caudwell, Goldmann, Hauser e E. Fischer”, seu livro “Literatura e revolução” se destaca pela defesa que faz da compreensão interna da obra,

²⁴Padre jesuíta antigo membro do SEC/UR e professor de ciências políticas na Universidade Católica de Pernambuco. Gaspar ganharia destaque como tradutor de Hegel no Brasil.

²⁵ Deste modo, a divisão da obra de Marx proposta por Barbu na Estudos Universitários anterior é retomada por Luiz Costa Lima tendo em vista a “ambigüidade de interpretações” que o pesquisador alemão engendrou em torno da produção artística.

pela recusa da ingerência partidária na cultura e pelos questionamentos em torno de uma suposta “arte proletária”²⁶. A conclusão do crítico vem em forma de “bofetada”:

Hoje em dia, com freqüência, e às vezes com razão, o marxismo vem sendo confundido com **sectarismo** ou **estupidez**. A ausência da obra de Trotsky, a exemplo de *Literatura e Revolução*, na bibliografia dos estudiosos é indispensável para aquela identificação. (LIMA, 1963, v. 5, p. 39 – grifos nossos)

O estudo de Sebastião Uchoa Leite, “Participação cultural – algumas posições críticas”, toma “como ponto de referencia básico” o *I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular*²⁷. Sua participação na Subcomissão de Praças de Cultura da Comissão B (“Meios técnicos de comunicação de trabalho de cultura popular”) ressalta a disputa em torno do “conceito de que se chama cultura popular” (LEITE, 1963, v. 5, p. 97). Sebastião Uchoa Leite estava preocupado em debater as diversas apropriações que os movimentos sociais deram a representação de cultura popular. Doravante o depoimento do poeta nos afirma que não houve concessões para debates neste sentido:

Esse é o núcleo da questão: os conceito diversos que podem haver de cultura popular. Se houve uma deficiência grave no *I encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*, foi a não colocação efetiva desse problema. Assim ficamos ao sabor do puro arbítrio das conceituações, ou melhor, das noções diversas de cultura popular que informam o pensamento e a atividade, a teoria e a práxis dos diversos grupos e movimentos que participaram daquele Encontro. (LEITE, 1963, v. 5, p. 98)²⁸

As reflexões teóricas sobre a cultura popular, desconsideradas pelo relatório daquela comissão, seriam retomadas pelo mesmo autor três anos depois na Revista *Civilização Brasileira*. Um rigoroso panorama dos projetos políticos e sociais sob o foco da educação e da cultura, mas voltemos a 1963²⁹. Um trecho interessante do estudo de Sebastião Uchoa Leite é a interseção que faz entre as concepções de cultura popular em Freyre sociólogo e em Freire educador:

²⁶“populismo reacionário, um pouco falsificado para se ajustar a uma ideologia ‘proletária’” (LIMA, 1963, v. 5, p. 38).

²⁷ O encontro foi realizado no Recife em setembro de 1963.

²⁸ O relatório apresentado pela Comissão B definia a arte popular da seguinte forma: “arte popular é uma pressão e conquista do próprio povo que simpático aos ideais populares se coloca em sua defesa [...] arte popular é uma pressão e conquista do próprio povo que, através de suas lutas, no processo político brasileiro, encetou condições para ver representadas suas necessidades e aspirações” (in FÁVERO, 1983, p. 215-216). Seu conceito de povo não era menos tosco: “povo, hoje, no Brasil, é todo grupo social empenhado objetivamente na libertação de nossas forças produtivas” (in FÁVERO, 1983, p. 216).

²⁹ Parte do ensaio do poeta foi replicado por Carlos Guilherme Mota em “Ideologia da cultura brasileira” (2008).

faz-se mister não torná-la simples objeto de gosto exótico, convertê-la em algo interessantemente típico para a distração dos intelectuais de elite e em matéria de especulações ociosas, **como o faz certa sociologia nostálgica e patriarcal**. Nessa perspectiva é que se encaixa a proteção paternalista à cultura popular que se torna “cultura popular” entre aspas. Como tantas vezes tem explicado o professor Paulo Freire em suas palestras, caracteriza-se essa atitude como uma redução ontológica, que transforma o sujeito em objeto. (LEITE, 1963, v. 5, p. 100-101 – grifos nossos)

A interpretação de Gilberto Freyre, ensejando a crítica ao “paternalismo” das classes dirigentes às quais filia o sociólogo, não ignora a vocação paternal das esquerdas:

Outra atitude paternalista é a de se querer impingir às camadas populares uma espécie de replica de sua própria criatividade, tendo como pretexto pura politização. E recorremos novamente ao professor acima citado, que demonstrou cabalmente com a criação do seu método que a politização não pode ser impingida, mas tem de ser uma escolha e por isso só pode surgir após a conscientização. Esta é que deve ser a preocupação central do indivíduos de elite conscientes do problema povo e cultura: a de dar condições de escolha às camadas populares, que permanecem desinstrumentalizadas dentro de um regime de privilégios. (LEITE, 1963, v. 5, p. 101)

O poeta e professor da Faculdade de Biblioteconomia estava bem atento às lições do coordenador do SEC/UR. Ao descrever o encaminhamento da subcomissão de Praças de Cultura esboça os termos do encontro entre a “cultural popular” e a “cultura de elite”: “o encontro só é realizável dentro de uma possibilidade de abertura [...] essa abertura não só se deve dar no plano do conteúdo das obras, mas também no plano da forma” (LEITE, 1963, v. 5, p. 103)³⁰. Sem a polidez de Uchoa Leite, Luís Costa Lima protesta nas resenhas contra o revés que sofreram por ocasião da Comissão B do I Encontro de Cultura Popular:

Na impossibilidade de os seus defensores conseguirem argumentos para justificá-la, assume a posição de negaceio, dos juízos implícitos, de ojeriza a “estas discussões teóricas”. Foi o que recentemente aconteceu no Encontro de Cultura Popular, realizado em Recife de 15 a 21 de setembro passado. Alegando que não se deve discutir o que significasse cultura popular, procuraram os defensores do manifesto do cpc da UNE concentrar as

³⁰ Apesar de não citar o trabalho do Teatro Popular do Nordeste a conclusão de Sebastião Uchoa Leite está muito próxima do programa esboçado pelo grupo cênico. Hermilo Borba Filho e Ariano Suassuna, como criadores do TPN, acreditavam que unindo elementos da cultura erudita às representações, às formas de expressão, às linguagens, às estéticas e aos temas da cultura popular e local poderiam renovar a expressão artística brasileira. Os temas do estudo de Sebastião Uchoa são retomados em “cultura popular: esboço de uma resenha crítica” publicado na revista *Civilização Brasileira* (1965, nº 4).

discussões sobre os meios práticos de incremento da cultura popular. Mas, como não poderia deixar de ser, qualquer postulação prática teria de derivar de uma formulação teórica. O que vale dizer, negando sentido à discussão do que significasse a expressa cultura popular procuraram e conseguiram os representantes de manifesto referido partir implicitamente das suas idéias básicas, que serão então acatadas na prática, sem a necessidade arriscada da sua anterior defesa em uma discussão pública. Daí decorreu muito naturalmente a eliminação em relatório geral de afirmações, contidas em um dos relatórios das subcomissões, que contrariavam os a priori implícitos (melhor seria dizer, embutidos) que não se queria discutir. O infantilismo de esquerda de uns, ligado ao oportunismo de outros pode seriamente comprometer programas de cultura popular. Contra uns e outros é que imediatamente se dirige o artigo resenhado. (LIMA, 1963, v. 5, p. 111)³¹.

Em outras páginas, Orlando da Costa Ferreira fala de “vanguarda e sectarismo” ao resenhar a revista “Invenção”, enquanto, ao seu lado, Marcius Cortez escreve sobre três artigos de Hermilo Borba Filho publicados no jornal do Commercio: “Escultura popular e mamulengo”, “A comicidade do mamulengo” e “Ator e espetáculo no mamulengo”. Decerto, uma perspectiva de arte popular diferente daquela apresentada no Encontro. Na última página, Luiz Costa Lima discorre sobre um artigo do amigo Sebastião Uchoa Leite em torno do cinema novo, há não muito publicado no caderno literário do Última Hora³². Na coluna do lado, Adão Pinheiro (curador do Museu Antropológico do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais) anuncia: “ENFIM COMEÇA em bom tempo a saudável reação contra a Bossa Nova” (PINHEIRO, 1963, v. 5, p. 114). Fechado este último volume nos parece inevitável afirmar que a Estudos Universitários se dispõe matizada, tal qual caleidoscópio em seu colorido temático e suas posições conflituosas, às vezes belicosas, embora estes fatores não impliquem a perda da unidade. E por que afirmamos isto? Porque a experiência de leitura remete inevitavelmente para o SEC/UR e suas contendidas. Do rigor do designer gráfico e dos ensaios à emersão cordial ou mordaz nos debates da época.

As fontes indicam que a última página deste volume foi censurada e expurgada logo após a sua publicação. Os motivos narraremos no item seguinte. Por ora, cabe mencionar que o mesmo acontecimento foi vital para a demissão do então secretário Luiz Costa Lima. Cabe-nos, igualmente, sintetizar a máquina periodista posta em funcionamento por aqueles que faziam a Estudos Universitários: à concepção “realista

³¹ O debate teórico sobre cultura popular era visto como uma perda de tempo ou reformismo: “são os que embora atuando nas esquerdas, não se desfizeram ainda do hábito de pensar abstratamente e confundem soluções concretas com reformismo.” (ESTEVAM in FÁVERO, 1983, p. 33) ou “perde-se muito tempo em debates que visam unicamente demonstrar que essa técnica não deve ser de natureza assistencial ou paternalista” (ESTEVAM in FÁVERO, 1983, p. 44).

³² “Cinema, realidade e invenção” – Última Hora - 20/10/ 1963

de cultura” que orientava a revista subjazia uma representação específica do intelectual e da cultura brasileira. Já analisamos nos itens anteriores deste trabalho como no campo educacional esta representação comum aos membros do SEC/UR pautava-se no sistema Paulo Freire de Educação e sua defesa da ação cultural “crítica-integrada” (“orgânica”) e “dialógica”, sobretudo, comprometida com processo de “democratização fundamental” (Mannheim) como meio de correção do “desenvolvimento desigual”. O “diálogo” e a “organicidade” é o cerne do próprio fazer intelectual “autêntico”. Nesta perspectiva, as comunidades regionais emergem através da “conscientização” como agentes de sua própria transformação política, opondo um modelo de desenvolvimento arbitrário e centralizador. Inverte-se, portanto, a dinâmica do desenvolvimento nacional através da participação popular no conjunto de reformas sociais denominadas de “reformas de base”.

Na encruzilhada do movimento de conscientização o SEC/UR se encontra com os agentes, os grupos e as entidades que compunham uma ampla frente de mobilização educacional da época. Apenas em Pernambuco atuavam: JUC, MCP, MEB, AP, dentre outros grupos³³. Roberto Aguiar em trabalho no qual procura mapear as ideologias políticas em Pernambuco nos anos 1950-60 caracterizaria a “revolução através da conscientização” como uma expressão de uma ideologia “essencialmente de natureza elitista e espiritualista” (AGUIAR, 1993, p. 184). As unidades de medida desta afirmação são principalmente quatro: 1. a origem de classe dos agentes que assumiram a “educação como foco de projeto social em Pernambuco” (expressão que intitula um belo ensaio de Silke Weber), em sua maioria da classe média e alta; 2. a representação do intelectual como consciência avançada das massas; 3. o gesto doador ou pivotante que atribuíam à atividade intelectual que desenvolviam e a hierarquização dos saberes e do processo educacional em questão, sobretudo, quando reivindicam a elevação cultural do povo; 4. o deslocamento do conceito de revolução social, priorizando um “movimento moral” na superestrutura em detrimento do assalto à infra-estrutura (*La chute de la Bastille*). Terminada a leitura da Estudos Universitários podemos afirmar

³³ Sebastião Uchoa Leite outros grupos em plena atuação no biênio 1963/64: De pé no chão também se aprende a ler (RN); Campanha de educação popular (CEPLAR - PB); MCPs (AM, RJ, SP); Secretaria de cultura popular e Associação dos favelados (MG), Instituto de cultura popular (GO); Departamento de arte popular (PA); Comissão estadual de cultura popular (SP); Secretaria de cultura popular (RS); CPCs (PI, CE, AL, ES, BA, RJ, MG, SP, RS, SE, PR); MEB (Norte e Nordeste do país). Ainda existiam as campanhas e os programas de alfabetização espalhados por todo país: Comissão nacional e regional de cultura popular do MEC, Plano Nacional de Alfabetização e Comissão nacional de alfabetização (LEITE, 1965, p. 282-285).

que apenas o primeiro e o último ponto se encaixam no caso do SEC/UR. Primeiramente ao taxar de elitista estes grupos tendo em vista a origem de classes dos agentes engajados, Roberto Aguiar ignora a própria representação do intelectual na modernidade ocidental, esta, sobretudo amparada em tradições heterodoxas como Émile Zola, Julien Benda, Antonio Gramsci, Karl Mannheim e Sartre (os dois últimos com recepção extraordinária no Brasil). Os principais traços de expressão desta representação é justamente a articulação entre os espaços definidos e privilegiados que ocupam na divisão social do trabalho (o letrado) e a vocação política que reivindicam – “il se mêle de ce qui, ne le regarde pas (Sartre). Ou seja, Aguiar ao taxar aqueles agentes e suas formações de “elitista” e “espiritualista”, atestando o lugar que ocupam de trabalhador não manual vinculados ao processo de produção, circulação e recepção da cultura não nos ajuda a compreender a nossa história intelectual recente porque encerra a multiplicidade dos agentes no óbvio: a origem de classe dos letrados. Por outro lado, ao afirmar que o lugar da revolução política é a infra-estrutura e a luta de classes (e não a cultura ou qualquer outro campo de atuação), assume uma posição determinista e monista da história que ignora as micro-revoluções dos campos de produção. O sociólogo apenas enxerga o uno onde encontramos a multiplicidade: “esquerdas radicais”, “esquerdas positivas”, esquerdas negativas”, “populistas”, “católicos radicais”, “românticos revolucionários”, “comunistas”, “marxistencialistas”, “cineclubistas”, “poetas”, “educadores popular”, “professores progressistas”, “ideólogos”, etc. A vasta terminologia cunhada e empregada pelos pesquisadores já não é em si um indício desta multiplicidade? Decerto, os intelectuais que atuavam nestes grupos tenderam a se colocarem como guias das massas, mas tendo observado as bases do pensamento do jovem Freire não podemos afirmar que o mesmo representa à emergência de uma crítica a este traço de expressão dito “elitista” e “espiritualista”?³⁴ Esta posição crítica em relação à cultura e ao intelectual brasileiro, embasada, sobretudo, no sistema Paulo Freire de Educação, talvez seja a principal singularidade do SEC/UR. Lendo os artigos da Estudos Universitários também percebemos como este traço passa por apropriações variadas, da crítica mordaz ao CPCs aos embates com os defensores da “alta cultura” ou do “otimismo humanista universitário”³⁵. Embora

³⁴ Daí a dissolução da sala de aula, dos seus atores (professor e aluno) e das cartilhas nos círculos de cultura e a oposição que fazia entre as categorias de comunicado e diálogo (ou dialogação) ou entre doação, assistência e ajuda autêntica (mais tarde oporia extensão à comunicação e ação cultural).

³⁵ Expressão empregada por Marilena Chauí ao tratar do humanismo tradicional tão presente nas primeiras universidades brasileiras (CHAUÍ, 2006, 22).

muitos grupos tenham se apropriado ao longo do ano de 1963-64 do sistema Paulo Freire de educação³⁶ e neste movimento tenham pelos mais diversos motivos ignorado ou distorcido esta dimensão crítica da educação e da cultura, qual seria o resultado do Plano Nacional de Alfabetização e da Comissão Nacional de Cultura Popular entendendo-as como institucionalização do pensamento crítico do jovem Freire? Não podemos saber, mas tendo em vista a posição assumida pelo SEC/UR no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular (realizado em 1963 no Recife) podemos supor que seria conflituosa. Não era apenas o conceito de cultura e educação popular que estava em questão, afinal, subjaz a todo este debate as representações legítimas de intelectual e cultura brasileira que reivindicavam. Ademais, chamá-los de “elitistas” e “espiritualistas” por acreditarem na transformação radical das estruturas sociais do Brasil através da conscientização e da ação democrática (como era o caso do SEC/UR, do MCP, do MEB, da JUC, dentre outros) não nos diz nada. Talvez tenham sido “elitistas” e “espiritualistas”, mas os pontos listados por Roberto Aguiar não nos convence destas características. Tivesse o autor optado por analisar as práticas e as representações conjugadas pelos grupos da época (como fez brevemente ao analisar o Estatuto do MCP) em vez da ideologia da época, talvez, pudesse nos convencer com sua peremptória conclusão: “as ideologias de mudança social expressas por todas quatro entidades – MCP, MEB, JUC, AP – eram essencialmente de natureza elitista e espiritualista.” (AGUIAR, 1993, p. 184). Ainda assim, a voz crítica do SEC/UR, cujos membros participaram diretamente ou indiretamente destes grupos, seria uma exceção.

Aqueles que faziam a Estudos Universitários reivindicavam uma leitura crítica da “realidade e da cultura brasileira”, leitura, sobretudo sincrética ou “heterodoxa” (tendo em vista a gama de colaboradores) e programática (traçando metas para superação do que acreditavam ser “os desafios da realidade brasileira”). Conjugavam, portanto, uma representação de cultura inseparável da democracia, da ação cidadã e do engajamento social num quadro de “transição histórica” que acreditavam viver (“situação”, “trânsito” de uma “sociedade fechada” para uma “sociedade aberta”). A emersão popular era entendida como a possibilidade de reforma radical das estruturas sociais do país: “na verdade, não há crise, no sentido desvalorativo. Há passagem, há partejamento, com todas as implicações desses processos” (FREIRE, 1962, p. 9). Contavam com a força dos movimentos educacionais daqueles anos e com a experiência

³⁶ Como por exemplo o MCP que empregava o sistema e as cartilhas ou nos CPCs e suas replicações dos postulados de Carlos Estevam e Ferreira Goulart sobre cultura popular.

estética amadora dos anos 1950, aliás, não duvidavam da potência da literatura, da música, do cinema e das outras artes quando tomados como elementos de uma crítica transformadora da “realidade brasileira”. É a partir deste prisma que dialogaram com a frente de “cultura popular” e que passaram a criticar os movimentos que a reivindicam como instrumento de politização das massas. O cerne da questão não era em si a politização, mas a subordinação da arte e da cultura as formas de expressão e conteúdo estritamente político-partidárias. A proselitismo. Estas questões norteiam os ensaios de Paulo Freire, Jarbas Maciel, Aurenice Cardoso, Jomard Muniz de Britto, Pierre Fürter e Paulo Gaspar. No campo da crítica literária e da cultura encontramos um movimento parecido no momento em que a aproximação com as ciências humanas, seus métodos e objetos de investigação (sobretudo, da história e da sociologia da literatura) representa a opção por um horizonte de possibilidades no qual a análise formal da obra enseja a compreensão da realidade social do texto e do crítico. Cabe ao crítico extrair as potencialidades que o texto oferece aos desafios do presente. Desafios estéticos e políticos. Apenas neste sentido compreendem a tradição, como possibilidade de revisão estética e política rigorosa do presente e suas virtualidades. É o que podemos constatar na resposta dada por Luiz Costa Lima quando em 1962, indagado sobre sua concepção de tradição:

Em síntese, sobre João Cabral (ou qualquer autor) não basta afirmar que ele aprendeu a lição dos outros (por favor, nos libertemos das coisas óbvias), mas indagar porque lhe foi oportuna a lição destes outros. Há uma oportunidade alienada, há uma oportunidade integrada. Só esta realiza a tradição que em si mesmo significa fluir temporalidade, situacionalidade. (Diário de Pernambuco – 25/ 07/ 1962, p.4).

É neste veio que podemos situar os trabalhos de João Alexandre Barbosa, Luiz Costa Lima, Haroldo e Augusto de Campos, Décio Pignatari, Orlando da Costa Ferreira, Pierre Fürter, Sebastião Uchoa Leite, Osman de Freitas, Marcius Cortez. Há um consenso quanto ao papel da universidade brasileira como instituição de vanguarda do processo de reforma estrutural do Estado brasileiro, sobretudo, a democratização da cultura. Esta ênfase, João Alexandre já sublinhava no ensaio que publicou no primeiro volume da *Estudos Universitários*:

Em primeiro lugar, a Universidade tem que desenvolver naquele que dela participa a ambição pelo conhecimento concreto de uma realidade que enfrenta certo momento cultural. Não é possível continuar pensando na

Universidade como elemento apenas decorativo. Como instituição que apenas dignifica um Estado. Ela tem a sua parcela de responsabilidade no desenvolvimento que se efetue ou, mais importante ainda, que deixe de se efetuar. De elemento apenas decorativo, ela tem que passar a elemento impulsionador de novas descobertas acerca de uma realidade que se vive. A sua estrutura deve permitir um equacionamento preciso e exato de todas as variações que a sociedade, em que se acha inserta, possa registrar. E dissemos conhecimento concreto por nos parecer que é insuficiente e mesmo pernicioso o conhecimento apenas teórico ou ideal desta mesma realidade. (BARBOSA, 1962, v. 1, p. 74)

Bem como o próprio Paulo Freire ao reivindicar que o “professor universitário como educador:

Estão a exigir da Universidade uma crescente e corajosa abertura a seu modo para que se faça uma instituição autêntica de seu tempo. Para que, preocupando-se com o real e verdadeiramente universal, não se sinta em contradição ao se preocupar com o local regional. (FREIRE, 1962, v.1, p. 47).

Vocação social, política e cultural da universidade e do professor universitário que sempre se fez presente nos debates midiáticos pela *revista de cultura da UR*. Em todas as seções: ensaios, estudos e resenhas. Assim o SEC/UR segue, também, ao encontro das reivindicações e das novas formas de expressão política dos estudantes, como podemos observar nesta passagem da “Universidade crítica” de Luiz Antonio Cunha:

O movimento estudantil, por sua vez, desenvolveu, progressivamente, uma educação alternativa à da instituição universitária, acionadas pelos centros acadêmicos, cineclubes e outras iniciativas artísticas, que, em 1963, já extravasavam o espaço propriamente escolar, passando os estudantes a integrar movimentos de cultura popular e alfabetização de adultos. [...] A universidade poderia e deveria mudar sua função, assumindo uma posição crítica, isto é, denunciando a realidade existente para os estudantes e para o povo em geral. (CUNHA, 2007, p. 210).

No caso do SEC/UR o que subjaz a este projeto político-pedagógico que exigem da universidade brasileira é uma representação do intelectual, da educação e da cultura brasileira crítica e integrada, comprometimento sócio-político e estético com a democracia, com a ética, a cidadania e outros valores universais do novo humanismo (o que apresentavam em seminários como “problemas da realidade brasileira”). A “democratização fundamental” (objetivo maior desta atuação técnica interdisciplinar de artistas, educadores, críticos, pesquisadores das ciências humanas e estudantes) é

representada como “abertura da cultura” (João Alexandre Barbosa), “encontro das culturas” (Sebastião Uchoa Leite), “unificação das culturas”, “Integração cultural” (Jomard Muniz de Britto), “erradicação da alienação” (Jarbas Maciel). Buscavam, assim, não só uma intensa economia de livre troca entre as formas de expressão ditas populares e eruditas, em nível de produção cultural e artística, mas, também, uma solução “autêntica” (porque “dialógica” e “orgânica”) aos desafios políticos e estéticos com os quais defrontavam. O “diálogo” ou “dialogação” é decerto, a prática/técnica que melhor representa este ideal de “democratização da cultura”. Freire costumava pensar o diálogo como um “gesto de amor”, bem como sua expressão programática: “a democratização da cultura há de ser um ato de amor fecundante” (FREIRE, 1963, v. 4, p. 22). Nas discussões no campo das ciências políticas e da economia o projeto está alicerçado em uma dinâmica de “desideologização” das técnicas orientando a interseção dos modelos de produção liberais e socialistas. Surge então toda uma discussão do legado marxista a partir de uma perspectiva da consciência e da cultura. As reformas surgem como fruto da ação coordenada e localizada das técnicas em prol das reivindicações da sociedade em “trânsito”. Colocam, pois, em prática o desmonte crítico do stalinismo e de outras correntes ortodoxas, ao mesmo tempo em que reinventam a tradição marxista. Neste movimento, cientistas sociais e críticos desenterram o jovem Marx, Gramsci, Trotsky, Benjamin, Adorno, Lukács, Wright Mills, Goldmann, dentre outros, constituindo politicamente, talvez aquilo que chamariam de uma “terceira via”. Por isto foram taxados de revisionistas e “marxistencialistas” pelas esquerdas e de comunistas pelos reacionários ao defenderem a ação educacional e a cultural como cerne da “pré-revolução brasileira”. Dinâmica de humanização e integração-crítica da técnica para superação de um quadro de modernização sem mudanças. O que Freire chamaria de “ação cultural para liberdade”.

3.2 Vituperações letradas: os embates intelectuais em torno da revista

*Minha língua é ofídica
Minha figura é a elipse
Sebastião Uchoa Leite*

Quando Paulo Freire assumiu a direção do SEC/UR, a Estudos Universitários era apenas um ambicioso projeto e Luiz Costa Lima seu grande instigador. Na época

ambos integravam o corpo docente da Universidade do Recife e afora a distância que separava a FAFIPE e a EBAP, nutriam de uma amizade que se projetava para além das relações meramente profissionais. Luiz Costa Lima que descobrira a literatura aos dezesseis (até, então, sonhava com a matemática³⁷), teve o privilégio de ter como “guia no transe”, o vizinho e amigo Paulo Freire³⁸. O educador e sua biblioteca tiveram um papel importante na formação do aspirante a crítico literário em sua trajetória até a FDR.

Na universidade, Luiz Costa Lima conheceu a maioria dos seus futuros colegas do Serviço de Extensão Cultural, escritores, cinéfilos e militantes do movimento estudantil. Rompia, então, o isolamento e a timidez na companhia de Sebastião Uchoa Leite, João Alexandre Barbosa e Jorge Wanderley que “já eram apontados como literatos, senão como autores de certos textos” (LIMA, 1991, p. 15). Os mesmos três amigos que o levaram a primeira vez ao atelier da rua Amélia, 415, sede do Gráfico Amador. Perto de se formar seguiu para fazer intercâmbio na Alemanha, mas imprevistos terminaram o conduzindo para Madri, lá tomando contato com o poeta João Cabral, Damaso Alonso e com os irmãos Campos (do Movimento Concretista). Em território hispânico vivenciou os horrores do franquismo, começando a despertar para a cena política até então desprezada.

Após o retorno não encontrou dificuldade em ser aceito como professor das melhores faculdades do Recife. De volta, passada uma “atualização do interesse político”, anuncia em agosto de 1960 no I Congresso de crítica e história literária a “singularidade da situação do escritor no presente momento nacional” em referência à tese do “professor e amigo Paulo Freire” no campo da educação (LIMA, 1960, p. 200)³⁹. A tese é aprovada com louvor. Convidado pelos amigos passa a colaborar com os cadernos dominicais da cidade, sendo anunciado, após a criação do SEC/UR, como secretário da Revista Estudos Universitários (Boletim de Atividades do SEC, 1962, v.1). Os jornais da cidade fervilhavam, rachados pelo nascente ruído daquele periódico cultural politicamente inspirado, já cansado de repetir o saudoso refrão do regionalismo tradicionalista ao seu modo.

³⁷ O que significa que provavelmente estudaria na EEP em vez da FDR.

³⁸ Sobre esta época Luiz Costa Lima lembraria: “Elimino a memória dos conflitos familiares para agora, quase quarenta anos passados, testemunhar minha gratidão a um vizinho que foi o meu guia no transe; pouco depois, seríamos companheiros na esperança e no infortúnio político: Paulo Freire” (LIMA, 1991, p. 15).

³⁹ “Educação e atualidade brasileira” (1959)

Este sentimento de rivalidade à tradição intelectual consagrada por Gilberto Freyre aparece ora de forma latente, ora expressa, nos cinco primeiros volumes da revista Estudos Universitários, tendo sido por diversas vezes objeto de reflexão e de rememoração daquelas gerações⁴⁰. Nos jornais esta tensão ganha a esfera pública em diversas afrontas mútuas. Como aqueles que faziam a Estudos Universitários nem estavam com a ortodoxia marxista ou, muito menos, eram simpáticos dos agentes da reação, ficavam lutando pelo meio, lutando por ambos os lados. Ora, vistos como “reformistas”, ora como “subversivos”. Esta terceira via fica bastante explícita num acontecimento narrado por Luiz Costa Lima:

Maior apoio encontrávamos entre os estudantes. Lembro-me de haver participado de exposições, seguidas de discussões inteligentes na Escola de Engenharia – que então ficava muito próxima da Faculdade de Direito. Na última discussão de que participei na Escola de Engenharia, alguém me perguntava se estava propondo uma terceira via – nem o capitalismo, nem o socialismo stalinista. Não sei o que respondi. Mas provavelmente a pergunta apontava para o rumo certo (LIMA, 2007, p. 46).

Embora o posicionamento assumido pelo SEC/UR não fosse ortodoxamente coeso (como estava tão em voga nas fileiras militaristas de extrema direita ou de extrema esquerda), tentamos ao longo desta pesquisa identificar os vetores de sua atuação intelectual. Disposições estas que recebiam conotações diferenciadas nos jornais da cidade. O jornal era o espaço privilegiado destas confrontações nas quais inscreviam suas fronteiras política, ética e estética. São justamente estas disputas internas que definem a consistência do campo intelectual. Nesta perspectiva as sanhas letradas são mais do que simples polêmicas, afinal, para além do papel formativo são através delas que os intelectuais desenham as fronteiras de suas respectivas territorialidades, demarcando interesses, filiações e alianças. Vejamos então em que confrontos se envolveram aqueles que faziam a Estudos Universitários, que posições de “atração e “repulsão” arregimentaram e que tipo de visibilidade e hostilidade despertaram.

A revista de cultura da UR ainda estava no prelo da Imprensa Universitária quando o então jornalista César Leal que assinava a coluna “Diário literário” (do Diário

⁴⁰ Luiz Costa Lima dedicou alguns ensaios ao que chamou de “precariedade do sistema intelectual no Brasil” e seu habitus auditivo (1981; 1990). Jomard Muniz escreveu vários “atentados poéticos” (ensaio-poema) sobre o tema (ver principalmente a seções “Poeticidade em trânsito” e “Replicantes mitologias” - 2002). As narrativas mnemônicas de Sebastião Uchoa Leite e de outros agentes entrevistados convergem neste sentido.

de Pernambuco) passou a publicar os artigos “Problemas da nova crítica no Brasil”, problematizando sub-repticiamente a “concepção realista de cultura” que norteava a criação daquele periódico. A “nova crítica”, cujas deficiências o colunista destacava, era uma referência direta à linha representada pelo secretário da Estudos Universitários e seus colaboradores. O começo de tudo foram algumas acepções sobre o movimento concretista (“poetas frustrados”; “o concretismo é desespero”) e sobre a influência das ciências humanas na crítica literária: “Necessário se torna abandonar certas posições que Gilberto Freyre considerou recentemente muito próprias de certos intelectuais franceses: a preocupação política e sociológica em temas que devem ser vistos globalmente” (Diário de Pernambuco – 17 de junho de 1962). Mas, o estopim da contenda fora decididamente a exposição pública da carta enviada por Luiz Costa Lima ao crítico do Diário, motivando longas semanas de discussão. As problematizações passam a ser levantadas por este de acordo com as questões propostas na carta, tendo sido a obra de Ariano Suassuna e o “participante criticismo” um primeiro ponto de embate, como podemos observar⁴¹:

Verifica-se, portanto, que se Luis da Costa Lima vivesse na Renascença, diria que Dante era um “alienado”, tal como afirma hoje de Ariano Suassuna. Cito um exemplo. Não estou comparando Ariano e Dante. Para justificar meu ponto de vista, transcrevo este trecho da carta de Luis da Costa Lima: “Na medida em que o Brasil cresce em dinamicidade, em agitação, em crise de valores, manter uma filiação com uma visão esteticista é manter lentes agora inadequadas à visualização da realidade brasileira”.

Como se vê: o que o nosso crítico parece desejar é **realização** de uma literatura de acordo com um padrão previamente bitolado pela sua teoria crítica... Então o critério para o julgamento de valor já não será o resultante da análise da obra literária em si, mas a descoberta nela de algo que prove estar o escritor **caminhando** de acordo com a “realidade”. Agora resta saber o que é a **realidade**. Por tal critério de julgamento, poucos serão os grandes autores. Entre os banidos se encontram Goethe, Dante... e até o nosso pequeno porém bem comportado Machado de Assis. Ao mesmo tempo, Luis Costa Lima admira Guimarães Rosa e Clarice Lispector. Serão escritores desalienados ou gênios que por essa excepcional condição, excluem-se da estrita bitola de seu participante criticismo? (Diário de Pernambuco – 08/07/1962, p. 6)

A contenda prossegue acerca da “tradição” e de João Cabral como poeta da tradição. Luiz Costa Lima defendendo a existência de “tradições” e César Leal da “Tradição”. Para Cesar Leal era inconcebível que o crítico em seu exercício considerasse os problemas políticos de sua sociedade. Vituperava:

⁴¹ Ainda no dia 27 de junho de 1962, o lançamento da revista de cultura da UR aparece com relativo destaque no Jornal do Commercio, bem como, o seu programa “combativo” e “realista”.

Outro ponto que merece reparos na carta do crítico Luis Costa Lima é quando ele diz que a preocupação com problemas políticos “é apenas um ato de coragem de quem sente uma responsabilidade quase culposa pelo privilégio de poder escrever” [...] não há maior heresia do que esta afirmativa [...] A preocupação política dos críticos contemporâneos jamais constituiu em qualquer parte “um ato de coragem”. Ao contrário, o criticismo marxista só tem aparecido naqueles momentos em que ser “marxista” é ser reconhecido como um “avançado” e ainda um meio para obtenção de bons empregos. No Brasil não é “ato de coragem” dedicar-se o crítico atual a problemas de natureza política, especialmente agora quando até o emprego de “premier” só pode ser conquistado se o candidato revelar-se um homem de ideias avançadas.

Assim, coragem é a do escritor “reacionário” [...] (Diário de Pernambuco – 12/07/1962, p. 6)

Neste bojo “o salto participante de que nos falam os concretistas não é um salto para frente; é um salto para trás”. Após a investida, César Leal segue por várias semanas dissertando sobre o “new criticism” (sempre fazendo breves referências à carta de Luiz Costa Lima)⁴². Passado quase um mês, uma nota intitulada “A um jornalista – I”, assinada por Luiz Costa Lima reacenderia a chama da batalha:

Segundo o jornalista César Leal erro rotundamente em me incluir nos seus ataques aos que usam o conceito de alienação para a interpretação da literatura brasileira. Escreve ainda o colunista que a carta dirigida a respeito, indica que a “filosofia oca do concretismo” alcançou um adepto no Recife. Daí talvez a hesitação que sofre em se devia publicá-la.

Como abono de minha gafe, cita o jornalista Leal artigo de Haroldo de Campos em que se encontra referido o citado conceito. Lamenta então o cronista que eu não estivesse a par deste emprego que, segundo a minha carta, devia ser de uso exclusivo meu. Aqui o jornalista tem sua razão: realmente eu não lera Haroldo de Campos. Acontece, porém, que não o conhecia pela razão de que a revista onde o mesmo fora publicado, (Tendência, Belo Horizonte), a mim enviada pelo seu diretor, não se encontrava em minhas mãos, pois justamente nas do jornalista Leal, que a lia emprestada. (Diário de Pernambuco – 27/07/1962, p. 4)

Costa Lima prossegue defendendo a apropriação pioneira que fez do conceito alienação e a recepção positiva que seus trabalhos têm recebido dos críticos estrangeiros (dentre eles o professor Zevedei Barbu e Pierre Fürter). O que fica expresso como primeira problemática da carta é que para o jovem professor de literatura da UR a conquista da “universalidade” na literatura e na cultura se dá pela “inserção, por

⁴² Numa delas citando a “agudeza crítica” dos estudos sobre Machados de Assis feitos por João Alexandre Barbosa, intenso colaborador da Estudos Universitários (Diário de Pernambuco – 21/07/1962, p. 6).

adentramento na realidade”, que longe de uma “filosofia oca” concretista, nacionalista, populistas, etc. se dispõe como apreensão crítica da realidade (portanto, “integrada”, “autêntica” e “orgânica” como já vimos ao comentar os cinco primeiros volumes da Estudos Universitários e as reflexões do jovem Freire). A resposta de César Leal foi o silêncio. Em “A um jornalista – II” Luiz Costa Lima apresenta a segunda questão proposta na carta: as diferenças elementares entre o emprego que faz de “tradições” e a “Tradição” de César Leal:

não é o fato de ser influenciado que indica participação em uma tradição. Vejo-me obrigado a improvisar uma pequena aula. [...] uma linha de influencia é apanhada por um criador quando (e enquanto) ela lhe surge como oportuna, face ao seu programa consciente ou inconscientemente sabido. [...] caberia acrescentar que certos autores se fazem oportunos em determinado momento para determinados sujeitos em virtude de que o legado do passado é recebido na medida em que ele serve de instrumental para um melhor enfrentamento, por um sujeito atual, de sua vida atual envolvente. O que vale dizer, as criações do passado são recebidas pelos criadores do presente não como um ato de consideração ou de amor destes por aqueles, mas porque este intercâmbio é maneira de que os criadores atuais dispõem para que falhem menos em sua apreensão da realidade. Só no instante em que se estabelece este circuito, isto é, quando o legado do passado é incorporado à apreensão da vida presente por um sujeito presente, é que se realiza a tradição. Uma tradição vive porque é oportuna, porque é capaz de ser reelaborada em face de um propósito atual, certo e datado. [...] **Mas leia a quem leia, temo que o brilhante colunista continue a meio caminho porque enxerga a tradição como um pacto com o passado, como uma maneira de falar outra vez nos “supremos interesses do espírito”** [...] enquanto acreditarmos em balelas como estes “interesses supremos do espírito” estaremos fadados a acreditar nos supremos interesses da pátria, nos supremos interesses da (ilegível) nos supremos interesses da civilização grego-latina, etc. (Diário de Pernambuco – 25/ 07/ 1962, p.4 – grifos nossos)

As “tradições”, tal como Costa Lima as conjuga, servem a uma leitura rigorosa da realidade brasileira na “luta por uma cultura brasileira autêntica”, um ponto “básico” do “problema da desalienação brasileira”. Neste prisma acrescenta:

O alienado cultural é aquele que não sabe admirar o seu Dante e não conquistar Dante para o presente, isto é absorver a sua lição sem repeti-la e incorporá-la a uma preocupação, a um propósito presente, datados aqui localizados em minha carência e nos problemas da minha atualidade.

No Caderno Literário “o jornalista Leal” (como o denomina chistosamente Luiz Costa Lima) disserta normalmente sobre as tendências da crítica literária americana e inglesa, apenas mencionando as respostas do outro crítico em rodapé:

OBS. – este capítulo não constitui nenhuma resposta ao artigo de Luiz Costa Lima, publicado em nossa edição de ontem, sob o título “A um jornalista”. Esperarei que ele termine sua “defesa”, para então começar aqui uma nova série de ensaio que por certo irão tornar-me famoso como crítico, coisa que, sinceramente, sempre procurei evitar. (Diário de Pernambuco – 2º caderno, 25/07/1962, p. 5)

“A um jornalista – III” é publicado logo em seguida, contendo a terceira e última questão da carta - “exportabilidade e alienação”. Costa Lima nada fala sobre o que entende por alienação, mostrando-se mais preocupado em corrigir os equívocos atribuídos pelo jornalista à sua perspectiva crítica - “o jornalista Leal é bastante honesto para me transcrever em erros” -, sobretudo, na afirmação de Dante e Machado de Assis como “autores alienados” (em relação a Ariano Suassuna não reafirma que seus trabalhos são alienados, mas, também não desdiz)⁴³. Transcrevemos aqui a conclusão de sua terceira “resposta”:

Posto entre as alternativas, entre errar com inteligência ou acertar com ingenuidade, eu ficaria com o primeiro alvitre. Quando, porém, se erra e se é ingênuo (no sentido de anticrítico), a necessidade é de uma completa revisão de métodos de pensar. O jornalista Leal, infelizmente, se revela dela necessitado. Assim, caso ele deseje continuar a tentar me responder, antes deve praticar esta revisão metodológica. Em caso contrário, minhas respostas apenas servirão para molestar o diretor deste jornal, a encontrar espaço para elas e para desmanchar equívocos e tiradas vazias do jornalista desta empresa. E para tanto não estou disposto. Já sou professor demais. A respeito, sua crônica em que descobre que o maior ato de coragem hoje no Brasil está em ser “reacionário” é de uma inteligência antológica. O Sr. Leal deveria dirigir-se imediatamente aos escritórios da “Ação Democrática”. Onde bem se ouvem as alegações dos “supremos interesses do espírito”.

Por fim, “valorizar” e “valorar” não são sinônimos. Valorizar é dar valor, valorar é julgar do valor. Lamento que Dante não tenha ensinado melhor o espírito da língua portuguesa ao brilhante jornalista. (DP – 27/07/1962, p. 4)

As “respostas” do secretário da Estudos Universitário permanecem sem respostas diretas do crítico do Diário de Pernambuco. Encontramos em sua publicação seguinte apenas algumas referências indiretas à “arte engajada”, da qual o próprio Luiz Costa Lima era crítico. César Leal encerra o artigo do dia sugerindo a concepção de cultura a qual Luiz Costa Lima opôs o programa da Estudos Universitários⁴⁴:

⁴³ Sobre a crítica tecida a Ariano Suassuna recomenda ao crítico do jornal “se inteirar sobre o significado de alienação [...] o problema não é tão simplista”, bem como, ler alguns artigos publicados pelo próprio Costa Lima: “O critério regionalista em literatura: sua justificação e insuficiência”, “dinâmica da literatura brasileira” e “A consciência falsa em Zurara”.

⁴⁴ Mencionada como “cômida e conformista” na “introdução” que prefacia o primeiro volume da revista Estudos Universitários.

É que Virgílio, como poeta, se elevou muito acima da sociedade de seu tempo. Sua visualização não é aquela que advogam críticos que se encontram, como diria Manuel Bandeira, na infância da arte. É uma visualização ideal, como sempre foi a de toda grande arte. Mas isso não quer dizer que não exista outro tipo de visualização: aquela dos críticos e artistas menores, limitada ao âmbito de uma pretensa **penetração numa realidade** que eles absolutamente não conhecem. (Diário de Pernambuco – 27/07/1962, p. p. 6)

Esta nota nos permite identificar a oposição entre o enfoque cultural “idealista” e “realista”, bem como as primeiras representações atribuídas aos feitores da Estudos Universitários. Para os primeiros não havia diferença alguma entre o “criticismo” exigido por Luiz Costa Lima e o “jdnovismo” ou a categoria de “cultura popular” defendida pelos movimentos e centros de cultura popular. (como mídia revolucionária preconizada por Carlos Estevam).

Não demorou para que Ariano Suassuna se colocasse solidário com César Leal, “César Leal – Poeta do verão”, balizado pela irônica premissa: “acho os críticos utilíssimos, mas somente quando elogiam”, muito conveniente ao “poeta do verão”, mas pouquíssimo atrativa para ao crítico do “Diário literário”⁴⁵. A condescendência de Ariano Suassuna reanimou César Leal para falar sobre tradição – “a tradição da literatura européia, e por extensão a nossa” – e novamente atacar em artigo intitulado “Ao crítico Luiz Costa Lima”:

Creio que a minha resposta foi a melhor que já se deu até hoje, a quem fosse capaz da fazer perguntas tão ingênuas [...] longe de me passar agora pela cabeça o que pensei inicialmente sobre a aula do professor: “ele quer é transmitir ao público através do jornal, aquilo que suas alunas na Faculdade de Filosofia, chamam um ‘armazém de tédio’”. (Diário de Pernambuco – 01/08/1962, p. 6)

A conclusão é um deboche da categoria conceitual de “tradições” - “creio que quem conhece tal definição não necessita pluralizar o termo tradição, a menos que trate de estudos sobre ‘nossas tradições folclóricas’, ou as ‘tradições populares’ dos Incas ou dos Aztecas” – e de alienação - “também o conhecem todos os que assistiram o ano

⁴⁵ Neste intermezzo, o Instituto Joaquim Nabuco é anunciado como “um dos centros de estudo da Escola Superior de Guerra”, também conhecida como “Sorbone brasileira” e pela confecção da “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento” bases teóricas do golpe militar e do Estado de Segurança Nacional de 1964 (CUNHA, 2007).

passado o curso sobre Marxismo, ministrado pelo prof. Gláucio Veiga, no Instituto de Ciências Políticas”. Ademais, Ariano Suassuna coloca-se em defesa da “tradição” e da “corrente ‘anacrônica” em “César Leal – Poeta do verão - II”, enquanto o colunista do “diário literário” discute em “A arte e a não arte” a “grande dificuldade em distinguir o falso e o verdadeiro na obra artística” (Diário de Pernambuco – 04/08/1962, p. 6). O conflito entre o colunista do Diário de Pernambuco e o secretário da nova revista de cultura recifense estava aparentemente resolvido, até a publicação da nota “A UM COLUNISTA”, mais uma vez assinada por Luiz Costa Lima. Os temas expostos são praticamente os mesmos se desconsiderarmos a discussão em torno dos usos do método na operação crítica (pautada em Sartre, no marxismo e no estruturalismo). A linguagem aviltante se sobressai, bem como a necessidade de desmentir algumas supostas injúrias:

Se o colunista ficou pessoalmente tão chocado, repito, lamento-o muito. Para menor remorso, porém sei que ele não está sozinho, havendo mesmo a possibilidade de um imenso rebanho igualmente chocado com estas e outras mais efetivas modificações que sacodem o nosso pobre mundo. [...]

De todo modo, talvez, o cronista desejasse que prosseguisse em minhas respostas. Essa oportunidade dele encher melhor a sua coluna, a troco de inverdades apenas relativas (o mais seriam enganos, pressa, falta de informação ou de sopros demasiado apressados). De todas elas farei questão de desmentir apenas uma [...] O que eu tenho pretendido é que o Instituto abra concurso pra aquela cadeira, na qual estou inscrito como candidato. Pleitear a cadeira, como escreve o colunista, significaria que estaria “cavando” para ser nomeado, através de métodos que se outros empregam, nunca foram meus. (Diário de Pernambuco – 08/08/1962, p. 4)

Concluindo em seguida:

Em resumo, portanto, não estou disposto a alimentar mais as colunas do notável colunista. Objetivamente apenas, pelo público que o leia, desejaria que ele viesse a pensar mais, a abandonar mais os seus preconceitos e a repetir (ou a distorcer) menos. Um bom tipo de leitura seria, correlata à discutida alienação, que o colunista solicitasse de um dos seus “fantasmas” o pequeno ensaio do professor Heron de Alencar: “Universidade e região e alienação cultural”.

Ao lhe passar a raiva, ou se quiser durante ela, porém não para discussões... intelectuais, estarei disposto a ajudá-lo nesta tarefa. (Diário de Pernambuco – 08/08/1962, p. 4)

César Leal ataca mais uma vez escrevendo “A UM ‘PROFESSOR DEMAIS’”, ressaltando suas próprias virtudes intelectuais, supostamente negligenciadas por seu interlocutor: “entretanto deixo aos cuidados dos netos do professor Luiz Costa Lima saber qual teria sido o método de César Leal; creio até que o irmão achar mais eficiente

do que o de seu ilustre avô” (Diário de Pernambuco – 11/08/1962, p. 6). Num discurso autocrítico muito parecido com aquele inúmeras vezes repetido por um dos mais distintos intelectuais brasileiro, César Leal cita seu passado progressista: a prisão nos últimos dias do Estado Novo, a infante militância no partido comunista nos anos quarenta e, finalmente, a dissidência com a vida política. Com o “Diário literário” mais uma vez ocupado com “A atualidade de Dante” e Ariano Suassuna publicando novos artigos dedicados a “César Leal, poeta do verão - III”, sentia-se que a pugna fora varrida para outro espaço ou mídia. Os embates públicos entre os letrados da cidade são, decerto, indícios de uma efervescência cultural e intelectual na cidade nos anos 1960, mas também indicam uma maneira específica do fazer destes homens de letras. As distâncias políticas, até então apenas subentendidas, se configuravam a cada novo número da Estudos Universitários, polarizando as sociabilidades letradas recifense entre os entusiastas do Serviço universitário responsável pelo periódico e os seus detratores. O artigo “extensão cultural e universidade”, de Marcos Vinícios Vilaça está inserido neste quadro conflituoso:

Apesar de muita gente boa ter escrito, de muitas entrevistas haver sido concedida, acreditamos, não houve o necessário aperceber-se do Recife, para a importância de um novo serviço criado pela sua Universidade. Não se pensa mais em Universidade como empresa construtora, só visando ao bem instalar suas escolas, sem atentar para dinamizá-las, atualizá-las. Agora desperta-se para o sentido universalizante dos serviços universitários, embora em certas unidades da UR, diretores pensem que envernizar algumas bancas e pintar o prédio seja a legítima faceta de revitalização universitária
Andou certo o reitor João Alfredo abrindo novas frentes de esforços na Universidade, aproximando-a do povo e levando-o a ela, certo de que não finda a missão do organismo universitário com a diplomação de seus estudantes. O trabalho continua e continua precisando de familiaridade com o complexo que gravita em torno da Universidade. Esse abrir horizontes, essa aproximação, essa como que intimidade entre povo e centros de estudos, vai ser feito por uma excelente equipe que está dirigindo e fazendo progredir o Serviço de Extensão Cultural do Recife. [...] (Diário de Pernambuco – 23/08/1962, p. 4)⁴⁶

Pierre Fürter e Lauro de Oliveira publicam artigos sobre o SEC/UR e sua revista de cultura em 18 de novembro de 1962 no Jornal do Commercio. O escritor suíço pintando o Nordeste em texto inicialmente publicado no *Journal de Genève* “A Universidade do Recife quer educar as massas +” trabalho no qual os violentos

⁴⁶ Marcos Vinícios conclui com a seguinte representação da Universidade do Recife: “Com o novo clima que se respira na Universidade abalamo-nos a um entusiasmo e crença na transcendental tarefa que lhe cabe como cérebro do Nordeste”.

contornos da região se insinua ao estrangeiro⁴⁷ e a universidade brasileira é representada em seu papel civilizador:

Invadida pela população analfabeta do sertão, que por falta de formação chega a se fixar na zona industrial, e que vegeta nos bairros, a metrópole do Nordeste se esvazia, por sua vez de seus intelectuais que procuram nas cidades do sul [...] um público de letrados.

A primeira tarefa da universidade brasileira é pois fixar esta elite. (JC – 18/11/62, 2º Caderno, capa)

Sobre a “maturidade política” apreendida como uma “administração propriamente revolucionária” escreve:

Ele [o reitor] forçou a comunidade universitária a fazer face à realidade concreta, a se engajar verdadeiramente. Foi assim que ele criou um Serviço de Extensão Cultural (S.E.C.) que reúne um grupo de jovens universitários, animados por um pedagogo notável, o professor Paulo Freire. O SEC tem por tarefa inventar os meios técnicos que imporão um diálogo entre a Universidade e os diferentes grupos sociais da população de Pernambuco. (JC – 18/11/62, 2º Caderno, p.2)

Segue então resenhando as atividades do SEC/UR no nível superior, secundário e básico, destacando o primeiro volume da Estudos Universitários:

O reitor, além disso, encarregou um jovem professor de literatura brasileira, Luiz Costa Lima, de dirigir a revista ‘Estudos Universitários’. O primeiro número que apareceu neste verão, se preocupava sobretudo da integração da Universidade na sociedade brasileira. (JC – 18/11/62, 2º Caderno, p.2)

Para novamente dissertar sobre a universidade e a tradição intelectual brasileira:

A grande tentação da universidade brasileira, é entretanto, crer que o Brasil está só hoje a enfrentar problemas e que estes problemas são únicos. **Eis o que acarreta não somente um nacionalismo exacerbado, mas ainda pior um regionalismo muito pretensioso.** Para um suíço, é surpreendente descobrir que o Brasil, país federalista, conhece as mesmas dificuldades de comunicação decorrendo não da diversidade lingüística, mas da ausência de uma tradição intelectual comum, mesmo de um temor irracional do diálogo. (JC – 18/11/62, 2º Caderno, p.2 – grifos nossos).

⁴⁷ Como podemos observar neste trecho: “Na imensidade do Nordeste brasileiro onde a distância e o isolamento nivelam os contrastes, Recife, a capital do Estado de Pernambuco, aparece ao estrangeiro como o lugar geométrico de todas as contradições do país. Terceira cidade do Brasil, Recife se desenvolve como um tumor sobre a faixa fértil do litoral, dominada pela indústria latifundiária de cana de açúcar em detrimento do interior, sempre ameaçada pela seca e fome” (JC – 18/11/62, 2º Caderno, capa).

Esta última observação do educador estrangeiro mostra que os colaboradores do SEC/UR não desconsideravam os riscos do “nacionalismo exacerbado” ou do “regionalismo muito pretensioso”. Na mesma seção do segundo caderno encontramos o artigo de Lauro de Oliveira “Escudos Universitários”. O trocadilho permite-nos uma interpretação lúdica do texto, pois, pelos argumentos do autor, podemos realmente pensar a “Estudos Universitários” como um “escudo” da cidadania, da educação, da ética, da cultura brasileira, da crítica, “revelando assim o espírito democrático da revista”. Como resenhar todos os ensaios e estudos da revista seria impossível, o escritor centra sua atenção no artigo de Celso Furtado, “Reflexões sobre a Pré-Revolução Brasileira” e, de forma mais tênue, comenta o de Vamireh Chacon, “Rumos da Renovação Brasileira”. Em ambos os artigos a SUDENE é debatida. O autor concorda com as opiniões de Celso Furtado em seu debate sobre a necessidade de uma nova constituição, de reformas de base, da questão agrária. O entusiasmo é tanto, que afirma:

Deveria ser tirada uma separata desse trabalho de Celso Furtado e distribuída a todo aquele que tivesse uma parcela mínima de responsabilidade que fosse na administração de coisa pública brasileira. Está a Universidade do Recife de parabéns com a publicação dessa revista. (JC – 18/11/62, 2º Caderno, p. 2)

Num longo artigo intitulado “Atividades do Serviço de Extensão Cultural foram muitas em 1962”⁴⁸, o reitor João Alfredo resume no Jornal do Commercio a extensa programação do SEC/UR ao longo de seu primeiro ano de atividade. Programa que atraiu a atenção da recém criada Universidade de Goiás, bem como da Universidade de Brasília, cujos serviços de extensão cultural foram inspirados no empreendimento pioneiro do reitor João Alfredo e do professor Paulo Freire: “A Universidade Federal de Goiás está dentro de uma linha de vanguarda como a do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife” (JC – 23/04/63).

Mas nem tudo eram elogios. Convidados a participar da “Semana do Nordeste”, realizada em maio de 1963 na PUC do Rio de Janeiro, o diretor do SEC/UR Paulo Freire fora submetido durante uma de suas exposições no evento a uma verdadeira sabatina pelos intelectuais do ISEB. Fato narrado da seguinte forma por Jarbas Maciel:

⁴⁸ JC – 30/12/62, p. 03.

Certa vez, eu o acompanhei ao Rio de Janeiro, onde ele fez uma conferência sobre o método – na verdade, muito mais do que método, era um sistema, como eu gostava de dizer naquele tempo. Estávamos no auge do fastígio do ISEB e Roland Corbisier criticou agressivamente as idéias de Paulo Freire. Paulo, apoiado no pensamento de Zevedei Barbu, defendia um processo de educação permanente. E, contrariamente ao discurso ciumento e descortês de Corbisier, a reação de Paulo era amorosa. Os estudantes, sensibilizados pela conduta amorosa de Paulo Freire, o aplaudiam. Fiquei irritado e perguntei a Paulo porque ele não “engrossava”. A possibilidade de responder grosseiramente a Roland Corbisier parecia-lhe tão fora de propósito que pareceu não me entender. Foi uma grande lição que aprendi naquele dia, como aprendi o poder do ciúme entre intelectuais, pois era ciúme o que Corbisier exprimia. (MACIEL, s/d)⁴⁹

Para Gláucio Veiga, porém, a questão não era tão simples. Após o tumultuado retorno do Rio de Janeiro, Gláucio Veiga publicou o artigo “Erupção e revolução” retomando os pontos mais precisos da crítica isebiana aos intelectuais do SEC/UR. Vejamos como definira esta:

Os trabalhos de alguns professores nordestinos num seminário de Pontifícia Universidade Católica sobre a “realidade brasileira” provocou no prof. Cândido Mendes, lúcida crítica e advertência tempestiva. O prof. Cândido Mendes condenou o verbalismo dos intelectuais nordestinos e exigiu dos manipuladores de temas nacionais, linguagem mais exata e a eliminação do palavrório polissilábico, enxundioso e até mesmo embascante. Não apenas linguajar enxuto, mas também reclamou por uma analítica profunda, uma diagnose mais segura. (JC – 02/06/63 – capa)

Sobre o “erotismo vocabular”, a “luxúria etimológica” e “verbalismo exacerbado” dos “professores do Nordeste” ou dos “intelectuais esquerdistas” escreve:

Nas suas conferências [Paulo Freire e agentes do SEC] estão inexoravelmente presentes os mais alongados polissílabos do vernáculo: radicalizar, conscencializar, massificar ou massificado, comprometimento, abertura ontológica do homem, etc. O próprio Prof. Cândido Mendes chegou a destacar um tópico onde esse gongorismo atingira frenético delírio [...]. Qual, porém, o aparato conceitual, quais as categorias fundamentais dessa analítica brasileira, dessa como já chamei, Teoria Geral do Brasil? Os nossos intelectuais esquerdistas – esquerdistas notar bem, não os marxistas – embeberam-se de uma filosofia existencialista que é um sistema auto-punitivo da burguesia. (JC – 02/06/63 – capa)

⁴⁹ Fonte: <http://www.paulofreire.org.br/asp/template.asp?secao=abrindo&texto=1> consultado no dia 3 de dezembro de 2009.

Gláucio Veiga segue comentando o suposto “relativismo total” (“não passa de um nihilismo”) daqueles que chama de “intelectual esquerdista” ou “burguês”: “com tal posição [...], esses intelectuais burgueses pretendem salvar a burguesia em crise, depurá-la. Em suma eles são os recauchutadores, os ‘borracheiros’ da burguesia”. Para o professor da FDR esta “tática, em verdade, dirige-se contra a ideologia marxista”. Assim, prossegue:

Os intelectuais esquerdistas (notar bem mais uma vez esquerdistas, jamais comunistas) são filisteus trágico-pretenciosos que incapazes de resolver a crise de seu próprio sistema, adotam uma posição nihilista a qual em análise última, dirige-se contra a ideologia marxista. . (JC – 02/06/63 – p. 2)

Para em seguida retomar o “verbalismo” como “pano de boca”, “disfarce”, “maquilagem”, de uma crítica “superficial”, “decorativa”, “pretensiosa”, tecida por “ineptos e inaptos” que “longe de serem **engenheiros sociais** se amesquinham em **decoradores** de pouco ou raro talento”. Ao aviltamento, segue, finalmente, a devida problematização:

Quais as categorias fundamentais da analítica desses esquerdistas cuja finalidade é a desalienação do Brasil?
Iniciam a crítica ao processo de alienação tomando uma posição **alienada**: utilizando categorias existencialistas e uma faixa conceitual há mais de cem anos aplicada, criticamente, à Europa. (JC – 02/06/63 – p. 2)

Segue então dissertando sobre a luta de Lênin pela “pureza ideológica do marxismo” concluindo:

Se o problema, no momento, é de robustecimento de uma **consciência nacional**, os intelectuais comprometidos com esse movimento devem primar pela **autenticidade** e pela **coragem** [...].
Como esses intelectuais esquerdistas podem pregar desalienação, reformas de base etc, se eles continuam comprometidos com a burguesia, pela própria formação mental e pela situação econômica onde se encontram?
Os inautênticos não fazem revolução. Provocam erupções. E mostrareis que não se deve confundir **revolução** com **sarna política**. (JC – 02/06/63 – p. 2)

Para os marxistas mais ferrenhos a revolução através das consciências (no qual subjaz a cultura e a educação) defendida pelo SEC/UR era um engodo. A revolução apenas poderia partir de uma mudança radical da estrutura econômica e política e não da superestrutura cultural e educacional que aquela determina. Este embate fica muito claro

no artigo publicado por Zvedei Barbu na Estudos Universitários no qual opõe o papel que o jovem Marx atribui as consciências e o crescente descrédito que Marx passa a atribuir a consciência humana como motor da história. Neste mesmo veio Cesar Leal voltaria a atacar aqueles que faziam a Estudos Universitários quando afirmava em outro front: “Logo que cessem as influências marxistas ou marxistencialistas de nossa crítica outros valores surgirão” (Diário de Pernambuco – 20/06/1963, p. 6). Assim, os agentes do SEC/UR eram alvo dos ataques de alguns setores da esquerda afinados com o determinismo materialista, ora acusados como “revisionistas” ou “populistas” ora como “existencialistas”, enquanto para os setores conservadores estavam a comunizar a Universidade do Recife, suas ações sempre sendo associadas ao “realismo socialista” e ao “jadnovismo” dos quais foram críticos mordazes.

Algumas semanas depois, uma reportagem ilustrada ocupando duas páginas inteiras do Jornal do Commercio noticia: “**A revolução do alfabeto tem só quarenta horas**”. A descrição dos procedimentos básicos do Sistema figura entre as propagandas e as preciosas⁵⁰ fotos de Paulo Freire, da equipe do SEC/UR e de uma humilde senhora recentemente alfabetizada em Angicos. A reportagem é um indício da mitologia criada em torno do Sistema pela mídia, sobretudo, após a institucionalização deste através do Plano Nacional de Alfabetização e da Comissão Nacional de Cultura Popular⁵¹. Nesta época o secretário da revista de cultura publicada pelo SEC/UR já sentia o peso de não contar com a solicitude do sociólogo Gilberto Freyre e seus rapazes⁵².

O “enfoque realista” nas vésperas do golpe era comumente visto como bolchevismo ou subversão, mas também havia quem acreditasse não ser suficientemente marxista. Os pequenos deslizes de edição se transformavam em escândalo, logo solicitando explicações públicas. Neste contexto, Sebastião Uchoa Leite sai em defesa da *revista de cultura da UR* no artigo “Estudos Universitários”. O poeta anuncia com

⁵⁰ Preciosas porque únicas tendo em vista a destruição dos documentos da época atendendo a produção de esquecimento operada pelos militares.

⁵¹ Freire logo se viria alvo de acusações de divulgar “idéias subversivas”. A campanha jornalística foi liderada pelo *O Globo* do jornalista Roberto Marinho (SKIDMORE, 1979). Skidmore destaca o medo dos setores e das classes estabelecidas diante da possibilidade dos programas de alfabetização redefinir o equilíbrio eleitoral, assim, abrindo fissuras para mudanças profundas da estrutura social do país (SKIDMORE, 1979).

⁵² Luiz Costa Lima relata um acontecimento marcante de sua oposição declarada ao sociólogo: “No começo, ainda tinha tido o bom senso de manter alguma ligação com a *intelligentsia* local, pelo convite a Gilberto Freire para que escrevesse o artigo de abertura. Mas logo o converti em inimigo por uma infantilidade minha. Meses depois de publicado o primeiro número, recebi um telefonema seu – ou em seu nome, não lembro – cobrando pelo artigo. Para mim, isso soava como absurdo. Acreditava que participar da reforma interna da Universidade, para a qual a revista tentava contribuir, significava não dar importâncias a questões menores, como questões financeiras” (LIMA, 2009).

alegria o lançamento do terceiro volume do periódico e explica o atraso deste, onde, dentre muitos motivos, se sobressai o econômico. Segue a comentar este empreendimento periodista como esforço de “superação de um **status** provinciano de cultura que já se fazia rançoso”:

A prova disso é que o programa delineado pela revista parece encontrar ressonância no sul do país e estar em conexão com outros movimentos de cultura do Rio e de São Paulo [...] O fato de colaboradores como Eduardo Portella, que dirige a revista **Tempo Brasileiro**, e como Décio Pignatari e os irmãos Haroldo e Augusto de Campos, participantes do movimento de poesia concreta de São Paulo, encontram lugar nessa revista já é significativo do seu programa de ampliação cultural: aqui as aparentes contradições criam uma nova unidade. (JC – 29/06/63 – capa).

Para Uchoa Leite a colaboração de Eduardo Portella, de Décio Pignatari e dos irmãos Campos, não significava uma mesma concepção da realidade. A Estudos Universitários não era concretista nem adepta irrestrita da ideias propugnadas na Tempo Brasileiro. Há, na verdade, um interesse em revelar a cultura em seu aspecto dialético e complexo. Práxis periodista reveladora de uma cultura brasileira sincrética. “É através desta consciência que se cumpre realmente o seu programa de realismo cultural” e acrescenta: “O secretário da revista, juntamente com alguns dos seus companheiros e colaboradores mais próximos procura dar à revista um estilo próprio, um caráter peculiar na organização da revista”. Desta forma, os que faziam a Estudos Universitários

possuíam uma idéia mais ou menos precisa do que seja uma cultura legítima e por isso certo tipo de colaboradores nem são solicitados nem podem ser aceitos em uma revista que pretenda alguma seriedade. Não pela divergência ideológica, de que os próprios índices da revista dão um atestado mais do que suficiente, mas pela contrafação cultural que os seus trabalhos representam a partir de premissas deliberadamente falsas e de conclusões obviamente desonestas (JC – 29/06/63 – capa).

Segue afirmando que essa coerência não implicava num fechamento, muito menos uma homogeneidade. O corpo que formava a revista não era homogêneo. Isso implicava nas “contradições” internas já assinaladas pelo editor e, agora, retomadas por Uchoa Leite:

isso significa dizer que cada número de Estudos Universitários, ao ser lançado, não estará pronto para ser imediatamente tomado como um todo de posições realistas e situadas [...]. A luta por uma cultura brasileira

desalienada, autenticamente situada, não pode ainda deixar de conter flagrantes contradições, notadamente em um órgão como este, cujos colaboradores não estão previamente unidos. Não apreciamos as contradições; expondo-as, porém, ao julgamento público possibilitaremos a sua diminuição e o seu posterior ultrapasse. (JC – 29/06/63 – capa).

Sobre as revistas acrescenta: “Se o primeiro número é já digno de elogios, o segundo, especializado em temas literários, chega a surpreender em um campo de estreita visualidade como é o da cultura recifense”. O depoimento de Calazans Fernandez sobre a violenta repressão imposta por Salazar à luta de independência angolana enseja a chistosa conclusão: “Tal depoimento vem aliás esclarecer um público universitário mal informado sobre uma situação odiosa, que entretanto continua a ser justificada e admitida como legítima por alguns intelectuais brasileiro” (JC – 29/06/63 – capa). Não era preciso ser um grande erudito para saber que “alguns intelectuais brasileiros” era uma clara referência a Freyre e sua admiração pela ditadura luso-tropical salazarista.

Naquela época os colunistas do caderno literário costumavam estender algumas discussões ao longo de várias semanas. Daí encontrarmos dias depois o artigo “Estudos Universitários – II”, assinado pelo mesmo autor. Embora a linha mestra seja a mesma, a questão central passa a ser as críticas tecidas pela intelligentsia recifense ao periódico. Desse modo, disserta sobre os deslizes editoriais contidos na seção Resenhas, entretanto, sem abrir mão de sua importância no corpo maior da revista: “essa seção não deve ser entendida como colaboração de ‘segundo plano’. Pelo contrário, é nela que se pode sentir a nível básico de colaboração da revista em um plano de criticidade” (JC – 07/07/63 – p. 3). Sebastião Uchoa Leite reconhece que a Estudos Universitários “tem sido objeto de crítica justas e injustas”, enumerando-as em seguida para depois respondê-las:

- a) que a revista reflete apenas o espírito de um grupinho de pessoas ligadas de qualquer forma ao Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (S.E.C)
- b) que a revista timbra em publicar colaborações de pessoas estranhas à Universidade e mesmo à cidade do Recife, do estrangeiro e até em língua estrangeira (francês e inglês).
- c) que a revista tem sido “literária” demais ou “social” demais, sem abertura para um campo científico e tecnológico mais rigoroso e por isso não reflete todo o movimento cultural da universidade, atingindo apenas o restrito público de literatos, filósofos, sociólogos, etc. (JC – 7/07/63 – p. 3)

De acordo com o articulista, as duas primeiras reclamações são contraditórias (“não é preciso ser um lógico para ver que as duas primeiras críticas se contradizem”), apenas a terceira sendo digna de resposta⁵³:

Apenas a terceira dessas críticas nos parece justificada, mas só até certo ponto, pois é preciso lembrar que a política, a sociologia e a economia são também assuntos científicos. Há depois a dificuldade real de se obter colaborações dentro do clima de mútua desconfiança que existe na Universidade (JC – 7/07/63 – p. 3).

Prossegue descrevendo as “falhas na organização do texto e no plano tipográfico” ensejando o desfecho do artigo:

Claro que não podemos culpar A nem B por essas falhas inevitáveis e muito menos o projetista Orlando da Costa Ferreira, autor de uma capa original. Vários fatores, inclusive a pressa com que a revista é feita, poderiam ser indicados. Mas talvez devêssemos passar por cima de falhas que desaparecem na importância total dessa empresa, que é uma idéia feliz na administração do atual Reitor da U.R. Só desejamos que a revista prossiga livremente o seu rumo e não seja apenas uma aventura passageira, mas o eco de uma universidade e mesmo de uma sociedade que se transforma (JC – 7/07/63 – p. 3).

Certamente os críticos da Estudos Universitários e do seu “programa realista de cultura” não estavam dispostos a abrir concessões, sobretudo, “dentro do clima de mútua desconfiança que existe na Universidade”, destacado por Uchoa Leite. Portanto, apenas aguardavam o momento. E não foi ninguém mais do que o próprio Luiz Costa Lima que ensejou o contra-ataque da intelligentsia provinciana.

Era, então, outubro de 1963. Os detratores do SEC/UR centravam seus ataques no periódico publicado por este Serviço e seu genioso secretário, visto o amplo sucesso nacional do Sistema Paulo Freire. Estavam fechando o quinto número da Estudos Universitários (quinto e último desta primeira fase) quando Gilberto Freyre publicou o artigo “Em torno de uma Revista de Cultura” (JC – 27 /10/63, p. 02). Os elogios do sociólogo logo se transmutam em terrível sanha. Inicialmente questionando o Reitor e o editor sobre os rumos “bizantinos” e “sectários” tomado pela revista (especificidade “técnico-literária”). Perguntando-se também sobre a participação dos professores da

⁵³ A publicação do ensaio “Poésie et société”, de Pierre Fürter, em francês, sem tradução, fora uma falha que não mais cometeriam, como podiam observar a partir do terceiro volume no qual se encontra ensaio de Zevedei Barbu em duas versões: inglês e português. “Além disso, pode-se apenas sorrir diante da idéia de confinar uma revista universitária dessa categoria a um **estrito provincianismo**” (JC – 7/07/63 – p. 3 – grifos nosso).

Universidade do Recife, supostamente negligenciados em favor de “colaborações que primam em versar quase exclusiva, requintada a até bizantinamente – repita-se – assuntos especializadíssimos de crítica literária ou só de Belas Letras”. Ou mesmo, soltando sugestões irônicas:

Estudos Universitários não poderia, como revista de cultura, conservar-se alheia a matéria tão sugestiva, e tão do gosto do seu jovem e já erudito diretor. O que não se compreende é que tenda a especializar-se de modo requintado no trato da mesma matéria, negligenciando outras. (JC – 27/10/63, p. 02)

Chega a listar os intelectuais que deveriam estar no próximo número: Froes da Fonseca, Tavares Miranda, Newton Sucupira, Luiz Delgado, Silvio Rabelo, Gonçalves de Mello, Maria Antonia Mac Dowell, Osvaldo Gonçalves de Lima, Amaro Quintas, René Ribeiro, Estevão Pinto e Mário Lacerda. Reafirmando, na conclusão, suas queixas quanto ao traço “técnico-literário” e “técnico-alfabetizante” da revista.

Com artigo de mesmo título (“Em Torno de uma Revista de Cultura”), Costa Lima responde às indagações de Freyre (e da intelligentsia que representava). Primeiro questiona as acusações de extremismo técnico-literário e técnico-alfabetizante:

O escritor analisa o primeiro ‘extremismo’, enquanto o segundo é apenas mencionado no final. [...] Ou a leitura do último número foi feita muito de passagem, a ponto do escritor só se lembrar do que ele trata nas últimas linhas, ou seu esquecimento facilitou a argumentação [...]. Foram publicados até o momento quatro números, estando o quinto em paginação. Na seção mais importante, a de ensaios, foram publicados trinta e cinco trabalhos, assim diferenciados: Literatura. Total: nove, sendo oito ensaios publicados no nº. 2 e um no nº. 3. Educação. Total: sete, publicados nos números 1, 3 e 4. Arte em geral. Total: 5, números 1, 2 e 3. Historiografia. Total: 2, números 1 e 3. Sociologia. Total: 2, números 1 e 4. Economia: Total: 2, números 1 e 3. Política. Total: 2, números 3 e 4. Sobre a própria obra. Total: 1, número 1, ensaio do prof. Gilberto Freyre. Na segunda seção da revista, foram publicados doze trabalhos, assim distribuídos: Literatura. Total: 4. Política. Total: 3. Historiografia. Total: 2. Cinema. Total: 2. arte. Total: 1. (JC – 01/11/63, p. 02)

Em seguida sublinha que os artigos versam sobre os mais diversos assuntos e que a maior incidência na área de crítica literária aparece por dois motivos: um primeiro referente a temas nucleados de debates e o segundo na demora para o envio das colaborações por parte dos professores de outras áreas interessados em participar. Inclusive, a negligência para com os professores da UR. Neste intuito afirma:

pois a única coisa que exigimos de Estudos Universitários é seriedade intelectual e o propósito de não contribuir para deformação da nossa realidade. Ora, por que excluiríamos, esses nomes quando, ao contrario, eles nos ajudariam do nosso declarado propósito? (JC – 01/11/63, p. 02)

Cita, então, cada professor que convidou para participar do volume que seguia para o prelo: Armando Souto Maior e Amaro Quintas; Evaldo Coutinho, José Antonio Gonçalves, Pereira Gomes, Newton Maia, Manuel Correia, Paulo Rosas, Eduardo Wanderley e Chaves Batista.

O autor continua o artigo questionando o que teria Freyre contra um “método” desenvolvido na Universidade do Recife como aquele criado pelo professor Paulo Freire. Que oposição irracional era esta exercida contra as técnicas e procedimentos educacionais fomentados pelo SEC/UR e do qual todo mundo passava a se interessar. Um método voltado para alfabetização e conscientização das massas seria sinonímia de “extremismo-técnico-alfabetizante”? E, retomando a revista, desfaz algumas supostas injúrias:

Não é assim que tem julgado o público, a se ver pela intensa procura deste número por todo Brasil. (...) Entretanto, essa procura não se resume ao quarto numero. Basta dizer que os dois primeiros estão hoje esgotados, enquanto é com o dinheiro da vendagem dos dois últimos que estamos conseguindo apressar a publicação dos números de fim de ano. (JC – 01/11/63, p. 02)

Lançando uma afronta final:

Se o escritor Gilberto Freyre ou alguém mais souber de artigo que nos haja sido enviado e não haja sido publicado que nos indague por que, terei todo o interesse em mostrar praticamente que apenas um extremismo nos guia: o de não colaborar na deformação ou no mascaramento da nossa realidade. Esse é um propósito contra o qual esperamos nada tenha o escritor Gilberto Freyre. (JC – 01/11/63, p. 02)

Freyre continuaria publicando suas vituperações contra o reitor João Alfredo e o Serviço sediado nos fundos da reitoria até o expurgo deste por ocasião do golpe. Em silêncio, Luiz Costa Lima escrevia uma segunda resposta para o sociólogo. Deixando-se conduzir pelo calor da hora inseriu a pequena nota na seção Resenhas da Estudos Universitários volume cinco que seguia para Imprensa Universitária. O lançamento do novo número resultou em grande alvoroço como nos descreve Luiz Costa Lima:

Para quem conheça os artigos que Gilberto Freire publicava, alguns meses antes do golpe, no *Diário de Pernambuco*, não estranhará que eles contribuíssem de modo decidido para que o Recife letrado se dividisse entre os partidários do sociólogo de Apipucos e os “comunistas” do SEC. Mesmo pessoas que eram amigas de Paulo Freire e vieram a apoiá-lo quando começou a ser perseguido pelos golpistas vitoriosos, então ainda se pronunciavam a favor de Gilberto Freire. Pois bem, diante de um artigo seu em que acusava os “comunistas” infiltrados nos jornais de escolherem fotografias em que ele aparecia “feio”, depois de transcrever a passagem capital, eu fazia uma brincadeira que reconheço de extrema maldade. Se ainda se tratasse de um astro do cinema, era o que mais ou menos dizia, ainda se explicava a manifestação de narcisismo, etc, etc. Até parece que era eu próprio que procurava um estopim. A verdade é que em poucos dias a batalha estava iniciada. Por maior que fosse o apoio que sempre recebera da Reitoria, terá sido dela que veio a ordem de o número 5 ser recolhido, a página que continha o comentário expurgada e eu convocado para comparecer a uma reunião de emergência. (Foram muito poucos os números inteiros que escaparam da censura. A própria cópia da coleção dos cinco números que Dimas Veras teve a gentileza de me enviar não contém a folha censurada). Das pessoas que participaram da reunião, lembro-me apenas do próprio Reitor, de Rui Antunes e da professora de filosofia Maria do Carmo Miranda. Lembro-me de meu ex-mestre de Direito Penal, mesmo porque só nele encontrei apoio. Em troca, a professora Maria do Carmo mostrava toda sua indignação de conservadora “enragée” contra o desrespeito ao mais ilustre intelectual da terra. Diga-se de passagem: minha desastrada manifestação de coragem (de coragem ou simples bravata?) não teria tido a consequência que teve se eu tivesse ouvido a recomendação sensata de Sebastião: “olha bem, Luiz, isso vai dar confusão”. Mas não o ouvi. Por maior que fosse o empenho de Rui Antunes e, posso imaginar, a simpatia do Reitor, minha demissão era inevitável. (LIMA, 2009/2004, p. 25-26)⁵⁴

Aqui cabe pontuar duas questões. Primeiramente a forma como os embates do campo intelectual estão pautados em disputas de interesses conjugados a multiplicidades nas quais se incluem ambigualmente questões subjetivas, mas também as questões de classes. Por outro lado, cabe, sobretudo, assinalar a influência pessoal ou arbitrária sobre determinados bens, espaços e recursos públicos, como traço característico da política tradicional no Brasil, mas também revelando as ressignificação do “mandonismo” no jogo da política intelectual. Neste caso os gestos e as representações dos “oligarcas acadêmicos” de Perruci são apenas um apêndice de práticas e representações significativas da política intelectual no Brasil. Ademais, o jovem Gadiel Peruci ainda saiu na época em defesa de Luiz Costa Lima argumentando:

o público nordestino e brasileiro não terá o que recear dos ataques e das pressões que porventura se lancem contra a revista, pois ataques e pressões só poderão vir de grupos e indivíduos que tradicionalmente conspiraram contra o

⁵⁴ A maioria dos antigos membros do SEC/UR deliberadamente escrevem Freyre com “i” e não com “y”.

desenvolvimento da região, quer se ‘elitizando’, quer fugindo à realidade, quer negando ao povo a participação na cultura, quer anestesiando-o com conceitos e ensinamentos distorcidos e que apenas visavam beneficiar a uma classe economicamente forte que detém o poder. Professores e intelectuais verdadeiramente antipopulares no sentido de que interpretam ou se voltam para uma realidade falsificada e artificialmente pré-fabricada.

Mas a “crise da revista da Universidade”, como ficou conhecida nos jornais, culminou na demissão do jovem crítico. O Diretório Central dos Estudantes da UR publicou uma nota em solidariedade a Luiz Costa Lima:

O Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Recife, face aos acontecimentos da última semana que culminaram com o pedido de demissão do professor Luiz Costa Lima do cargo de diretor da revista ‘Estudo Universitários’, torna público a expressão de sua mais irrestrita solidariedade à diretoria daquele periódico, particularmente à pessoa do professor Luiz Costa Lima, figura incansável do Serviço de Extensão Cultural da U.R., tão bem identificado com os anseios de cultura de nosso povo. (JC – 13/12/63, última página).

A demissão era apenas o começo do torvelinho. Com a publicação do Ato institucional nº 1 chegaria a vez dos demais agentes do SEC/UR: aposentadoria compulsória, prisão, perseguição política e exílio. Por ocasião da prisão do antigo secretário da Estudos Universitários, Luís Costa Lima não esqueceria as afirmações do oficial encarregado: “Não tem nada de ficar corrigindo o que está sendo escrito porque o seu caso já está resolvido: você foi denunciado como marxista por Gilberto Freyre e será aposentado”. O clima de revanche e injúria pública reinaria nos jornais da cidade.

Voltamos, então, ao começo desta narrativa, quando dizíamos que certamente alguém soltara alguma injúria sobre o Professor Paulo Freire e seus rapazes do Serviço de Extensão. Aposentados os supostos professores “subversivos” a paz voltava a reinar na Universidade do Recife, logo transformada em Universidade Federal de Pernambuco. A mudança acarretaria na perda dos antigos contatos institucionais conquistados por uma Universidade que queria “educar as massas” (FÜRTER). Mas já podiam contar com alguns poucos novos amigos: a USAID, a Fundação Ford e a Aliança pelo Progresso.

Com apoio destas instituições nasceram os primeiros cursos de pós-graduação da novíssima UFPE. Bolsas de pós-graduação apenas para aqueles alunos bem comportados de passado impecável ou que se mostrassem arrependidos do passado subversivo.

O antigo SEC/UR é transformado em Departamento de Extensão Cultural (DEC), sendo sua coordenação confiada ao antigo professor da EEP Newton Sucupira (antigo diretor desta unidade e vice-reitor da gestão João Alfredo). A revista Estudos Universitários que permaneceria interdita até 1966, é retomada sob a direção de César Leal. O mesmo que no jornal dizia não estar à procura de nenhuma “oportunidade” – “respondo a Luiz Costa Lima com a afirmação de que não me encontro à procura de oportunidade. E por não ser oportunista [...]” (Diário de Pernambuco – 11/07/1962, p. 6) -, não recusou o convite dos novos agentes universitários selecionados pelos governantes militares. César Leal também foi aprovado no concurso para Professor de Literatura da Faculdade de Filosofia, aberto por ocasião da aposentadoria compulsória de Luiz Costa Lima.

Folheando a nova edição da Estudos Universitários não encontramos nenhuma referência ao antigo secretário, apenas um nota informando que seu antigo diretor era o reitor João Alfredo. O branco chapado da capa. O brasão ferino e o peremptório “virtus impavida” são indícios de um movimento de contração. Não é preciso ser vidente para adivinhar quem assina o primeiro artigo do novo volume. Com a América Latina quase toda “pacificada” por sucessivos golpes militares, Gilberto Freyre disserta com galhardia sobre a “Latinidade e Americanidade” (“revolucionariamente – sem que revolução, no caso, implique em revoluções sangrentas” – 1966, v. 1). Luiz Delgado vem logo em seguida escrevendo “Rui Barbosa, um homem”, César Leal sobre “Machado de Assis [...] poeta” e Aluizio Bezerra Coutinho sobre “Teilhard de Chardin”. No mesmo número, José Antonio Gonsalves de Mello clama “Por uma História do Império vista do Nordeste”, enquanto os professores Gláucio Veiga e Newton Sucupira estudam a “realidade brasileira”. Não há concessões para participantes exógenos, a seção “Resenhas”, outrora escrita por meia dúzia de colaboradores, passa a ser redigida a quatro mãos. Fecha-se o que era eminentemente aberto em torno dos participantes do banquete “tropical”.

O outro volume publicado no mesmo ano é dedicado ao centenário de Dante. Dificilmente se desconfiaria pelo título do primeiro artigo, “Dante romântico e anti-romântico”, que o mesmo mais uma vez era assinado por Gilberto Freyre (1966, v. 2). Maria do Carmo Tavares de Miranda e o editor César Leal são os responsáveis pelos dois outros “ensaios-conferências” dedicados ao poeta italiano. O defensor do “espírito de província” pernambucano, Nilo Pereira, refletindo naqueles anos sobre “A cordialidade na Revolução Pernambucana” (1966). É verdade que antes do AI-5 poucos

desconfiavam da não cordialidade da suposta “revolução de 1964”. Ademais, Ariano Suassuna analisa comparativamente Bilac e Pessoa, logo seguido pelos estudos econômicos dos antigos colaboradores do SEC/UR Vamireh Chacon e Roberto Cavalcanti de Albuquerque. Chacon ainda insistindo na “Convergência da planificação socialista e da livre empresa” (1966). Este volume celebrava as festas comemorativas do VII centenário do nascimento de Dante (apoiada pelo DEC e pelo Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia), indício de um novo clima cultural na nascente UFPE. Saudação tropical da cultura em toda sua reverberação humanista, tradicionalista e modernista ao seu modo.

3.3. Alfabeto e Imagem: gráfica urbana, bibliologia, semiologia e os horizontes de Orlando da Costa na feitura da Revista Estudos Universitários.

*Ora! Deixa-me dançar minha dança de letras,
Deixe-me engendrar a dança dos sinais*
Orlando da Costa Ferreira.

*No bar onde se morre, arma-se
Sobre a toalha de quadros, o dia:
Letras no jornal.*
Jorge Wanderley

Ao longo deste trabalho procuramos mostrar a importância dos anos que sucedem ao final da 2ª guerra mundial e à derrocada do Estado Novo para entender o deslocamento epistemológico, estético e político que redesenhou os paradigmas da produção cultural no Brasil (seja acadêmica ou artística) constituindo novos habitus letrados e intelectuais. No campo universitário o advento das críticas oriundas da filosofia alemã de Nietzsche e Heidegger, do existencialismo - sobretudo Jean Paul Sartre e existencialistas cristãos -, da crítica cultural-ideológica marxista e do estruturalismo, pesaria sobre as Ciências Humanas como um verdadeiro martelo. Até então os campos das ciências humanas estavam balizados no meio universitário europeu em torno de revistas científicas como a *Revue française de sociologie*, cuja *Revue des Annales* fora pioneira, e de escolas especializadas como “Escola Prática de Altos Estudos, animada por Fernand Braudel” (BOURDIEU, 2005, p. 63).

Já vimos no primeiro capítulo que no Brasil a lei Francisco Campos orientava a criação da Faculdade de Filosofia e Ciências como um requisito básico da instituição universitária. Sabemos que estas unidades por diversos fatores não conseguiram alcançar o objetivo de fomentar a pesquisa científica sistemática e que esta permanecia sendo fruto do esforço isolado de algumas elites letradas ou de instituições não universitárias mesmo depois da criação dos Institutos Acadêmicos nos anos 1960. O que para o campo das ciências humanas e para a filosofia européia se constituiu como “virada lingüística”, se manifesta de maneira peculiar no Brasil. Primeiramente pela crítica ao etnocentrismo que se enuncia no trabalho de Gilberto Freyre e pelo tríptico da geração de escritores de 1945: Cabral, Rosa e Lispector. Neste ínterim duas instâncias de uma reviravolta semiótica se constituem no campo cultural do Recife: uma pedagógica, vinculada à mobilização educacional (WEBER, 2007) e outra artística amadora, atrelada ao TEP (descambando no TPN), ao Gráfico Amador (TEIXEIRA, 2007), ao atelier coletivo (CLÁUDIO, s/d), aos salões de fotografia (BRUCE, 2005) e de artes plásticas, ao cineclubismo (ARAÚJO, 1997) e a crítica jornalística (sobretudo literária).

Ora, os jovens letrados que permeiam estas transformações tenderiam a não desvincular o arrojo formal de uma modalidade do fazer intelectual comprometido com a cidadania e com a política. Aos poucos, os tipógrafos, os artistas amadores e os críticos periodistas dos anos 1940-1950 são paulatinamente incorporados pelas Congregações da Universidade do Recife. A chegada de João Alfredo a reitoria da UR, participa destas transformações, afinal sinaliza uma mudança do projeto político-pedagógico da instituição e a criação do Serviço de Extensão Cultural por meio do qual estes agentes produtores passam a atuar profissionalmente e juntos mais uma vez.

Coordenados por Paulo Freire, se viram envolvidos, sobretudo, pelos embates em torno da crítica educacional e cultural que não estão desvinculadas da produção das novas subjetividades do intelectual brasileiro. O enfoque educacional crítico inverte o etnocentrismo da didática universitária magistral e das cartilhas de alfabetização ao promover o educando como sujeito do aprendizado: a “dialogação” e o “universo vocabular” dos “círculos de cultura” (FREIRE, 2001; 2003). A “língua maior” do catedrático e da cartilha é questionada pela “fala” dos educandos e suas respectivas comunidades.

Através do SEC/UR a Universidade do Recife tentou atuar sistematicamente junto às classes populares. Neste sentido já citamos o artigo de Pierre Fürter publicado

no *Journal de Genève*, em 30 de setembro de 1962⁵⁵, intitulado “A Universidade do Recife (UR) quer educar as massas”. A UR é apresentada à comunidade europeia como um exemplo para o Brasil. O papel desempenhado pelo médico e Reitor da Universidade, João Alfredo, se constituía, segundo as próprias palavras do intelectual, de uma “maturidade” política e de uma “administração propriamente revolucionária”. Com intuito de expandir o diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade criou o Serviço de Extensão Cultural (SEC) e a *revista de cultura da UR*. Enquanto os setores educacionais de base se articulavam em torno dos programas de alfabetização e conscientização, os setores envolvidos na feitura da Estudos Universitários tentavam criar um periódico interdisciplinar que imprimisse o clima de renovação intelectual e cultural da UR:

O primeiro número que apareceu neste verão, se preocupava sobretudo da integração da Universidade na sociedade brasileira. O segundo consagrado à crítica literária, contará com colaboração brasileiras e estrangeiras, das quais um artigo de Emil Staiger, professor da Universidade de Zurich. Será um primeiro esboço de um encontro inter-continental. (JC – 18 de novembro de 1962, 2º Caderno, capa.)

O que o artigo de Fürter e a leitura da *revista de cultura da UR* nos enuncia é que entender a Estudos Universitários nos dá acesso a uma gama de embates históricos que não se deixa prender ao seu espaço de produção. Como podemos perceber pelos “sintomas & sintonias” esboçado por Jomard Muniz de Britto:

Essa pré-revolução brasileira enfrentava não apenas os sons dançantes da bossa nova, dos frevos e cirandas, mas sobretudo os impasses da ética na política, do planejamento para o desenvolvimento em conjunto, da educação como prática da liberdade, da Universidade abrindo horizontes d’O Gráfico Amador ao Movimento de Cultura Popular. (BRITTO, 2009/2004, p. 29)

A Estudos Universitários mediatiza estes “sintomas & sintonias” de nosso passado recente. O designer sofisticado traz marcas de Orlando da Costa Ferreira, responsável pelo projeto gráfico da revista, desde sua fundação em 1962 até o afastamento de Luiz Costa Lima nas vésperas do Golpe. As capas quadriculadas, com detalhe verde-oliva na primeira revista e nos números seguintes roxo, laranja, azul e

⁵⁵ Republicado no Jornal do Commercio de 18 de novembro do mesmo ano.

amarelo sucessivamente (seguindo ordem cronológica)⁵⁶. O artesanal e o manufaturado da imprensa universitária se expressam amarrados com muito esmero. Dividida em três seções: Ensaios, Estudos e Resenhas, os textos aparecem dispostos em duas colunas. A primeira seção ocupando aproximadamente três quartos do periódico e o restante das páginas ocupadas pelas demais seções (sendo a última a menor de todas). Pelo visto a preocupação de Orlando da Costa Ferreira com as formas dos produtos impressos se sobrepõe à vocação política e social de seus companheiros, ainda que não ignorasse este traço em sua produção cultural (TEIXEIRA, 2007). Sua sofisticação gráfica estava absolutamente inserida no quadro de renovação cultural que possuía matizes educacionais, artístico, acadêmico, enfim, quadro de renovação intelectual do qual a Estudos Universitários desempenha importante papel. Vejamos mais de perto como Orlando da Costa Ferreira participa deste platô.

Antes de integrar o SEC/UR, Orlando da Costa Ferreira desempenhou uma influência importante junto aos jornais para que os jovens escritores e críticos da UR publicassem seus primeiros trabalhos⁵⁷. Em 1963, quando já estava à frente do designer gráfico da Estudos Universitários, é convidado para ser o editor do 2º Caderno do Jornal do Commercio. Com o novo editor os jovens críticos da cultura brasileira e os antigos membros do Gráfico Amador se tornam ainda mais presentes nos cadernos dominicais. Se a entrada de Orlando da Costa Ferreira neste periódico está atrelada a um movimento de renovação gráfica, o que dizer das frentes de renovação representadas pelas novas colaborações arregimentadas, das quais participam intelectuais vinculados ao SEC/UR (bem como a revista Estudos Universitários), ao Teatro Popular do Nordeste, ao Movimento de Cultura Popular (bem como o antigo atelier coletivo), ao antigo Gráfico Amador, ao infante movimento de artes plásticas de Olinda, dentre outros.

assim, por exemplo, a renovação gráfica que Orlando da Costa Ferreira imprimiu ao 'Suplemento Literário' do *Jornal do Comércio*, em 1963, não era um fato isolado. Vivia-se uma época recifense de experiências sociais e culturais renovadoras de que são exemplos, para citar apenas alguns, os projetos educacionais de Paulo Freire a partir da Universidade, a criação, por Luiz Costa Lima, sobretudo, da Revista *Estudos Universitários*. A introdução da Teoria da Literatura na Universidade (seguindo de perto o modelo que me

⁵⁶ No dizer de Marcius Cortez: "Do número um ao cinco – 1962/1963 – a diagramação da capa e o miolo se caracterizam por uma unidade que lhe permite ser moderna após tantos anos. Os cubos e as letras no espaço em branco da capa, variando de cor a cada edição" (CORTEZ, 2004/2009, p. 31).

⁵⁷ Até os anos 1960 o jornal era o espaço por excelência da crítica literária. A inclusão desta como disciplina nos currículos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras foi um conquista do I Congresso de História e Crítica Literária realizado em 1960 no Recife.

foi oferecido pela experiência de Antonio Candido na USP), as criações do Teatro Popular do Nordeste por Hermilo Borba Filho e Ariano Suassuna, as invenções gráficas de *O Gráfico Amador*, com Gastão de Holanda, Orlando da Costa Ferreira, José Laurênio de Melo, Jorge Martins Filho, Adão Pinheiro, Ariano Suassuna, Jorge Wanderley, Sebastião Uchoa Leite e outros, os Movimentos de Cultura Popular etc. etc. (BARBOSA, 1980, p. 12-13).

Esta renovação dos produtores também correspondia a uma transformação no âmbito da recepção: “À renovação gráfica de Orlando da Costa Ferreira deveria corresponder um modo também renovado de leitor de província” (BARBOSA, 1980, p.13). Termos da renovação que o mesmo João Alexandre Barbosa aqui citado e o companheiro Sebastião Uchoa Leite não deixariam de considerar, no momento em que substituem Orlando da Costa Ferreira na direção do Suplemento: “sem rejeição dogmática do valores tradicionais mas, por outro lado, buscando articular situações novas homologas, literariamente, ao que se passava no quadro mais amplo da vida social” (BARBOSA, 1980, p. 13). Orlando da Costa Ferreira pioneiramente modifica a disposição gráfica do caderno ao mesmo tempo em que impõe uma transformação dos seus conteúdos⁵⁸.

Percebendo o designer da Estudos Universitários como colaborador destacado, procuramos neste item analisar os debates propostos por Orlando da Costa Ferreira em sua coluna “Alfabeto e Imagem” (JC – 1963-64), considerando os aspectos formais da *revista de cultura da UR*, na compreensão dos seus balizamentos técnicos e estéticos no exercício tipográfico de feitura da Estudos Universitários.

Diferentemente da maioria dos colegas do SEC/UR, Orlando da Costa Ferreira já não era homem tão moço, aliás, era o mais antigo dos membros fundadores d’O Gráfico, tendo nascido em 14 de agosto de 1915. Sua idade o aproximava da geração de intelectuais regionalistas liderados por Gilberto Freyre, a quem nunca se opôs publicamente. Semelhança apenas de idades, afinal, faltava-lhe talvez o que Nilo Pereira chamava de “espírito de província” (para caracterizar a geração do qual fazia parte. A mesma que Freyre chamara de nova escola do Recife), para poder ser visto como participante da geração regionalista. Estava mais interessado nos temas que impressionavam os estudantes para os quais lecionava nos anos 1950-60 na UR do que para reafirmação da tradição tropical. Estudantes como Costa Lima, Uchoa Leite e João Alexandre Barbosa que mesmo não tendo sido seus alunos aprenderam boas lições na oficina tipográfica da Rua Amélia ou no prelo do Jornal do Commercio.

⁵⁸ Ver 2º cadernos do Jornal do Commercio a partir do segundo semestre de 1963.

Como produtor de livros, havia promovido com muito trabalho um “faça você mesmo” de todo hodierno. Admirado pelos infantis produtores, era respeitado pelos mais velhos a ponto de poder arrancar elogios de Gilberto Freyre (o “esplêndido ensaio de Orlando da Costa Ferreira” – JC, 27/10/63, p. 02) no mesmíssimo momento em que este solicitava o afastamento de Luiz Costa Lima da secretaria da Estudos Universitários e engalfinhava o reitor João Alfredo pelas concessões ao MCP. A posição de respeito mútuo não impedia que o tipógrafo amador celebrasse com formações letradas que estavam questionando o *status quo* intelectual do Recife.

A grande maioria dos companheiros de ofício de Orlando da Costa Ferreira sofreu forte perseguição política, prisões, exílios e aposentadorias compulsórias das funções universitárias. As atividades de extensão universitária foram as novas salas de aulas onde se deram experiências formativas diferenciadas fomentadas pela teoria/prática extensiva. Aprender os fazeres e as significações intelectuais através da abertura, através do diálogo, da comunicação e da cultura foram os elementos cotidianos de uma crítica da cultura e da universidade brasileira.

À medida que o Gráfico se diluía como grupo, sua luz era absorvida pela demanda profissional da UR, cada um contribuindo ao seu modo com um contexto de crítica, reformas e revoluções, seja na sala de aula, seja no prelo da Imprensa Universitária.

É através das concepções gráficas de Orlando da Costa Ferreira que podemos perceber como aqueles que faziam a Estudos Universitários compreendiam, ou pelo menos aceitavam, no plano gráfico, a feitura do material escrito e documental de suas experiências naqueles anos tão intensos, como destaca João Alexandre Barbosa:

Eu me lembro que em 1962 teve um Congresso de Crítica [Literária] na Paraíba. Numa reunião estávamos eu, o Sebastião [Uchoa Leite], o Antônio Cândido, o Haroldo de Campos e Paulo Emilio Salles Gomes, e aí o Antônio Cândido virou-se para mim e disse: “João, você não quer ir trabalhar comigo lá em São Paulo?” isso, em 1962. Aí eu falei: “Não Antônio Cândido, não vou não. O Recife está muito bom (...) O Recife era nosso”. (BARBOSA apud TEIXEIRA, 2007: 254).

A experiência do Gráfico Amador foi muito importante nos novos ofícios que Orlando da Costa Ferreira passara a desempenhar: primeiramente, a feitura dos Boletins de Atividades do SEC/UR, em seguida, confecção do corpo gráfico da revista Estudos Universitário e da editoração do 2º caderno do Jornal do Commercio. O prelo da

Imprensa Universitária e do jornal recifense transmutava o livre ofício de outrora em fazer propriamente profissional. Mais do que isto, deixavam-se penetrar pelos vetores da nova dinâmica de produção cultural que se espalhava pela cidade. Interpenetração rigorosa tratando-se de Orlando da Costa Ferreira, que havia se formado na primeira turma de Biblioteconomia do curso organizado pelo DDC, em 1949, tendo complementado seus estudos depois em São Paulo e Paris. Orlando da Costa Ferreira era um pesquisador incansável da imprensa, tendo levado sua vida a analisar exaustivamente as multiplicidades dos produtos gráficos e das técnicas de impressão⁵⁹.

Ao longo de seus artigos do início dos anos 1960, a cidade aparece como o lugar privilegiado dos produtos gráficos. A urbe se faz ler por suas legendas e Orlando da Costa Ferreira estava profundamente curioso em descobrir como estas se dispunham ao longo da história. São estes os temas de seus artigos publicados no Jornal do Commercio, na coluna “Alfabeto e Imagem”. Sua preocupação era entender o movimento da escrita, que surge tridimensional em sua expressão cuneiforme, passa por um longo asilo nas páginas dos produtos impressos e se dá às multidões ao se projetar nas ruas. Daí, entender os efeitos da superação da horizontalidade do livro e do manuscrito pela verticalização gráfica da imprensa moderna e da publicidade.

De tal modo nos habituamos ao grafismo público que difícil é para nós conceber que em certo período de nossas próprias época houve cidades desprovidas de letreiros. Imagine-se o Recife ao tempo da Revolução de 1817, com sua única e precária tipografia de prelo manual existindo no mesmo momento em que se montava na Alemanha a primeira fábrica de impressoras rotativas. Um cidade <cega>, como <cegos> nos parecem, por curiosa inversão, os livros enfileirados nas estantes sem dísticos nas lombadas. A instauração da **gráfica urbana** se deu porém gradativamente, partindo das tabuletas de lojas e das placas de ruas e decretos foram os cartazes litográficos a sua primeira grande conquista moderna” (grifos nossos – JC 23/06/63, 2º Caderno p. 2)

Em nenhum momento dos artigos sobre cartaz e gráfica urbana Orlando da Costa Ferreira trata das modernas revistas, mas ficamos inclinados pelos nossos objetivos específicos a pensar se para ele o consumo destas não estava dividido entre o deleite do espectador, que se delicia com a textura sofisticada da capa da *magazine*, e do contemplador, que se perde nas disposições textuais do periódico e suas discussões. A disposição gráfica externa e interna operando a transliteração dos textos contidos no

⁵⁹ Para informações mais detalhadas sobre a biografia de Orlando da Costa conferir obra já citada de Flávio Weinstein Teixeira, sobre o Teatro do Estudante e o Gráfico Amador (2007).

periódico. Estas questões não se desvinculam da dinâmica de transformação cultural do qual nos fala João Alexandre Barbosa. Pelo contrário, exerce uma relação de determinação. Não seria a missão de Orlando da Costa Ferreira como designer da Estudos Universitários satisfazer estas novas aspirações pelas formas de conteúdo e expressão do produto gráfico? A revista não é só mensagem ou textualidade, mas toda participação do espectador com a coisa significada. Daí, a grande influência que Sebastião Uchoa Leite atribuía à Orlando da Costa Ferreira: “o gosto pela qualidade e modernidade em tudo” (LEITE apud TEIXEIRA, 2007, p. 309).

Gráfica urbana é o conceito oferecido por Orlando da Costa Ferreira para tentar compreender a situação gráfica da modernidade recente. O antigo tipógrafo amador não é um pessimista e reconhece as possibilidades daquela reprodução *ad infinitum*. Há uma potência nas multiplicidades dos produtos impressos e dos agentes que transformam a mídia ao dela se apropriarem, além da democratização da leitura e dos seus produtos: “As cidades se identificam, se oferecem, se conquistam pelos seus letreiros”. Em “Alfabeto e Imagem” Orlando da Costa Ferreira transita entre a bibliologia, a biblioteconomia, a semiologia, as artes gráficas e o urbanismo. O conceito de *Gráfica Urbana* envolve todo produto significativo da imprensa presente nos espaços públicos das cidades, tal qual, legendas da cidade:

Não bastaria dizer que por gráfica urbana se entende toda espécie de produto gráfico, textual e/ou figurativo, exposto em qualquer parte de um aglomerado urbano – ruas, praças, edifícios públicos, transporte coletivo, etc. – para ser lido ou visto gratuitamente pelo público. De fato, o próprio condicionamento que retirou essa espécie de produto dos interiores domésticos e da posse individual para o ar livre e o domínio coletivo, transformou tão completamente o seu modo de existir que lhe impôs uma conceituação menos aberta e mais profunda. Sua destinação lhe transmite uma nova dinâmica, prevê-se para ela um novo critério de legibilidade e de contemplação, multitudinário, de alcance médio, episódico ou ocasional, o qual imprime ao quadro gráfico de rua uma fisionomia a caráter, expressionista, obtida por impactos óticos e afetivos, muitas vezes disformes e exagerados pra atrair ou forçar pelo choque a atenção do transeunte ou do passageiro, nivelando-a e assim como que definido em seus termos a figura do anônimo habitante da cidade. (JC 23/06/63, 2º Caderno, p. 2)

A “gráfica urbana” é inserida no quadro de “implicações sociológicas e filosóficas” da revolução industrial: “clima que permitiu a invenção de novas máquinas capazes de dinamizar a vida da letra e a vida da imagem” (JC 23/06/63, 2º Caderno, p. 2). No artigo “Gráfica Urbana - 2”, Orlando da Costa Ferreira aprofunda a definição do conceito

homônimo ao artigo, tripartindo-o em “espécies largamente ditas <oficiais>, <comerciais> e <popular>”. Afora, as classes de produtos gráficos que subordina as categorias de origem, não desconsidera as variantes oriundas de “sistemas auxiliares paralelos”: “as formas”, “os gêneros” e “os assuntos”, implicando em variações que vão do “acerbo ao pornográfico” (JC 29/06/63, 2º Caderno, p. 2). Na classificação exaustiva, o “cartaz” surge como gênero mais importante da gráfica urbana: “corresponderia ao livro nos gêneros bibliográficos”. O cartaz cuja característica é a imagem, mas que também se realiza “puramente <literais>”, é o impresso público que Orlando concentra sua argumentação, atentando para as “combinações de gêneros” existentes neste objeto.

O cartaz deve estar situado no cenário em questão e sua mensagem deve ser compreensível. Tal qual uma pintura sem contempladores, o cartaz possui espectadores, “o cartaz é de fato um pequeno espetáculo” afirmaria em “Dinâmica do cartaz” (JC – 21/07/63, 2º Caderno, p. 2). O contemplador é definido como “colecionadores ou os freqüentadores de museus e galerias – uma clientela definida, deliberada”, enquanto o espectador é apresentado como “simplesmente pessoas indiscriminadas, passantes, desocupados, forasteiros, ocasionalmente atraídos pelo espetáculo”. Apesar de tudo, o cartaz não se confunde com o anúncio, cujo todo arranjo semiológico tem como escopo ludibriar o consumidor. Diferentemente, no cartaz a “imagem deve formular o apelo, apoiar a informação e manter a consistência. De fato, ela se identifica com o seu texto, que virtualmente translitera.” A imagem do cartaz não é figurativa, não é simbólica, “significa-se a si mesma, sendo, nesse sentido, um exato ideograma” (JC – 21/07/63, 2º Caderno, p. 2). O conteúdo e a expressão estão unidos por suas formas.

Em artigo publicado na Estudos Universitários, Orlando da Costa Ferreira procura demonstrar como diante de todo “avanço” das tipografias e do alfabeto, as letras, assim como o espaço formal onde elas se inscrevem, não se desligaram de sua origem tridimensional, imagética e existencial:

A letra, que necessariamente reflete os estilos dominantes, falando a linguagem desses estilos, que por sua vez devolvem estados de espíritos ou atmosferas culturais, fixando por meio de sua linguagem especial determinado tono moral, atitude humana ou situação do homem perante si mesmo. (FERREIRA in Estudos Universitários, 1962:22-23).

Não há compreensão do produto gráfico sem análise formal. Os questionamentos sobre a dimensão imagética das palavras desembocam no diálogo com o concretismo

paulista. No artigo a “Serpente e a Lira”, publicado na Estudos Universitários, a *poiesis* concretista é discutida à luz da bibliologia. Até que ponto o livro deveria ceder à constelação mallarméliana? Sua conclusão é peremptória: a função do material impresso ditará a sua feitura e o seu manejo. Como a poesia concretista, a *revista de cultura da UR* estava alicerçada em uma experiência de renovação estética, intelectual, cultural e política, a primeira operando no campo artístico, a segunda no campo universitário. As diferenças de campo resultam em disposições formais diferentes, apesar da homologia nas formas de conteúdo. Para Orlando da Costa Ferreira a clareza e a legibilidade eram elementos fundamentais do ofício tipográfico: *Não acredito em tipografia sem legibilidade. A legibilidade é barra fixa que garante a geometria de qualquer malabarismo* (apud TEIXEIRA, 2007: 244).

Quem observa de longe as Estudos Universitários se sente convidado a tomá-la na mão pelo colorido geométrico de sua capa-cartaz. Quem folheia suas páginas se impressiona pela sobriedade e pela legibilidade que a crítica cultural não academicista é disposta na revista acadêmica. Arrojo formal que sempre norteou o gesto de criação de Orlando da Costa Ferreira, como podemos observar nesta referência a Paul Valéry: “a criação de obras a partir de condições de forma, quase que somente pelo conjunto de obrigações de fazer e de não fazer, fora um dos seus mais caros sonhos”.

A verve formalista não significava um desprezo pela análise sociológica ou histórica da produção cultural. A começar pelo lugar que tenderia a ocupar no campo de produção cultural junto aos *enfant terrible* do professor Paulo Freire. A colaboração intensa com o SEC denota isso, bem como a visão que possuía da produção cultural e artística: *A Arte é manifestação social, e como tal, para melhor compreendê-la é melhor entender a própria sociedade da qual é uma expressão.* (apud TEIXEIRA, 2007: 247).

No âmbito da pesquisa, sua rigorosa análise formal dos produtos gráficos estava alicerçada em considerações sociológicas e históricas consideráveis. Até hoje poucos pesquisadores esbanjaram um conhecimento tão profundo sobre as fontes primárias da história da imprensa e dos produtos impressos no Brasil, como o apresentado por Orlando da Costa Ferreira em “Imagem e letra: introdução à bibliologia brasileira” (1977).

Os “aspectos sociais da produção de imagens” era uma das preocupações de Orlando da Costa Ferreira, conforme se pode observar em uma série de artigos publicados no período em que estava coordenando o 2º caderno do Jornal do Commercio. Em um primeiro artigo intitulado “EUA ou -” (23/08/63, p. 2), Orlando da

Costa Ferreira resenha o livro “The image” (1962) do professor norte-americano Daniel J. Boorstin, apresentando uma preocupação de todo pós-moderna com respeito à relação entre imagem e dominação. Em sua leitura a reprodução serial do real – “superfetação das imagens” – teria conduzido os americanos para uma “science-fiction às avessas” (“vejam como ficamos [...] depois de desenvolvidos”). A imagem é considerada a partir de seu aspecto totalitário que ao reproduzir, falseia o real, tal qual cita:

a fabricação do pseudo-acontecimento, da <pseudo-celebridade>, do <pseudo-turismo>, da <pseudo-utilidade>, da <pseudo-música funcional> - tudo isso criado e vivido nos espelhos deformantes do jornalismo, da televisão, do cinema, da publicidade e das <seleções> dando como resultado o ilusório reino da <profecia auto-realizável>. (23/08/63 – 2º caderno, p. 2)

O conceito de pseudo-realidade está muito próximo da problemática da sociedade do espetáculo defendida por Guy Debord (2002) ou do conceito de simulacro desenvolvido por Baudrillard. A investigação norteada pelas leituras do “The image” prosseguem nos artigos seguintes: “Iconomística”, “Revolução Gráfica”, “A imagem por trás da imagem” e “As formas dissolvidas”. A Iconomística, desenvolvida no século XVII, deveria constituir “uma nova ciência” ordenando a utilização de “figuras emblemáticas para ensinar, <proveitosa, viva e deliciosamente>, os mistérios da Fé”, como escrevia o jesuíta alemão Jakob Masen, que a inventou”. A “disciplina” é apreendida como um dispositivo racional de dominação do espírito a partir da imagem: “Através dessa amenidade da imagem era que os jesuítas [...] inseriam sua propaganda nos costumes dos povos”. Com o advento da revolução industrial, os usos da imagem visando o controle teriam excedido “a mais diabólica imaginação dos tempos bíblicos”. Para Orlando da Costa Ferreira o diabólico não estava no poder de produzir imagens, mas em determinados usos das técnicas de produção e das próprias imagens: “O que realmente acontece não é o <perigo> da imagem, pois a imagem não traz em si qualquer desígnio perigoso e fatal” (JC – 01/09/63, 2º caderno, p. 2)

Já o conceito de “revolução gráfica”, debatido em artigo de mesmo nome (JC – 07/09/63, 2º caderno, p. 2), está diretamente vinculado ao conjunto de transformações técnicas e tecnológicas possibilitados pela revolução industrial. Dois grandes momentos significativos nas transformações das mídias são apresentados: 1- (1870-1915) – “efetivo emprego dos inventos da Fotografia, da Fotogravura e do Fonógrafo”; 2 – (1915-1940) – “ascensão da Cinematografia, da Radiodifusão e da Televisão”. Neste quadro se deu a produção de tecnologias e de técnicas modernas no âmbito da

fotogravura, da tipografia e do cinema. Este movimento está vinculado ao pioneirismo americano na produção destes novos recursos. No entanto, as mesmas mídias utilizadas para promover a vida terminam servindo produção de “ilusão”, sendo o próprio “homem médio [...] uma ilusão”. Desta forma, a “revolução gráfica” propiciava uma inversão da máxima naturalista:

Na América do século dezenove [...] o mais extremado modernismo sustentava que o homem era um produto do meio. Na América do século vinte, sem abandonarmos essa crença, também acreditamos que o nosso meio pode ser quase inteiramente produzido por nós mesmo. (JC – 07/09/63, 2º caderno, p. 2)

Em “A imagem por trás da imagem”, a face instrumental da produção gráfica é abordada a partir da produção de acontecimentos e notícias. Nosso autor traz à luz a moderna representação da celebridade – “grande nome” – e a tradicional figura do herói – “grande homem” (JC - 15/09/63, 2º caderno, p. 2). Na “civilização da imagem” a figura do herói se enfraquece em oposição à verticalização da “celebridade”. Ora, neste mesmo quadro sócio-histórico surge a figura do turista – “viajante [...] tele-guiado” – em detrimento do viajante. Neste caso, o lugar visitado, se configura subordinado à imagem, “não a imagem pela realidade, mas a realidade pela imagem”. Mas se pudéssemos escapar dos clichês da fala, da literatura, da fotografia, do cinema, da publicidade, do turismo? Orlando da Costa Ferreira nos propõe a contemplar Veneza despida “de todas essas informações, de todos esses subprodutos”. Sua resposta homenageia seus amigos do Sistema Paulo Freire: “Haverá uma espécie de <imaginação>, como há uma <alfabetização>, no sentido de aprendermos a apreender a existência [...]?”, assim escapando das armadilhas da “dissolução das formas”. “As formas dissolvidas” se revelam como um problema da simultaneidade das imagens. Este é o tema-título do último artigo da série sobre o livro do professor Boorstin (JC – 22/09/63, 2º caderno, p. 3). A fabricação de novidades, materiais ou não, são vinculadas à sociedade do consumo e da reprodução. O “homem médio”, entendido como homem moderno, tem se mostrado incapaz de impedir a “dissolução de própria realidade tangível”. Pelo contrário, sua postura solícita com o simulacro, erige a artificialidade. A cópia então passa a ser o objeto de valoração em detrimento do ser reproduzido, o que denota a visão pessimista do professor Boorstin sobre a reprodutibilidade técnica. Mas como Walter Benjamin em seus estudos sobre a crise da aura, a visão de Orlando da Costa Ferreira sobre a reprodutibilidade do produto gráfico não era de todo pessimista.

Os agentes ainda podiam participar criticamente das virtualidades promovidas pelos novos recursos gráficos.

É o que podemos observar na série intitulada “Formas no Bairro”, onde Orlando da Costa Ferreira aproveita o olhar privilegiado de um amigo estrangeiro com o qual caminha, para redescobrir a cidade do Recife: “Mas o Bairro é inesgotável em formas, até mesmo para os nativos” (JC – 07/07/63, p. 2). Vejam que a passividade do “homem médio” do professor Boorstin é substituída pelo protagonismo do olhar criador dos passantes. Cabe ao viandante explorar as multiplicidades da cidade pondo em prática um “turismo como tática de espionagem” (JC – 14/07/63, p. 2), no qual o olhar criador faz brotar do cotidiano, o inusitado: “Pois lá, de cada vez se pode jogar uma partida sempre diferente”. Neste movimento nosso escritor reencontra o prazer das cores dos bairros: “Isto não é uma fábula, mas apenas uma maneira mais viva de dizer o que significa <ver a côr>”. O prazer erudito em Paul Klee, cujo júbilo fora “viver exclusivamente no mundo das cores”, e o prazer da “alma popular”, esta “repleta de cores [...] explodindo em procissões, novenas e carnavais” (JC – 14/07/63, p. 2). A “colcha de retalho” e os “trajos berrantemente coloridos” dos escravos fugidos seriam o fruto típico desse desejo “primitivo” pelas cores.

Não há olhar inaugural na apreensão das formas do bairro, já reconhecia o autor ao sonhar em artigo anterior com o passeio em Veneza despojado dos clichês, mas também não há olhar que não possa se transmutar em novidade, “entrechoques de planos” fecundando o ventre da paisagem que sem tocar invade. O deleite literário do *flâneur* prossegue em “Letras nas ruas”, texto no qual analisa a “desinteriorização” das letras expostas nos “tecidos dos nossos letrados urbanos” (JC – 18/08/63, 2º caderno, p. 2).

Desta rápida exposição do trabalho gráfico para a Estudos Universitários e para o JC, é possível encontrar os rastros de como Orlando da Costa Ferreira concebia o ofício da palavra gravada. Não podemos desconsiderar também que passou quase toda vida esboçando um livro ao qual a primeira parte intitulou *Imagem e Letra*. Publicado em 1976 o estudo fazia parte do primeiro volume de um longo trabalho sobre o universo da bibliologia, da impressão e dos produtos impressos no Brasil. Sua erudição não deixava desejar ao seu trabalho na tipografia. Os livros impressos pelo Gráfico são verdadeiras obras de arte. Como designer da Estudos Universitários a condição amadora de outrora alcança a dimensão institucional. Os objetivos a partir do qual o secretário Luiz Costa Lima balizava o periódico urgiam no prelo. Ampliar as hastes da

comunicação e da linguagem da Universidade, ampliar o diálogo, o contato e a participação com a sociedade na “realidade brasileira”.

Sobre o trabalho desempenhado no 2º Caderno, afirmava ter por objetivo oferecer substância estética, crítica e política, redefinindo o caráter do suplemento literário do JC. Queria fazer do 2º Caderno uma “revista literária sem quaisquer concessões”.⁶⁰ Para ele a literatura não tinha mistérios, as políticas públicas do SEC eram uma prova disto: os cursos de formação nos mais diversos campos de atuação, os encontros estudantis inter-estaduais, os eventos locais, as transmissões da Rádio Universitária, dentre outras atividades, garantiam o ensejo daqueles que queriam mergulhar nas disputas no campo da cultura brasileira. O 2º caderno, neste caso, aparece como oportunidade “impar” para discussões dos interessados, por temas negligenciados pelas edições diárias dos jornais. Orlando da Costa Ferreira aconselha aqueles incomodados com sua linha editorial, a procurar as demais seções do jornal. No prelo da Estudos Universitários mesmo com todas as limitações de recursos, o resultado passa distante de uma produção “tosca”, o designer sofisticado da capa, não deixa pra trás a boa organização textual.

Para Orlando da Costa Ferreira era preciso a partir daquele impresso atender ao horizonte que tingia o Serviço de Extensão Cultural da UR. O rizoma⁶¹ formado pelo SEC, do qual a revista fazia parte, não direcionava suas hastes unicamente para a academia e seus agentes. A proximidade com o movimento estudantil⁶², com artistas, jornalistas, com o MCP (Movimento de Cultura Popular), movimentos sociais, com o público leigo e internacional, dentre outros círculos sociais da época, compunha uma rede de sociabilidades única no momento. Era um espaço de emersão cultural, em seu caráter conflituoso e antitético. Artesão de palavras gravadas Orlando foi afastado da revista logo após a demissão de Luiz Costa Lima, talvez não tenha sofrido as perseguições políticas por qual passariam alguns de seus colegas do SEC. Discreto sofreria pela impotência do intelectual que tem os seus instrumentos de trabalho cerceados. Enquanto viveu se dedicou a conclusão de seu *Imagem e Letra* e dos estudos da bibliologia, tendo sido abatido em 1975 por enfarto fulminante em sua mesa de trabalho na Fundação Casa de Rui Barbosa.

⁶⁰ JC, 16/02/64, 2º Caderno, p. 2

⁶¹Sobre o conceito de rizoma vide DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia*; vol. 1, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

⁶²Sendo o mesmo, no período estudado, bastante atuante e respeitado, diferentemente de nossa atual conjuntura nas Universidades onde o movimento estudantil passa por um processo paralelo de dominação partidária e descrédito político.

Conclusão: “a província estrangulada”

“O fim está no começo e no entanto continua-se”

Samuel Beckett

Aceito o desafio de investigar o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife e sua *revista de cultura*, mergulhamos numa realidade – a da produção intelectual e cultural do Recife nos anos 1960 - cujos trabalhos anteriores consultados nos permitiram adentrar com algum sentido de orientação. Se considerarmos que estes trabalhos permitem um mapeamento do ambiente intelectual/cultural do Recife, no intervalo que cobre o fim do Estado Novo e o advento do Regime Militar, identificando e caracterizando os grupos e agentes mais destacados, rumamos aqui em direção ao limite destas tensões e os termos impostos pelo golpe militar de 1964. Nestes anos limites muitos dos personagens presentes nos estudos anteriores já se encontravam incorporados nas instituições públicas e privadas da cidade, entre as quais, cabe destacar, a Universidade do Recife.

Neste anos, também, é que presenciamos uma ampla mobilização educacional: Movimento de Cultura Popular, Movimento de Educação de Base, De pé no chão também se aprende a ler, Centros de Cultura Popular, dentre outros. Inspirado pelas reivindicações destas frentes o reitor João Alfredo cria o SEC/UR, confiando sua direção ao mentor do projeto, o professor Paulo Freire. Uma equipe “heterodoxa”, afirmaria o antigo professor da FDR Vamireh Chacon, que reunia professores, técnicos e estudantes.

Nesta miscelânea os já consagrados produtores dos anos 1950 se misturam aos infantes produtores dos anos 1960, bem como aqueles educadores decididos a fazer com que a Universidade do Recife participasse da “Pré-Revolução brasileira”. A experiência dos agentes extensionistas mais maduros se conecta à chama política dos mais jovens. Os debates e disputas pela legitimidade do fazer cultural de outrora ganham assim novo balizamento: o balizamento político. Não que este tenha surgido a partir do SEC/UR, mas ali ganhou dimensão institucional e crítica a partir do novo projeto político-pedagógico que estavam ajudando ao reitor João Alfredo a construir. Neste prisma, para entender essa nova configuração intelectual e cultural do Recife nos anos 1960, o SEC/UR se mostrou um grupo sem igual, sobretudo, no que tange à dupla articulação do arrojo formal dos anos 1950 (ver o Gráfico Amador, os salões de artes plásticas,

além próprias pesquisas educacionais de Paulo Freire) e a mobilização política dos anos subsequentes.

Por outro lado, percebemos que o SEC/UR está inserido num ambicioso projeto de reforma universitária do qual a Estudos Universitários emerge como ponta do iceberg. A reforma universitária encarnava a pauta de reivindicação dos estudantes no pleito maior das “reformas de base”. Naqueles anos as greves dos professores universitários inexistiam, bem como suas organizações representativas de âmbito nacional. Em contrapartida, os estudantes contavam com diversas entidades bem organizadas e as mobilizações estudantis eram muito frequentes, por vezes alcançando repercussão nacional, como a greve ocorrida em maio de 1961, narrada por Ana Maria César, cujos encaminhamentos colaboraram com a criação da “Comissão de reforma universitária” e do SEC/UR. O modesto Serviço e seu periódico logo alcançou repercussão nacional, tendo Paulo Freire e sua equipe colaborado com a criação de seções semelhantes na Universidade de Brasília e na Universidade de Goiás¹.

Se existe um lugar por excelência onde se inscrevem os debates propostos pelos SEC/UR em torno da universidade brasileira (educação brasileira), do intelectual brasileiro, da cultura brasileira ou mesmo da “consciência nacional”, este lugar é certamente a Estudos Universitários. Como educadores que queriam pensar com os estudantes ou com o “povo”, logo encontraram a divergência daqueles que queriam pensar para o “povo”, fossem os representantes intelectuais das classes dirigentes ou aqueles arautos de novas modalidades do “jdnovismo”. Se com estes últimos ainda tentaram dialogar e algumas vezes trabalhar juntos, daqueles apenas podiam contar com as farpas e a incompreensão. A narrativa nos mostra que estes interditaram a revista Estudos Universitários na primeira oportunidade que tiveram. Por ocasião do golpe, fomentaram a invasão do SEC/UR e a perseguição política dos seus agentes:

Voltando-se a repressão contra a Universidade – cujo reitor, João Alfredo da Costa Lima, pouco depois foi punido com base no Ato institucional e afastado – inúmeros professores e estudantes chegaram a ser presos e processados, ao mesmo tempo em que eram retirados das bibliotecas e, em alguns casos destruídos, livros considerados de orientação marxista. As atividades do Serviço de Extensão Cultural – responsável, através da equipe de alfabetização de adultos, segundo autoridades militares, “pelo

¹É importante sublinhar que na época agentes do SEC/UR estavam à frente de projetos educacionais e culturais de amplitude nacional. O Plano Nacional de Alfabetização que pretendia reunir sob o Sistema Paulo Freire de educação a ampla mobilização educacional brasileira e a Comissão Nacional de Cultura Popular cuja missão semelhante deveria propor no âmbito dos movimentos de cultura popular. Projetos e esperanças malogrados.

planejamento e execução da mais sutil e eficiente obra subversiva já realizada no Brasil” e logo extinto – foram inteiramente distorcidos no IPM instaurado sob a presidência do Major Paes. Concluindo pela denúncia dos indiciados, o processo, não obstante, foi trancado pelo Superior Tribunal Militar em novembro de 1967, através de “habeas-corpus” impetrado pelo jornalista Arthur Carvalho e concedido, à unanimidade, por “falta de justa causa para o procedimento criminal”. (COELHO, 2004, p. 222).

O parecer favorável seria novamente revogado com o AI-5, reafirmando as aposentadorias compulsórias e o afastamento da IES federais. Não faltam relatos afirmando que Gilberto Freyre fora o grande mentor do IPM da Universidade do Recife – aliás, as vituperações publicadas nos jornais da cidade contra o reitor João Alfredo e o SEC/UR, reforçam esta hipótese. Certamente Paulo Freire e sua equipe não escapariam do golpe, mas o que aqui queremos enfatizar é o clima de delação pública que pairava na cidade e a violência que sofreram de imediato: “Criou-se em Pernambuco um verdadeiro clima de terror” (COELHO, 2004, p. 223). O clima de revanchismo e denúncia aparece inseparável da terrível perseguição dos intelectuais que ali atuavam. Nenhuma região do Brasil teve perdas tão significativas em sua intelligentsia como o Nordeste - *tristes trópicos*.² Os depoimentos dos professores extensionistas são significativos para entender esta reviravolta. Vejamos em que ponto suas memórias convergem, a começar pela lembrança do secretário da Estudos Universitários:

Lembrei-me então, mais com humor do que com amargura, que, estando eu preso, durante os interrogatórios, me preocupava em acompanhar a transcrição de minhas respostas. Depois de fazer mais uma correção, o major que me interrogava irritou-se e me passou um pito. Suas palavras seriam mais ou menos estas: “Não tem nada de ficar corrigindo o que está sendo escrito porque o seu caso já está resolvido: você foi denunciado como marxista por Gilberto Freyre e será aposentado”. Na matéria publicada (Folha de São Paulo, 20 de março, 2000), o jornalista ouviu do major citado a contestação que tudo isso era invenção. Não posso comprovar que o que lembro de fato se deu. Não sei, portanto, se o ilustre sociólogo me denunciou. Apenas sei que a afirmação é verossímil e que os interrogatórios que os membros do SEC sofreram foram as peças legalmente decisivas para as cassações que logo se concretizaram. (LIMA in ZAIDAN FILHO e MACHADO, 2007, p. 42-43).

Ou nos termos do “breve ensaio de psicanálise selvagem” de Jomard Muniz de Britto:

² O relato do físico nuclear de renome internacional Ricardo Ferreira é sintomático deste dano irreparável sofrido pela comunidade científica pernambucana e nordestina. Como muitos companheiros de ofício, o cientista se viu obrigado a deixar o país. As interferências de Gilberto Freyre na pesquisas especializadas desenvolvidas pelo físico nuclear resultaram numa breve discussão pública, como nos relatou o mesmo. É como se todo campo científico e universitário da região estivesse subordinado às veleidades daquele.

Acontece que, pernambucanamente, acompanhamos – antes, durante e depois do golpe militar de 1964 –, em artigos nos principais jornais da província do Recife, sua escrita furiosa contra todos os inevitáveis ou (im)possíveis subversivos que rondavam pelas Universidades em torno e bem dentro do Sistema Paulo Freire de Educação de Adultos. Seu apoio irrestrito, inflamado, incondicional ao golpe nos causava talvez um misto quente de **raiva** e **repugnância**, para fazer uso de um advérbio tão seu – talvez – e dois adjetivos dos mais serenos e aliterativos em R, pela distância memorial que nos separa de tais absurdos e brutais acontecimentos.” (BRITTO, 2002, p. 224 – grifos do autor)

O que nos diz o “Golpe na Alma” do então adolescente Marcius Cortez

O Recife pós-golpe foi sórdido. Não foram apenas as delações, as adesões de última hora, as torturas, os assassinatos, as prisões arbitrárias, o medo institucionalizado. O pior foi que ficou sendo visto como normal arrebentar os subversivos ou então difamá-los. Trago aqui uma declaração à praça publicada nos jornais do estado em 19 de maio de 1964, assinada por uma importante intelectual da época, irmã de um colunista social que atuou na imprensa paulista. A doença chegou a tal ponto que quem trabalhara com Paulo Freire era massacrado publicamente como um leproso. (CORTEZ, 2008, p. 46-47)

O texto que segue da professora Maria do Carmo Tavares de Miranda é uma declaração atestando a ausência de vínculo profissional desta com o “Snr. Jomard José Muniz de Brito” que “não é seu auxiliar de ensino, desde 14 (quatorze) de janeiro de 1963 (mil novecentos e sessenta e três)”. Uma afirmação do tipo: “há mais de um ano que não possuo mais nenhum vinculo com este subversivo”. Ao lembrar a(s) “peripécia[s] crítica[s]” daquele anos, João Alexandre Barbosa empregaria um termo interessante: “uma província subitamente estrangulada”. Não havia concessões de gênero, todos foram terrivelmente castigados: “ADOZINDA, Doza, prima de Paulo. Sobrevivendo a terríveis perseguições da ditadura”. (BRITTO in CORTEZ, 2008, p. 74).

Gilberto Freyre seria convidado para ser Ministro da Educação do General Castelo Branco, a exigência daquele para assumir o ministério era a demissão de todos os reitores e conselheiros universitários (MOTA, 2008). O general golpista achou melhor retirar o convite. A partir daí os militares passaram a conduzir em molde autoritário aspectos da reforma do ensino exigida pela sociedade civil em anos

anteriores. No campo universitário a crescente exaltação da técnica é viabilizada por agentes dedicados a reprodução do controle como destaca Paulo Rosas:

Proteção e fortalecimento do golpe; formação de um quadro de profissionais competentes e aliados ou ‘neutros’; desarticulação e criação de obstáculos à rearticulação ou renovação do antigo quadro de profissionais competentes, mas que se opunha às práticas discricionárias da ditadura (1992, p. 61).

A “pax tropical” volta, então a reinar no campo cultural e intelectual recifense. O Movimento Armorial, o Teatro Popular do Nordeste e os Seminários de Tropicologia são sintomas desta “pax” na província.

Ao narrar densamente o que aqui apresentamos em síntese, procuramos analisar a produção intelectual recifense nos anos 1960 relacionando determinados produtores e sua produção – o SEC/UR e a revista Estudos Universitários – no empenho de fazer emergir os processos que caracterizam a dinâmica estudada. Nossa preocupação historiográfica era identificar, recortar, relacionar e definir os componentes expressivos que caracterizam esta modalidade de produção (culturais, estéticos, políticos, sociais, etc). Não resenharemos aqui como estas respostas foram surgindo ao longo dos capítulos e seus itens, embora, seja necessário retomarmos aquelas questões que remetem ao objetivo geral e específico deste trabalho.

Entender aqueles que faziam a Estudos Universitários como uma formação que usufruindo do espaço institucional representado pelo SEC/UR compartilha de um campo de possibilidades comum nos ofícios propriamente intelectuais e culturais é muito importante. As “sociedades de letrados” representadas pelo Gráfico Amador, os cineclubes, os movimentos de educação de adultos e crítica literária ganha corpo institucional e profissional na Universidade do Recife. Ademais, seus destinos se encontram cruzados naquela seção desta IES. Os letrados de outrora logo se descobrem “intelectuais” vinculados à “universidade” e à “cultura brasileira”, em toda complexidade que atribuíam a estas representações. Certamente esta coesão não implicava num fechamento absoluto da visão que alimentavam. A leitura da Estudos Universitários nos revela a riqueza não de todo contraditória de suas falas. Aqueles que faziam a Estudos Universitários ao mesmo tempo em que estão sintonizados com o quadro de renovação político-pedagógica da Universidade do Recife, gerido pelo reitor João Alfredo, estão igualmente inseridos no quadro de renovação cultural do Recife iniciado nas décadas anteriores pelos movimentos culturais diletantes.

Eis a dupla modernidade dos agentes do SEC/UR. Embora, o discurso do magnífico reitor João Alfredo apareça embebido num certo tom tecnicista, prenunciado o tecnicismo dos anos 1960-70, a criação do SEC/UR representava um desejo de humanizar esta técnica cujo maior objetivo era o desenvolvimento. Novo humanismo que não se confunde com aquele dos bacharéis da “alta Cultura” (com “C” maiúsculo). Como espaço de formação e convergência o SEC/UR contava com os cursos de extensão para os todos os níveis de escolaridade, as atividades vinculadas ao Sistema Paulo Freire de educação, os programas da Rádio Universidade – “uma rádio a serviço da democratização da cultura” – e a revista Estudos Universitários (como mídia que sintetiza os aspectos mais importantes do debate que estavam promovendo). Estes elementos contribuíram para que o SEC/UR adquirisse grande distinção no meio das comunidades letradas universitárias, sendo constantemente visitado por caravanas de estudantes e professores adeptos de uma “cultura brasileira realista” e da capacitação no Sistema Paulo Freire de educação.

Em segundo lugar, as fontes consultadas mostraram que esta dupla modernidade não pode ser explicada nos termos dos pré-conceitos ideológicos comumente empregados para caracterizar a História do Brasil: populismos, desenvolvimentismos, nacionalismos, voluntarismos. Descobrimos a prática extensiva como espaço de colaboração mútua, formação e pesquisa. A população estudantil que há tanto reivindicava por atividades práticas em meio ao império do livresco, se viu, pois convidada a participar dos procedimentos básicos, mas não vulgares, da educação de jovens e adultos. Não existe voluntarismo neste sentido, mas uma pedagogia ativa alicerçada em uma dinâmica de transformação social ou reinvenção da monótona “pedagogia tradicional”. Reinvenção que descamba nos “círculos de cultura” e no “Sistema Paulo Freire de Educação”, de acordo com os militares: a “mais sutil e eficiente obra subversiva já realizada no Brasil” (COELHO, 2004, p. 222) ou a “cascavel” como lhe apelidara Castelo Branco (FERNANDES e TERRA, 1994). Os objetivos de Paulo Freire estavam longe da politização das classes subalternas, era talvez o contrário, já que a conscientização possibilitada pelo exercício educacional dialógico é que deveria viabilizar ao próprio educando se politizar. No lugar das doações do mestre encontramos o diálogo do educador (“O professor universitário como educador” seria o primeiro ensaio publicado por Paulo Freire na Estudos Universitários):

A linguagem tão singular da poeticidade paulofreireana consiste na experiência histórico-existencial de intercomunicar-se com as pulsações transformadoras do mundo. Eventos, traumas, narrativas onde e quando não se separam a intersubjetividade dialógica dos conflitos estruturais. Poeticidade problematizadora. [...] Eloquência que não se confunde com oratória bacharelesca e dramaticidade populista. (BRITTO, 2008).

É nesta perspectiva que devemos pensar a terceira questão: a defesa que faziam de um fazer intelectual, universitário e cultural “autêntico”. Inspirados pelo pensamento de Paulo Freire os agentes do SEC/UR tenderem a pensar esta “autenticidade” através da “crítica”, cuja sinonímia era “integração”. Não há exercício crítico sem “organicidade” e sem esta muito menos há fazer intelectual, universitário ou cultural “autêntico”. Daí a necessidade da Universidade e do intelectual brasileiro se integrar às suas respectivas comunidades, tornando-se orgânico, sem com isto abrir concessões à facilitação cultural, ao didatismo típico do “realismo soviético” e à exaltação acrítica da cultura nacional-popular. É neste viés que Paulo Freire e o próprio Celso Furtado concebem a dinâmica de humanização da técnica (da razão): à medida que os agentes sociais tornam-se orgânicos, aquelas são torcidas tendo em vista as diferenças regionais, sociais, étnicas, culturais, etc. com que precisam lidar, planejando-se para isto. O lugar ocupado pela Estudos Universitários e seus feitores é aquele que se destina à crítica. Por isso foram tão mal recebidos por alguns dos seus concidadãos que estavam pouquíssimo acostumados com a língua ferina daquele cuja maior missão é destruir mitologias.

Por último cabe ressaltar, que a leitura da Estudos Universitários nos revelam novas nuances desta dupla modernidade: da forma de conteúdo e da forma de expressão. O primeiro permeado pelas temáticas da nova crítica cultural onde o “intelectual” surge como o responsável pela formulação de novas perguntas. A reflexão teórica em torno do Sistema Paulo Freire é conduzida pelos educadores do SEC/UR sob diversas tendências metodológicas da época sem como isto mergulhar num ecletismo atópico, bem como a reflexão crítica, impondo-se entre “conteudísmos” e “formalismos” aos problemas da época, ao mesmo tempo em que buscava escoimar o legado marxista das manchas deixadas pelo stalinismo e pela ortodoxia. Dinâmica de humanização do pensamento marxista que no campo da economia faz sobressair Celso Furtado e suas “Reflexões sobre a pré-revolução brasileira”. A rebeldia temática faz da revista Estudos Universitários uma percussora das “revisões radicais e aberturas teóricas” conduzidas pela *Revista Civilização Brasileira* (MOTA, 2008). Não é por acaso que muitos dos

colaboradores da Estudos Universitários, depois de deixarem o Recife rumo às metrópoles do sudeste do país, passam a colaborar com este periódico.

Não é preciso ser um especialista para defender a modernidade gráfica da *revista de cultura da UR*. Basta comparar um dos cinco volumes projetados por Orlando da Costa Ferreira com aqueles que passariam a ser editados por Cesar Leal a partir de 1966. O colorido xadrez cede ao funcionalismo de uma capa toda branca adornada na margem inferior pelo emblema heráldico do “virtus impavida”. Internamente, as duas colunas são substituídas por blocos únicos de texto, sacrificando a leveza que a estrutura anterior perpassava. Formas das contrações tropicais de uma “província subitamente estrangulada”.

O desfecho está, sobretudo, permeado de medo e resistência. Um ano após o golpe, o reitor Murilo Guimarães conduz magnificamente o “Simpósio sobre a problemática universitária”, anunciando a aproximação da universidade com o Instituto Joaquim Nabuco. Para esta missão contava com a participação de Gilberto Freyre, que em sua conferência sobre o “Seminário Tannenbaum” de Columbia sugeriu a criação de um “seminário tropical”. Nas demais conferências os palestrantes reconheceram toda limitação científica e político-pedagógica da Universidade do Recife, reafirmando as soluções tecnicistas militaristas, sem desperdiçar o ensejo de maldizer e injuriar o “bode expiatório” do momento:

Por isso não tem o menor sentido a tese, já defendida entre nós, segundo a qual a universidade brasileira não deveria preocupar-se desde logo com a excelência dos padrões de cultura e ensino, sob o pretexto demagógico de pertencer a um país de elevada percentagem de analfabetos. Para que a instituição universitária possa realmente colocar-se a serviço da comunidade, atendendo às exigências do desenvolvimento nacional, em matéria de técnicos e cientistas, torna-se um imperativo o aprimoramento de seus padrões a melhoria de seu ensino. Não há de ser ocupando-se com a alfabetização de adultos ou rebaixando seus níveis que a universidade poderá ser útil aos interesses do povo brasileiro. (SUCUPIRA, 1965, p. 26-27)

Embora, Newton Sucupira estivesse certo, sua referência indireta ao SEC/UR possuía boas doses de inverdade. A simples leitura da revista Estudos Universitários refuta esta suposta adesão à “facilitação cultural” ou a existência do SEC/UR como mero programa de alfabetização. O SEC/UR não representava um “obstáculo” como o definia Sucupira. Bem como são injuriosas as passagens referentes aos gastos exorbitantes do SEC/UR: “Gastam-se somas vultuosas [...] com serviços supérfluos, desvia-se a universidade de suas finalidades essenciais (já que se pretendeu fazer dela

agencia de alfabetização de adultos)” (SUCUPIRA, 1965, p. 33)³. Em nenhum momento fala-se de “extensão popular, cultural e universitária”, sempre se recorrendo a termos pejorativos. Freyre em sua conferência faz questão de reforçar o que estava implícito na fala de Newton Sucupira: é preciso resistir à “democratização dos diálogos” (FREYRE, 1965, p. 122), a UR precisa “de uma orientação que talvez possa ser acusada de elitista, isto é, de um tanto aristocraticamente valorizadora das elites, dentro dos sistemas universitários” (FREYRE, 1965, p. 138).

São com estes balizamentos que surge a UFPE. A Imprensa Universitária nos fez o favor de deixar tudo muito bem registrado. Enquanto decorria este “Seminário”, as duas principais lideranças do SEC/UR, Paulo Freire e seu secretário Almerly Bezerra, já se encontravam fora do Brasil. A maioria dos agentes extensionistas estavam no “auto-exílio”, dispersados pelo sudeste do país. Na síntese de Carlos Guilherme Mota:

Na última etapa, período de fechamento em resposta à radicalização. Linhas de produção são cortadas, com neutralização radical ou eliminação dos intelectuais orgânicos. Massificação e revitalização da ideologia da Cultura Brasileira. Fechamentos dos eventuais brechas no sistema ideológico. (MOTA, 2008, p. 90).

As palavras do historiador nos lembram uma passagem de Paulo Freire, publicada na *Estudos Universitários*:

Num primeiro momento essas forças reagem espontaneamente. Elas sentem na democratização uma ameaça a seus privilégios. Agrupam-se então para defendê-los. Numa segunda fase, essa reação já não é espontânea. Arregimentam-se os representantes daquela elite detentora dos privilégios. Atraem para si os ‘teóricos’. Criam instituições assistenciais, que alongam em assistencialistas.

E, em nome da liberdade, repelem a participação do povo. E defendem “uma estranha democracia sem povo, que a atrapalhe e perturbe” [...] (FREIRE, 1963, v. 4, p. 10).

Antecipadamente Freire respondia aos comentários de Sucupira e Gilberto Freyre, como quem antecipa o silêncio compulsório e a nova ordem que advém ao golpe militar.

Com o Golpe poucos foram aqueles que resolveram ficar deliberadamente na “província estrangulada”. A decisão de ficar (deliberada ou não) estava longe de

³ A documentação analisada nos revela que era justamente o contrário, o SEC/UR estava captando novos recursos para UR. Por outro lado, em texto publicado dez anos depois, Sucupira reafirmaria seu enfoque tecnicista de Universidade, dissertando sobre Universidade como ensino e pesquisa. Nenhuma referência à extensão universitária, muito menos a construção de um projeto político-pedagógico (SUCUPIRA, 1975).

representar a ausência de repressão ou a possibilidade de uma vida amena. Das professoras da equipe de metodologistas do SEC/UR, apenas Elsa Freire (esposa de Paulo Freire) e Aurenice Cardoso deixaram o Recife. Dos professores e técnicos: Jarbas Maciel, Jomard Muniz de Britto, Juracy Andrade, Arthur Carvalho, Hugo Martins, Astrogilda de Carvalho Paes de Andrade, Maria Adozinda, Judite Ribeiro, Dulce Campos e Plácido Mendes. Foi inclusive o escritor e advogado Arthur Carvalho o responsável pelo “habeas corpus” que arquivou o IPM do SEC/UR, não obstante, não tenha revogado a aposentadoria de quase todos eles.

Embora, o golpe não tenha liquidado a cultura-política de esquerda nas grandes metrópoles nacionais, como defende Roberto Schwarz em ensaio já consagrado (“apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país” – 1992), “as barras foram mais pesadas sob o trópico de pernambucâncer” (BRITTO, 1992, p. 63). A produção cultural independente dos anos 1940-60 volta à cena como modalidade de resistência política. A sede do TPN nas imediações do campus urbano se torna um ponto de encontro dos homens e das mulheres de letras. A histórica cidade de Olinda, no subúrbio norte do Recife, surge como importante cenário desta nova dinâmica de produção: “nesse ambiente cultural, marcado pela censura, pelo medo e a repressão política, a vida da juventude inteligente do Recife era ao mesmo tempo provinciana, pernóstica e blasé” (SANTOS, 2007, p. 35). Diferentemente das “livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismos” (SCHWARZ, 1992, p. 62), em Recife o “o breve ensaio **Contradições do homem brasileiro** retirado, intempestivamente, das prateleiras por um pequeno batalhão-invasor” (BRITTO, 1992, p. 63). A bela síntese de Roberto Schwarz apenas se encaixa parcialmente ao Recife e seus arredores. O esvaziamento intelectual da “província estrangulada” marcou profundamente as memórias de Marcius Cortez, como podemos observar por sua descrição minuciosa da paulatina partida dos amigos:

Para Luiz Costa Lima surgira uma oportunidade na Editora Vozes, e ele fora morar em Petrópolis (...) já Orlando da Costa Ferreira, figura que desempenhou um papel decisivo para me convencer a também deixar o Recife, conseguira sua transferência para o Banco do Brasil no Rio de Janeiro. Sebastião com a cara e a coragem, arribara para a ‘Cidade Maravilhosa’. Gastão de Holanda e José Laurênio de Melo, idem. Jorge Carneiro Cunha mudou-se para São Paulo. Jorge Wanderley, ultimava seus preparativos para ir embora, faltava definir se Rio ou Sampa. João Alexandre Barbosa aceitara o convite para ensinar literatura brasileira na Universidade de Brasília, depois veio para São Paulo. (João foi meu amigo paulista de

todas as horas, até seus últimos dias). Eu, após exame Oral, passei no teste de transferência e me matriculei no segundo ano do curso de Ciências Sociais na USP, da rua Maria Antônia. (CORTEZ, 2008, p. 50).

O “auto-exílio” no sudeste do Brasil, parte dos antigos agentes extensionistas tentaram reconstruir suas vidas em meio a novas prisões e a solidão do desterrado. A beleza metropolitana cedia a angústia do exílio, como narra com refinado humor Almeri Bezerra:

Uma manhã de outono, o nosso exilado mineiro abre a janela do quarto, sobre os telhados parisienses. Respira fundo a brisa suave e ligeiramente nevoenta que redesenha a paisagem. Não se contém e exclama: ‘Paris! Paris!’ Mas, dá-se conta imediatamente do insidioso encantamento, e conclui aos gritos: ‘Paris é uma merda.’” (MELO, 2006, p. 13).

A palavra escrita seria a principal arma e escudo dos letrados expatriados. Para aqueles exilados a continuidade das atividades culturais e educacionais voltadas para o desenvolvimento social e humano era forma de redesenhar as experiências abortadas no Recife. Como a odisséia educacional de Almeri Bezerra pela África recém independente (MELO, 2006). Ou Freire a frente do Instituto de Ação Cultural do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas. Nada disso seria possível sem *ajuda mútua* que compartilhavam entre si⁴. Se por um lado a dispersão intelectual impulsionada pelo regime autoritário no Brasil, ocasionou uma perda significativa no *campo intelectual e científico* de algumas regiões do país, por outro lado contribuiu com uma convergência letrada nos arredores do mundo, legando-nos uma produção cultural única. Estudos futuros sobre as sociabilidades letradas exiladas poderão revelar aspectos mais nítidos da contribuição desses expatriados na construção dos países africanos, como a Argélia, ou em revoltas pelo mundo como maio de 1968 na França. O movimento desordenado desses intelectuais pelo globo foi fundamental na construção de uma nova cultura política de orientação libertária e internacionalista como o movimento negro, feminista, ambiental, educacional, gay, dentre outros. O caso de Argel ilustra bem os aspectos desse cosmopolitismo letrado:

⁴A estada de Freire em Genebra fora ensejada pela indicação do antigo secretário do SEC/UR Almeri Bezerra.

Naquela época Alger era a Meca de tudo quanto fosse refugiados políticos e Movimento de Libertação. Desde Dr. Arraes até Carl Michael, líder dos Black Panthers, desde a Frelimo até o Movimento de Libertação da Suíça.”(MELO, 2006, p. 39)⁵.

Se for verdade que alguns arriscaram com *jogos* de palavras nas *tortuosas veredas* da ditadura, para outros a palavra não bastaria como instrumento de luta e superação do Estado de Exceção. Era preciso superar os traumas do regime e os moralismos da sociedade. À sobriedade das palavras oporia a força dionisíaca da música, do cinema, do teatro. O fim do trabalho nos limites da institucionalidade reorientou a atuação daqueles que, sobretudo, insistiram em permanecer na província. A participação de Jomard Muniz de Britto em movimentos culturais de vanguarda como o tropicalismo, o teatro e o cinema marginal (sobretudo o ciclo do “super 8”) destoariam da antiga atuação como professor da UR. Interfaces entre a literatura, o teatro, o cinema, a música que se enunciam com a publicação do livro do “Do Modernismo à Bossa Nova” prefaciado por Glauber Rocha (1966). Não podemos negar, no entanto, que sua produção cultural ficaria decisivamente marcada pelas hastes da experiência freireana. Ao que parece todos aqueles jovens intelectuais haviam aprendido com Freire a potência da ação cultural para a liberdade. Se alguns resistiram pelo riso e não pelo desespero, outros redescobriram a força da ciranda, que de mãos dadas se dançava. A verdade é que se houve um lastro que os uniu na luta contra ditadura, este lastro passava pela produção cultural e pela ajuda mútua. Fosse a dança, o cinema, a educação ou a literatura, todos guardaram do Serviço de Extensão as lições de Paulo Freire sobre a *ação cultural*: “Poeticidade pedagogicamente revolucionadora”. Era esta a sua marca, sua artimanha, sua arte e manha, jogo de cintura que enfrenta o trauma causado pelo golpe: “Como escritores que somos, temos o dom de tornar as idéias verdadeiras em algo permanentemente vivo, nenhum ato institucional, nenhum período de fechamento é capaz de nos arrebatá-lo” (CORTEZ, 2008: 51).

⁵O crítico Silvano Santiago nos mostra como de certa forma podemos aprender com as experiências do cosmopolitismo intelectual em nossa luta contra a dominação cultural e o etnocentrismo na construção de uma cidadania global (SANTIAGO, 2004).

ABREVIATURAS

AC – Ação Católica

AI – Ato Institucional

AP – Ação Popular

CAPES – Campanha Nacional do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
(depois Coordenação)

CDU – Cidade Universitária

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina

CFE – Conselho Federal de Educação

CNPQ – Conselho Nacional de Pesquisa

COSUPI – Comissão Supervisora do Plano dos Institutos

CPC – Centro Popular de Cultura

CTA – Conselho Técnico Administrativo

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DDC - Diretoria de Documentação e Cultura

DEC – Departamento de Extensão Cultural

DOPS – Delegacia da Ordem Política e Social

EBAP – Escola de Belas Artes de Pernambuco

EEP – Escola de Engenharia de Pernambuco

ETC – Escola Técnica de Comércio

ETCU - Escritório Técnico da Cidade Universitária

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

EUR – Estatuto da Universidade do Recife

FAFIPE – Faculdade de Filosofia de Pernambuco

FAFIRE – Faculdade de Filosofia do Recife

FCE – Faculdade de Ciências Econômicas

FDR – Faculdade de Direito do Recife

FMR – Faculdade de Medicina do Recife

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IES – Instituição de Ensino Superior

IG – Instituto de Geologia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPM – Inquéritos Policiais-Militares
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JC – Jornal do Commercio
JEC – Juventude Estudantil Católica
JK – Juscelino Kubitscheck
JIC – Juventude Independente Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MCP – Movimento de Cultura Popular
MEB – Movimento de Educação de Base
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PNA – Plano Nacional de Alfabetização
PUC - Pontifícia Universidade Católica
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciência
SEC/UR – Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife
SESI – Serviço Social da Indústria
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TEP – Teatro do Estudante de Pernambuco
TPN – Teatro Popular do Nordeste
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco
UR – Universidade do Recife
URP – Universidade Rural de Pernambuco
USAID - United States Agency for International Development
USP – Universidade de São Paulo

FONTES PRIMÁRIAS

Jornais

Diário de Pernambuco (PE)

Jornal do Commercio (PE)

Revistas e periódicos

Boletim do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (PE)

Estudos Universitários: revista de cultura da Universidade do Recife (PE)

Estudos Universitários: revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco (PE)

Revista Civilização Brasileira (RJ)

Revista da Escolas de Belas Artes de Pernambuco (PE)

Revista Tempo Brasileiro (RJ)

Catálogo de publicações da Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco 1955 a 2005.

Entrevistas

Almeri Bezerra

Anacleto Eloi

Dulce Campo

Jarbas Maciel

Jomard Muniz de Britto

José Luiz Libonate

Juracy Andrade

Heraldo Souto Maior

Marcelo Peixoto

Marcus Cortez

Osman de Freitas

Ricardo Ferreira

Roberto Motta

Vamireh Chacon

BIBLIOGRAFIA

AARÃO, DANIEL. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debates e crítica*. org. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

ABDALA JUNIOR, Benjamin. Antonio Candido: Formação da literatura brasileira in MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. Org. 2ª Ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 1999.

_____. *Literatura, história e política*. 2ed. Cotia: Ateliê, 2007.

AGUIAR, Roberto O. de. *Recife: da frente ao golpe. Ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: UFPE, 1993.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

ALFREDO, João. Discurso de paraninfo in *Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1958

_____. *Presença na Universidade*. Recife: Imprensa Universitária, 1964.

ARAÚJO, Luciana. *A crônica de cinema no Recife do anos 50*. Recife: FUDARPE, 1997.

ARAÚJO, Rita de Cássia e BARRETO, Túlio Velho Barreto. *1964: o golpe passado a limpo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2007.

AZEVEDO, Neroaldo Ponte de. *Modernismo e regionalismo. Os anos 20 em Renambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida Inteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARBOSA, João Alexandre. Reflexões sobre Arte, Universidade e Cultura in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

BARBOSA, João Alexandre. Jornal de Timon: singularidade de uma resposta, in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 2. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

_____. Teoria literária, crítica e história, in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 2. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

- BARBOSA, João Alexandre. *Opus 60: ensaios de crítica*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- BARBOSA, Leítica Rameh. *Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana*. Recife: bagaço/autor, 2009.
- BARBOSA, Lúcia Falcão. *O castelo de alecrim*. Intelectuais no Recife, em 21 de abril de 1960. Recife: UFPE (Tese de Doutorado – História), 2005.
- BARBU, Zvedei. A historiografia soviética e o conceito de homem in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 3. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- BARRETO, Túlio Velho Barreto. *O político Freyre um claro enigma*. (Jornal do Commercio - 18/07/2007). Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=377&textCode=9063&date=currentDate>.
- BARROS, Souza. *A década 20 em Pernambuco*. 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985.
- BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre: Casa-Grande & senzala in MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. Org. 2ª Ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 1999.
- BATISTA NETO, José. MCP: O Povo como categoria Histórica in REZENDE, A. P. *Recife: Que História é essa?*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão Única*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BERLINCK, MANOEL T. *Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papyrus, 1984.
- BERNARDES, Denis e Marcos Costa Lima. Um cartesiano na encruzilhada da revolução. Publicado em: <http://blog.controversia.com.br/2010/06/01/celso-furtado-e-a-pr-revoluo-brasileira>.
- BERNARDES, Denis e PERRUCCI, Gadiel. O caranguejo e o viaduto in BERNARDES, Denis. *Recife: O caranguejo e o viaduto*. Recife: UFPE, 1996.
- BERNADES, Denis. VASCONCELOS, Amanda de e GOLDBERG, Márcia. *Memórias de criação da Cidade Universitária e da Universidade do Recife*. Recife: UFPE, 2007. *Boletim do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife*, nº 1,2,3,4,5; Recife, 1962-1964.
- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. 140 p.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. 191 p.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 234 p.

_____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983. 208 p.

_____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre e HAACKE, Hans. *Livre-troca: diálogos entre ciências e arte*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. Alguns aspectos da relação entre o Partido Comunista e a Frente do Recife (1956/1964) in REZENDE, Antônio Paulo. *Recife: que história é essa?*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.

BRANDÃO, Sylvana. Org. *Brasil 500 anos: reflexões*. Recife, Ed. UFPE, 2000.

BRITTO, Jomard. Experiência de renovação do curso pedagógico in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 3. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

_____. Educação de adultos e unificação da cultura in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 4. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

BRITTO, Jomard Muniz de. *Contradições do homem brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

_____. *Do modernismo à Bossa Nova*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 138 p.

_____. *Bordel Brasilírico Bordel: Antropologia ficcional de nós mesmos*. Recife: Comunicarte, 1992.

_____. *Atentados poéticos*. Recife: Bagaço, 2002.

_____. *POETICIDADE em PAULO FREIRE*. Recife, 2008 (panfleto).

_____. SINTOMAS & SINTONIAS de uma GERAÇÃO REVISITADA in *Estudos Universitários: Revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco*. v. 24/25, nº 5/6. Recife: UFPE, 2004/2009.

- CABRAL, Renata Campello. *Mário Russo – um arquiteto italiano racionalista no Recife*. Recife: UFPE, 2006.
- CAMPOS, Haroldo e CAMPOS, Augusto. Sousândrade Montagem, in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 2. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. II vol. 6ª Ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.
- _____. *A educação pela noite & outros ensaios*. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Ática, 2003.
- CAPELATO, Maria. Populismo latino-americano em discussão In FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debates e crítica*. org. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.
- CARDOSO, Aurenice. Conscientização e alfabetização – uma visão prática do Sistema Paulo Freire in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 4. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- CARNEIRO, Moaci Alves. *Extensão universitária: versões e peversões – Estudo tentativo de identificações do débito social das universidades federais do Nordeste*. Rio de Janeiro: Presença-UFPA, 1985.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial; 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. UFPE, 1998.
- CARVALHO, Mario Cesar. *Céu & inferno de Gilberto Freyre*. Folha de São Paulo - Caderno Mais! - 12/03/2000. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/patricia/freyreceuinferno.html>.
- CASPER, Gerhard e ISER, Wolfgang. *Futuro da Universidade*. Rio de Janeiro, UERJ, 2002.
- CASTRO, C. L. Monteiro de. *Caracterização Sócio-Econômica do Estudante Universitário*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Ministério da Educação, 1968.
- CASTRO, Josué. *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da coluna Prestes à queda de Arraes*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- CESAR, Ana Maria. *A faculdade sitiada*. Recife: CEPE, 2009.

- CHACON, Vamireh. Rumos da renovação brasileira in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- _____. Capitalismo, socialismo e cristianismo in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 3. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- CHACON, Vamireh. *Formação das ciências sociais no Brasil (Da Escola do Recife ao Código Civil)*. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; Brasília: LGE Editora; São Paulo: Ed. UNESP, 2008.
- _____. *A luz do Norte: o Nordeste na história das idéias do Brasil*. Recife: Ed. Massangana, 1989.
- CHARTIER, Roger. *Forma e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras. Associação de Leitura no Brasil, 2003.
- _____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2ª Ed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- CLAÚDIO, José. *Memória do Atelier Coletivo*. Recife: Artespaço, s.d.
- CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? in NOVAES, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COELHO, Fernando Vasconcelos. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.
- COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CORTEZ, Marcius. Cinema e Educação in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 3. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- CORTEZ, Marcius. *O Golpe na Alma*. São Paulo: Pé-de-chinelo Editorial, 2008.
- _____. *Barbaridades críticas*. São Paulo: Chaminé voadora, 2009-2010.
- _____. As oligarquias culturais e os palhaços da burguesia in *Estudos Universitários: Revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco*. v. 24/25, nº 5/6. Recife: UFPE, 2004/2009.
- Congresso de Crítica e História Literária*. n. I, 1960, Universidade do Recife. Anais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.
- COUTINHO, Afrânio. Org. *A literatura no Brasil*. Vol. IV. 5ª Ed. São Paulo: Global, 1999.
- COUTINHO, Eduardo. *Cabra marcado para morrer*. 35mm, 1964-1984.

- LIMA, Guilherme Cunha. *O Gráfico Amador. As origens da moderna tipografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.
- _____. *A Universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.
- DANTAS, Carlos Costa. O ensino e o edifício desde o descobrimento ou de Olinda até a Várzea in BRANDÃO, Sylvana. Org. *Brasil 500 anos: reflexões*. Recife, Ed. UFPE, 2000.
- D'ANDREA, Moema Selma. *A cidade poética de Joaquim Cardozo: elegia de uma modernidade*. Recife: Ed. Idéia, 1998.
- DEBORD, Guy. O declínio e a queda da economia espetacular mercantil, in *Situacionista: teoria e prática da revolução/ internacional Situacionista*. São Paulo: Conrad, 2002.
- _____. A miséria do meio estudantil in *Situacionista: teoria e prática da revolução/ internacional Situacionista*. São Paulo: Conrad, 2002.
- _____. Banalidades básicas in *Situacionista: teoria e prática da revolução/ internacional Situacionista*. São Paulo: Conrad, 2002.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia*. vol. 1; Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- _____. *Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia*. vol. 2; Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- _____. *O que é a Filosofia?*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELGADO, Luís. Uma experiência secular de ensino superior no Brasil in *Simpósio sobre o problema universitário*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.
- DERRIDA, Jaques. *A escritura e a diferença*. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002. 252 p.
- Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. Volume 1,2,3,4 e 5. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962-1963.
- FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- FERNADES, Calazans. Angola: depoimento in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 3. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

- FERNANDES, Calazans e TERRA, Antonia. *40 horas de esperança. O método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos*. São Paulo: Ática, 1994.
- FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debates e crítica*. org. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Orlando da Costa. A Serpente e a Lira in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 2. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra*. Introdução à bibliologia brasileira. São Paulo: Melhoramentos/USP, 1977.
- FREIRE, Paulo. O professor universitário como educador in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- _____. Conscientização e alfabetização – uma nova visão do processo in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 4. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- FREIRE, Paulo. *A propósito de uma administração*. Recife: Imprensa Universitária, 1961.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1970.
- _____. *Cartas à Guiné- Bissau*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Educação e atualidade brasileira*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- _____. *Educação como prática da Liberdade*. 30ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2007.
- FREITAS, José Osman. Jean-Luc Godard e o cinema moderno, in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 2. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- FREYRE, Gilberto. Prefácio de uma tradução in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*. 40ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FURTADO, Celso. Reflexões sobre a pré-revolução brasileira in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- FÜRTER, Pierre. Poésie et Société in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 2. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

_____. Pour une Poésie Brésilienne Revolutionnaire in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 2. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

_____. Alfabetização e cultura popular na politização do Nordeste brasileiro in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 4. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

GASPAR, Paulo. Uma sugestão para a segunda etapa do Sistema Paulo Freire *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 5. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, Federico. Antecedentes da revolução cubana in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 3. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964): uma escola democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GUEVARA, Alfredo. Informe ao primeiro Congresso Nacional da Cultura Cubana in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 4. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

História da cirurgia plástica no nordeste do Brasil. Disponível em: <http://www.sbcp-pe.org.br/historico.php>

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)*. Recife: Massangana, 1990.

KONDER, Leandro. Intolerância & marxismo in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 5. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

LEITE, Sebastião Uchoa. Teoria do Ócio (poema) in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

_____. Participação cultural – Algumas posições críticas in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 5. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

_____. *Obra em dobras (1960-1988)*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

LIMA, Guilherme Cunha. *O gráfico Amador: as origens da moderna tipografia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

LIMA, Luiz Costa. Estudos Universitários: introdução in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

_____. Significação presente do conteudismo na arte in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 3. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

_____. Terceira feira: seu sentido básico in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

_____. Por um Nacionalismo não passionalizado in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 4. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

_____. Trotsky: arte e marxismo in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 5. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

LIMA, Luiz Costa. Singularidade da situação do escritor no presente momento nacional In Congresso de Crítica e História Literária, n. I, 1960, Universidade do Recife. Anais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

_____. *Por Que Literatura?*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1966.

_____. *Dispersa a demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

_____. *Pensando nos trópicos (dispersa a demanda II)* Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Uma certa revista in *Estudos Universitários: Revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco*. v. 24/25, nº 5/6. Recife: UFPE, 2004/2009.

LIMA, Venício Artur de. *Comunicação e Cultura: as idéias de Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

LÖWY, Michael. *Romantismo e messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MACIEL, Carlos. A Universidade do Recife e o problema educacional do Nordeste in *Simpósio sobre o problema universitário*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

MACIEL, Jarbas. Musicologia: oportunidade para Universidade brasileira in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

- _____. A fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 4. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. *Para uma história da sociologia em Pernambuco*. Recife: UFPE, 2005.
- MARANHÃO, Sílvio. (org.) *A questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1984.
- MARTINS, Ana Luíza e LUCCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.
- MARTINS FILHO, Plínio e TENÓRIO, Waldecy (org.). *João Alexandre Barbosa: o leitor insone*. São Paulo: USP, 2007.
- MARTINS, Roberto. *Nordeste pensado, Nordeste pensante, cultura mais que interessante* in MARANHÃO, Sílvio. (org.) *A questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1984.
- MELLO, Almeri Bezerra. *Para além dos verdes mares*. Recife: Massangana, 2006.
- MELO, Marcus André B. C. de. *Estado, Capital e política urbana na formação social brasileira: uma interpretação histórico-metodológica*. Recife: UFPE (Dis. Mestrado – MDU), 1982
- MELO, Mário Lacerda de. *Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife*. Recife: UFPE, 1978.
- MELO NETO, João Cabral de. *Poesias completas (1940-1965)*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MONTENEGRO, Antonio Torres e SIQUEIRA, Antonio Jorge. *Engenheiros do tempo: história de vida dos professores*. Recife: UFPE, 1995
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 3ª Ed. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. Org. 2ª Ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 1999.

- MOTTA, Roberto. *Tropicologia, história, desenvolvimento*. Recife: CONDEPE, 1977. Separata da *Revista Pernambucana de desenvolvimento*, Recife, 4(1): 29-38, jan/jun. 1977.
- MOURA, Abdias. *Memória do século XX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- NOGUEIRA, Alcântara. *Conceito ideológico do Direito na Escola do Recife*. Fortaleza: BNB, 1980.
- NOVAES, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NUNES, Benedito. Existencialismo e marxismo *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 5. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- OLIVEIRA, Francisco. Casa-Grande & mucambos, sobrados & senzalas, in QUINTAS, Fátima (org.). *Evocações e interpretações de Gilberto Freyre*. Recife: Massangana, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. *Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião*: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Educação popular e educação de adultos*. 4ª Ed. São Paulo: Loyola, 1987.
- PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- Paulo Rosas reúne Yves Mota, Maria Adozinda, Argentina Rosas, Jarbas Maciel, Juracy Andrade, Almeri Bezerra, Germano Coelho para conversa para debate sobre passagem dos anos 50 para os 60*. Disponível em: <http://www.paulofreire.org.br/asp/template.asp?secao=abrindo&texto=1>.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a Nação*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- PEREIRA, Nilo. *A Faculdade de Direito do Recife (1927-1977): ensaio biográfico*. Recife: Ed. UFPE, 1977.
- PERRUCCI, Gadiel. Uma Europa nova in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- _____. Porque os ricos não fazem greve in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 3. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

- PERRUCCI, Gadiel. *Um projeto oligárquico-liberal de universidade* (notas para uma história da UFPE). Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=490&textCode=3167&date=currentDate>.
- PIGNATARI, Décio. Participação, produção, consumo, in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 2. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: ISEB, 1960
- POMPÉIA, Raul. *O ateneu*. Jaraguá do Sul: Ed. Avenida, 2005.
- PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- PORTELLA, Eduardo. Literatura e realidade nacional, in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 2. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- QUINTAS, Fátima (org.). *Evocações e interpretações de Gilberto Freyre*. Recife: Massangana, 2003.
- REGO, George Browne do. *Brasil e Estados Unidos: balanço histórico do ensino superior sob uma perspectiva comparada*. Recife: Ed. UFPE, 1974.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Org. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. Volume 1,2,3,4 e 5. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1962-1963.
- REZENDE, Antônio Paulo. *Recife: que história é essa?*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.
- _____. *(Des)encantos modernos*. História da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas: Ed. Autores Associados, 1998.
- ROCHA, Leduar de Assis. *Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco: passado e presente*. Recife: Ed. UFPE, 1975.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. 2ª Ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 29ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- ROSAS, Paulo. *Para compreender a educação superior brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Papéis avulsos sobre Paulo Freire, 1*. Recife: Centro Paulo Freire de – Estudos e Pesquisas: Ed. Universitária da UFPE, 2003.
- SALDANHA, Nelson Nogueira. Historiografia ocidental e cultura brasileira in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- _____. Em torno da moderna idéia de partido in *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. v. 3. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- SANTOS, Benjamim. *Conversa de camarim: o teatro no Recife na década de 1960*. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 2007.
- SANTOS, Evson Malaquias de Moraes e SILVA, Talita Maria Soares; *O reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário*. Recife: UFPE, 2009.
- SCHAWRZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 3ª Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.
- _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*; Recife: UFPE, 2007.
- SILVA, Fabiana Fátima Bruce da. *Fotografia Moderna do Recife: década de 1950*; Recife: UFPE (Tese Doutorado – História), 2005.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SUCUPIRA, Newton. A Universidade brasileira: sua ideia e sua realização in *Simpósio sobre o problema universitário*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.
- TARGINO, José Carlos. *Ozu, Mizoguchi, Kurosawa: o cinema japonês nos anos cinquenta* in Ci. Tróp., Recife, v.23, n.2, jul./dez., 1995.

- TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e d'O Gráfico Amador no Recife (1946-1964)*. Recife: Ed. UFPE, 2007
- _____. *Cultura e sociedade: variações em torno da modernidade artística* in ARAÚJO, Rita de Cássia e BARRETO, Túlio Velho Barreto. *1964: o golpe passado a limpo*; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2007.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Didática: uma retrospectiva histórica*. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Repensando a didática*. 12ª ed. Campinas: Papyrus, 1996.
- VERAS, Dimas Brasileiro e MENDONÇA, Djanyse Barros de Arruda. *Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964)* In *Estudos Universitários: revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco*. v. 24/25, n. 5/6. Recife: UFPE, 2004/2009.
- VERRI, Gilda Maria Whitaker. *Templários da ausência em bibliotecas populares*. Recife: UFPE, 1996.
- VIEIRA, Washington Luis Peixoto. *A Universidade do Recife e seus reitores: João Alfredo Gonçalves da Costa Lima (n. 1898 – f. 1971)*. Disponível em: <http://iconacional.blogspot.com/2009/10/universidade-federal-de-pernambuco-e.html>.
- VVAA. *Memorial MCP*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986.
- UYDENBROEK, Xavier. “Comunicação ou extensão?” de Paulo Freire In *Estudos Universitários: revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco*; v. 24/25, n. 5/6. Recife: UFPE, 2004/2009.
- WEBER, Silke. *Política e Educação; Movimento de Cultura Popular no Recife*, in *DADOS: Revista de Ciências Sociais*. vol. 27, nº 2. Rio de Janeiro: Campus, 1984.
- _____. *A educação como foco de projetos político-sociais em Pernambuco* in BARRETO, Túlio Velho e ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa (org.). *1964: O golpe passado a limpo*. Recife: Massangana, 2007.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Z Aidan Filho, Michel e Machado, Otávio Luiz (Orgs). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: UFPE, 2007.